UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa

THABATA DIAS HAYNAL

"Por quais estátuas os sinos do nosso luto dobram?": construindo o argumentário do dissenso em torno de monumentos racistas e colonialistas no Brasil

Versão corrigida

São Paulo
2023

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa

THABATA DIAS HAYNAL

Versão corrigida

"Por quais estátuas os sinos do nosso luto dobram?": construindo o argumentário do dissenso em torno de monumentos racistas e colonialistas no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Letras.

Área de Concentração: Filologia e Língua Portuguesa

Linha de Pesquisa: Linguística Textual e Teorias do Discurso no Português

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves Segundo

São Paulo
2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudos e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

H423" Haynal, Thabata Dias
"Por quais estátuas os sinos do nosso luto dobram?": construindo o argumentário do dissenso em torno de monumentos racistas e colonialistas no Brasil / Thabata Dias Haynal; orientador Paulo Roberto Gonçalves-Segundo - São Paulo, 2023.
291 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. Argumentário. 2. Argumentação prática. 3. Argumentação epistêmica. 4. Monumento público. 5. Polêmica. I. Gonçalves-Segundo, Paulo Roberto, orient. II. Título.

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Thabata Dias Haynal

Data da defesa: 28/03/2023

Nome do Prof. (a) orientador (a): Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves Segundo

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 11 de maio de 2023.

Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves Segundo

HAYNAL, Thabata Dias. **"Por quais estátuas os sinos do nosso luto dobram?":** construindo o argumentário do dissenso em torno de monumentos racistas e colonialistas no Brasil. 291f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2023.

Banca examinadora

Avaliador 1 – Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves Segundo

Instituição: Universidade de São Paulo

Assinatura:

Julgamento: Aprovado

Avaliador 2 – Prof. Dr. Alexandre Marques Silva

Instituição: Externo

Assinatura:

Julgamento: Aprovado

Avaliador 3 – Profa. Dra. Isabel Cristina Michelan de Azevedo

Instituição: Universidade Federal de Sergipe

Assinatura:

Julgamento: Aprovado

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que me acompanharam nessa trajetória. Tive um mestrado pandêmico e excessivamente longo, com o apoio de diversas pessoas, em diferentes momentos, que contribuíram para meu crescimento pessoal, acadêmico e profissional. Não seria possível agradecer a todos os professores, colegas, amigos e alunos que compartilharam comigo esses anos e que influenciaram essa pesquisa. Mas vocês sabem quem são e agradeço por tudo.

Em especial, gostaria de agradecer meu orientador, Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves Segundo, por ter me guiado em todas as etapas acadêmicas que culminam com a conclusão deste mestrado. Agradeço todas as correções, todas as sugestões de leitura, todas as discussões teóricas, todos os puxões de orelha e todo o incentivo no meio do processo. Tive muita sorte de encontrar um orientador tão dedicado à pesquisa, ao fazer científico, à sua função como professor e aos seus orientandos, que exigiu de mim igual comprometimento, justamente por acreditar que eu seria capaz de corresponder às expectativas. Paulo, você me ajudou a me tornar a pesquisadora que sou hoje, com muita vontade de continuar neste caminho.

Gostaria de agradecer à Profa. Dra. Maria Inês Batista Campos, que me acompanhou na licenciatura e de quem fui monitora de duas disciplinas ao longo do desafiador ano de 2020. Agradeço por todo o apoio e toda a generosidade. Sua didática e seu comprometimento com os alunos deixaram marcas profundas no meu fazer pedagógico.

Agradeço aos meus amigos e companheiros de trajetória acadêmica, Nathália Akemi Mitsunari e Gabriel Isola-Lanzoni, pela cumplicidade, pela ajuda, pelos estudos coletivos, por todas as conversas e cafés compartilhados, presencial ou virtualmente.

À minha avó, Maria Elena, minha mãe, Ana Maria, e minha irmã, Thifany, agradeço a fé inabalável na minha capacidade, por sempre incentivarem meus estudos e apoiarem minhas decisões acadêmicas. É muito importante ter quem acredite na ciência, no conhecimento e na universidade de fora dela, em um mundo em que, por falta de reconhecimento, parece que a gente “só estuda”.

Ao meu namorado, Ricardo, que esteve comigo nos últimos dois anos, acompanhando de perto meus estudos, minhas análises, minhas produções, sempre ajudando com suas revisões e comentários. Agradeço pela amizade, pela parceria e pela minha mais recente companhia de pesquisa: nosso gatinho, o Erwin.

Ao professor Alexandre Marques, agradeço por todo o aprendizado no Ensino Médio, que foi essencial para chegar até aqui, mas também a todos os questionamentos valiosos, à

revisão criteriosa e ao incentivo no processo acadêmico, ao participar da minha banca de qualificação com a mesma dedicação de 12 anos atrás. Foi uma honra esse reencontro.

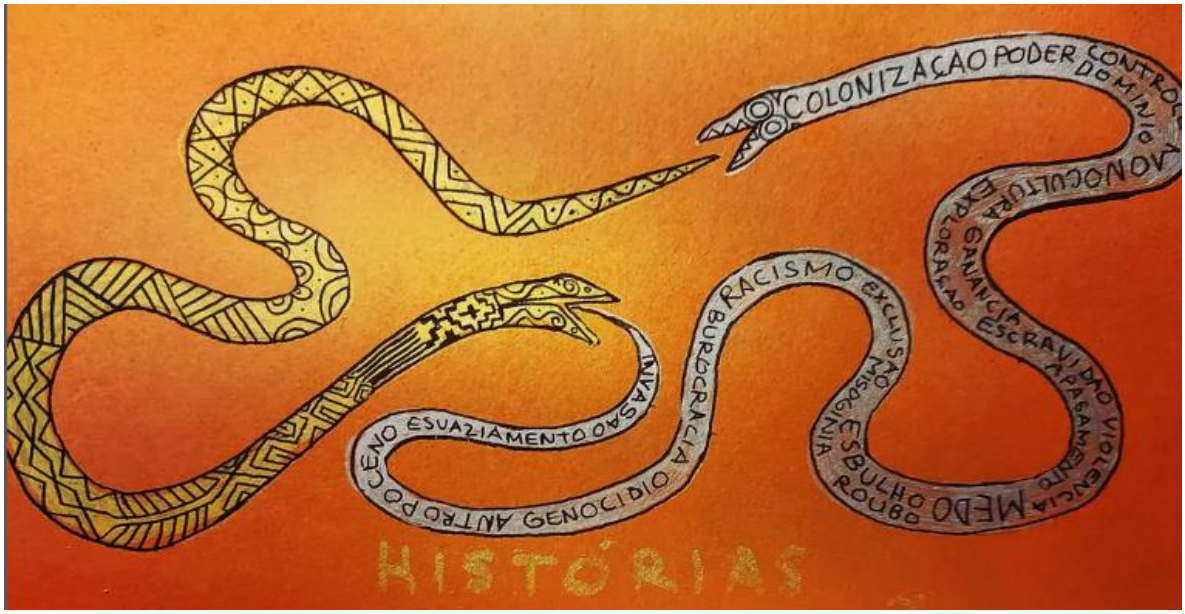
Gostaria de agradecer também à Prof. Dra. Katiuscia Cristina Santana, pela participação e contribuição em minha banca de qualificação e à Profa. Dra. Isabel Cristina Michelan de Azevedo, pela participação e contribuição na banca de defesa do mestrado.

Aos colegas do *Núcleo de Estudos em Análise Crítica do Discurso* e do *Projeto DIA - Discurso, Interação e Argumentação em Mídias Digitais*, que diminuíram a distância imposta pela pandemia compartilhando virtualmente o fazer acadêmico.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa por meio da concessão de bolsa ao projeto 88887.583956/2020-00, sem a qual a dedicação a esta pesquisa não poderia ser a mesma, nem seus resultados.

É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna.

Chimamanda Ngozi Adichie
O perigo de uma história única



Memórias da cobranização
Daiara Tukano

Acervo pessoal da autora.
Exposição Nhe'ẽ Porã – Museu da Língua Portuguesa (2023)

Carta ao velho mundo
Jaider Esbell

Acervo pessoal da autora.
Exposição Nhe'ẽ Porã – Museu da Língua Portuguesa (2023)

RESUMO

HAYNAL, Thabata Dias. **"Por quais estátuas os sinos do nosso luto dobram?"**: construindo o argumentário do dissenso em torno de monumentos racistas e colonialistas no Brasil. 291f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2023.

Em 2020, George Floyd, um ex-segurança negro, foi morto em uma abordagem policial violenta e sem apresentar qualquer resistência. As imagens se espalharam pelas mídias digitais causando indignação, revolta e mobilizando milhares de pessoas às ruas de diversas cidades ao redor do mundo. Tais protestos, permeados por reivindicações antirracistas e anticolonialistas, aconteceram a despeito das restrições impostas pela crise sanitária de Covid-19 e logo se voltaram contra símbolos presentes no espaço público que, em maior ou menor grau, e materializavam discursos ligados à supremacia racial e colonial. Um marco desse movimento fora a derrubada da estátua de Edward Colston, em Bristol, na Inglaterra, por sua associação com o tráfico de pessoas negras para trabalharem em regime de escravidão. No Brasil, um dos principais desdobramentos dessas mobilizações foram as intensas discussões sobre o espaço público ocorridas tanto nas mídias tradicionais quanto nas mídias digitais. Frente à proporção dos protestos e da relevância social de tal debate, buscamos – a partir da análise de dez artigos de opinião publicados na *Folha de S.Paulo* em junho de 2020, mês no qual os protestos estavam no auge – mapear e construir o argumentário das distintas posições instanciadas a partir da questão prática que nucleia a disputa: *O que fazer com monumentos ligados ao racismo e ao colonialismo que ocupam o espaço público?* Para alcançarmos tal objetivo, partimos (i) da identificação das questões que emergiam no debate (PLANTIN, 2008), considerando a distinção entre argumentação prática e epistêmica debatida por Macagno (2015), Walton e Macagno (2015, 2019) e Gonçalves-Segundo (2020b, 2021d); (ii) da reconstrução de argumentos práticos e epistêmicos a partir da teoria dos esquemas argumentativos segundo a proposta de Macagno (2015) e Walton e Macagno (2015, 2019), em diálogo com as discussões realizadas no Brasil por Gonçalves-Segundo (2021a, 2021b, 2021c, 2022), Gonçalves-Segundo e Isola-Lanzoni (2021) e da Silva (2022); (iii) da detecção dos focos de acordo e desacordo na discussão, a partir das teorizações de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006 [1958]), Reboul (2004) e Fogelin (2005); (iv) da construção gráfica do argumentário a partir das considerações de Gonçalves-Segundo (2021b). Como resultado, pudemos identificar que a discussão se sustenta em um eixo pró e contra a manutenção (da forma como está) de monumentos ligados ao racismo e ao colonialismo no espaço público. Enquanto o lado pró-manutenção sustenta suas argumentações especialmente com base no direito à memória e na defesa do patrimônio público, o lado anti-manutenção parte da desigualdade na representação de minorias sociais, em especial da população negra e dos povos indígenas, não apenas no tocante a homenagens no espaço público, mas também no desequilíbrio de poder que ainda se desdobra na continuidade da violência histórica contra essa parcela da população brasileira. Em termos dos esquemas argumentativos privilegiados, destacamos que o lado pró-manutenção se vale especialmente de argumentos epistêmicos por exemplificação, analogia e sinal, o que evidencia uma argumentação de caráter mais reativo, ao passo que o lado anti-manutenção se vale principalmente de argumentos práticos, com destaque aos argumentos de raciocínio prático instrumental, por consequências negativas e por valor. Ademais, observamos que há desacordos epistêmicos relevantes entre os lados, como o que envolve o conceito de revisionismo histórico, mas também há acordos importantes, como a defesa da preservação do Monumento às Bandeiras na capital paulista, lastreada no compartilhamento da importância do valor artístico (estético) para decisões relativas à manutenção de monumentos no espaço público.

Palavras-chave: esquemas argumentativos; argumentação; polêmica; racismo; colonialismo.

ABSTRACT

HAYNAL, Thabata Dias. **"For whom the bells of our grief toll?"**: building the argument script of the controversy over racist and colonial monuments in Brazil. 291p. Thesis (Master Degree) – Faculty of Philosophy, Languages and Literature and Human Sciences. University of São Paulo. São Paulo, 2023.

In 2020, George Floyd, a former black security guard, was killed on a violent arrest without showing any resistance. The images spread throughout digital media causing outrage, revolt and brought hundreds of thousands onto the streets of cities all around the globe. The protests, with anti-racist and anti-colonial claims, occurred despite the Covid-19 lockdowns and soon turned against symbols which, to a lesser or greater extent, materialized racial or colonial supremacy discourses on the public space. A significant event of these movements was the toppling of Edward Colston statue in Bristol, England, due to his association with the traffic of black people for slavery purposes. In Brazil, one of the main repercussions of these events was the intense controversy about the public space on traditional and digital media. In light of the impact of the protests and of the social relevance of this debate, this dissertation analyzed ten opinion articles published on *Folha de S.Paulo* in June of 2020, the peaking month of the protests, in order to map and to build the argument script of the different standpoints regarding the practical problem at the center of the dispute: *What should we do with monuments connected to racism and colonialism that occupy the public space?* To reach this goal, we started from (i) the identification of the argumentative issues that would emerge from the debate (PLANTIN, 2008), taking into account the distinction between practical and epistemic argumentation, as addressed by Macagno (2015), Walton and Macagno (2015, 2019) and Gonçalves-Segundo (2020b, 2021d); (ii) the reconstruction of practical and epistemic arguments through the argumentation schemes theory, according to the proposal of Macagno (2015) and Walton e Macagno (2015, 2019), in dialogue with the work carried out in Brazil by Gonçalves-Segundo (2021a, 2021b, 2021c, 2022), Gonçalves-Segundo e Isola-Lanzoni (2021) and da Silva (2022); (iii) the tracking of foci of agreement and disagreement along the dispute, considering the theoretical underpinning of Perelman and Olbrechts-Tyteca (2006[1958]), Reboul (2004) and Fogelin (2005); (iv) the graphic construction of the argument script following the guidelines proposed by Gonçalves-Segundo (2021b). As for the findings, we could identify that the discussion relies on pro and con stance regarding the maintenance (as it is) of monuments connected to racism and colonialism in the public space. While the pro maintenance side relies heavily on arguments that highlight the right to memory and the importance of defending the public patrimony, the con side focuses on the inequality in the representation of the social minorities, specially black populations and indigenous communities, not only concerning celebrations on the public space, but also the imbalance of power that still unfolds on the consistent historical violence against these groups of the Brazilian population. Concerning the privileged argumentation schemes, the pro side drew mainly on epistemic arguments by exemplification, analogy and sign, which shows a more reactive approach to the argumentation, while the con side used mainly practical arguments, with emphasis on instrumental practical arguments, arguments from negative consequences and from values. Moreover, we established that there were relevant epistemic disagreements between the sides, such as the one concerning the concept of historical revisionism, but also important agreement between them, like the defense of the conservation of Monumento às Bandeiras, in São Paulo, grounded on a joint commitment on the relevance of the artistic (or aesthetic) value in decisions regarding the maintenance of monuments in public space.

Keywords: argumentative schemes; argumentation; controversy; racism; colonialism.

Lista de figuras

Figura 1. Manchete do portal de notícias BBC sobre o caso George Floyd 36
Figura 2. Linha do tempo – de George Floyd à derrubada de estátuas em 2020 37
Figura 3. Manifestantes com a estátua de Edward Colston, em Bristol, Inglaterra 38
Figura 4. Monumento às Bandeiras (2013) 39
Figura 5. Estátua de Borba Gato e Monumento às Bandeiras (2016) 39
Figura 6. Estátua de Borba Gato em chamas (2021) 40
Figura 7. Aproveitamento das dimensões retórica, dialética e lógica para o estudo do argumentário .. 51
Figura 8. Esquemas argumentativos segundo a proposta de Walton e Macagno (2015) 58
Figura 9. Modelo de Fairclough e Fairclough (2012) - abstrato 63
Figura 10. Post do Instagram de Lilia Schwarcz 64
Figura 11. Argumento Prático Instrumental via Fairclough e Fairclough - preenchido 65
Figura 12. Layout de Argumentos 71
Figura 13. Organização do corpus 85
Figura 14. Etapas de Análise Argumentativa 88
Figura 15. Linha do tempo da publicação dos artigos de opinião 92
Figura 16. O futuro do passado do revisionismo histórico 97
Figura 17. Derrubando estátuas regredimos às guerras religiosas do século 16 104
Figura 18. Racismo, passado e futuro 110
Figura 19. Bandeirantes de consciência pesada 120
Figura 20. Borba Gato deve cair 133
Figura 21. Remover monumentos e homenagens racistas sem destruir a memória 146
Figura 22. Derrubar Borba Gato, mistura de mau gosto com passado sombrio, é pouco 165
Figura 23. Monumentos públicos de figuras controversas da história deveriam ser retirados? SIM. . 172
Figura 24. Monumentos públicos de figuras controversas da história deveriam ser retirados? NÃO. 188
Figura 25. Estátua equestre de D. Pedro I no Rio de Janeiro e Estátua equestre de Marco Aurélio no museu Capitolino 191
Figura 26. Derrubada de estátuas é a imposição do esquecimento 198

Lista de quadros

Quadro 1. Argumento no Facebook de Hélio Menezes 59
Quadro 2. Esquema por Consequências positivas/negativas - abstrato 59
Quadro 3. API - Argumento por Consequências Positivas - preenchido I 59
Quadro 4. API - Argumento por Consequências Positivas - preenchido II 60
Quadro 5. Esquema por Exemplo – abstrato 61
Quadro 6. AEI - Argumento por Exemplo - preenchido 61
Quadro 7. Argumento do Post do Instagram de Lilia Schwarcz 65
Quadro 8. Esquema de Raciocínio Prático Instrumental - abstrato 66
Quadro 9. Argumento do Post do Instagram de Lilia Schwarcz 67
Quadro 10. API – Argumento de Raiocínio Prático Instrumental - preenchido 67
Quadro 11. Argumentos de Raciocínio Prático - Internos 68
Quadro 12. Esquema por Valor I - justificação da premissa circunstancial ou da premissa de objetivos - abstrato 68
Quadro 13. Esquema por Valor II – defesa ou ataque da Proposta de Ação - abstrato 68
Quadro 14. Esquema por Regra - abstrato 69
Quadro 15. Esquema por Regra da Justiça - abstrato 69
Quadro 16. Esquema por Modelo - abstrato 70
Quadro 17. Esquemas de Raciocínio Epistêmico – Internos e Externos 73
Quadro 18. Esquema por Exemplo - abstrato 73
Quadro 19. Esquema por Causa-Efeito I – abstrato 74
Quadro 20. Esquema por Causa-Efeito II - abstrato 74
Quadro 21. Esquema por Sinal - abstrato 74
Quadro 22. Esquema por Definição - abstrato 75
Quadro 23. Esquema por Analogia I - abstrato 75
Quadro 24. Esquema por Analogia II - abstrato 76
Quadro 25. Esquema por Interação Ato-Pessoa - abstrato 76
Quadro 26. Esquema por Autoridade (ou Posição de Saber) - abstrato 77
Quadro 27. 1ª coleta – dia 19 de junho de 2020 81
Quadro 28. 2ª coleta – dia 09 de novembro de 2020 82
Quadro 29. 3ª coleta – dia 14 de novembro de 2020 82
Quadro 30. 5ª coleta – dia 23 de fevereiro de 2021 83
Quadro 31. 6ª coleta – dia 20 de abril de 2021 84
Quadro 32. 7ª coleta – dia 26 de agosto de 2021 84
Quadro 33. Código do corpus 85
Quadro 34. Corpus da pesquisa 87
Quadro 35. Roberto Dias, João Pereira Coutinho e Hélio Schwartsman 93

Quadro 36. Reinaldo José Lopes, Thiago Amparo e Nabil Bonduki 94
Quadro 37. Flávia Boggio, Hélio Menezes e Paulo César Garcez Marins..... 95
Quadro 38. Demétrio Magnoli 96
Quadro 39. O futuro do passado do revisionismo histórico 97
Quadro 40. AEI por Exemplo de personalidades 99
Quadro 41. AEI por Exemplo de rodovias 100
Quadro 42. API - Instrumental pela derrubada de estátuas de opressores (refutação) 101
Quadro 43. Argumento por Consequências Negativas do revisionismo histórico 101
Quadro 44. API - Instrumental pelo ensino de história 103
Quadro 45. Argumentos práticos e epistêmicos de Roberto Dias 104
Quadro 46. Derrubando estátuas regredimos às guerras religiosas do século 16..... 105
Quadro 47. AEI por Exemplo da liberdade de expressão 106
Quadro 48. AEE de Autoridade de Locke..... 107
Quadro 49. AEI - por Sinal do futuro não liberal..... 107
Quadro 50. AEE de Autoridade de Douglas Murray 108
Quadro 51. AEI de Causa-Efeito da tolerância liberal (explicitação de p) 108
Quadro 52. AEI por Analogia entre os atos antirracistas e as guerras religiosas 108
Quadro 53. Argumentos epistêmicos internos e externos de João Pereira Coutinho 109
Quadro 54. Racismo, passado e futuro..... 110
Quadro 55. AEI por Definição do racismo..... 111
Quadro 56. AEI - por Interação entre Ato-Grupo (Pessoa) de policiais racistas..... 112
Quadro 57. AEI por Consequências Positivas de apoio aos protestos 113
Quadro 58. API - Instrumental da necessidade de protestos antirracistas (refutação) 114
Quadro 59. API - Instrumental a favor da derrubada de estátuas (refutação) 115
Quadro 60. API - Regra da Justiça entre estátuas e livros 116
Quadro 61. AEI - Argumento de Causa-Efeito sobre interpretar o passado com os olhos de hoje..... 118
Quadro 62. AEI - Argumento por Valor sobre a injustiça anacrônica 119
Quadro 63. Argumentos Internos Práticos e Epistêmicos de Hélio Schwartsman 119
Quadro 64. Bandeirantes de consciência pesada..... 121
Quadro 65. API - Argumento Prático Instrumental pela remoção de Borba Gato por sua feiura 122
Quadro 66. API - Argumento por Valor contra avaliar anacronicamente os bandeirantes (refutação)124
Quadro 67. API - Argumento por Regra da ilegalidade da ação dos bandeirantes 126
Quadro 68. API - Argumento por Consequências Negativas de agir legalmente 127
Quadro 69. AEI - Argumento por Valor do horror simbólico da estátua de Borba Gato..... 128
Quadro 70. AEI - Argumento por Definição do heroísmo..... 128
Quadro 71. API - Argumento por Exemplo de consciência pesada pela escravização ilegal de indígenas 129
Quadro 72. AEI - Argumento por Analogia de comportamento passado e presente 130

Quadro 73. API - Argumento Prático Instrumental pela distribuição do livro Negros da Terra..... 131
Quadro 74. Argumentos Internos Práticos e Epistêmicos de Reinaldo J. Lopes..... 133
Quadro 75. Borba Gato deve cair..... 133
Quadro 76. API por Regra da Justiça para personagens históricos infames 135
Quadro 77. API por Modelo de descolonização..... 136
Quadro 78. API – Instrumental pela retirada das estátuas de genocidas..... 137
Quadro 79. API – Instrumental pela ressignificação do Monumento às Bandeiras..... 138
Quadro 80. API por Valor Borba Gato deve cair..... 139
Quadro 81. AEI por Definição do revisionismo histórico..... 140
Quadro 82. AEI por Exemplo injustiças históricas sem luto oficial 140
Quadro 83. Argumentos Internos Práticos e Epistêmicos de Thiago Amparo..... 141
Quadro 84. API por Valor contra lamentações por estátuas colonialistas (refutação) 142
Quadro 85. AEI por Analogia entre os atos antirracistas e as guerras religiosas (reprodução do argumento de João Pereira Coutinho, tal como no quadro 52) 142
Quadro 86. Refutação a João Pereira Coutinho - debate da liberdade de expressão..... 143
Quadro 87. Refutação a João Pereira Coutinho – prática da tolerância liberal..... 144
Quadro 88. Refutação a Roberto Dias – apagamento da história dos vencedores 144
Quadro 89. API por Consequências Negativas do revisionismo histórico (reprodução do argumento de Roberto Dias, tal como no quadro 43) 144
Quadro 90. AEI por Definição do revisionismo histórico (reprodução do argumento de Thiago Amparo, tal como no quadro 81)..... 145
Quadro 91. Argumentos práticos e epistêmicos de Thiago Amparo para Refutação..... 145
Quadro 92. Remover monumentos e homenagens racistas sem destruir a memória 147
Quadro 93. API - Instrumental para retirada da frase da Câmara Municipal de SP (implícito)..... 149
Quadro 94. API - Instrumental contra a retirada da frase da Câmara Municipal de SP (refutação) ... 150
Quadro 95. AEI - Argumento por Definição do passado bandeirante 150
Quadro 96. API - Argumento por Valor Negativo do passado bandeirante, suas estátuas e homenagens 151
Quadro 97. AEI - Argumento por Exemplo da dificuldade de se romper com o mito bandeirante 152
Quadro 98. API - Argumento por Consequências Negativas de não haver um debate democrático sobre a remoção das estátuas 153
Quadro 99. API - Argumento Instrumental de Raciocínio Prático - Da necessidade de desconstruir o mito bandeirante..... 155
Quadro 100. API - Argumento Instrumental de Raciocínio Prático - Resgate da memória de oprimidos desconstruindo a trama equivocada sobre os bandeirantes 156
Quadro 101. AEI - Argumento por Definição da destruição da memória (Para refutação) 157
Quadro 102. AEI - Argumento por Definição do revisionismo histórico 158
Quadro 103. API - Instrumental pela transformação das casas bandeiristas em locais de problematização de suas memórias e seus mitos..... 160

Quadro 104. API - Instrumental pela substituição de Borba Gato por uma estátua em homenagem ao povo Guarani 161
Quadro 105. API - Instrumental pela criação de locais de debate e reflexão sobre a arte, desconstruindo a narrativa bandeirante 162
Quadro 106. API - Argumento Instrumental de Raciocínio Prático - Pela substituição de homenagens a bandeirantes por outros símbolos culturais 163
Quadro 107. Argumentos Internos Práticos e Epistêmicos de Nabil Bonduki 164
Quadro 108. Derrubar Borba Gato, mistura de mau gosto com passado sombrio, é pouco 165
Quadro 109. API - Instrumental Borba Gato deve cair (mau gosto e passado sombrio) 166
Quadro 110. AEI – por Definição dos Bandeirantes anti-heróis 167
Quadro 111. API – por Regra da Justiça estátuas não contam histórias 169
Quadro 112. API – por Valor da derrubada como salvação estética 169
Quadro 113. Argumentos Internos Práticos e Epistêmicos de Flávia Boggio 171
Quadro 114. Monumentos públicos de figuras controversas da história deveriam ser retirados? SIM. 172
Quadro 115. AEE - Autoridade por posição de saber de Paulo Leminski 173
Quadro 116. AEI – por Interação Ato-Pessoa de Cabral Colonial 173
Quadro 117. API – Consequências Negativas de uma história brasileira contraditória 175
Quadro 118. AEI – por Definição das estátuas 176
Quadro 119. AEI – por Definição do paradoxo dos monumentos 179
Quadro 120. API – Consequências Negativas da manutenção dos monumentos no espaço público.. 180
Quadro 121. AEI – por Sinal de espaços não públicos 181
Quadro 122. AEI – por Sinal de memórias privilegiadas 181
Quadro 123. API – Instrumental pela composição de uma comissão de avaliação 182
Quadro 124. API – Instrumental pela realocação das estátuas em museus 183
Quadro 125. API – Instrumental pela derrubada de estátuas como reparação 183
Quadro 126. API – Instrumental pela construção de contramonumentos 184
Quadro 127. API – Consequências Negativas da manutenção dos monumentos no espaço público.. 184
Quadro 128. API – Consequências Positivas de dar novo destino a monumentos “controversos” 186
Quadro 129. Argumentos Internos Práticos e Epistêmicos de Hélio Menezes 187
Quadro 130. Monumentos públicos de figuras controversas da história deveriam ser retirados? NÃO. 188
Quadro 131. AEI – por Exemplos da erição de estátuas como prática histórica 189
Quadro 132. AEI – por Exemplos da fúria popular contra estátuas 193
Quadro 133. AEI – por Exemplos da fúria popular contra bandeirantes 194
Quadro 134. API – Consequências Negativas da remoção de estátuas 195
Quadro 135. Consequências Positivas da permanência de estátuas 195
Quadro 136. AEI – por Analogia entre estátuas e construções históricas como consciência permanente 196

Quadro 137. Argumentos Internos Práticos e Epistêmicos de Paulo César G. Marins 197
Quadro 138. Derrubada de estátuas é a imposição do esquecimento 198
Quadro 139. AEI – por Analogia entre intelectuais que construíram as estátuas e aqueles que querem derrubá-las 202
Quadro 140. AEI – por Sinal do que estátuas celebram 202
Quadro 141. AEI – por Sinal do que estátuas celebram (para refutação) 203
Quadro 142. API – Instrumental pela derrubada de estátuas (para refutação) 206
Quadro 143. API – Instrumental pela transferência de estátuas malditas (para refutação) 206
Quadro 144. AEI – por Analogia entre a derrubar estátuas e transferi-las para museus 207
Quadro 145. API – Consequências Negativas da retirada de estátuas como imposição do esquecimento 208
Quadro 146. AEI – por Exemplo de que ninguém passa no teste contemporâneo dos valores 210
Quadro 147. AEI – por Sinal da constituição de um presente perpétuo 211
Quadro 148. por Valor positivo da derrubada de estátuas como revolução popular do presente 212
Quadro 149. API – por Valor contra derrubar a estátua de Borba Gato 213
Quadro 150. API – Consequências Negativas de investir contra sombras do passado 214
Quadro 151. Consequências Negativas de concedermos a alguns o direito de suprimir lugares de memória 215
Quadro 152. Argumentos Internos Práticos e Epistêmicos de Demétrio Magnoli 216
Quadro 153. Eixo retirada e manutenção 217
Quadro 154. Tipos de argumentos instanciados quantitativamente 219
Quadro 155. Tipos de argumentos práticos instanciados quantitativamente 223
Quadro 156. Tipos de argumentos epistêmicos instanciados quantitativamente 226
Quadro 157. Tipos de argumentos instanciados para refutação quantitativamente 229
Quadro 158. Linhas justificativas do porquê os monumentos não devem ser mantidos como estão 233
Quadro 159. Linhas justificativas do porquê os monumentos devem ser mantidos como estão 239
Quadro 160. Linhas justificativas a respeito de monumentos específicos 245
Quadro 161. A estátua de Borba Gato não deve ser mantida porque 246
Quadro 162. O Monumento às Bandeiras deve ser mantido porque 248
Quadro 163. As casas bandeirantes não devem continuar como estão porque 251
Quadro 164. A homenagem aos bandeirantes em frente à Câmara Municipal de São Paulo não deve continuar como está porque 252
Quadro 165. Os nomes de rodovias e avenidas não devem continuar como estão porque 254
Quadro 166. Compilado das linhas justificativas em torno da questão prática (Argumentário) 256

Lista de gráficos

Gráfico 1. Frequência dos tipos de argumentos instanciados no corpus 220

Gráfico 2. Tipos de argumentos práticos em números absolutos 221

Gráfico 3. Tipos de argumentos epistêmicos em números absolutos 222

Gráfico 4. Tipos de argumentos práticos em números absolutos separados entre retirada (em bege) e manutenção (em azul) dos monumentos 224

Gráfico 5. Frequência de tipos de argumentos práticos separados entre retirada (em bege) e manutenção (em azul) dos monumentos 224

Gráfico 6. Tipos de argumentos epistêmicos separados entre retirada (bege) e manutenção dos monumentos (azul) em números absolutos 227

Gráfico 7. Frequência de tipos de argumentos epistêmicos separados entre retirada (bege) e manutenção dos monumentos (azul) em números absolutos 227

Gráfico 8. Tipos de argumentos instanciados para refutação em números absolutos 229

Gráfico 9. Tipos de argumentos para refutação separados entre retirada (bege) e manutenção (azul) dos monumentos em números absolutos 230

Sumário

Introdução **21**

Capítulo 1 Memórias no espaço público: a polêmica dos monumentos em junho de 2020 ..... **26**

1.1 Monumentos, memória e identidade 27

1.1.1 Monumentos: lugares de memória 27

1.1.2 A memória coletiva 30

1.1.3 História, memória e narrativas sociais 33

1.2 Desencadeando a polêmica 36

1.3 O passado bandeirante e o incômodo presente 41

Capítulo 2 Estudos da argumentação: referenciais teóricos **48**

2.1 Introdução aos estudos da argumentação 49

2.2 As questões e as teses na gestão dos acordos/desacordos 51

2.3 Os Esquemas Argumentativos 56

2.4 Argumentação prática e epistêmica 62

2.4.1 Em defesa de uma proposta de ação: a argumentação prática 62

2.4.2 Em defesa de uma descrição ou julgamento: a argumentação epistêmica 71

2.5 Argumentário 77

Capítulo 3 Procedimentos Metodológicos **81**

3.1 Processo de seleção do *corpus* 81

3.1.1 Coleta 81

3.1.2 Filtragem 85

3.2 Metodologia de análise 88

Capítulo 4 Em busca dos argumentos: analisando a polêmica na *Folha de S.Paulo* **92**

4.1 Breves considerações sobre o *corpus* 92

4.2 Denunciando o revisionismo, o artigo de Roberto Dias 97

4.3 Em nome da tolerância liberal, o artigo de João Pereira Coutinho 104

4.4 Sobre a injustiça anacrônica, o artigo de Hélio Schwartsman 109

4.5 O horror do passado bandeirante, o artigo de Reinaldo José Lopes 119

4.6 Por quem nossos sinos dobram, o artigo de Thiago Amparo 133

4.6.1 Refutações no artigo de Thiago Amparo 141

4.7 Contra o racismo e a favor da memória, o artigo de Nabil Bonduki 145

4.8 Denunciando Borba Gato e a elite paulistana, o artigo de Flávia Boggio 164

4.9 Pela remoção de monumentos malditos, o artigo de Hélio Menezes 171

4.10 Pela promoção da consciência, o artigo de Paulo César G. Marins 187

4.11 Contra a imposição do esquecimento, o artigo de Demétrio Magnoli 197

Capítulo 5 Por uma compreensão global da polêmica: analisando o argumentário 217
5.1 Caminhos para uma análise quantitativa do argumentário..... 217
5.1.1 Uma análise quantitativa do argumentário 218
5.1.1.1 Quais são os tipos de argumentos mais recorrentes na polêmica? 219
5.1.1.2 Os eixos retirada e manutenção instanciam os mesmos tipos de argumentos?..... 223
5.1.1.3 Quais foram os argumentos instanciados para refutação? 228
5.1.2 Uma análise qualitativa do argumentário 231
5.1.2.1 Justificativas para a não manutenção dos monumentos..... 232
5.1.2.1.1 A reparação histórica..... 234
5.1.2.1.2 A promoção da democracia..... 234
5.1.2.1.3 Risco iminente/progresso vazio 236
5.1.2.1.4 Estereótipos colonialistas 236
5.1.2.1.5 Correção de revisionismo histórico prévio..... 237
5.1.2.2 Justificativas para a manutenção dos monumentos 238
5.1.2.2.1 Lugares de memória..... 240
5.1.2.2.2 Revisionismo histórico..... 241
5.1.2.2.3 Bens culturais da humanidade..... 242
5.1.2.2.4 (in)Tolerância..... 242
5.1.2.2.5 Promoção da reflexão..... 243
5.1.2.3 Justificativas para casos específicos 244
5.1.2.3.1 Justificativas para não manutenção da estátua de Borba Gato 246
5.1.2.3.2 Justificativas para a manutenção do Monumento às Bandeiras..... 248
5.1.2.3.3 Justificativas para a não manutenção das casas bandeiristas..... 250
5.1.2.3.4 Justificativas para a não manutenção da homenagem aos bandeirantes em frente à Câmara Municipal de São Paulo..... 252
5.1.2.3.5 Justificativas para a não manutenção dos nomes de rodovias e avenidas 253
5.1.2.4 Argumentário por linhas justificativas..... 255

Conclusão 257

Referências 263

Fontes 271

Anexos 275

Introdução

Em março de 2020, o Brasil parou. A pandemia de Covid-19 tinha alcançado solo nacional e os primeiros casos de contágio assustavam o país. As angústias e as tensões cotidianas se intensificavam enquanto assistíamos ao desenrolar catastrófico dos eventos ao nosso redor que levaram a um número assombroso de mortes. Enquanto nos juntávamos a uma mobilização mundial em prol da vida, em meio a *lockdowns*, isolamentos, máscaras, medidas de prevenção que tentavam contornar o medo constante de um inimigo invisível e, naquele momento, incompreensível, uma morte em específico em junho daquele ano teve impacto global e levou milhares de pessoas às ruas por uma causa que era ainda mais premente: os protestos do *Black Lives Matter*.

A morte do ex-segurança negro George Floyd, na cidade de Minneapolis, nos Estados Unidos, tomou os noticiários, as redes sociais e as ruas em escala mundial. Sem apresentar qualquer resistência a uma abordagem policial violenta, George Floyd foi asfixiado com o oficial apoiado de joelhos em seu pescoço, mesmo pedindo por clemência. Filmagens da abordagem correram o mundo, causaram indignação coletiva e levantaram discussões sobre o racismo, o colonialismo e a opressão violenta que ainda aflige grupos historicamente marginalizados.

Poucos dias após a disseminação das imagens, monumentos em homenagem a personagens históricos ligados a tal opressão começaram a ser derrubados por todo o mundo, e reivindicações orientadas a uma reinterpretação do espaço público emergiram. As investidas contra monumentos desencadearam reações diversas que, disseminadas pelos meios digitais, dividiam opiniões, com cada país enfrentando os seus fantasmas e as suas disputas sociais. Não foi diferente no Brasil.

O debate público sobre os monumentos em 2020 é mais uma instância de uma polêmica que ganha maior ou menor saliência ao longo do tempo, ampliando-se ao ganhar o espaço midiático e resistindo em movimentos sociais de minorias quando não estão em evidência. Dessa forma, as discussões de 2020 integram uma controvérsia recorrente ao longo do tempo. De acordo com Levinson (2018), é comum que monumentos sejam alvo de protestos e reivindicações ao longo da história, principalmente em períodos de transição política e/ou social; a esses momentos, segue-se a instauração de uma polêmica manifestada em discussões sobre os significados das imagens cristalizadas no espaço coletivo. Nesse sentido, o debate público incorre na mobilização de um argumentário próprio que emerge tão logo um monumento é contestado, seja para atacá-lo, seja para defendê-lo.

Neste trabalho, buscamos reconstruir o argumentário da polêmica sobre os monumentos ligados ao racismo e ao colonialismo em 2020, especificamente quanto aos seus desdobramentos em território nacional. Para mapear o argumentário emergente, realizamos a análise do dissenso sobre o que fazer com as imagens de figuras ligadas ao racismo e ao colonialismo no espaço público paulistano, investigando as distintas posições defendidas, os argumentos e contra-argumentos mobilizados e a dinâmica de acordos e desacordos no âmbito das posições em discussão.

Em termos de relevância social, nossa pesquisa permite compreender e inventariar as distintas posições em tensão em um dissenso que envolve concepções de memória, de espaço público e de patrimônio e a disputa sobre a consolidação de narrativas históricas em monumentos, pautadas em discursos e valores. Consequentemente, é possível aplicar seus resultados no campo das políticas públicas e nas ações de mediação entre distintos grupos sociais no que se refere aos conflitos sobre a ocupação do espaço público.

Embora as homenagens ainda permaneçam no espaço público hoje, em 2023, sem nenhuma alteração significativa, o incêndio à estátua de Borba Gato em julho de 2021 e a construção de um memorial da paz ao redor do monumento, que passa despercebido e que praticamente não foi divulgado, são indícios de que o incômodo com os referidos monumentos ainda persiste. Dessa forma, entendemos que, para além de tais celebrações em pedra, o debate envolve importantes considerações sobre a violência contra a população negra e os povos indígenas no Brasil, do qual grande parte das homenagens questionadas são símbolos por estarem vinculadas ao racismo e ao colonialismo. Por considerarmos o racismo imoral e o colonialismo um processo propagador de desigualdades sociais, políticas e econômicas, assumimos nesta pesquisa uma postura antirracista e anticolonialista, sem a qual, entendemos, não seria possível abordar eticamente as questões que são levantadas no argumentário. Sendo assim, os resultados dessa pesquisa também pretendem contribuir para os debates em torno da luta contra desigualdades raciais e contra os efeitos ainda visíveis do colonialismo.

Em termos acadêmicos, este trabalho pode contribuir com o campo dos estudos da argumentação tanto teórica quanto metodologicamente. Como destacam Gonçalves-Segundo (2021b, 2021c, 2022) e Goodwin (2020), ainda são incipientes as investigações a respeito do funcionamento da argumentação no nível sistêmico (*system level arguments*, na terminologia de Goodwin (2020)), como em um trabalho com o argumentário. Em geral, trabalhos com argumentação tendem a enfocar (conjuntos de) textos específicos, que são analisados a partir de um olhar retórico, lógico ou dialético, com ou sem aporte linguístico ou discursivo, para depreender as estratégias de elocução enunciadas, os possíveis efeitos persuasivos e mesmo as

técnicas instanciadas, mas sem uma atenção detida aos **padrões de raciocínio argumentativo**, em termos tanto procedurais quanto materiais (MACAGNO, 2015), que são reproduzidos ao longo de uma polêmica, em diferentes textos, seja na defesa de uma das posições, seja no ataque a outras posições e argumentos. Para isso, ainda estão sendo consolidados conceitos, metodologias e instrumentos técnicos. Nesta pesquisa, é nossa intenção contribuir nessa direção, seguindo os passos de da Silva (2022), que apostou em um olhar complexo sobre o argumentar, promovido pelo diálogo consciente entre categorias lógico-dialéticas, retóricas e interacionistas, conforme mostraremos na sequência. Ademais, vale mencionar que, em termos quantitativos, apesar de existirem muitos trabalhos acerca da representação bandeirante no espaço público e no imaginário brasileiro (FERRETTI, 2008; GOMES; FERREIRA, 2008; GRAÇA-COSTA, 2017; MONTEIRO, 1994; RAHME, 2018; ROIZ, 2018; SCHWARCZ; STARLING, 2018; SOUZA, 2007; WALDMAN, 2018) não foram encontradas investigações sistemáticas em torno da argumentação que emerge da contestação tanto da narrativa histórica bandeirante, quanto das homenagens petrificadas em monumentos no espaço público em geral.

Isto posto, temos como **objetivo geral** da pesquisa depreender e construir o argumentário das distintas posições instanciadas na polêmica sobre a seguinte questão argumentativa: *O que fazer com monumentos ligados ao racismo e ao colonialismo que ocupam o espaço público?*[1]

Consistem em **objetivos específicos**:

(i) identificar as distintas posições defendidas ao longo do debate, tanto em relação à questão prática nuclear quanto em relação às questões epistêmicas que emergem na defesa e no ataque aos distintos argumentos, mobilizando para isso a noção de questão argumentativa de Plantin (2008) e a distinção entre argumentação prática e epistêmica debatida por Macagno (2015), Walton e Macagno (2015, 2019) e Gonçalves-Segundo (2020b, 2021d);

(ii) reconstruir os argumentos mobilizados para defesa das diversas posições a partir da teoria dos esquemas argumentativos, segundo a proposta de Macagno (2015) e Walton e Macagno (2015, 2019), em diálogo com as discussões realizadas no Brasil por Gonçalves-Segundo (2021a, 2021b, 2021c, 2022), Gonçalves-Segundo e Isola-Lanzoni (2021) e da Silva (2022);

[1] Apresentaremos os procedimentos realizados para chegarmos à questão argumentativa no *Capítulo 3 Procedimentos Metodológicos*.

(iii) detectar os focos de acordo e de desacordo entre os distintos lados da polêmica, a partir de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006 [1958]), Reboul (2004) e Fogelin (2005);

(iv) montar graficamente o argumentário da polêmica, sustentando-nos nas premissas discutidas em Gonçalves-Segundo (2021b).

O *corpus* da pesquisa é composto por 10 artigos de opinião publicados no jornal *Folha de S.Paulo* em junho de 2020. Entendemos que o mês de junho representa não apenas o ápice das manifestações do movimento *Black Lives Matter* como também o auge do conflito de opinião a respeito da ocupação do espaço público brasileiro por monumentos ligados à opressão de grupos marginalizados. O *corpus* abrange textos de autoria de Roberto Dias, Thiago Amparo, João Pereira Coutinho, Hélio Schwartzman, Hélio Menezes, Paulo César Garcez Marins, Demétrio Magnoli, Flávia Boggio, Nabil Bonduki e Reginaldo José Lopes, que manifestam posições tanto favoráveis quanto contrárias à manutenção dos monumentos da forma como estão configurados no espaço público, com argumentos muito diversos para sustentá-las.

Em termos metodológicos, cada artigo foi analisado individualmente a partir da teoria dos esquemas argumentativos, buscando depreender as formas de defesa e de ataque às posições em debate. Para fazer isso, usamos como instrumento o procedimento de reconstrução proposicional dos argumentos em termos de premissas, garantia e tese (GONÇALVES-SEGUNDO, 2019, 2020, 2021a, 2021b, 2021c, 2022; MACAGNO, 2015; MACAGNO; WALTON, 2019; WALTON; MACAGNO, 2015; WALTON; REED; MACAGNO, 2008). Posteriormente, organizamos esses argumentos em função da posição defendida e procedemos a duas formas de agrupamento: na primeira, juntamos os argumentos com base no tipo de esquema argumentativo, com o objetivo de depreender aqueles que são quantitativamente mais relevantes em nossa amostra; na segunda, reunimos os argumentos com base em linhas justificativas construídas a partir de semelhanças temáticas e presuntivas, com o objetivo de compreendermos qualitativamente a sustentação discursiva das distintas posições. Com isso, acreditamos que o nosso trabalho, apesar da extensão reduzida do *corpus*, seja capaz de fornecer hipóteses plausíveis do que configura de fato o argumentário sobre essa questão no debate público brasileiro contemporâneo.

Não seria possível reconstituir tal argumentário sem conhecermos o nosso objeto de investigação, especialmente porque o conjunto de conhecimentos sobre história e memória, espaço público, identidade e monumentalização, e bandeirantismo alimenta os próprios argumentos mobilizados na polêmica; afinal, o debate é conduzido, na *Folha de S.Paulo*, principalmente por especialistas e intelectuais que são formadores de opinião. Logo, nosso

primeiro capítulo é orientado a discutir os conceitos acima arrolados com base em um arcabouço teórico proveniente de outros campos, como a história, a antropologia e a sociologia (BAER, 2010; CANDAU, 2011; GRAÇA-COSTA, 2017; HALBWACHS, 1990; JELÍN, 2002; LEVINSON, 2018; MONTEIRO, 1994; NORA, 1993; POLLAK, 1986, 1992; SCHWACZ; 2019; SCHWARCZ; STARLING, 2018; WALDMAN, 2018; WELZER, 2005), conceitos esses que são aproveitados para sustentar nosso olhar analítico[2].

No capítulo 2, apresentamos o arcabouço teórico central da pesquisa, referente aos estudos da argumentação (AMOSSY, 2017; DA SILVA, 2022; FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012; FOGELIN, 2005; GODDEN; WALTON, 2007; GONÇALVES-SEGUNDO, 2021b, 2021c, 2022; GOODWIN, 2020; JOHNSON, 2020; MACAGNO, 2015; MACAGNO; WALTON, 2019; PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2006; PLANTIN, 2008; REBOUL, 2004; TOULMIN, 2006; WALTON; MACAGNO, 2015; WALTON, 2006; WALTON; REED; MACAGNO, 2008). Como mencionamos anteriormente, nossa atitude acadêmica é pautada no diálogo entre diversas correntes de pensamento neste campo das quais extraímos conceitos produtivos para um exame primariamente lógico-discursivo dos argumentos, ou seja, dos raciocínios argumentativos que são reproduzidos, ainda que de forma enunciativamente distinta, ao longo dos textos.

No capítulo 3, apresentamos os procedimentos metodológicos da pesquisa. Em primeiro lugar, discutimos o processo de coleta, filtragem e seleção do *corpus*; em segundo lugar, debatemos os procedimentos de análise dos textos individualmente; por fim, tratamos do processo de construção do argumentário, o que abrange os procedimentos de análise quantitativa e qualitativa dos argumentos instanciados.

Por fim, nos capítulos 4 e 5, apresentamos a análise argumentativa do *corpus*. No capítulo 4, nosso foco é textual: analisamos cada um dos dez textos, com base na teoria dos esquemas argumentativos, dialogando com a noção de acordo e desacordo e com a bibliografia do primeiro capítulo, para depreender os principais raciocínios argumentativos mobilizados na defesa ou no ataque das posições em debate, destacando a interação entre eles. No capítulo 5, voltamo-nos à construção do argumentário, ressaltando, de um lado, os argumentos quantitativamente mais relevantes e, de outro, as linhas de justificativa discursivamente pertinentes.

[2] Não se deve esperar um debate teórico exaustivo e muito menos dialético entre distintos olhares sobre tais objetos, uma vez que não somos cientistas sociais.

Capítulo 1 Memórias no espaço público: a polêmica dos monumentos em junho de 2020

Em junho de 2020, tanto as mídias tradicionais (como jornais impressos ou televisivos) quanto as mídias digitais (como YouTube, Instagram e Twitter) foram dominadas por uma polêmica que colocava estátuas de figuras ligadas ao racismo e ao movimento colonialista europeu no alvo de discussões públicas e acaloradas. Posicionamentos favoráveis e contrários à permanência de tais monumentos no espaço público colidiam em argumentações e contra-argumentações ora mais ponderadas, ora mais violentas, bem como emergiam questionamentos sobre as próprias figuras envolvidas, sobre o direito de avaliar o passado a partir dos parâmetros do presente e sobre o processo de apagamento de memórias de grupos vulneráveis no espaço público.

Neste capítulo, pretendemos contextualizar essa **polêmica dos monumentos**, partindo da relação dos monumentos com os grupos sociais que reivindicam sua remoção ou sua manutenção no espaço público. Para isso iremos nos valer das relações dos indivíduos com a memória, considerando que os monumentos públicos são **lugares de memória** (NORA, 1993), e que, assim, condensam uma **narrativa** (CANDAU, 2011) acerca do passado de um povo, **celebrando** (MARSCHALL, 2020) no espaço público figuras e eventos. As estátuas, no entanto, representam apenas uma parte da **memória coletiva** (HALBWACHS, 1990) e acabam por excluir outras memórias, outros passados, normalmente das minorias. As memórias excluídas, por sua vez, formam **memórias de subsolo** (JELÍN, 2002) que sobrevivem sem respaldo oficial, até terem a oportunidade de emergirem, como aconteceu em 2020.

O capítulo está dividido em 3 seções. Na primeira, apresentamos o que são os monumentos públicos e suas relações com o espaço e a memória do lugar em que são erguidos (MARSCHALL, 2020; LEVINSON, 2018; NORA, 1993), passando para as relações entre memória coletiva e os indivíduos (HALBWACHS, 1990; CANDAU, 2011; POLLAK, 1992), de forma a esclarecer a dicotomia entre história e memória e as implicações de representações sociais no espaço (CANDAU, 2011; NORA, 1993; POLLAK, 1992; JELÍN, 2002; BAER, 2010). Na segunda seção, o capítulo apresenta os eventos que desencadearam a polêmica em 2020 e suas reverberações no Brasil, mais especificamente na cidade de São Paulo, com o questionamento da continuidade da imagem de bandeirantes no espaço público. Na terceira, e última, seção, apresentamos sinteticamente dados historiográficos a respeito do passado bandeirante e sua relação com o incômodo do presente (SOUZA, 2007; GRAÇA-COSTA, 2017; ROIZ, 2018; MONTEIRO, 1994; SCHWARCHZ; STARLIN, 2018).

1.1 Monumentos, memória e identidade

1.1.1 Monumentos: lugares de memória

> Monumentos representam campos de batalha que usam modos de expressão visuais e textuais para condensar narrativas históricas complexas, endossar um sistema de valores específico e transmitir "mensagens" tendenciosas. (MARSCHALL, 2020, p. 20)[3]

Monumentos não surgem espontaneamente, não aparecem no espaço como obra da natureza, resultado de fenômenos naturais; são, ao contrário, construções humanas, intervenções no meio realizadas a partir de escolhas que dependem tanto do contexto em que foram erguidos, quanto dos conjuntos de valores que basearam sua construção. Esses fatores tornam os monumentos fruto da reprodução de **narrativas** (CANDAU, 2011) sobre os eventos ou personagens históricos que representam e influenciam no processo de identificações, estranhamentos ou de repulsa entre os indivíduos que convivem com sua existência.

A natureza dos monumentos públicos é, antes de tudo, celebratória. Eles exaltam aquilo que não se pode e não se quer esquecer. De acordo com Marschall (2020), poderíamos definir monumentos públicos como:

> [...] uma ampla variedade de artefatos materiais dispostos em espaços públicos. Isso pode incluir pequenas placas anexadas a edifícios ou pedestais; monólitos lisos ou com inscrições entalhadas; bustos e estátuas, das mais diminutas às colossais; esculturas abstratas ou figurativas; e estruturas arquitetônicas construídas como monumentos públicos. O que esses objetos têm em comum é que tanto a intenção de sua criação como o propósito de sua existência são puramente comemorativos. (MARSCHALL, 2020, p. 20)[4]

Em nossa pesquisa, os monumentos públicos analisados são principalmente estátuas, embora algumas inscrições em seus pedestais também possam entrar na discussão, assim como outros tipos de homenagens públicas, como, por exemplo, logradouros.

As estátuas, como um símbolo de permanência fixa no espaço, constituem um estímulo constante do passado no presente, tornando-se marcos de orientação, **lugares**[5]. Consideramos

[3] Tradução nossa. No original: "Monuments are representational battlegrounds that rely on visual and textual modes of expression to condense complex historical narratives, endorse selected value systems and transmit partisan 'messages'."

[4] Tradução nossa. No original: "[...] a wide range of material artefacts set up in public places. This may include small plaques attached to buildings or simple support structures; plain steles and inscribed hewn rocks; busts and statues, from minute to gigantic; abstract or figurative sculptures; and architectural structures built as public monuments. What these objects have in common is that the intention of their creation and purpose of their existence is purely commemorative."

[5] Existe na literatura uma diferenciação entre os conceitos de espaço e de lugar; para diferenciá-los, apoiamo-nos em Cavalcante e Nóbrega (2011), Menezes (2000) e Ferrara (1993). Espaço, dessa maneira, é entendido como o

aqui que os monumentos públicos são, portanto, **lugares de memória** (NORA, 1993) uma vez que criam aportes para lembranças do passado, em uma tentativa de guardá-lo para sempre, e confrontam o medo do esquecimento. Através da construção de monumentos, lugares de memória, manipula-se o espaço para preservar uma visão de mundo, um ponto de vista.

No entanto, os lugares sozinhos não contêm em si a memória. As estátuas, inanimadas, construídas de materiais frios como o bronze, o ferro, o aço e a pedra, dependem de matéria mais orgânica, mutável e subjetiva para que, de fato, seus significados sobrevivam ao tempo: a memória humana. São os indivíduos de um lugar que lembram e que se valem de estímulos externos para serem lembrados. Pierre Nora (1993) aponta, nesse sentido, para a permanente necessidade de **rememoração** que os lugares de memória, paradoxalmente, carecem, para que continuem tendo seus significados vivos no presente.

> Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. (NORA, 1993, p. 13)

No espaço coletivo, as estátuas celebram, guardam e exaltam uma memória e, dessa forma, se tornam símbolos daquele lugar. Elas criam marcos da nossa constituição como sujeitos pertencentes a um grupo, além de representarem algo sobre a nossa própria identidade (CANDAU, 2011). Quanto mais estímulos temos para lembrar o passado e a nossa relação de pertencimento dentro de um povo e, no caso, de pertencimento a um lugar, mais viva será a nossa memória (HALBWACHS, 1990; JELÍN, 2002).

Mesmo assim, apesar de estar no espaço coletivo, uma estátua só é capaz de representar uma parte das memórias de um povo. Assim, ao ocupar o espaço, uma estátua não apenas celebra algumas memórias, ela simultaneamente constitui uma oposição a outras memórias, narrativas e identidades, que não estão representadas naquele espaço e que pertencem, muitas vezes, às minorias. São as "memórias refugiadas", nos termos de Nora (1993). Isto posto, não surpreende que as estátuas se configurem, como alega Marschall (2020), em **campos de batalha da memória coletiva**, nem que a discussão em torno delas se torne passional.

aspecto físico de um ambiente, neutro em relação aos indivíduos pela não atribuição de significado. Lugar, por sua vez, é um espaço ao qual indivíduos atribuíram significado, dependente de envolvimento, vivência e sentimentos, que lhe conferem valor social.

Na discussão sobre a permanência de uma estátua no espaço, não é a estátua em si que está sendo defendida, mas, sim, o que ela representa para os indivíduos ao seu redor, seja como marco de orientação no espaço, seja como símbolo de memórias, seja como lembrança de exclusões sistemáticas, silenciamentos ou apagamentos das minorias. Sem pluralidade de interpretações no espaço público podemos incorrer nos perigos da consolidação uma história única calcada em estereótipos acerca de um povo ou de uma sociedade (ADICHIE, 2019).

Ao se construir um monumento, a intenção primeira é que ele registre, marque um acontecimento dentro de uma dada perspectiva, porém, não raro, ao mudarem os contextos e as perspectivas, a interpretação do monumento também mudará, assim como o seu significado, sua importância ou relevância. A representação de uma estátua, portanto, está à mercê do tempo, das mudanças de pontos de vista e das descontinuidades da própria memória. Como afirma Levinson (2018), monumentos são tentativas de "parar o tempo", de ir contra o fluxo dos acontecimentos, de interpretar o passado de forma única e garantir que essa interpretação perdure no futuro, ainda que, ironicamente, não sejam capazes de tanto.

Em sua introdução ao livro *Written in Stone: public monuments in changing societies* (2018), Levinson apresenta o caso do monumento construído na Hungria em homenagem aos mil anos da dinastia dos Habsburgos, o "Monumento do Milênio", e como ele foi sendo reinterpretado através das mudanças políticas, perdendo, no fim, sua característica celebrativa ligada a um milênio de existência desse povo sob o poder imperial e se transformando em celebrações outras. A reinterpretação de um monumento também é um fator importante e, de certa forma, paradoxal à sua existência.

Quando proposto, em 1881, ele deveria representar todas as grandes conquistas do império Habsburgo e continha a promessa de feitos ainda maiores para o século XX. Quando o império não resistiu à Primeira Guerra Mundial, e os trabalhadores assumiram o poder, o Monumento do Milênio se tornou uma presença incômoda e logo foi depredado, com a remoção das homenagens à dinastia. Com uma contrarrevolução e a instauração de uma nova monarquia, os Habsburgos voltaram a ter seu lugar de honra no monumento. Em 1932, outras mudanças no cenário político causaram novas intervenções que buscavam reinterpretar o monumento. Ele foi renomeado, passando a se chamar Praça dos Heróis, e a homenagem foi ressignificada para representar as milhares de vidas húngaras perdidas na Primeira Guerra Mundial. Com a Segunda Guerra Mundial e, depois, com a influência da União Soviética, o monumento passou novamente por processos de reinterpretação e modificação, sendo utilizado para "propósitos ideológicos", nas palavras do próprio Levinson (2018, p.7). O Monumento do Milênio resistiu

a todas essas mudanças e muitas outras que ainda vieram, mas, para cada momento, para cada contexto, ele representou algo diferente.

A impermanência interpretativa de monumentos está atrelada à intersubjetividade, à multiplicidade de memórias, sentidos, narrativas (CANDAU, 2011) e discursos existentes em uma sociedade. Nesse sentido, importa pouco se a construção foi desejada ou imposta. Não podemos pressupor neutralidade no discurso e, *a fortiori*, em tudo aquilo que é utilizado para materializar um discurso no espaço público, como um monumento. Dessa forma, aprofundar-nos-emos, a seguir, nessa memória compartilhada – a memória coletiva.

1.1.2 A memória coletiva

A memória se concretiza em um limiar entre experiências: a minha e a do outro. Da mesma maneira que nossos discursos são constituídos pela interação com o outro (BAKHTIN, 2016), as memórias também estão à mercê desse contingenciamento, pois se manifestam na interação entre indivíduos. A memória, assim como a língua, é contextual; isso significa que ela será construída de acordo com os valores prévios e pela soma da experiência de um indivíduo e de sua comunidade. Além disso, longe de ser uma ciência exata, é uma faculdade cognitiva subjetiva, ou seja, é interpretativa e pode se modificar com o tempo, da mesma maneira que sua interpretação.

Foi apenas ao fim da Segunda Guerra Mundial, em meados do século XX, que os estudos da memória ganharam força e expressividade. Na Alemanha, devastada pelo pós-guerra e, ao mesmo tempo, com uma dívida impagável pela desumanidade das atrocidades cometidas durante o regime nazista, o debate sobre como trabalhar esses acontecimentos e sobre como lidar com a memória foi intenso e gerou algumas **políticas de memória** baseadas na compreensão daquele momento, na intenção de que a história nunca mais se repetisse. Em 2005, Welzer publicou o resultado de uma verificação sobre o quanto essas políticas de memória refletiram de fato na compreensão dos eventos, passadas já duas gerações desses acontecimentos. Os resultados do estudo geraram o livro "Vovô não era nazi[6]", que mostra a dificuldade de familiares jovens, os netos, em relacionar o conhecimento oficial sobre esses eventos com figuras afetivas da sua própria narrativa pessoal, no caso, os avós. A pesquisa demonstra uma curiosidade sobre a memória: como ela pode ser reescrita, reinterpretada, reajustada, em uma necessidade de sobrevivência, e se sobrepor ao incômodo. Os netos construíram para si que os avós não apenas não apoiavam o regime nazista, como ainda podiam

[6] Tradução nossa. No original *Grandpa wasn't a Nazi*.

ser ativamente contra o sistema, colocando suas vidas em risco em nome de valores nobres; essa versão dos netos raramente condizia com os relatos dos avós sobre os mesmos eventos. Além disso, vale ressaltar que, em uma coleta de dados voltada para a compreensão desse fenômeno em nível macro, uma outra parte da pesquisa demonstrou que ele ocorria com uma maioria massiva dos participantes, o que ia, ao mesmo tempo, contra qualquer dado histórico do período – o regime nazista teve amplo apoio e participação popular, não sendo possível que os avós de tantos participantes fossem, de fato, resistência ou oposição ao regime. Esse estudo nos ajuda a entender dois outros fatores implicados no campo de estudo das memórias: seu entrelaçamento com nossos sentimentos e a dificuldade de conviver com memórias traumáticas[7] sobre o passado.

A expressão **memória coletiva** foi cunhada por Maurice Halbwachs (1990 [1950]) e se refere a essas memórias compartilhadas por indivíduos:

> [...] se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apóiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. (HALBWACHS, 1990, p. 51)

Ao mesmo tempo que a memória coletiva se forma a partir do compartilhamento de experiências entre indivíduos, ela também implica que, para lembrarmos, é necessário o compartilhamento dessas memórias em comum. Ainda segundo Halbwachs (1990):

> Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. (HALBWACHS, 1990, p. 34)

E quando a memória coletiva não encontra pontos em comum entre os seus indivíduos? É quando encontramos os embates, quando a memória passa a ser aquele campo de batalha no

[7] Memórias traumáticas é uma referência à terminologia do campo da psicologia, uma vez que a memória também faz parte dessa área do conhecimento e os conceitos e os estudos costumam ter alguma sobreposição. Aqui, elas são entendidas como memórias que trazem em si uma alta carga de desconforto psíquico e mnemônico; como acontece com pacientes que passaram por eventos traumáticos que podem não conseguir se recordar dos acontecimentos, ou conscientemente evitá-los. O mesmo pode acontecer com a memória coletiva sobre determinados eventos. Para um aprofundamento sobre memórias traumáticas e traumas coletivos, sugerimos as leituras de Alexander (2004), Bohleber (2007), Wainberg (2010), Santos (2013) e Menezes (2018).

qual as estátuas e os monumentos são um símbolo, um lembrete, da falta de pontos em comum dentro de narrativas mnemônicas. Dessa forma, a relação entre países e suas memórias costuma ser conflitante, uma vez que a multiplicidade de experiências vividas em uma única nação – que muitas vezes abriga diversos povos, etnias, culturas e, com isso, valores e crenças constantemente em convívio (e/ou conflito) – leva a constantes tensões entre pontos de vista e versões sobre os acontecimentos do passado.

Candau (2011) fala sobre a necessidade de as memórias individuais estarem abertas umas às outras para que seja possível a construção de uma memória coletiva. Para ele, toda memória é social, ou seja, depende do compartilhamento com outros indivíduos; no entanto, nem toda memória será coletiva, como algo holístico e universal a respeito de acontecimentos coletivos. Quanto maior a pluralidade de indivíduos com experiências distintas, menores serão os pontos de intersecção entre si e mais difícil será a construção de uma memória coletiva única, sem dúvidas ou questionamentos sobre a interpretação e o significado tanto dos eventos do passado quanto dos personagens envolvidos. Dessa forma, a memória tem um importante papel na construção da subjetividade, tanto do indivíduo quanto de uma comunidade.

Essa relação entre memória e individualidade é explorada por Pollak (1992), que traz dois pontos interessantes para nossa discussão: a **seletividade** da memória, uma vez que nem tudo fica guardado ou registrado; e a **hereditariedade** mnemônica, na medida em que nem sempre vivemos presencialmente alguns acontecimentos, mas eles permanecem tão vivos na memória coletiva do grupo ao qual pertencemos que é como se essas memórias fossem nossas. Esses pontos nos ajudam a compreender o quanto os indivíduos podem se identificar, ou não, com eventos, acontecimentos, personagens históricos, pois há algo que também faz parte da constituição desses próprios indivíduos, mesmo que não tenham vivido, presenciado ou sequer conhecido os envolvidos. Da mesma forma, nunca será possível lembrar de todos os acontecimentos em sua integralidade, e isso pressupõe uma lacuna nas narrativas, sejam elas pessoais ou coletivas.

Na nossa discussão, essa construção de subjetividade a partir da memória coletiva, herdada e seletiva, aparecerá, principalmente, na construção dos acordos e desacordos, como mais um elemento de confronto e tensão. Vale questionar por fim, por que uma estátua de alguém que não conhecemos, e que provavelmente já não está presente há muito tempo, pode importar tanto?

> Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos

> sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos. (POLLAK, 1992, p. 5)[8]

1.1.3 História, memória e narrativas sociais

Entramos em um outro ponto relevante para nossa pesquisa, que se debruça sobre a relação dos indivíduos com o seu passado e sobre as maneiras pelas quais ele é lembrado: a relação entre **história** e **memória**. De acordo com Nora (1993), a história consolida os acontecimentos de maneira linear e racional, além de busca criar uma narrativa factual, apoiada em um ponto de vista e que se coloca como a única interpretação possível dos acontecimentos do passado – algo parecido com o conceito de memória coletiva holística ao qual se opõe Candau (2011). Dessa maneira, entendemos, assim como Nora (1993), a memória como um movimento oposto à história, uma vez que se trata de uma construção lacunar e que depende de processos subjetivos, contextos sociais e relações interpessoais. Sendo assim, a memória pode ressoar entre os indivíduos de um mesmo grupo social e, ao mesmo tempo, pode entrar em conflito com indivíduos de grupos outros.

> Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a construção sempre problemática e incompleta do que não existe mais. [...] A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas [...]. (NORA, 1993, p. 9)

Como explica Nora (1993), há uma dicotomia entre a história e a memória; uma é mais pessoal, enquanto a outra é impessoal; uma se encontra entre a lembrança e o esquecimento, enquanto a outra se baseia nos fatos para consolidar uma narrativa sólida e estruturada; enquanto uma depende da vida para a existência, a outra começa a existir quando não há mais vida, quando não há mais ninguém para lembrar e, por isso, é preciso catalogar, racionalizar, criar uma linha do tempo para que o evento possa ser compreendido fora do tempo em que os eventos ocorreram.

[8] Grifo do autor.

A história, no entanto, se encontra com a memória quando fazemos escolhas para montar uma perspectiva única, coerente e coesiva sobre um evento, seja de um povo, de um país ou mesmo da humanidade. Por mais racionais que sejam os esforços dos historiadores, é ingênuo pensar que a maneira como concebem os eventos históricos estaria desancorada das reflexões e dos valores tanto individuais quanto do contexto no qual estão inseridos. A narrativa histórica ganhou um viés muito específico no século XIX e que, de certa forma, reverbera ainda hoje. De acordo com Pollak (1992), a herança desse período é a de entender a história como uma "história nacional", que restringiria o papel dos historiadores ao de constituir uma história de seus países, uma narrativa dos grandes heróis e feitos de suas nações.

> A construção de uma história oficial não é, portanto, um recurso inócuo ou sem importância; ele tem um papel estratégico nas políticas de Estado, engrandecendo certos eventos e suavizando problemas que a nação vivenciou no passado mas prefere esquecer, e cujas raízes ainda encontram repercussão no momento presente. O procedimento acaba, igualmente, por autorizar apenas uma interpretação, quando se destacam determinadas atuações e formas de sociabilidade, obliterando-se outras. (SCHWARCZ, 2019, p. 21)

Essa história oficial se utiliza de ferramentas políticas para se consolidar, sendo a construção de monumentos uma das formas de marcar sua presença no cotidiano, com a intervenção em lugares públicos. Em seu livro *Sobre o autoritarismo brasileiro*, Lilia Schwarcz (2019) apresenta um panorama de como foi o início da construção da história brasileira, iniciada com a fundação do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), aberto em 1938, no Rio de Janeiro, que tinha como principal objetivo "construir uma história que elevasse o passado e que fosse patriótica nas suas proposições, trabalhos e argumentos" (SCHWARCZ, 2019, p. 13). Esse claro viés político vinha de encontro com as dificuldades do país de se dissociar do passado colonial buscando "estruturar e justificar uma nova nação" (SCHWARCZ, 2019, p.13), uma vez que, ao contrário dos países ao redor, o Brasil, ao conseguir sua independência em 1822, não se tornou uma república, mas uma nova monarquia que, embora buscasse se dissociar do poder português, manteve suas principais estruturas político-administrativas. Manteve-se na construção da narrativa nacional a exaltação à hierarquia, aos costumes, às crenças e aos valores europeus, exaltando seus ideais em um discurso positivista que buscava

> [fazer] as pazes com o passado e com o presente do Brasil, e que, em lugar de introduzir dados históricos, que mostraria a crueldade do cotidiano vigente no país, apresentou uma nação cuja "felicidade" era medida pela capacidade de vincular diversas nações e culturas, acomodando-as de forma unívoca. (SCHWARCZ, 2019, p.15)

Há, nessa edificação da história brasileira, um apagamento dos conflitos e tensões que assolavam o território nacional. Nesse sentido, a sobrevivência da memória dos demais grupos que compõem o tecido de uma sociedade, que não se encontram nos heróis ou nos grandes feitos de suas nações e cujas histórias não têm respaldo oficial ou lugares para lembrar de seu passado, se dá apenas com o que Jelín (2002) chama de **memórias de subsolo**. Elas se mantêm vivas principalmente por meio de relatos orais que dependem da transmissão de seus **lembrantes** e estão, normalmente, ligadas às minorias. Não que sejam minorias em números, especificamente, mas em termos de representação política e social. As memórias que não encontram respaldo podem passar por processos de **esquecimento**, quando elas não são lembradas, ou, em casos extremos, de **apagamento**, quando esse esquecimento não ocorre por um simples processo de não lembrança, mas pela iniciativa consciente de retirá-las de circulação. É nesse sentido que as políticas de memória são tão importantes, pois elas garantem a preservação da identidade de um povo, de um lugar. Vale também o oposto, uma vez que as mesmas políticas podem configurar um apagamento ou silenciamento sistemático, como ocorreu – e ainda ocorre – com as populações negra e indígena no Brasil; um exemplo recente é o desmonte dos acervos do Instituto Palmares e o desmonte da Funai que indicam o movimento pendular em que se inserem as políticas de memória orientadas a essas populações: os esforços para a preservação de suas memórias costumam ser contrastados, com qualquer mudança política e econômica associada às crenças e valores colonialistas e racistas, a proporcionais ataques ao direito a suas memórias e identidades.

Ao mesmo tempo, ainda que políticas de memórias existam, não é possível controlar seus resultados na memória coletiva, como podemos observar nos relatos de Welzer (2005) sobre o ensino do nazismo na Alemanha do pós-guerra e o reflexo dessa política nas novas gerações. No debate sobre os monumentos em 2020, entendemos que a relação dos indivíduos com as estátuas é, muitas vezes, imprevisível.

Um último ponto a esclarecer sobre os monumentos envolve um curioso paradoxo: ainda que feitos para lembrar, eles mesmos são, na maior parte das vezes, invisíveis.

> Apesar de que esse [recordar e pensar] seja o propósito da erição de monumentos e memoriais, sabe-se bem que todo monumento, com o tempo, não apenas perde o seu sentido ou intencionalidade original, mas ainda como um símbolo de materialização e culminação formal de uma ideia, tem sempre um aspecto de término. [...] O monumento [...] tende a embalsamar a memória, a normalizá-la, a torná-la imperceptível. Como já alertou o escritor Robert Musil, nada no mundo é tão invisível como um monumento. (BAER, 2010, p. 139)

É necessário, portanto, que existam estímulos para a ativação da memória, para que seu significado venha à tona e para que os monumentos "apareçam" no espaço, uma vez que eles dependem de que algum evento chame a atenção para sua existência. No caso do nosso estudo, o estopim foi a morte de George Floyd no dia 25 de maio de 2020.

1.2 Desencadeando a polêmica

A explosão da polêmica em 2020 se deu em resposta aos eventos que repercutiram na derrubada de estátuas[9] no Brasil e no mundo, em especial após as manifestações do movimento *Black Lives Matter*[10](Vidas Negras Importam), que luta pela vida de pessoas negras, constantemente mortas em abordagens policiais. Naquele momento, as manifestações estavam denunciando e protestando massivamente contra mais uma vida perdida em abordagens suspeitas de racismo.

As manifestações começaram nos Estados Unidos logo após a morte de George Floyd, um ex-segurança negro, que foi asfixiado no dia 25 de maio de 2020 por um policial branco, Derek Chauvin. A abordagem policial foi filmada: a vítima, imobilizada, sem apresentar resistência ao policial ajoelhado em seu pescoço. George Floyd chegou a implorar diversas vezes para que o policial parasse.

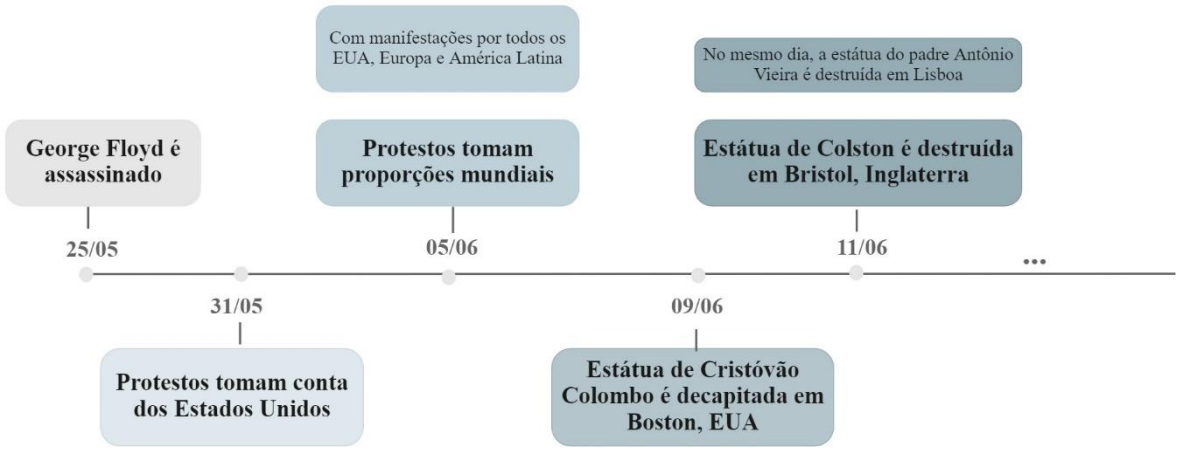
Figura 1. Manchete do portal de notícias BBC sobre o caso George Floyd

Fonte: BBC News, 27 maio 2020[11].

[9] Fonte: UOL Notícias, 26 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3j8gjcD> (Acesso em 28 fev. 2022)
[10] Fonte: REUTERS, 6 jun. 2020. Disponível em: < https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/06/protestos-espalhados-pelo-mundo-apoiam-movimento-black-lives-matter.ghtml>. (Acesso em 28 de fev. 2022)
[11] Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52818817>. (Acesso em 28 fev. 2022)

As imagens geraram uma comoção nacional[12] nos Estados Unidos e reacenderam os debates sobre o racismo institucional da polícia, sobre os diversos aparatos estatais responsáveis pela manutenção da desigualdade racial no país e, também, sobre os diversos símbolos racistas e colonialistas no espaço público[13]. As mobilizações ganharam proporções internacionais[14], com protestos e manifestações por toda a América Latina, Brasil e Europa[15] que atingiram seu ápice em junho daquele ano. Na linha do tempo a seguir, realizamos uma reconstrução dos principais eventos, iniciados com a morte de George Floyd, que levaram à derrubada de estátuas e iniciaram a polêmica que estamos analisando.

Figura 2. Linha do tempo – de George Floyd à derrubada de estátuas em 2020



Fontes: elaborado pela autora a partir de Leal (17 jun. 2020) e G1[16] (31 maio 2020).

Com a extensão dos protestos, estátuas de personagens históricos ligados ao racismo e ao colonialismo foram derrubadas, depredadas e algumas, inclusive, decepadas[17]. No entanto, acima de tudo, elas foram debatidas publicamente. Para alguns, era claro que elas precisariam ser derrubadas ou retiradas do espaço público, como foi o caso das multidões que atacaram as

[12] Fonte: G1, 03 jun. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3zXp3ZS>. (Acesso em 28 fev. 2022)
[13] Fonte: Veja, 11 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3rIH77k>. (Acesso em 28 fev. 2022)
[14] Fonte: Exame, 07 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3rN88Gt>. (Acesso em 28 fev. 2022)
[15] Fonte: DW, 06 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3ie1WnO>. (Acesso em 28 fev. 2022)
[16] Disponível em: <https://bit.ly/3K27exV>. (Acesso em 28 fev. 2022).
[17] Fonte: UOL Notícias, 26 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3j8gjcD> (Acesso em 28 fev. 2022).

estátuas de Colston[18], Cristóvão Colombo[19] e Leopoldo II[20]. Para outros, derrubar estátuas, ou vandalizá-las, seria uma tentativa de apagar o passado, de praticar revisionismo histórico, a partir de irracionalidade infundada. A construção de contramonumentos também entrou no debate, assim como o debate em si foi considerado mais importante do que a manutenção ou a retirada desses monumentos. Esses posicionamentos contrários e dissonantes serão expostos mais detalhadamente e debatidos na análise do argumentário, foco desta pesquisa, a ser realizada no capítulo 4.

Figura 3. Manifestantes com a estátua de Edward Colston, em Bristol, Inglaterra

Fonte: G1, 07 jun. 2020[21].

O objetivo desse breve relance é demonstrar que cada lugar estava lidando com os fantasmas de seus passados coloniais, com as marcas do racismo que ainda permanecem no dia a dia dos cidadãos e com a multiplicidade de memórias e experiências dessas populações.

[18] Edward Colston foi um mercador de escravos que enriqueceu graças ao tráfico de pessoas negras e que, posteriormente, foi homenageado com uma estátua por atos filantrópicos. Fonte: G1, 07 jun. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3xh9xpS> (Acesso em 28 jun. 2022).

[19] A imagem de Cristóvão Colombo, conhecido como o primeiro europeu a pisar no continente americano, foi recuperada pelos imigrantes italianos que, em um combate à xenofobia e ao racismo que sofriam em solo estadunidense, usaram a figura do navegador genovês para afirmarem seu direito a permanecer no país por meio da alegação de que um conterrâneo havia descoberto a América. Para isso, construíram diversos monumentos por todo o país. Fonte: Veja, 27 jun. 2020. Disponível em: < https://bit.ly/3lh0inB> (Acesso em 28 fev. 2022). Nas manifestações, as estátuas estavam atrelando-o às políticas colonialistas que levaram ao uso de mão de obra escravizada vinda de países africanos. Fontes: G1, 10 jun. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/2Vn7GCO> (Acesso em 28 fev. 2022) e BBC News, 07 jul. 2020. Disponível em: <https://bbc.in/3MbzqQH> (Acesso em 28 fev. 2022).

[20] Leopoldo II foi o rei da Bélgica que estava no poder durante a exploração do Congo Belga, responsável por incontáveis mortes e mutilações da população local. Fonte: UOL Notícias, 12 jun. 2020. Disponível em: < https://bit.ly/3tiGhiy>. (Acesso em 28 fev. 2022). Após os movimentos sociais, o atual rei da Bélgica reconheceu a violência cometida no Congo. Fonte: DW, 30 jun. 2020. Disponível em: < https://bit.ly/3xj5LMV>. (Acesso em 28 fev. 2022).

[21] Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/07/manifestantes-derrubam-estatua-do-traficante-de-escravos-edward-colston-em-bristol-na-inglaterra.ghtml> (Acesso em 28 fev. 2022).

Na cidade de São Paulo, o foco das discussões foi, principalmente, as estátuas de bandeirantes[22]. Como principais alvos da polêmica reacendida em 2020, podemos mencionar o Monumento às Bandeiras e a estátua de Borba Gato, contestados em manifestações e protestos de tempos em tempos. Na última década, houve dois grandes momentos em que elas receberam pichações ou protestos – em 2013[23] e em 2016[24].

Figura 4. Monumento às Bandeiras (2013)

Fonte: UOL Notícias, 03 out. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3yixwX9> (Acesso em28 fev. 2022).

Figura 5. Estátua de Borba Gato e Monumento às Bandeiras (2016)

Fontes: Terra, 30 set. 2016 - disponível em: <https://bit.ly/3xaWXZz> - e G1, 30 set. 2016 - disponível em: <https://glo.bo/3xdlFbz> (Acessos em 28 fev. 2022).

O caso mais recente foi em 2021, quando manifestantes puseram fogo na estátua de Borba Gato[25], o que reacendeu os debates[26] latentes desde 2020.

[22] Fonte: Brasil de fato, 27 mai. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3rSS6Ly>. (Acesso em 28 fev. 2022).
[23] Fonte: G1, 02 out. 2013. Disponível em: <https://glo.bo/3IwTj2G>. (Acesso em 28 fev. 2022).
[24] Fonte: G1, 30 set. 2016. Disponível em: <https://glo.bo/3xdlFbz>. (Acesso em 28 fev. 2022).
[25] Fonte: Cultura, 28 jul. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/37cOudC>. (Acesso em 28 fev. 2022).
[26] Apesar do impacto dos eventos recentes com relação à estátua de Borba Gato, não é objetivo deste trabalho analisar especificamente os desdobramentos discursivo-textuais do protesto de 2021.

Figura 6. Estátua de Borba Gato em chamas (2021)

Fonte: Esquerda online, 30 jul. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3rKYkNc>. (Acesso 28 fev. 2022)

O Monumento às Bandeiras foi erguido na década de 1930 (RAHME, 2018) por Victor Brecheret no âmbito do movimento modernista que buscava construir uma história nacional, com heróis nacionais. Através da dissociação da história brasileira com o passado português, europeu e colonial, o Brasil buscava seus próprios símbolos, e a elite política e econômica de São Paulo buscava se vincular à história nacional através dos heróis desbravadores.

Em outro contexto, a estátua de Borba Gato foi construída na década de 1960, em comemoração ao IV Centenário de Santo Amaro, em recordação a sua antiga condição de cidade (GRAÇA-COSTA, 2017, p. 161). De acordo com Graça-Costa (2017) "o fato de o monumento proposto homenagear um bandeirante, certamente, se ajustava ideologicamente ao imaginário regional paulista, cujas [sic.] comemoração do IV Centenário de São Paulo ratificavam". Dessa forma, a estátua vem de encontro à busca pela unificação entre as duas cidades, após Santo Amaro ter se tornado um bairro da capital paulista. Júlio Guerra, o artista por detrás da estátua de Borba Gato, era discípulo de Brecheret e fez parte da construção do Monumento às Bandeiras (GRAÇA-COSTA, 2017). Guerra escolhera uma figura que houvesse nascido na região de Santo Amaro e que, ao mesmo tempo, remetesse ao heroísmo paulista; além disso, utilizou na construção da obra os trilhos da *Light*, uma vez que o bonde que ligava Santo Amaro com São Paulo foi significativo para o desenvolvimento econômico e integração dessas duas cidades que foram interdependentes historicamente; assim, o artista condensou com uma única obra diversos aspectos da história desses locais.

Passado tanto tempo desde suas erições, essas estátuas estão no espaço público e convivem com os habitantes de São Paulo diariamente. No entanto, uma vez que se tornaram motivo de tantas polêmicas e protestos, alguns questionamentos são válidos. Quem são os bandeirantes? Quem se incomoda com os bandeirantes? Quem defenderia os bandeirantes? Eles representam personagens, feitos, crenças e valores que devem ser celebrados no espaço público? Quais são as memórias representadas nessas estátuas? Que memórias estão sub-representadas? É o que tentaremos discutir, ainda que sinteticamente, na próxima seção.

1.3 O passado bandeirante e o incômodo presente

Estátuas e monumentos ligados ao passado colonialista incomodam e são alvos de protestos há alguns anos. A página do Instagram *Monumentos Incómodos*[27] divulga desde 2019 manifestações por toda a América Latina que se voltam contra estátuas de colonizadores. A página, com 1589 posts e mais de 34 mil seguidores[28], foi criada logo após as grandes manifestações que ocorreram no Chile em 2019 e que terminaram com a depredação de homenagens incômodas presentes no espaço público[29]. Em 2020, a página participou ativamente da divulgação dos eventos em torno da morte de George Floyd, criando, inclusive, uma página associada, também no Instagram, só que em inglês, chamada *Unconfortable Monuments*[30], que teve sua primeira postagem em 31 de maio de 2020 – seis dias após a morte de Floyd. A nova página tem menos postagens, 156, e apenas 879[31] seguidores, mas apresenta a hashtag #GeorgeFloyd logo em sua primeira postagem, o que indica que está vinculada aos eventos desencadeados pelo movimento *Black Lives Matter*.

No Brasil, a resposta aos movimentos de contestação dos monumentos paulistas resultou na criação, pela Universidade de São Paulo, da página digital *demonumenta*[32], uma parceria da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP), com outras instituições e centros de

[27] Endereço da página no Instagram <https://www.instagram.com/monumentosincomodos/> (Acesso em 20/07/2021).
[28] Dados atualizados no dia 02 de janeiro de 2022.
[29] Em outubro de 2019, o Chile foi palco de movimentações populares que iniciaram com reivindicações contra o aumento da tarifa de ônibus. Após três meses de protestos, pelo menos 329 monumentos públicos haviam sido danificados nas reivindicações de caráter anti-institucional, antimilitar e anticolonial. Fontes: G1, 20 out. 2019, disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/20/entenda-a-onda-de-protestos-no-chile.ghtml (Acesso 01 mar. 2022); MONTES, 26 jan. 2020, disponível em: < https://brasil.elpais.com/internacional/2020-01-26/protestos-do-chile-questionam-historia-oficial-das-estatuas.html> (Acesso em 01 mar. 2022).
[30] Endereço da página no Instagram <https://www.instagram.com/uncomfortablemonuments/> (Acesso em 20/07/2021).
[31] Dados atualizados no dia 02 de janeiro de 2022.
[32] Endereço da página <http://demonumenta.fau.usp.br/> (Acesso em 06/01/2022).

pesquisa, como o C4AI – Inova USP, o CITI – USP, o Museu Paulista da USP, o MIT *Open Documentary Lab* e o PISA, com correalização da Pró Reitoria de Cultura e Extensão da USP, segundo a própria página. O objetivo do projeto, que ainda está em andamento, é debater a colonialidade em instituições e acervos públicos.

> No mundo todo, os monumentos estão sob contestação. O processo não começou agora, mas foi catalisado pelos protestos pelo assassinato de George Floyd[33]. Na cidade de São Paulo, uma série de monumentos vêm sendo questionados de várias formas por grupos e movimentos sociais. Os casos mais radicais são os relacionados aos bandeirantes, alvo de protestos que denunciam seu papel como escravizadores, propagadores de doenças e violadores de territórios indígenas. (desmonumenta, 2020)

No caso de São Paulo, o foco dos investigadores, e também do nosso trabalho – o que representa uma coincidência, uma vez que eles não estão interligados –, é a repercussão desses movimentos na cidade. No caso da nossa pesquisa, em específico, o objetivo é compreender a relação entre os argumentos mobilizados no polêmico debate público. Na capital paulista, a discussão e a revolta foram, como já mencionado, em torno das estátuas de bandeirantes e de monumentos ligados às chamadas **bandeiras** – excursões de exploração e apresamento de financiamento privado pelo interior do país.

Os bandeirantes foram personagens brasileiros escolhidos cuidadosamente pelos historiadores na década de 1930 (RAHME, 2018; SOUZA, 2007; GRAÇA-COSTA, 2017; ROIZ, 2018; FERRETTI, 2008). Inspirados pelo movimento modernista e pelas disputas internas por poder no país, era interessante, à época, atrelar a imagem de São Paulo ao desbravamento do território brasileiro, vinculando os paulistas diretamente à formação da identidade nacional, ao pioneirismo e à expansão que as bandeiras e os, então, "heróis" bandeirantes representavam. Nesse sentido, eram "dignos" de serem homenageados no espaço público.

> A mitologia bandeirante define o paulista, portanto, como o agente de construção da nacionalidade, e o bandeirante como o seu protótipo histórico, cuja herança atávica deve a qualquer custo sobreviver aos riscos da contemporaneidade. (SOUZA, 2007, p. 155)

> Dois fatores foram determinantes na construção do imaginário regional paulista acerca do mito do bandeirante: a associação entre o bandeirante e o paulista, o que o transforma no símbolo do ser paulista; e a ênfase no papel do bandeirante como construtor da nacionalidade brasileira a partir da expansão territorial por ele promovida. Nesse sentido, a mitologia bandeirante define o paulista como um agente da

[33] Grifo dos autores; no site ele representa um link para outra página digital.

> construção da nacionalidade, sendo o bandeirante o seu protótipo histórico. (GRAÇA-COSTA, 2017, p. 117)
>
> Ademais, elas [as narrativas do passado bandeirante] pretendiam elaborar uma identidade para o povo paulista, cujo passado entendido como "heroico" e "glorioso" era uma forma de manobrar a fragilidade econômica (que se processou após a "crise de 1929", e atingiu diretamente a lavoura cafeeira) e a perda da autonomia política do estado de São Paulo (que se seguiu aos eventos de 1930, e inaugurariam o governo provisório de Getúlio Vargas). (ROIZ, 2018, p. 238)

No entanto, apesar da construção dos monumentos, essa representação dos bandeirantes não foi pacífica mesmo naquele momento. Como relata Roiz (2018), em seu artigo intitulado *A batalha pela "representação do passado" bandeirante*, no qual analisa as propostas de um curso de historiografia de 1946, houve disputas pela representação desse passado, que iam muito além de uma historiografia.

> [...] não era uma mera dicotomia de posições historiográficas, mas uma tensão dialética entre forças adversas, que embora também possuíssem pontos de contato, certas semelhanças na análise do processo, não estando apenas reduzidas a meras diferenças de posições teóricas e políticas no debate então em processo. O que fazia com que as "representações do passado" estivessem em constante movimento em seu processo de elaboração, na medida em que as disputas que se estabeleciam, exigia que fossem repensadas e, às vezes, até refeitas. E esse mecanismo de proceder à análise do passado não se reduziu apenas as [sic] narrativas históricas, pois, como vimos, também se estendeu para as imagens figurativas elaboradas naquele momento. (ROIZ, 2018, p. 259.)

A própria representação estética dos bandeirantes, que se manteve presente no espaço público pelas estátuas, não configura um ponto pacífico. A principal obra de referência para as bandeiras paulistas foi a coleção elaborada por Affonso de E. Taunay (1950), que foi diretor do Museu Paulista – e responsável pela encomenda da estátua de Fernão Dias, que representa o explorador em pose heroica, com o chapéu, a bota, a arma e o colete que se tornaram característicos da representação desses personagens.

> Parece oportuno, portanto, deduzir que houve grande esforço, no período abrangido por quase um século, para a construção da crença de um futuro grandioso do país a partir da liderança da elite paulista que, supostamente descendente dos bandeirantes, seria responsável pela superioridade cultural e racial verificada no povo paulista. Essas convicções justificam e fortalecem a ideia de supremacia de São Paulo sobre os demais estados, vinculada a [sic] história bandeirante. (GRAÇA-COSTA, 2017, p. 126)

Essa escolha específica de caracterizar os bandeirantes como heróis foi promovida por agentes inseridos dentro da lógica de um então recente golpe militar, que se seguiu à quebra da Bolsa de Nova York, o que encerrou o período de ouro da elite cafeeira paulista, além de ter sido influenciada pelo progresso idealizado pelo movimento modernista. Nesse contexto, era vital reconstruir a identidade paulista atrelando-a a personagens valentes e corajosos com importância histórica no cenário nacional. Esse processo, no entanto, ocasionou um silenciamento sistemático de outras memórias e de outros povos, que ficaram subrepresentados, em especial os negros e os indígenas. O que deixou de ser representado na escolha dos heróis bandeirantes é um outro lado da moeda do movimento bandeirante, aquele que não se aprende na escola, marcado pela violência e dizimação de populações inteiras, agindo ora como empreendedores autônomos, ora como mercenários.

Apesar de terem expandido o território brasileiro e desbravado o interior de um Novo Mundo, desconhecido e cheio de perigos, com promessas de ouro, prata e pedras preciosas em pleno mercantilismo, o que tornava as bandeiras tão importantes para o cenário nacional e internacional naquele período não eram as explorações em si – a razão principal de sua existência era o apresamento de mão de obra indígena.

> "Bandeiras" foi o nome dado, a partir da primeira metade do século XVIII, às expedições para o interior do país – o termo era comum a todas as regiões, podendo ainda ser substituído por outros, como "entradas", "jornadas", "empresas" ou "conquistas". Entre os moradores do planalto de Piratininga, as bandeiras assumiram a forma militarizada de organização das expedições de caça e escravização dos índios ou de busca de metais preciosos, e, na visão de alguns historiadores do final do século XIX e início do XX, também teriam produzido um modo característico de vida: o bandeirantismo. [...]" (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 110)

De acordo com Monteiro (1994), as expedições de apresamento encabeçadas pelos paulistas nos anos de 1600 eram uma das principais condições de manutenção da economia da época, uma vez que os colonos precisavam da mão de obra local para garantir a produção agrícola e consequente subsistência no território. Isso fazia com que apreensões de indígenas fossem muito rentáveis, tomando proporções cada vez maiores, pois, com as doenças e a altíssima taxa de mortalidade dos nativos, era preciso se aventurar cada vez mais no interior do país em busca de mão de obra cativa. Com uma economia altamente dependente desse sistema, participar de bandeiras era uma das poucas oportunidades que os jovens colonos tinham de ascensão social, e o espólio compensava os riscos: "[...] os índios constituíam a verdadeira riqueza a ser extraída do interior — o 'ouro vermelho'" (MONTEIRO, 1994, p. 96).

Vale mencionar que o início das expedições tem um marco bastante trágico na história brasileira: a escassez de mão de obra na região costeira. Segundo Monteiro (1994), foi preciso buscar mão de obra no **Sertão**, como era conhecido todo o território que não fosse a costa do país, pois a mortalidade indígena era tamanha, que não havia mais indígenas o suficiente na região para acalmar a ganância da economia paulista e da coroa portuguesa.

> No fim das contas, a principal função das expedições residia na reprodução física da força de trabalho e não, conforme se coloca na historiografia convencional, no abastecimento dos engenhos do litoral, embora alguns cativos tenham realmente sido entregues aos senhores de engenho. Portanto, ao contrário de outros sistemas de apresamento e fornecimento de mão-de-obra — onde o tráfico africano é o exemplo mais notável —, os paulistas não exerceram um papel de intermediários no comércio de cativos, sendo antes tanto fornecedores como consumidores da mão-de-obra que este sistema integrado produzia. Se, de um lado, as formas peculiares de apropriação do trabalho indígena sofreram as restrições institucionais ao cativeiro dos nativos, de outro, representaram sempre o meio mais econômico de preencher as necessidades dos colonos. A viabilidade desse esquema começou a declinar com o aumento das distâncias, da resistência indígena e dos custos envolvidos. [...] (MONTEIRO, 1994, p. 98)

O movimento de 2020, no entanto, está mais ligado ao passado da população negra no país, o que nos leva a mais um capítulo da ação dos bandeirantes. Com o declínio da mão de obra indígena, a solução mais econômica foi buscar mão de obra através do Atlântico, uma vez que a produção de açúcar e as minas de ouro descobertas no fim do século XVII mudaram a configuração econômica do país e demandavam ainda mais força de trabalho (MONTEIRO, 1994; SCHWARCZ; STARLING, 2018). A solução encontrada pelos colonizadores foi a de importar mão de obra de outras colônias, no caso, do continente africano. Os bandeirantes atuaram, então, recuperando os negros escravizados que fugiam, já que conheciam o território e estavam acostumados à violência.

> Contudo, se hoje é possível constatar a existência de várias formas de escravidão naquele continente [africano], a novidade seria agora a introdução de um sistema mercantil em que seres humanos viravam mercadoria e seu comércio resultava em vultuosos lucros: primeiro para os negociantes africanos, depois para Portugal, e depois ainda para os próprios comerciantes brasileiros. (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 78, colchetes nossos)

O documentário Guerras do Brasil (2018) apresenta a reconstrução desse movimento do uso de mão de obra nativa para a "importada", ambas pautadas pela escravização, altíssima taxa

de mortalidade e violência extrema. Apesar de já existirem formas de escravidão no continente africano, a influência do mercantilismo acentuou o processo de objetificação dessas pessoas, trazidas para o Brasil para realizarem trabalhos forçados até a morte. Esse inclusive é um dos motivos da extensa duração do tráfico de escravos, uma vez que a expectativa de vida dos negros que sobreviviam à travessia marítima e chegavam ao território nacional era muito baixa (MONTEIRO, 1994).

Como mostra o documentário, uma das formas de resistência dos negros escravizados e expatriados era a fuga e a organização em quilombos; dentre eles, Palmares foi um dos maiores e mais conhecidos, que ascendeu principalmente durante a guerra entre Brasil e Holanda, quando os holandeses invadiram o território brasileiro, desestruturando a economia açucareira e direcionando as atenções à defesa da costa, o que intensificou a fuga de negros dos engenhos da região. Mas mesmo essa versão da história que justifica o crescimento desse assentamento de resistência parece um tanto nebulosa, principalmente pelo apagamento de Palmares, excluído da historiografia pós-colonial (GOMES, FERREIRA, 2008, p. 143).

> É fundamental redimensionar o que representou Palmares para os holandeses durante a ocupação de Pernambuco. Sabemos que enviaram várias expedições para a repressão dos quilombos. E que também a economia açucareira não foi totalmente desorganizada — muitos fazendeiros permaneceram na região (alguns se refugiaram na Bahia e depois retornaram), enquanto outros ampliaram seus negócios nas plantações e engenhos abandonados — e que o tráfico negreiro continuou, em parte clandestino e com apoio de traficantes luso-africanos. (GOMES, FERREIRA, 2008, p. 144)

O que se sabe sobre o assentamento é que, com o crescimento exponencial de Palmares e com quase um século de expedições holandesas e portuguesas sem sucesso para recuperar os escravos negros, os bandeirantes paulistas foram convocados para lutarem no que ficou conhecido como a Guerra de Palmares (FUNARI, 1998; FUNARI, CARVALHO, 2005), episódio que representou o extermínio da principal resistência negra do país naquele momento.

> Desde que o "Brazil" é Brasil, desde que inventou para si um sentido próprio e autônomo como nação, a história do país vem se afirmando, também, como uma longa narrativa de lutas, violência, reivindicação de autonomia e igualdade, busca por direitos e construção de cidadania. Essa história é a um só tempo comum e diferente, e nada tem de evolucionária, no sentido de aglutinar de modo crescente, progressivo e previsível uma série de fatos e dados. [...] (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 499)

É nesse sentido que uma homenagem aos bandeirantes se apresenta como incômoda para essas minorias no espaço público. Insistir na permanência de monumentos ligados a um passado de violência contra as populações negra e indígena equivale a exaltar o que ainda reforça a exclusão desses mesmos povos: um passado colonial violento, com práticas desumanas de trabalho forçado e de extermínio sistemático.

Se não é aceitável que se tenha no espaço público símbolos ligados ao nazismo, se para esse caso seguiu-se um debate intenso sobre a memória, sobre políticas de memória, se foram derrubadas as estátuas, retirados os símbolos desse período obscuro da história da Alemanha e se qualquer contestação ou manifestação das atrocidades nazistas é considerada crime, tanto lá quanto aqui, como pode ser aceitável a existência de um bandeirante no espaço público brasileiro? Isso só demonstra como ainda são aceitáveis as violências, os silenciamentos e apagamentos das memórias dessas populações.

Tendo sido discutidos aspectos sociais, culturais e políticos envolvidos no debate sobre memória e história, essencial para a compreensão da dinâmica de contestação e defesa de monumentos nos espaços públicos, no próximo capítulo nos debruçaremos sobre importantes conceitos dos estudos da argumentação - com especial atenção às noções de argumentação prática e epistêmica, esquema argumentativo, acordo, polêmica e argumentário -, fundamentais para a sustentação de nosso procedimento analítico.

Capítulo 2 Estudos da argumentação: referenciais teóricos

A argumentação faz parte da vida cotidiana. Como seres sociais, estamos sempre em diálogo, posicionando-nos de acordo com as coerções sociossemióticas ancoradas historicamente às quais estamos sujeitos. Um argumentador não entra em um movimento criando toda a cadeia de relações de sentidos que o levam a se posicionar dessa maneira; ele o faz na tensão entre reproduzir e resistir às coerções que lhe constituem. Aqueles que identificam em uma estátua o agressor/opressor histórico terão uma relação consideravelmente distinta daqueles que veem nelas heróis. Esse **estado de coisas presente**, ou seja, como o momento atual é entendido pelos atores sociais, será interpretado de acordo com **valores** que existem na **memória coletiva** (HALBWACHS, 1990) e que integram o **interdiscurso** (FAIRCLOUGH, 2003)[34]. Dessa maneira, buscamos entender como as dinâmicas implicadas coexistem no discurso manifesto através dos estudos argumentativos.

Muitos autores falam sobre a existência de um inventário de argumentos (REBOUL, 2004; PLANTIN, 2008; GRÁCIO, 2015), a partir do qual o orador selecionaria os mais relevantes a sua atividade discursiva, levando em consideração seus objetivos e o contexto. No entanto, há pouca literatura sobre como funcionaria esse repositório argumentativo. Entender tal conjunto, que Plantin (2008) denomina **argumentário**, é um dos principais objetivos desta pesquisa, aplicado na discussão sobre os monumentos.

Para que possamos explicar o que é o argumentário e como ele funciona, organizamos o capítulo da seguinte forma: iniciamos por uma breve introdução sobre as perspectivas lógica, retórica e dialética da argumentação, explicitando o papel de cada uma em nossas análises; depois, tecemos considerações teóricas sobre a noção de questão argumentativa e tratamos da gestão do dissenso a partir das noções de acordo e polêmica; na sequência, discutimos a noção de esquema argumentativo, uma vez que o entendemos como a unidade de composição do argumentário, na esteira dos trabalhos de da Silva (2022) e Gonçalves-Segundo (2021b); posteriormente, apresentamos as diferenças entre argumentação prática e epistêmica e como elas serão trabalhadas ao longo da pesquisa, com especial atenção à argumentação de raciocínio prático, por conta da natureza do material em investigação; por fim, a última seção trata do conceito de argumentário e dos desafios de se trabalhar com esse objeto de pesquisa.

[34] Para Fairclough (2003), o interdiscurso é composto pelas relações existentes entre discursos (modos sociossemióticos de representar), gêneros (modos sociossemióticos de inter(agir)) e estilos (modos sociossemióticos de ser), constituindo-se no nível que intermedeia o contexto social (constituído pela estrutura, pelas práticas e pelos eventos sociais) e o texto (com suas dimensões semântico-discursivas, léxico-gramáticas e fonológico-grafológicas).

2.1 Introdução aos estudos da argumentação

O conhecimento argumentativo tradicional tem como base a divisão tripartite entre **lógica**, **retórica** e **dialética** – o Triunvirato de que fala Johnson (2020[2009]) –, campos de estudos dos quais provêm diversos conceitos fundamentais para uma pesquisa em argumentação. Em nosso trabalho, abordaremos um pouco de cada terreno, a partir da perspectiva de Wenzel (1990, p.11), que entende o retórico como **processo**, o dialético como **procedimento** e o lógico como **produto** da argumentação.

A parte **retórica** envolve a avaliação da **eficácia da argumentação**, por meio da análise dos acordos entre os argumentadores e/ou o auditório, assim como das técnicas empregadas para gerar adesão, ou seja, para **convencer** ou **persuadir** o outro acerca de um ponto de vista[35]. Essa perspectiva ganhou má fama ao longo da história, sendo, no senso comum, atrelada a argumentações sem ética, jogos de palavras, em que o mais importante é mobilizar os interessados. Foi apenas em meados do século XX, com o *Tratado da Argumentação* de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006 [1958]), que a retórica passou por um "renascimento". Como bem explica Reboul (2004), é a partir de recursos retóricos que a humanidade versa sobre si mesma, seus valores e suas crenças, que podem mudar com as circunstâncias da interação argumentativa e de acordo com o próprio auditório, sendo fundamental para a deliberação em sociedades complexas. Um estudo retórico envolve, portanto, a análise da argumentação como **processo**, ou seja, dos mecanismos utilizados para gerar **adesão** do auditório.

A perspectiva **dialética** compreende a argumentação em termos de um **conflito de opinião** e está interessada em compreender como se busca uma resposta a tal desacordo em termos de diálogo, de interações discursivas. É no estrato dialético que serão analisadas as contra-argumentações, assim como a defesa do ponto de vista do argumentador e a crítica a outras visões sobre o assunto. Apesar de a perspectiva tradicional de dialética estar orientada ao objetivo de vencer o debate, seu principal foco é entender os **procedimentos** necessários para a **resolução de um conflito**, da maneira mais ética e criteriosa possível, como observamos nos estudos ligados à Pragmadialética, por exemplo (VAN EEMEREN, 2018).

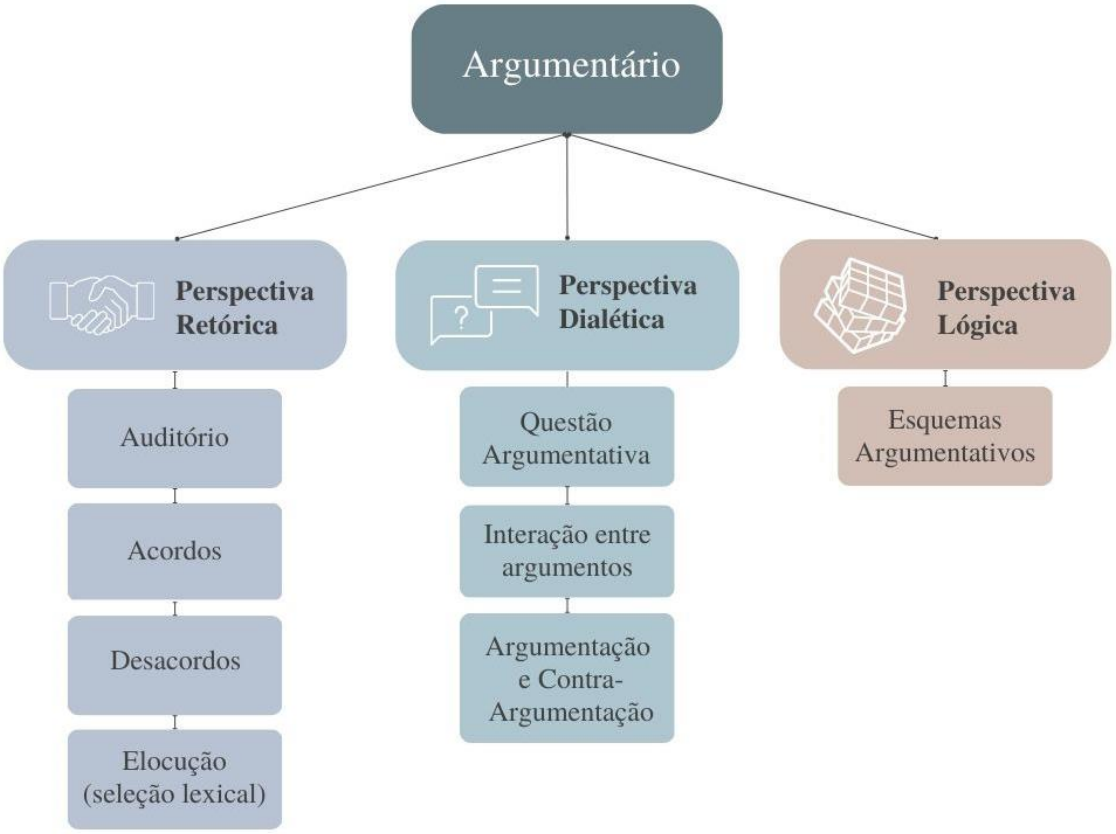
Já a **lógica** volta-se a compreender a atividade racional da argumentação, manifestada no conjunto de premissas e conclusões de um dado discurso/argumento através da análise dos tipos de raciocínio, das inferências e das estruturas dos argumentos, avaliando, portanto, a **consistência da argumentação**. Lógica, aqui, é compreendida através da perspectiva da

[35] Neste trabalho, utilizaremos os termos tese e ponto de vista como sinônimos.

Lógica Informal, campo de estudo que permite a sistematização e estruturação da argumentação em termos de **plausibilidade**. A partir do possível e do verossímil, a argumentação apoia-se em valores e crenças derivados de filiações discursivas que serão objeto de defesa, crítica e questionamento ao longo do debate sobre uma questão. Sendo assim, a lógica funciona como o aparato técnico em que se sustentam as análises dos argumentos em si, ou seja, do **produto** do processo argumentativo.

Em termos de análise do *corpus*, a parte **retórica** de nossa pesquisa busca compreender como os argumentadores se apoiam em acordos e desacordos sobre o real e o preferível (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2006[1958]) que projetam como compartilhados com o auditório, bem como entender o papel da seleção lexical, um aspecto da elocução (REBOUL, 2004), na construção dos argumentos. A parte **dialética** busca compreender as questões que orientam a atividade argumentativa, assim como a interação entre os argumentos em torno das repostas à questão, seja na defesa de um ponto de vista em comum, seja na contra-argumentação marcada pelas refutações. Por sua vez, a parte **lógica** consiste na composição dos esquemas argumentativos, principal unidade de análise desta pesquisa, que permite a compreensão dos movimentos argumentativos, ou seja, de como os argumentos foram construídos e encadeados buscando defender a plausibilidade do ponto de vista do argumentador.

Figura 7. Aproveitamento das dimensões retórica, dialética e lógica para o estudo do argumentário



Fonte: elaborado pela autora.

2.2 As questões e as teses na gestão dos acordos/desacordos

As argumentações surgem a partir de uma **questão argumentativa** que emerge da oposição entre discurso e contradiscurso; mais especificamente, de acordo com Plantin (2008, p.70) da tensão entre a proposição e a oposição (PLANTIN, 2008, p.70). As **teses** defendidas pelos argumentadores são as respostas às questões, que podem aparecer de maneira polar, normalmente representada pela dicotomia sim e não, ou de maneira aberta, estabelecendo uma rede de múltiplas possibilidades. No caso de nosso objeto de pesquisa, não apenas há mais de uma questão em debate, como elas tendem a apresentar respostas múltiplas.

Utilizando a terminologia de Plantin (2008), assumimos que exercem o papel de **proponente** os argumentadores que, em dado ponto da polêmica, assumem uma posição contrária à *doxa* – no caso de nosso *corpus*, uma atitude favorável a não deixar os monumentos "controversos" como estão –, não só defendendo teses nessa direção, como questionando e criticando teses que apoiam a manutenção dos monumentos como estão. Já o papel de **oponente**

é exercido pelos argumentadores que, em dado ponto da dinâmica argumentativa, assumem o papel de justificar a *doxa*; no caso, defender que os monumentos continuem como estão e questionar e criticar quem pretende modificar esse estatuto, seja por defender a remoção, a construção de contramonumentos, o deslocamento para museus, dentre outras possibilidades. Por fim, o papel de **terceiro** emerge quando um argumentador, em dado ponto de sua argumentação, nem defende, nem critica uma dada posição, mas mantém a dúvida acesa, sem fechar a questão em disputa. Nesse processo, os argumentadores explicitam e elaboram o conflito de opinião, influenciando, no caso do *corpus*, a formação da opinião pública e, não raro, buscando a **adesão** dos leitores.

Ao iniciarmos uma argumentação, é preciso que os participantes entrem minimamente em acordo sobre a atividade da discussão em si, sobre o tópico sobre o qual se irá argumentar, sobre algumas pressuposições a respeito do assunto e, inclusive, sobre algumas de suas premissas. Sem nenhum ponto em comum, argumentar se torna tarefa impossível; afinal, se não se quer argumentar, se não se acha que o tópico é argumentável, se não se concorda em nada sobre o assunto e, ainda, se as premissas são completamente divergentes, como iniciar a conversa? É nesse sentido que os acordos são pontos de partida necessários para a atividade argumentativa:

> [...] tanto o desenvolvimento como o ponto de partida da argumentação pressupõem acordo com o auditório. Esse acordo tem por objeto ora o conteúdo das premissas explícitas, ora as ligações particulares utilizadas, ora a forma de servir-se dessas ligações; do princípio ao fim, a análise da argumentação versa sobre o que é presumidamente admitido pelos ouvintes. Por outro lado, a própria escolha das premissas e sua formulação, com os arranjos que comportam, raramente estão isentas de valor argumentativo: trata-se de uma preparação para o raciocínio que, mais do que uma introdução dos elementos, já constitui um primeiro passo para a sua utilização persuasiva. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2006 [1958], p. 73)

Os acordos constituem um aspecto fundamental da perspectiva retórica da argumentação e consistem em um dos fatores pelos quais podemos inferir a força dos argumentos instanciados, uma vez que eles são centrais para a **adesão** do auditório projetado pelo orador. As premissas e presunções devem ser aceitas pelo outro em termos de identificação para considerarmos, pelo menos teoricamente, que a argumentação foi bem-sucedida. Dessa maneira, para que se possa argumentar, é preciso partir de **acordos** com o auditório que permitam construir um raciocínio em torno de determinada questão.

Os **acordos sobre o real** (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2006 [1958], REBOUL, 2008) se pretendem universais tanto em termos de auditório, a quem se dirige o

orador (ou articulista, no caso de nossas análises), quanto de adesão, ao não serem esperadas oposições ou resistências aos objetos sobre os quais recaem. No *Tratado da Argumentação*, são propostos três tipos: (i) **fatos**, dados sobre a realidade concreta que são resultados de acordos precisos e limitados, (ii) **verdades**, crenças que partem da ligação entre os fatos e o conhecimento científico, filosófico ou religioso, ou (iii) **presunções**, aquilo que se assume como verossímil ou normal dentro de um determinado sistema de crenças. Para a Lógica Informal (GODDEN; WALTON, 2007), presunções também são relevantes por transferirem o ônus da prova a quem se opõe – em geral, correspondem ao conceito de Garantia em perspectiva toulminiana (TOULMIN, 2006[1958]; GONÇALVES-SEGUNDO (2020b).

Já os **acordos sobre o preferível** (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2006 [1958], REBOUL, 2008) pressupõem a adesão de auditórios particulares, assumindo, portanto, que há não apenas uma multiplicidade de grupos como a possibilidade de que o ponto de vista defendido não seja compartilhado por todos. Os objetos sobre os quais recaem esses acordos são: (i) os **valores**, ideais concretos ou abstratos que comprometem os grupos em relação a modos particulares de agir ou interpretar ações, (ii) as **hierarquias**, que organizam os valores a partir de critérios particulares e (iii) os **lugares**, que relacionam valores e hierarquias de valores a partir de "tratados consagrados ao raciocínio dialético" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2006 [1958], p. 94) que estabelecem em grande medida o **senso comum**:

> Aquilo a que chamamos habitualmente **senso comum**, consiste numa série de crenças admitidas no seio de uma determinada sociedade, que seus membros presumem ser partilhadas por todo ser racional. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2006 [1958], p. 112, grifo no original)

Em perspectivas retóricas-discursivas, não podemos assumir que um dado sobre a realidade seja um fato propriamente dito (em termos ontológicos), apesar da ancoragem no "real" e da pretensa irrefutabilidade, pois os acordos partem da aceitação do dado como tal. Um exemplo bastante contemporâneo e característico desse impasse encontra-se no dissenso sobre o formato da Terra, em especial com a adesão de certos grupos às teorias terraplanistas, que promovem a negação de dados científicos tidos como fatos pelo senso comum e de caráter supostamente inegável. Dessa maneira, os acordos são sempre presumíveis, uma vez que partem das perspectivas do orador e do auditório e de seus sistemas de crenças e valores, derivado de suas filiações discursivas. Na polêmica em análise, a certeza de que os bandeirantes foram heróis, senão para o presente, para quem os homenageou no passado, é questionada,

tornando-se um ponto de tensão entre os articulistas. Esse desacordo evidencia que houve uma mudança no sistema de crenças e valores de nossa sociedade, impedindo que a qualificação positiva desses personagens históricos permaneça como está, dando, portanto, início ao debate público.

As hierarquias de valores, por sua vez, determinam o que é mais ou menos aceitável, correto, justo, verdadeiro, etc., e partem também da perspectiva particular tanto do orador quanto do auditório presumido. No caso do terraplanismo, existe um embate entre o método científico de acesso ao conhecimento e o empirismo; o uso de impressões pessoais para se opor a conhecimentos prováveis cientificamente evidencia uma inversão na hierarquia de valores entre o empírico e o método científico para uma parcela de nossa sociedade; dessa maneira, a Terra ser redonda, o que poderia ser considerado um fato até pouco tempo, se torna discutível dentro de uma dada discursividade. Na discussão sobre os monumentos no espaço público, parece existir uma hierarquia pressuposta entre opressores e oprimidos, sendo os opressores detentores da perspectiva hegemônica que os homenageia e os oprimidos relegados não apenas à falta de lugares de memória como à obrigatoriedade de conviver com homenagens a seus opressores. A contestação dessa hierarquia reflete uma não aceitação desses valores pretensamente acordados ao longo dos processos de colonização.

Em vista dessas considerações, é possível concluir que é na tensão entre os acordos e os desacordos que surgem as polêmicas.

> Na medida em que aparece como choque – muitas vezes brutal – entre opiniões antagônicas, a polêmica está indissoluvelmente ligada ao desacordo. É por isso que ela compartilha o descrédito que pesa sobre nossas sociedades sob as múltiplas formas do **dissenso**. (AMOSSY, 2017, p. 17, grifo no original)

Existe, no senso comum, uma utopia atrelada à busca pelo consenso, que surge como ideal a ser alcançado, independentemente das consequências (AMOSSY, 2017). No entanto, é no dissenso, entendido aqui como a discordância entre as partes, que se encontram as bases de uma sociedade democrática. A impossibilidade de discordar de outros pontos de vista é um dos principais sintomas de um sistema de pensamento autoritário, que não aceita o diferente, se impõe como verdade e inibe contestações. Sendo assim, apesar da importância dos acordos para que se possa argumentar, Amossy (2017, p. 24) questiona (i) a "posição privilegiada" que os acordos receberam nas teorias da argumentação após a publicação do *Tratado de Argumentação* e (ii) a expectativa de que o consenso seja "o objetivo último" das interações pautadas pela razão que deveriam sempre almejar a harmonia social.

Amossy, nesse ponto de vista, se associa à perspectiva de Angenot em seu artigo *Diálogo de Surdos* (2015), entendendo que "as discussões que não chegam a um acordo são a regra, e não a exceção" (AMOSSY, 2017, p. 31), tendo o autor por prova diversas polêmicas que não chegam a uma conclusão compartilhada. A partir disso, a pesquisadora defende:

> Se, de fato, o conflito é inevitável em nossas democracias pluralistas e se o cerne da democracia não é o consenso, mas a gestão do dissenso, então a polêmica como confronto verbal de opiniões contraditórias que não leva a um acordo utópico deve ser reconsiderada em profundidade. É, por conseguinte, uma retórica do **dissenso** que é necessário desenvolver, na qual a polêmica deve ter lugar de destaque. (AMOSSY, 2017, p. 38, grifo no original)

A análise da polêmica dos monumentos parte, portanto, de uma investigação sobre o dissenso em nossa sociedade, pautado na atualidade e que levanta questões de interesse público. Há um confronto de opiniões, no qual cada uma das partes precisa justificar seu posicionamento a partir de razões plausíveis, ou seja, que podem ser refutadas por seus adversários. Os artigos da *Folha de S.Paulo* se inserem em uma discussão que recobre aspectos de uma disputa global sobre o racismo e o colonialismo e, no entanto, apesar de sua contemporaneidade, o debate se estende no tempo, com diversos indícios de reativação ao longo dos anos; em uma escala internacional, os monumentos a Rhodes são exemplos levantados de como essa polêmica surgiu em 2015-2016 e ressurgiu em 2020; no contexto paulistano, tanto o Monumento às Bandeiras quanto a estátua de Borba Gato foram alvos de diversos protestos e discussões públicas nas últimas décadas. Entre suas reativações, esses conflitos polêmicos encontram-se em estado latente, esperando, assim como as memórias de subsolo, uma oportunidade para reemergirem.

Os traços constitutivos de uma polêmica (AMOSSY, 2017) são a **ancoragem conflitual**, traduzida pela dicotomização de teses contrárias, pela **polarização** de identidades pré-formadas integradas à visão de mundo dos participantes e pela **desqualificação do outro** como um inimigo a ser combatido. A violência verbal e o *pathos* também podem aparecer, porém apenas de maneira secundária às características anteriores. Ao mesmo passo que polêmicas podem ser geridas, em busca da persuasão das partes envolvidas, existem casos em que os pontos de contato entre as perspectivas são tão poucos ou inexistentes que os acordos parecem se tornar inegociáveis, fenômeno que Fogelin (2005) chama de **desacordo profundo**.

Por fazerem parte indissociável da discussão sob análise, esses traços são analisados ao longo desta dissertação na busca por entender o dissenso sobre os monumentos no espaço público, assim como os possíveis acordos e desacordos, as refutações e as possíveis impossibilidades de consenso entre as partes. A polêmica, no entanto, aparece como pano de

fundo para a construção do argumentário, sendo mais relevante para nossas análises a reconstrução dos argumentos, suas interações e a reconstrução visual do debate. Não significa, no entanto, que as visões de mundo e suas implicações tenham espaço reduzido neste trabalho; pelo contrário, elas subjazem à interpretação dos movimentos argumentativos e compõem a nossa leitura crítica das argumentações.

2.3 Os Esquemas Argumentativos

Para a construção do argumentário, nosso objetivo perpassa tanto pela compreensão e reconstrução do movimento argumentativo de cada artigo de opinião em análise, como pela identificação de padrões ou **esquemas argumentativos** que podem ser definidos como "estruturas abstratas" (MACAGNO, 2015, p. 183) que representam as relações entre as premissas e as conclusões.

> Esquemas possuem uma dimensão lógica (ou procedural) e uma dimensão semântica (ou material). A dimensão lógica abarca o tipo de raciocínio (dedutivo, indutivo, presuntivo, abdutivo, condutivo) que legitima o passo das premissas (explícitas e implícitas) à conclusão, bem como a estrutura das partes componentes do esquema, que podem contar com uma quantidade variável de premissas em relações hierárquicas distintas. Já a dimensão material diz respeito ao conteúdo proposicional abstrato que compõe o conjunto formado pelas premissas e pela conclusão, conteúdo esse que abarca variáveis que serão preenchidas, em uma argumentação determinada, pelo material semântico específico de um dado conflito de opinião. (GONÇALVES-SEGUNDO, 2022, p. 108)

É a partir da reconstrução dos argumentos como esquemas, tanto em sua dimensão procedural quanto material, que é possível observar onde e como eles são mobilizados nos artigos de opinião em análise, além de ser possível notar a reincidência de um mesmo argumento, ainda que ele apareça com diferente sintaxe ou seleção lexical.

Entendemos, portanto, que esquemas representam **padrões de inferência** que os conecta ao núcleo ilativo (DA SILVA, 2022; MACAGNO, 2015; GONÇALVES-SEGUNDO, 2022) da argumentação, ou seja, ao raciocínio envolvido na justificação e legitimação de uma tese controversa (JOHNSON, 2000). Dessa maneira, eles não apenas se conectam ao reservatório de diversos raciocínios historicamente consolidados aos quais o argumentador pode recorrer na atividade argumentativa, como também pressupõem uma **dimensão implícita**, constituída por presunções ou Garantias – em termos toulminianos – que:

> viabilizam ao argumentador legitimar (e convidam o auditório a ratificar) o passo de um dado conjunto de premissas/razões para a conclusão/tese, sustentando ou justificando-a. (GONÇALVES-SEGUNDO, 2022, p. 107)

É nesse sentido que definimos os **argumentos** como instâncias ou concretizações de um esquema argumentativo, por compreenderem um conjunto específico de **razões** em defesa de uma **tese** (DA SILVA, 2022; GONÇALVES-SEGUNDO, 2022). Enquanto os esquemas representam estruturas de raciocínio abstratas, os argumentos correspondem à aplicação desses esquemas em função do material proposicional que pode ser depreendido dos enunciados, sendo, portanto, a materialização dos raciocínios preenchidos semanticamente, de maneira que possam ser incorporados ao argumentário de uma dada questão.

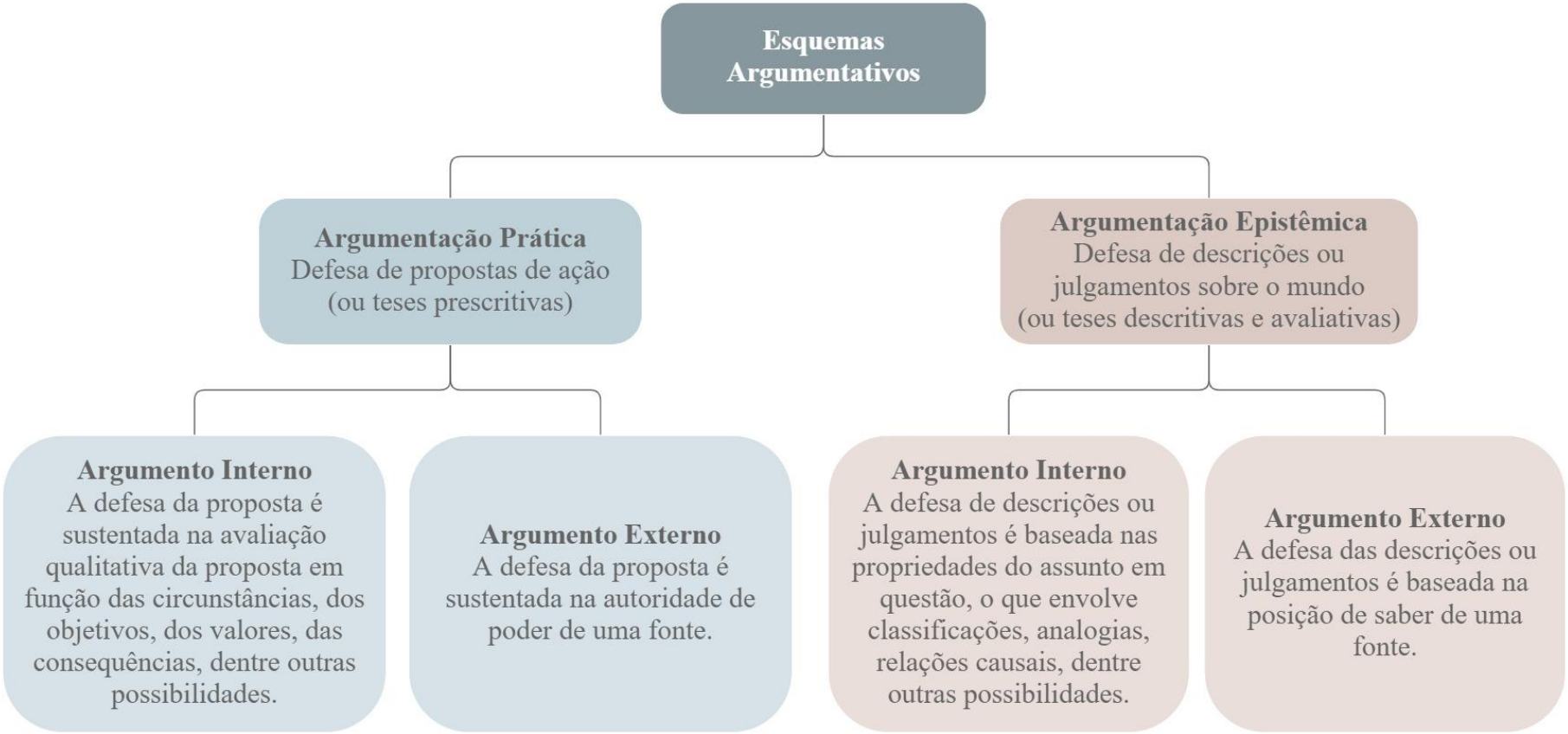
Nos estudos retóricos, o termo **esquema argumentativo** é utilizado em sinonímia com o termo **técnica argumentativa**. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006[1958]) dividem os possíveis argumentos em quatro tipos: argumentos quase lógicos, argumentos fundados na estrutura do real, argumentos que fundamentam a estrutura do real e argumentos por dissociação das noções. Em nosso trabalho, no entanto, iremos em outra direção. A classificação aqui estará de acordo com proposta pragmaticamente orientada de Walton e Macagno (2015), que divide os esquemas em termos de **argumentação prática** e **argumentação epistêmica**, de um lado, e em argumentação **interna** e **externa**, de outro.

Uma **argumentação prática** se volta à defesa de (ou ao ataque a) uma proposta de ação, ou tese prescritiva, por meio de **argumentos internos** que destacam sua **suficiência**, **necessidade** ou **desejabilidade**, e **argumentos externos**, a partir do **poder da fonte**.

Na **argumentação epistêmica**, defendem-se ou atacam-se **descrições** ou **julgamentos** sobre a realidade, calcadas nas crenças e nos valores dos argumentadores, derivados, por sua vez, de suas filiações discursivas. Os **argumentos epistêmicos internos** sustentam descrições e julgamentos sobre a realidade com base nas propriedades do assunto em questão, ao passo que os **argumentos epistêmicos externos** aumentam a plausibilidade das teses por recorrer à posição de saber de uma fonte.

Na figura abaixo, encontra-se desenhada a relação entre os tipos de argumentos.

Figura 8. Esquemas argumentativos segundo a proposta de Walton e Macagno (2015)



Fonte: elaborado pela autora a partir de Walton e Macagno (2015) e Gonçalves-Segundo (2021c)

Na sequência, encontra-se um exemplo de nossa compreensão de esquema argumentativo e da forma como esse instrumento analítico será utilizado ao longo de nosso trabalho. Começaremos com um **argumento prático interno** presente em um trecho do post do Facebook do artista e curador Hélio Menezes, datado do dia 12 de junho de 2020, a respeito da discussão sobre as estátuas, que faz parte do *corpus* expandido dessa pesquisa.

Quadro 1. Argumento no Facebook de Hélio Menezes

Ao se retirar o monumento racista, se retira a autoridade discursiva dos que se dizem dele especialistas. Retira-se também a máscara de quem os defende - não nos enganemos - porque estão querendo defender é a si mesmos. E a seus próprios pedestais.

Fonte: extraído de Menezes (2020a).

O argumento acima, de acordo com a Nova Retórica, seria um argumento pragmático, fundado na estrutura do real, uma vez que é a partir de uma experiência com a realidade que o argumentador prevê consequências. Na proposta de Walton e Macagno (2019), ele pode ser enquadrado no **esquema de consequências**, cuja forma abstrata pode ser visualizada a seguir.

Quadro 2. Esquema por Consequências positivas/negativas - abstrato

PREMISSA 1	Se o agente A efetivar a ação B (ou não), então ocorre C.
PREMISSA 2	C é um resultado negativo/positivo (do ponto de vista dos objetivos de A).
GARANTIA	Se realizar B leva a um resultado negativo/positivo, então o agente A (não) deve realizar a ação.
CONCLUSÃO	Consequentemente, B (não) deveria ser efetivado (em termos práticos).

Fonte: elaborado pela autora a partir de Walton e Macagno (2019) e Gonçalves-Segundo e Isola-Lanzoni (2021).

Aplicando o modelo ao post de Hélio Menezes, chegaríamos a dois esquemas argumentativos, ambos práticos:

Quadro 3. API - Argumento por Consequências Positivas - preenchido I

PREMISSA 1	Se monumentos racistas forem retirados, será retirada também a autoridade discursiva dos especialistas sobre esses monumentos
PREMISSA2	Retirar a autoridade discursiva dos que se dizem especialistas de monumentos racistas (do ponto de vista dos objetivos do Agente) é positivo.
GARANTIA	Se retirar as estátuas leva a um resultado positivo, então a ação deve ser realizada.
CONCLUSÃO	Monumentos racistas devem ser retirados.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Walton e Macagno (2019) e Gonçalves-Segundo e Isola-Lanzoni (2021).

Quadro 4. API - Argumento por Consequências Positivas - preenchido II

PREMISSA 1	Se monumentos racistas forem retirados, serão retiradas as máscaras de quem os defende.
PREMISSA 2	Retirar as máscaras dos que defendem monumentos racistas (do ponto de vista dos objetivos do Agente) é positivo.
GARANTIA	Se retirar as estátuas leva a um resultado positivo, então a ação deve ser realizada.
CONCLUSÃO	Monumentos racistas devem ser retirados.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Walton e Macagno (2019) e Gonçalves-Segundo e Isola-Lanzoni (2021).

A defesa de estátuas serem retiradas parte da previsão de uma **Consequência Positiva** advinda desse ato: retirar a autoridade discursiva e as máscaras de quem defende a manutenção de monumentos em homenagem a personagens históricos ligados ao racismo. Segundo Gonçalves-Segundo e Isola-Lanzoni (2021):

> [...] considerar que a projeção de efeitos colaterais é importante para a avaliação da proposta de ação, uma vez que a consideração de possíveis efeitos positivos, compatíveis com os valores e com as condições e recursos dos argumentadores, contribui para o gerenciamento do conflito de opinião, fortalecendo a proposição, da mesma maneira que a projeção de efeitos negativos tende a orientar o processo de decisão em direção à posição contrária. (GONÇALVES-SEGUNDO E ISOLA-LANZONI, 2021, p. 783)[36]

Diferentes esquemas são instanciados dependendo da natureza do raciocínio argumentativo, ou seja, argumentações voltadas a **fazer crer** privilegiam determinados esquemas, enquanto argumentações voltadas a **propostas de ação** mobilizam outros, como veremos mais detalhadamente nas próximas seções.

Em seguida, apresentamos um exemplo de **argumento epistêmico**. Ele encontra-se no artigo de opinião de Roberto Dias, publicado dia 10 de junho de 2020, sob o título *O futuro do passado do revisionismo histórico* e que integra o *corpus* definitivo desta pesquisa.

O futuro do passado do revisionismo histórico

Os bandeirantes voltaram à moda. Estão, de novo, na mira do politicamente correto. O alvo preferido é facilmente atacável: a estátua de Borba Gato, decerto uma das coisas mais feias de São Paulo. Mais difícil é achar quem estenda a crítica política ao Monumento às Bandeiras, obra modernista tombada.

Os bandeirantes exemplificam os problemas desse revisionismo para estabelecer o que seria aceitável. Quatro das rodovias que conectam a capital paulista os homenageiam: a dos Bandeirantes,

[36] No original: [...] [to] conceive that the projection of side effects is also important for the evaluation of a Claim for Action, since the consideration of positive side effects, compatible with the Values and with the conditions and resources of the stakeholders, contribute to the management of the conflict of opinion, strengthening the pro position, whereas the projection of negative side effects tends to drive the decision-making process towards the contra position.

a Anhanguera, a Raposo Tavares e a Fernão Dias. Outra leva o nome de Anchieta, jesuíta que apoiava a escravidão dos negros e catequizava indígenas. O religioso deveria receber qual rótulo?

As rodovias paulistas também guardam questões mais contemporâneas. Ayrton Senna, que batiza uma delas, é o piloto que jogou o carro em cima de um adversário para ganhar um Mundial de F-1. Outra leva o nome do primeiro presidente da ditadura militar, Castello Branco. Ela cruza o Rodoanel Mário Covas, político cassado pela ditadura de Castello, e o viaduto Roberto Cardoso Alves, que personifica o centrão fisiológico do Congresso desde quando Arthur Lira estava no colégio. Os tamoios, homenageados num dos caminhos do litoral, praticavam o canibalismo como vingança. Na época de D. Pedro 1º, que dá nome a uma estrada do interior, revoltosos eram executados.

Por falar em executados: Tiradentes, herói da Inconfidência, tinha seis escravos, como lembrou o autor Laurentino Gomes. Suas estátuas deveriam ter o mesmo destino que começa a ser dado às de Cristóvão Colombo, pioneiro da conexão entre Europa e América?

Levado ao pé da letra, esse tipo de revisionismo não tem fim, nem melhorará o mundo por si só. Alguns dos que empunham tal bandeira partem de uma premissa furada de superioridade moral. Outros ignoram a complexidade de cada caso. Seria mais proveitoso educar melhor as pessoas sobre história do que sair por aí apagando o passado.

Fonte: extraído de DIAS, 2020.

Quadro 5. Esquema por Exemplo – abstrato

PREMISSA 1	Os indivíduos $@_1$, $@_2$, $@_n$ têm a propriedade P ou fizeram/fazem a ação A.
GARANTIA	(Presumivelmente) Ter a propriedade P ou fazer a ação A é sinal da propriedade R.
CONCLUSÃO	A propriedade R se aplica.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Quadro 6. AEI - Argumento por Exemplo - preenchido

PREMISSA 1	Tanto a estátua do Borba Gato quanto o Monumento às Bandeiras homenageiam bandeirantes, mas apenas o primeiro é facilmente atacável.
PREMISSA 2	Anchieta, padre jesuíta, ao mesmo tempo que apoiava a escravidão de negros, catequizava indígenas, o que dificulta avaliar presentemente sua homenagem.
PREMISSA 3	Ayrton Sena, considerado um dos maiores esportistas do país e homenageado em uma rodovia, jogou o carro em cima de outro piloto para ganhar o Mundial de F-1, o que pode tornar aos olhos de hoje sua homenagem questionável.
PREMISSA 4	Tiradentes, ao mesmo tempo que foi herói da inconfidência, era dono de escravos, o que pode tornar sua problemático aos olhos presentes seu estatuto de herói.
GARANTIA	A dificuldade de se avaliar objetivamente figuras ou grupos homenageados no passado com os olhos do presente evidenciam os problemas do revisionismo.
CONCLUSÃO	Atitudes revisionistas são problemáticas.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

O autor inicia sua argumentação a partir da dicotomia entre a estátua de Borba Gato e o Monumento às Bandeiras; apesar de ambas estarem ligadas ao movimento bandeirante, apenas a primeira seria facilmente atacável, já que a segunda é considerada um monumento tombado, ou seja, de valor histórico reconhecido e protegido por lei. Em seguida, o autor amplia o paralelo

entre entidades com características parecidas elencando diversas personalidades históricas que, por um lado, seriam moralmente aceitáveis, enquanto, por outro, não. Uma vez que os critérios para uma avaliação objetiva de homenagens feitas no passado apresentam dificuldades, pois dependem de percepções subjetivas e hierarquias nem sempre claras, o autor defende sua tese de que as atitudes revisionistas são problemáticas. Isso é realizado indutivamente pela somatória de exemplos que sustentam sua alegação.

Apresentamos nesta seção a definição de esquemas argumentativos, seus sistemas de classificação e como serão trabalhados ao longo desta pesquisa. Aprofundaremos a seguir as noções sobre argumentação prática e epistêmica, delimitando seus campos, apresentando suas classificações e discutindo as escolhas e procedimentos que serão adotados nas análises.

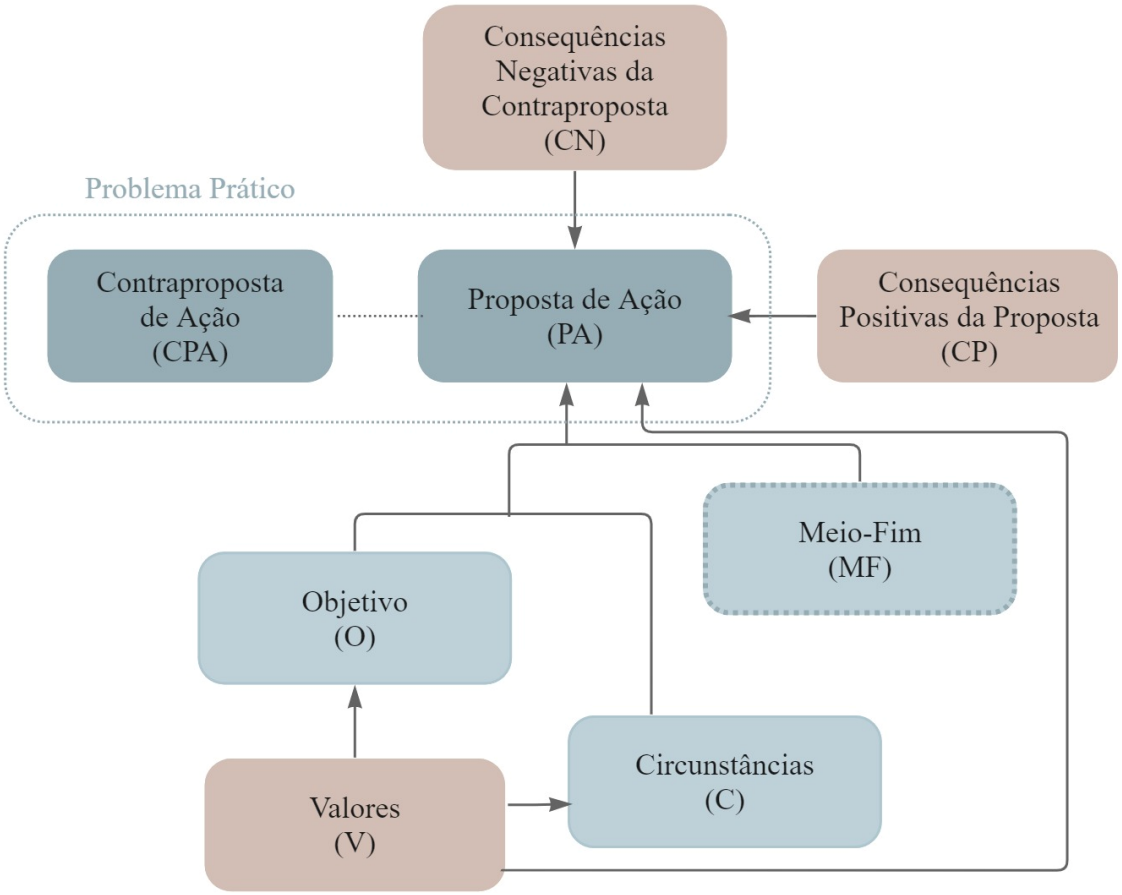
2.4 Argumentação prática e epistêmica

2.4.1 Em defesa de uma proposta de ação: a argumentação prática

Dentre os modelos de **argumentação prática**, iremos basear nossas considerações no diálogo entre as propostas por Fairclough e Fairclough (2012), Walton e Macagno (2019), Gonçalves-Segundo (2019; 2021c) e Gonçalves-Segundo e Isola-Lanzoni (2021), uma vez que apresentam discussões complementares para a análise de nosso *corpus*.

Dentre os principais teóricos a definirem a argumentação prática, Fairclough e Faiclough (2012), em seu livro *Political Discourse Analysis*, elaboram um diagrama para auxiliar na compreensão da relação entre os componentes lógico-dialéticos da argumentação em torno de um problema prático que receberá uma proposta de ação como solução. A seguir, apresentamos uma elaboração do esquema de raciocínio prático proposto por Fairclough e Fairclough (2012) com as contribuições de Gonçalves-Segundo (2019).

Figura 9. Modelo de Fairclough e Fairclough (2012) - abstrato



Fonte: elaborado pela autora a partir de adaptações de Fairclough e Fairclough (2012) e Gonçalves-Segundo (2019).

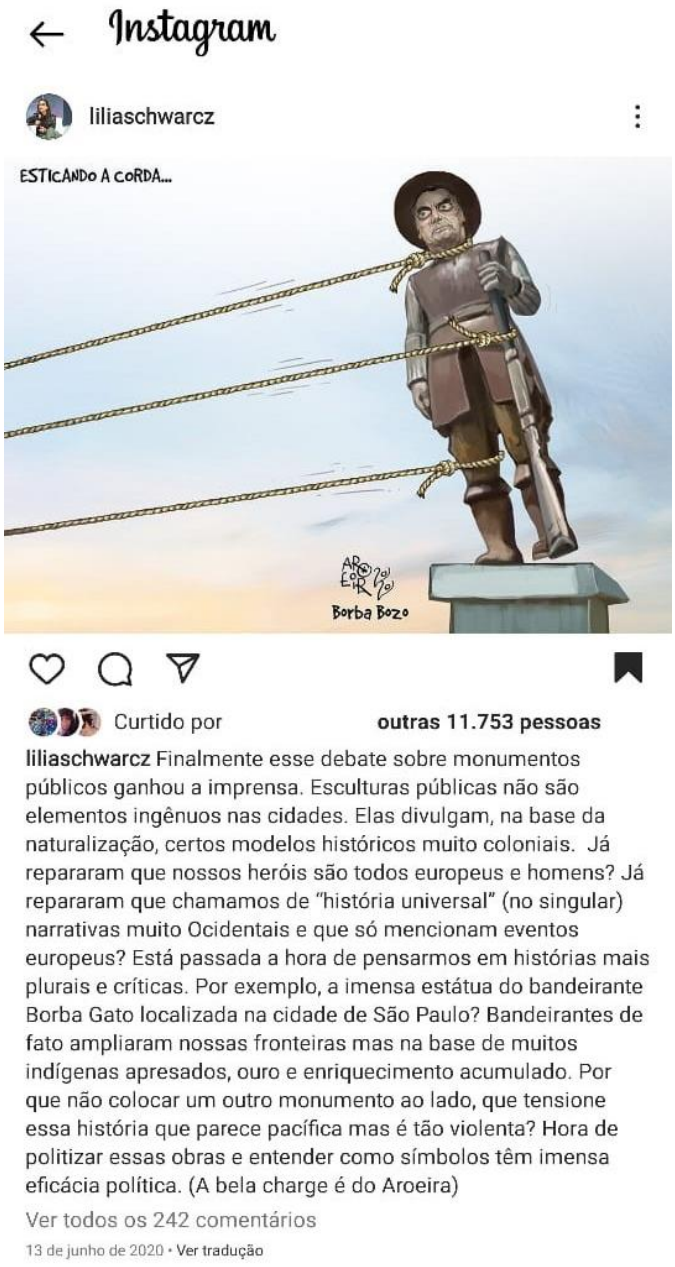
O esquema é composto por uma parte nuclear, que compreende os constituintes Circunstâncias, Objetivos, Proposta de Ação e Meio-fim. A partir da relação entre as **Circunstâncias** (C) – como o argumentador entende o estado de mundo presente – e os **Objetivos** (O) – como o argumentador projeta um estado de mundo futuro mais aceitável –, apresenta-se uma **Proposta de Ação** (PA) para solucionar o impasse, com base na presunção de que essa é a melhor maneira de atingir esse objetivo, garantia essa representada pelo componente **Meio-Fim** (MF). Esses quatro constituintes são entendidos em outros modelos, como o de Walton e Macagno (2019), como o **raciocínio prático instrumental**.

Os elementos complementares são os Valores, as Consequências Positivas e as Consequências Negativas. Os **valores** (V) podem apoiar tanto os **Objetivos** (O), quanto a leitura das **Circunstâncias** atuais (C) ou mesmo sustentar **Propostas de Ação** (PA). Já as **Consequências**, que podem ser **Positivas** (CP) ou **Negativas** (CN), influenciam na **refutação** ou na **defesa** do posicionamento em questão; elas correspondem a um argumento pragmático (ou por consequências negativas ou positivas).

A **contraproposta de ação** (CPA) não faz parte do mesmo movimento argumentativo, mas surge em oposição a ele a partir do mesmo problema prático, sendo o elemento dialético por excelência, uma vez que permite a ligação com outros discursos.

Para exemplificarmos como o modelo acima pode ser aplicado a um argumento prático, partiremos da postagem no Instagram da historiadora Lilia Schwarcz, publicada no dia 13 de junho de 2020, que integra o *corpus* expandido de nossa pesquisa.

Figura 10. Post do Instagram de Lilia Schwarcz



Fonte: extraído de SCHWARCZ, 2020.

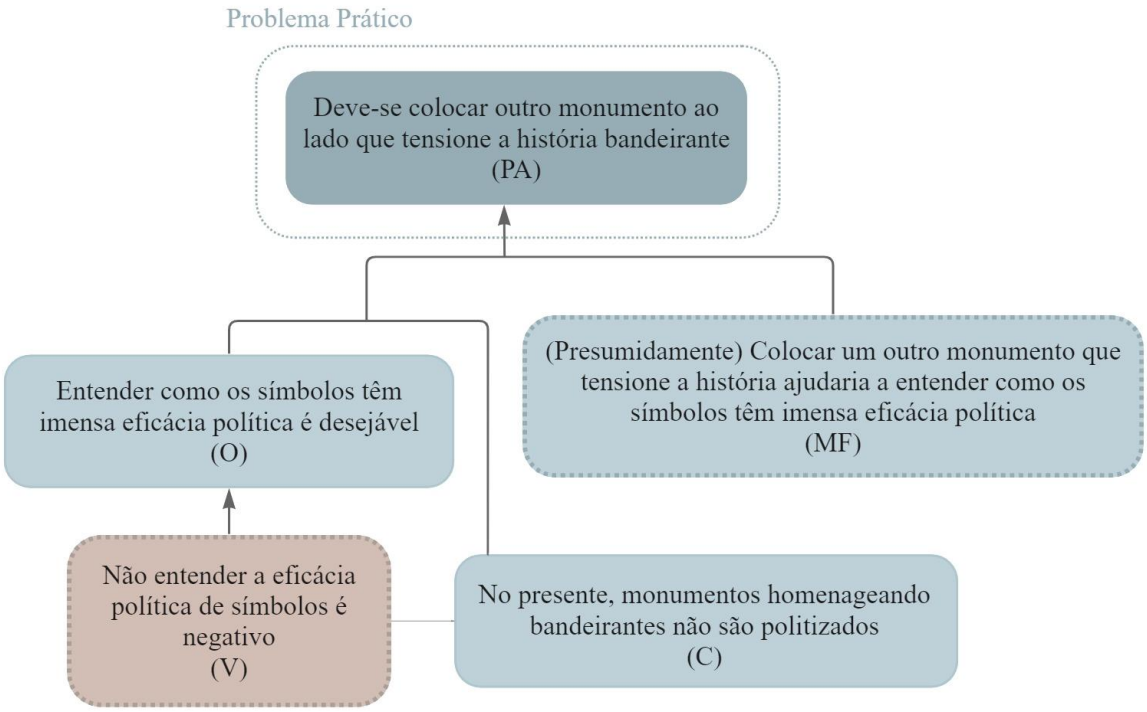
No quadro a seguir, separamos o trecho em análise. O argumento apresenta os constituintes nucleares da argumentação prática, sustentados por valores, como podemos observar no diagrama em sequência.

Quadro 7. Argumento do Post do Instagram de Lilia Schwarcz

Por que não colocar um outro monumento ao lado, que tensione essa história que parece pacífica mas é tão violenta? Hora de politizar essas obras e entender como símbolos têm imensa eficácia política.

Fonte: extraído de SCHWARCZ, 2020.

Figura 11. Argumento Prático Instrumental via Fairclough e Fairclough - preenchido



Fonte: elaborado pela autora a partir de Fairclough e Fairclough (2012).

Os componentes do modelo auxiliam na compreensão das diversas dimensões existentes no argumento, bem como a relação entre as partes. Há aqui uma centralidade da **Proposta de Ação**, para onde o esquema converge, na medida em que as **Circunstâncias** e os **Objetivos** se unem para a formulação da proposta. No caso, a relação **Meio-Fim** é inferida a partir dos demais elementos, embora não seja enunciada no texto, uma vez que funciona como a ligação dos demais componentes com a proposta que está sendo defendida – no fundo, trata-se de uma Garantia (TOULMIN, 2006[1958]), conceito que debateremos nas próximas páginas. A **relação Meio-Fim** expressa, assim, a presunção de que esta proposta é a melhor maneira de

resolver o impasse. Ademais, é preciso que haja uma valoração negativa da situação presente (ou seja, que assume que o não entendimento da eficácia política de símbolo seja indesejável) para que ela seja vista como um problema e seja avaliada como merecedora de atenção no sentido de solucioná-la.

No entanto, os autores reúnem em um único diagrama elementos que podem atuar como premissas em distintos esquemas argumentativos. Como o foco de nossa pesquisa é a construção do argumentário, torna-se produtiva a análise específica de cada esquema; por conta disso, metodologicamente[37], nos baseamos na **Lógica Informal**, especificamente nas contribuições de Walton, Reed e Macagno (2008), Walton e Macagno (2015) e Macagno e Walton (2019), considerando as reflexões a partir de Gonçalves-Segundo (2019, 2021c) e Gonçalves-Segundo e Isola-Lanzoni (2021).

O **esquema de raciocínio prático instrumental** é o principal esquema dessa proposta uma vez que articula os componentes nucleares em termos de premissas e garantia. Na Nova Retórica, ele seria entendido como uma das variantes do **argumento de finalidad**e dentro da categoria dos **argumentos fundados na estrutura do real**. Como tal argumentação se volta à defesa de uma ação que deve ser realizada para mudar um estado de coisas presente indesejável, a partir de um dado objetivo considerado "nobre", ele se enquadra, na tipologia de Macagno e Walton (2019), na categoria de **argumento prático interno** e sua estrutura abstrata encontra-se reproduzida a seguir.

Quadro 8. Esquema de Raciocínio Prático Instrumental - abstrato

PREMISSA CIRCUNSTANCIAL (problema)	Existe no presente uma situação P, considerada inaceitável, indesejável ou improvável, que não pode, não deve ou não deveria ser mantida.
PREMISSA DE OBJETIVO (fim)	A futura situação O consiste em um estado de mundo aceitável, desejável ou aprimorado.
GARANTIA MEIO-FIM (presunção)	(Presumivelmente) O agente @ fazer a ação A levará à reversão da situação P e ao alcance da situação futura O.
CONCLUSÃO (meio/proposta de ação)	O agente @ deve/deveria/tem que fazer a ação A.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021a).

Como vimos, para que os esquemas argumentativos sejam incorporados ao argumentário, eles devem estar semanticamente, ou materialmente, preenchidos, ou seja,

[37] Teoricamente, as contribuições de Fairclough e Fairclogh (2012) continuarão presentes.

aplicados ao texto, de maneira que possam incorporar o conjunto de entidades, eventos, propriedades e circunstâncias pertinentes a uma dada questão. Como exemplo do argumento preenchido, partiremos do mesmo trecho do post de Lilia Schwarcz no Instagram, com o esquema instanciado apresentado em sequência.

Quadro 9. Argumento do Post do Instagram de Lilia Schwarcz

Por que não colocar um outro monumento ao lado, que tensione essa história que parece pacífica mas é tão violenta? Hora de politizar essas obras e entender como símbolos têm imensa eficácia política.

Quadro 10. API – Argumento de Raiocínio Prático Instrumental - preenchido

PREMISSA CIRCUNSTANCIAL (problema)	No presente, monumentos homenageando bandeirantes não são politizados.
PREMISSA DE OBJETIVO (fim)	Entender como os símbolos têm imensa eficácia política é desejável.
GARANTIA MEIO-FIM (presunção)	Colocar um outro monumento que tensione a história ajudaria a entender como os símbolos têm imensa eficácia política.
CONCLUSÃO (meio/proposta de ação)	Deve-se colocar outro monumento ao lado que tensione a história bandeirante.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021a).

Parte-se da explicitação do problema na Premissa Circunstancial em busca de um fim, a realidade desejável, exposto na Premissa de Objetivo. A presunção que assume a melhor possibilidade de solução encontra-se na Premissa Meio-Fim, que sustenta a Conclusão, e é composta pela proposta de ação, ou o meio, para se atingir os objetivos, consideramos que essa premissa corresponde à garantia desse esquema, por isso, nomearemos como Garantia Meio-Fim.

Aplicando ao trecho de Schwarcz, esse argumento poderia ser nomeado como "Argumento pela politização de estátuas", uma vez que defende uma ação prática (*construir um contramonumento*) como solução da argumentadora para o conflito presente (*a não politização de monumentos homenageando bandeirantes*). A partir da reconstrução do argumento através do esquema, podemos verificar se ele aparece em outros textos e como ele é mobilizado, apoiado, refutado e, assim, construir a cadeia de relações dentro do argumentário.

No quadro a seguir, apresentamos a relação apenas dos esquemas de raciocínio prático que foram instanciados no *corpus* de nossa pesquisa.

Quadro 11. Argumentos de Raciocínio Prático - Internos

Esquemas Internos	
Esquema Instrumental de Raciocínio Prático	Esquema por Regra
Esquema por Consequências Positivas/Negativas	Esquema por Regra da Justiça
Esquema por Valor	Esquema por Modelo

Fonte: elaboração da autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021b).

Já discutimos os esquemas de Argumento Prático Instrumental e o esquema por Consequências, de forma que não os apresentaremos novamente. Iremos nos deter, portanto, nos argumentos ainda não vistos: por Valor, por Regra da Justiça, por Regra e por Modelo.

De acordo com Gonçalves-Segundo (2021c), o esquema por **Valor** pode funcionar de duas maneiras: (i) na justificação de uma premissa, que pode ser a Circunstancial ou a de Objetivos, e (ii) na defesa da ou no ataque à Proposta de Ação. Esse argumento parte dos valores no sentido retórico e, portanto, sua eficácia depende do compartilhamento desses ideais concretos ou abstratos que comprometem os grupos em relação a modos particulares de agir ou interpretar ações (GONÇALVES-SEGUNDO, 2021c; MACAGNO; WALTON, 2019). Ao instanciar um argumento por Valor, o argumentador parte de acordos pressupostos com o auditório na avaliação da realidade através da polaridade positiva ou negativa. Dito isso, existem dois modelos de esquemas abstratos por valor:

Quadro 12. Esquema por Valor I - justificação da premissa circunstancial ou da premissa de objetivos - abstrato

PREMISSA 1	O valor V é positivo/negativo para o agente @.
GARANTIA	Se o valor V é positivo/negativo para o agente @, então faz sentido avaliar a situação presente/futura que instancia esse valor como positiva/negativa.
CONCLUSÃO (proposta de ação)	A situação presente/futura pode ser considerada positiva/negativa.

Fonte: adaptado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Quadro 13. Esquema por Valor II – defesa ou ataque da Proposta de Ação - abstrato

PREMISSA 1	O valor V é positivo/negativo para o agente @.
PREMISSA 2	O curso de ação A promove o valor V.
GARANTIA	Se o valor V é positivo/negativo para o agente @, então a proposta de ação A que o promove (não) deve ser implementada (ou seriamente considerada).
CONCLUSÃO (proposta de ação)	A proposta A (não) deve ser implementada (ou seriamente considerada).

Fonte: adaptado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Ao contrário dos casos anteriores, nem o esquema a partir de Regras e nem o esquema de Regra da Justiça estão previstos no modelo de Fairclough e Fairclough (2012). No **esquema por Regras**, uma proposta de ação pode ser defendida ou rejeitada a partir de regras institucionais (GONÇALVES-SEGUNDO, 2021c; MACAGNO; WALTON, 2019), que se fazem relevantes na discussão em pauta; em nosso caso, isso equivale a invocar leis/decretos que estabelecem uma norma de conduta que, em tese, deve ser seguida obrigatoriamente nas situações em que ela se aplica.

Quadro 14. Esquema por Regra - abstrato

PREMISSA 1	Existe uma regra R que estabelece que o curso de ação A deve ser seguido diante da situação S.
PREMISSA 2	O caso em discussão consiste em uma instância da situação S
GARANTIA	Se o caso em pauta consiste em uma instância da situação S, então o curso de ação A deve ser adotado.
CONCLUSÃO	B deve ser realizado.

Fonte: adaptado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

De acordo com Gonçalves-Segundo (2021c), para aceitarmos a proposta de ação sustentada por um esquema de Regra da Justiça, é preciso que um acordo em relação a três elementos: as circunstâncias, a categorização e o tratamento. Nas palavras de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006 [1958]):

> A regra da justiça requer a aplicação de um tratamento idêntico a seres ou situações que são integrados numa mesma categoria. A racionalidade dessa regra e a validade que lhe reconhecem se reportam ao princípio de inércia, do qual resulta, notadamente, a importância conferida ao precedente. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2006 [1958], p. 248)

Dessa maneira, o esquema de Regra da Justiça é instanciado para corrigir uma injustiça, ou seja, ele é mobilizado quando o tratamento oferecido a seres e situações semelhantes é distinto.

Quadro 15. Esquema por Regra da Justiça - abstrato

PREMISSA 1	Na situação X, A foi tratado de forma Y.
PREMISSA 2	B se encontra na situação X.
PREMISSA 3	A e B são seres da mesma categoria.
GARANTIA	Se A e B pertencem à mesma categoria, então eles devem ser tratados da mesma forma da situação X.
CONCLUSÃO	B deve receber tratamento Y.

Fonte: adaptado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Argumentos por regra da justiça são produtivos em nosso *corpus*, na medida em que, por meio deles, se torna possível advogar pela equanimidade de tratamento de seres da mesma categoria, como aparece na defesa pelo direito ao espaço público por todos os cidadãos brasileiros, inclusive negros e povos indígenas, ou pela aproximação do sofrimento dessas minorias na mão dos bandeirantes ao do povo judeu sob jugo nazista, ambos entendidos como genocídios. É justamente na semelhança de tratamento dado a seres e situações que encontraremos o princípio de justiça; dessa forma, se todos os cidadãos têm direito ao espaço público, não é razoável que homenagens a bandeirantes, reconhecidamente ligados ao genocídio dos povos negro e indígena, permaneçam no espaço público sem nenhum tipo de reflexão sobre o sofrimento causado por esses personagens históricos, da mesma maneira que estátuas em homenagem a Hitler ou símbolos ligados ao nazismo não são tolerados mundo afora, pelo genocídio e sofrimento que causaram ao povo judeu.

O último tipo de argumento prático encontrado nas análises é o **esquema por Modelo,** elaborado por Perrud (2022) a partir das considerações do *Tratado de Argumentação* acerca do modelo e antimodelo. Para nossa pesquisa, apenas o modelo é produtivo. Por meio desse esquema, transferimos o prestígio de uma pessoa ou grupo para suas ações (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2006[1958]; PERRUD, 2022); nesse sentido, ele parte de um ideal de conduta a ser seguido a partir da construção de um ator exemplar que apresenta valores positivos do ponto de vista do argumentador e que ele presume serem compartilhados com o auditório.

Quadro 16. Esquema por Modelo - abstrato

PREMISSA 1	A ação A, realizada por M, é um modelo de V, valorizado positivamente em um dado discurso.
GARANTIA	O que é realizado por um modelo de valor V deve ser imitado.
CONCLUSÃO (proposta de ação)	Deve-se agir conforme M.

Fonte: adaptado pela autora a partir de Perrud (2022).

Na próxima seção, discutiremos, com menor detalhamento, o funcionamento da **argumentação epistêmica.** Argumentações epistêmicas não são nucleares em nosso objeto de pesquisa, que versa sobre um problema prático – "*O que fazer com monumentos ligados ao racismo e ao colonialismo que ocupam o espaço público?*" –, mas elas podem aparecer para sustentar premissas de argumentos práticos e para legitimar determinadas descrições e avaliações pertinentes no debate, como, por exemplo, em que medida é válido avaliar o presente

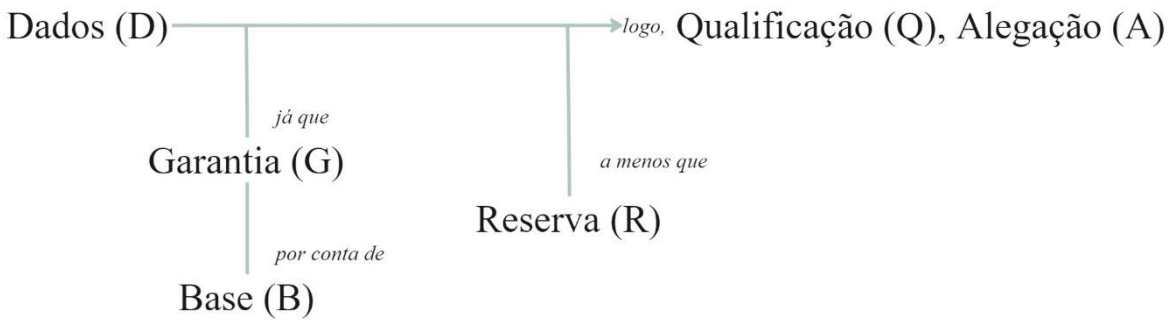
pelos olhos do passado ainda ou em que medida remover uma estátua é mesmo revisionismo histórico.

2.4.2 Em defesa de uma descrição ou julgamento: a argumentação epistêmica

Para as análises de argumentação epistêmica, partimos de um diálogo entre a perspectiva de Walton e Macagno (2015) e o *Diagrama de Argumentos* de Stephen Toulmin (2006[1958]), com especial atenção à leitura lógico-discursiva realizada por Gonçalves-Segundo (2020b) sobre a Garantia, uma vez que elas ocupam um papel fundamental na estrutura abstrata dos esquemas argumentativos.

A Figura 12 apresenta o diagrama (ou *layout*) de argumentos de Toulmin (2006[1958]):

Figura 12. Layout de Argumentos



Fonte: adaptado pela autora a partir de Toulmin (2006[1958]) e Gonçalves-Segundo (2020b).

Os componentes mínimos para a existência de um movimento argumentativo epistêmico e que, por sua vez, fazem parte da *ordem universal da argumentação* para Toulmin (GONÇALVES-SEGUNDO, 2020b, p. 252) são a **Alegação** (A) ou **tese** – uma resposta à questão argumentativa que se configura em **ponto de tensão dialógica** (GONÇALVES-SEGUNDO, 2020b) que inicia a atividade argumentativa –, os **Dados** (D) ou **premissas** – as proposições a partir das quais a alegação/tese pode ser respaldada – e as **Garantias** (G) – as presunções que licenciam a inferência dos dados/premissas para a alegação/tese (HITCHCOCK, 2017) e que representam o que determinada discursividade assume como normal ou familiar (WALTON, 2006) estando, para ela, fora de questão, ainda que isso seja revogável a partir de novos dados (GONÇALVES-SEGUNDO, 2020b).

Os demais componentes, as **Bases** (B), as **Qualificações** (Q) e a **Reserva** (R), partem de uma *ordem socialmente variável* e envolvem aspectos dialeticamente relevantes da argumentação, como a confiabilidade, a flexibilização e a revogabilidade (GONÇALVES-SEGUNDO, 2020b).

As **Bases** são instanciadas de modo a sustentar outros componentes do modelo, (GONÇALVES-SEGUNDO, 2020b, p.252), estando orientadas tanto para romper com possíveis ceticismos acerca dos argumentos apresentados quanto para legitimar o posicionamento defendido. Elas apresentam tanto a fonte da proposição quanto os meios de acesso ao conhecimento que sustenta sua percepção a partir de marcadores do **domínio evidencial** (GONÇALVES-SEGUNDO, 2020b). Trata-se, então, de componente ligado à confiabilidade.

As **Qualificações** participam de um processo de avaliação da alegação, estabelecendo tanto o comprometimento do argumentador com sua alegação, quanto sua avaliação sobre a veracidade da mesma. Entendemos, como Gonçalves-Segundo (2020b; 2020c), que esse componente se relaciona com as noções de **modalidade epistêmica** (BEDNAREK, 2006; MARÍN-ARRESE, 2011a e 2011b), manifestadas semanticamente através de estruturas linguísticas, como verbos, advérbios, locuções verbais ou adverbiais, dentre outros. Trata-se, pois, de componente ligado à flexibilização das posições.

Já a **Reserva** indica eixos de revogação do argumento, ressalvas que podem criar obstáculos para que a Garantia seja capaz de gerar uma presunção, a partir das premissas/dados, a favor da alegação/tese.

Em termos teórico-metodológicos, aproveitaremos, do arcabouço toulminiano, principalmente o conceito de Garantia. Os demais elementos com suas respectivas funções serão apenas pontualmente considerados quando relevantes durante o procedimento analítico de interpretação dos argumentos. Não nos estenderemos mais nessa discussão, pois nosso aporte central é o da teoria dos esquemas argumentativos. A relação dos argumentos epistêmicos internos e externos que foram instanciados em nosso *corpus* encontram-se no quadro abaixo[38]:

[38] Há, obviamente, muitos outros esquemas argumentativos epistêmicos pertinentes. Listá-los de forma exaustiva não constitui objetivo deste trabalho.

Quadro 17. Esquemas de Raciocínio Epistêmico – Internos e Externos

Esquemas Internos	Esquemas Externos
Esquema por Exemplo	Esquema por Posição de Saber (Autoridade)
Esquema por Causa-Efeito	
Esquema por Sinal	
Esquema por Definição	
Esquema por Analogia	
Esquema por Interação Ato-Pessoa	
Esquema por Critério	

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

O primeiro esquema, **por Exemplo**, consiste em um raciocínio a partir de seres ou situações que se associam ao problema e que auxiliam a explicar, de maneira indutiva, o ponto de vista do argumentador por compartilharem uma propriedade similar ao caso em discussão (GONÇALVES-SEGUNDO, 2021C). De acordo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006 [1958], p. 399) argumentações por exemplo propõem generalizações "a partir de casos particulares", que são aplicadas ao problema em questão sustentando para sustentar a defesa do argumentador. Em nosso corpus, esse é o tipo de esquema argumentativo epistêmico mais recorrente.

Quadro 18. Esquema por Exemplo - abstrato

PREMISSA 1	Os indivíduos $@_1$, $@_2$, $@_n$ têm a propriedade P ou fizeram/fazem a ação A.
GARANTIA	(Presumivelmente) Ter a propriedade P ou fazer a ação A é sinal da propriedade P.
CONCLUSÃO	A propriedade R se aplica.

Fonte: adaptado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

O **Esquema por Causa-Efeito** parte de regras de inferência que preveem um resultado (efeito) a partir de uma origem (causa). Nas palavras de da Silva (2022, p. 77): "Este tipo de argumento consiste na lógica de que um resultado pode surgir ou não a depender de um estímulo já estar ou não aceito por um determinado argumentador". Gonçalves-Segundo (2021c) complementa que uma das partes, normalmente, é construída como factual, ou seja, é entendida como um fato sobre o qual não há dúvidas ou se pode testar. Por aproximação, parte-se do

princípio de que entender um dos elementos como verdadeiro implica em assumir que o outro também o é; no entanto, ao negar a veracidade de um, impõe-se o mesmo para o outro.

Quadro 19. Esquema por Causa-Efeito I – abstrato

GARANTIA	Se a causa A é verdadeira, então o efeito B também é verdadeiro.
PREMISSA	A causa A é verdadeira.
CONCLUSÃO	B é verdadeiro.

Quadro 20. Esquema por Causa-Efeito II - abstrato

GARANTIA	Se a causa A é verdadeira, então o efeito B também é verdadeiro.
PREMISSA	O efeito B não é verdadeiro.
CONCLUSÃO	A não é verdadeiro.

Fonte: adaptado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c) e Walton, Reed e Macagno (2008).

O **Esquema por Sinal** também é conhecido como "falso *Modus Tollens*" (GONÇALVES-SEGUNDO, 2021c). Ele parte de um raciocínio abdutivo e, portanto, revogável, uma vez que é uma generalização "possível", mas não "necessária" (WALTON, 2006), que leva o argumentador partir de um dado sobre a realidade para inferir uma hipótese que se encaixa em um padrão familiar (WALTON, 2006).

Quadro 21. Esquema por Sinal - abstrato

PREMISSA 1	Se A é verdadeiro, então B também é verdadeiro.
GARANTIA	B é verdadeiro.
CONCLUSÃO	A (deve ser) verdadeiro.

Fonte: adaptado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

O **Esquema por Definição**, que também pode ser chamado de Argumento por Classificação Verbal, "estabelece uma identidade entre o que é definido e o que define, de tal modo que se tenha o direito de substituir um pelo outro no discurso, sem mudar o sentido" (REBOUL, 2008, p. 172). De acordo com Gonçalves-Segundo (2021c) esse tipo de argumentação implica na definição de um dado a partir de uma categoria pré-definida por apresentar aspectos recobertos pelo sentido proposto. Segundo Reboul (2008), que se baseia principalmente nas caracterizações de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006 [1958)], "toda

definição é um argumento, pois impõe determinado sentido, geralmente em detrimento dos outros" (REBOUL, 2008, p. 173). Em outras palavras, esse tipo de raciocínio estabelece um parâmetro de classificação da realidade, entendendo que o sentido atribuído a um objeto está em questão e que, portanto, defini-lo torna-se produtivo para os objetivos do orador.

Quadro 22. Esquema por Definição - abstrato

PREMISSA 1	A categoria X, na qual @ está incluído, encontra-se sob a definição D.
PREMISSA 2	@ cumpre (ou não) os aspectos recobertos pela definição D.
GARANTIA	Se @ cumpre (ou não) os aspectos recobertos pela definição D, então ele pode (ou não) ser considerado membro da categoria X.
CONCLUSÃO	@ pode (ou não) ser considerado membro da categoria X.

Fonte: adaptado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

O **Argumento por Analogia** parte da associação de um ser a outro, ou de uma situação a outra, por compartilharem características semelhantes que podem ou não ser instanciadas; é importante ressaltar que a comparação entre os seres não é dada *a priori*, ela não existe por si só, ela é construída pela analogia e influencia na percepção da realidade (GONÇALVES-SEGUNDO, 2021c; PERELMAN; OBLBRECHTS-TYTECA, 2006 [1958]); WALTON; REED; MACAGNO, 2008). Segundo Walton et al. (2008), o raciocínio analógico dá origem a diversos outros, pois estabelece as bases de associação entre partes que se tornam, a partir da analogia, passíveis de comparação de suas características. Esse argumento também apresenta duas configurações de esquemas: a primeira parte da similaridade de situações para a construção da tese analógica, enquanto a segunda aplica a analogia para sustentar uma conclusão. Ambas se encontram reproduzidas a seguir:

Quadro 23. Esquema por Analogia I - abstrato

PREMISSA 1	Um caso C é caracterizado por um conjunto de propriedades P.
GARANTIA	Um caso D é caracterizado por um conjunto de propriedades P.
CONCLUSÃO	O caso C é similar/análogo ao caso D.

Fonte: adaptado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Quadro 24. Esquema por Analogia II - abstrato

PREMISSA 1	Um caso C é similar/análogo ao caso D.
GARANTIA	Para C, a ação A ou a propriedade P se aplicam.
CONCLUSÃO	Para D, a ação A ou a propriedade P também se aplicam.

Fonte: adaptado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

O **Esquema Interno por Interação Ato-Pessoa** é um subtipo de argumento por Sinal e, de acordo com Gonçalves-Segundo (2021d), pode atuar em dois sentidos: (i) sustentando uma tese avaliativa sobre uma pessoa com base em seus atos, ou (ii) avaliando os atos a partir do julgamento acerca da pessoa que os realizou. Perelman e Olbrechts-Tyteca, no *Tratado de Argumentação* (2006 [1958]), entendem que "a pessoa serve, por assim dizer, de intermediário que permite passar dos atos conhecidos aos atos desconhecidos, do conhecimento de atos passados à previsão de atos futuros" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2006, p. 340), o que depende de uma relação pautada na "garantia" de que um ato pode ser equivalente a outro, de que uma pessoa pode ser equivalente a seus atos e a suas opiniões (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2006 [1958], p. 340). Em nosso *corpus*, esse argumento aparece também na generalização entre atos e grupos.

Quadro 25. Esquema por Interação Ato-Pessoa - abstrato

PREMISSA 1	A pessoa @ praticou os atos A.
PREMISSA 2	Os atos A são considerados como sinais de P (a partir dos valores do argumentador)
GARANTIA	Se os atos A, praticados por @, são sinais de P, então @ também pode ser caracterizada como P.
CONCLUSÃO	A pessoa @ pode ser caracterizada como P.

Fonte: adaptado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Apenas um tipo de argumento externo é instanciado em nosso corpus: trata-se do esquema por Posição de Saber (ou de Autoridade). Por ser externo, ele não parte de um raciocínio ligado aos aspectos semântico-discursivos da questão em si, mas consiste em um apelo à opinião de uma referência externa que deve ser considerada como mais plausível ou razoável, pelo fato de tal referência ser considerada uma especialista no assunto. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006 [1958]), existe uma influência direta do prestígio da fonte

sobre a informação, o que depende largamente de acordos a respeito da legitimidade da autoridade em questão.

Quadro 26. Esquema por Autoridade (ou Posição de Saber) - abstrato

PREMISSA 1	A fonte F é especialista no campo de conhecimento C que contém a proposição P.
PREMISSA 2	A fonte F assevera que a proposição P é verdadeira (falsa).
GARANTIA	(Presumivelmente) o que a fonte F, em posição de saber, assevera deve ser considerado como mais plausível.
CONCLUSÃO	A proposição P é verdadeira (falsa).

Fonte: adaptado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c) e Walton, Reed e Macagno (2008).

Na próxima seção, exploraremos mais detalhadamente o conceito de **argumentário** e discutiremos como se dará sua operacionalização nesta pesquisa.

2.5 Argumentário

Afinal, o que seria um **argumentário**? De acordo com Plantin (2006), o argumentário é um *roteiro* ou *depósito* de onde podem ser extraídos ou selecionados os argumentos que os participantes da interação argumentativa mobilizam em contextos específicos; logo, em sua perspectiva, os argumentos são *amplamente herdados*.

> [...] o roteiro argumentativo [argumentário] preexiste e dá forma aos discursos argumentativos concretos, dos quais ele constitui um elemento determinante, mas não único. Ele pode ser indeterminadamente atualizado em uma grande variedade de lugares. As perguntas atraem os argumentos a partir do momento em que permanecem abertas. É quando se constituem roteiros argumentativos, vinculados aos papéis de Proponente e de Oponente. Esses roteiros (ou argumentários) fornecem o 'estoque' de argumentos de fundo, mobilizáveis tão logo a pergunta surge [...] O roteiro é a tópica [...] ligada a uma pergunta. [...] Nesse caso, os argumentos são amplamente herdados, e o trabalho do locutor é falá-los, ampliá-los [...]. (PLANTIN, 2008, p. 82-83, colchetes nossos)

Nesta definição, o argumentário se parece com uma enciclopédia de argumentos a ser consultada quando necessário, sempre disponível e sempre em expansão. Para ele, os roteiros – "a tópica"[39] – estão vinculados aos papéis de Proponente e Oponente; em outros termos, a posição que se ocupa no discurso determina quais argumentos estão disponíveis.

[39] A discussão sobre argumentário consiste em um desdobramento do debate sobre a natureza da invenção na retórica clássica. Não é objetivo deste trabalho prover tal discussão; no entanto, trazemos as palavras de Perelman

A posição de Rui Grácio (2015) caminha na mesma direção, na medida em que concebe o argumentário como "o conjunto de argumentos que são mobilizados sobre um determinado assunto em questão".

> Utiliza-se geralmente a palavra 'argumentário' para designar o conjunto de argumentos apresentados pelas partes sobre um assunto em questão. Por exemplo, na questão da decisão da legalização do aborto, quer a posição a favor, quer a posição contra, desenvolvem conjuntos de argumentos para definirem e sustentarem as suas perspectivas específicas. Da mesma forma, englobamos no argumentário dos que são a favor, ou contra, a pena de morte, as razões que clarificam a suas posições e que são apresentadas para basearem a sua perspetiva. (GRÁCIO, 2015, Vocabulário da argumentação, Argumentário)[40]

A pesquisadora norte-americana Jean Goodwin, em artigo recente (2020), discute o mesmo fenômeno a partir de uma discussão recorrente nas mídias digitais sobre a veracidade da mudança climática em face do comportamento supostamente hipócrita de cientistas do clima no tocante a seu próprio modo de vida. Neste texto, a autora conclama a comunidade de pesquisadores em argumentação a prestar atenção ao que ela denomina **argumentos de nível sistêmico** (*system level arguments*), conceito que parece corresponder ao de argumentário na tradição francesa.

> [...] apenas investigando a construção de argumentos no nível dos sistemas argumentativos seria possível compreender como argumentadores têm acesso aos argumentos disponíveis em uma controvérsia e como pensar estrategicamente sobre como utilizá-los. (GOODWIN, 2020, p. 157)[41]

Segundo a autora, até recentemente, não era possível nem termos acesso à quantidade de informação necessária para um estudo tão amplo. Isso, no entanto, mudou. Hoje, com a internet e as mídias digitais, temos acesso a uma infinidade de recursos de busca que, em segundos, permitem aos pesquisadores coletar dados sistematicamente e que sejam verificavelmente relevantes sobre a questão em pauta. Em nosso caso, foi possível coletar uma grande quantidade de artigos, publicações, podcasts, vídeos, *posts*, o que nos permitiu

e Olbrechts-Tyteca (2006[1958], p. 94) sobre a noção de *topos*/lugar: "Para os antigos, e isto parece ligado à preocupação de ajudar o esforço de invenção do orador, os lugares designam rubricas nas quais se podem classificar os argumentos. Tratava-se de agrupar o material necessário a fim de encontrá-lo com mais facilidade, em caso de precisão; daí a definição dos lugares como depósitos de argumentos. [...]".

[40] Fonte: https://www.ruigracio.com/VCA/Argumentario.htm (Acesso em 20/01/2022)

[41] Tradução nossa. No original: "I argue that only by attending to argument-making at the system level can we understand how arguers come to know the resources for argument available in a controversy and to think strategically about how to use them.*"*

selecionar o *corpus* de maior relevância, que apresentasse mais claramente os movimentos que pré-identificamos.

No artigo, Goodwin entende que o argumentário é formado por argumentos como objetos abstratos (GOODWIN, 2020, p. 168), na medida em que eles se configuram em padrões de raciocínio consolidados que são reproduzidos ao longo das interações argumentativas, ainda que enunciados de formas distintas. Nesse processo, esse reservatório discursivo de argumentos pode ser internalizado pelos argumentadores, que passam a ter um repertório de argumentos sobre uma dada questão. Tal repertório é denominado por ela *conhecimento de conteúdo argumentativo* (*argumentative content knowledge*).

> Originando-se em interações argumentativas específicas e lapidadas pela repetição de interações, algumas vezes esses recursos (para usar o termo mais abrangente) são transmitidos através da rede de argumentadores e são absorvidos no conhecimento de conteúdo argumentativo inerente às discussões em uma controvérsia. Um de nossos trabalhos como teóricos da argumentação é de ampliar a articulação desses recursos, tornando-os mais explícitos; colocá-los em ordem, relacioná-los em estruturas coerentes, embasá-los com perspectivas mais compreensíveis desenvolvidas em nossas áreas; e, quando apropriado, criticá-los. (GOODWIN, 2020, p. 179)[42]

Dito isso, como faremos o tratamento do argumentário nesta pesquisa?

Em palestra no IV Seminário de Pesquisa do Grupo de Estudos de Linguagem, Argumentação e Discurso (ELAD/CNPq) e Seminário do Grupo de Pesquisa "Argumentação e Retórica Aplicadas" (GPARA/CNPq), Gonçalves-Segundo (2021b) tratou dos desafios de se trabalhar com o argumentário. Para ele, são necessários trabalhos em três frentes distintas: **depreender**, **construir** e **interpretar**.

No que se refere à **depreensão,** Gonçalves-Segundo (2021b) hipotetiza que os esquemas argumentativos consistem em um instrumento produtivo para a caracterização dos argumentos – entendidos como unidades lógico-discursivas decorrentes da instanciação de um esquema – que perfazem um argumentário, viabilizando, assim, a caracterização da "inventidade da atividade argumentativa" (DA SILVA, 2022, p. 102). Em sua pesquisa de mestrado sobre o argumentário envolvido na polêmica sobre a implementação ou não do projeto de lei *Escola sem Partido*, da Silva (2022) mostra que, de fato, os esquemas são instrumentos

[42] Tradução nossa. No original: "Originating in specific argumentative interactions and sharpened as similar interactions get repeated, sometimes these resources (to use the most encompassing term) spread through the network of arguers and are absorbed into the argumentative content knowledge underlying fluent practice in a controversy. One of our jobs as argumentation theorists is to further articulate these resources, making them even more explicit; to put them in order, linking them into coherent structures; to ground them within more comprehensive views developed in our disciplines; and when appropriate, to critique them.*"*

relevantes para tal empreendimento, fornecendo evidências analíticas que confirmam a hipótese. Esta pesquisa segue na mesma direção, apostando que tal teoria fornece subsídios para a depreensão dos argumentos como objetos abstratos que representam raciocínios argumentativos reiterados em múltiplos textos, ainda que com enunciação/elocução relativamente distinta. A proposta pragmática de Macagno (2015) e Macagno e Walton (2019) guia nossa análise, conforme mostramos neste capítulo.

No que concerna à **construção**, incorporaremos ao argumentário os argumentos que respondem à questão nuclear *O que fazer com monumentos ligados ao racismo e ao colonialismo que ocupam o espaço público?*, considerando as linhas de justificativa com os diversos níveis de generalização e de especificação concernentes às razões em defesa de uma proposta de ação com as quais os argumentadores se comprometem. Explicitaremos o procedimento no próximo capítulo durante a discussão sobre a metodologia de análise.

No que tange à **interpretação**, traremos discussões críticas oriundas dos estudos de memória, história, colonização e racismo para ampliar a compreensão da polêmica, construindo um diálogo entre o arcabouço teórico do capítulo 1 com a descrição e análise dos argumentos, sustentadas na perspectiva construída neste capítulo. Nesse processo destacaremos, sempre que pertinente, aspectos da seleção lexical que se mostram fundamentais para a caracterização dos distintos posicionamentos.

Capítulo 3 Procedimentos Metodológicos

Nesta etapa, apresentaremos os procedimentos metodológicos tanto para a seleção do *corpus* da pesquisa quanto para a análise.

3.1 Processo de seleção do *corpus*

3.1.1 Coleta

A construção do *corpus* desta pesquisa foi realizada em diversas etapas. Em um primeiro momento, encontramos os 2 primeiros textos que motivaram este estudo no próprio site do jornal *Folha de S.Paulo*, publicados no dia 19 de junho de 2020 na seção *Tendências e Debates*. Os dois textos se mostraram bastante interessantes por apresentarem posicionamentos opostos, com teses de raciocínio prático, no que tange ao dissenso acerca da presença de estátuas de figuras racistas e colonialistas no espaço público. Na própria plataforma havia a possibilidade, dentro dos links dos textos, de um redirecionamento para o segundo artigo de Hélio Schwartzman sobre o assunto, publicado no dia 12 de junho de 2020. Entrando na página do autor, que tem uma coluna no jornal, encontramos também seu primeiro artigo, publicado no dia anterior, 11 de junho de 2020.

Quadro 27. 1ª coleta – dia 19 de junho de 2020

Entrada na plataforma	Qtd. de textos coletados	Gênero discursivo
Tendências e debates	2	Artigos de opinião
Colunas e blogs	2	Artigos de opinião

Fonte: elaborado pela autora.

Esses textos compõem hoje o *corpus* definitivo da pesquisa; no entanto, no primeiro momento, não estava claro o recorte que faríamos no âmbito da discussão sobre as estátuas, nem estava definido o gênero discursivo que seria selecionado para análise. Dessa maneira, houve mais 6 coletas de *corpus*, que apresentaram resultados diversos.

A coleta sistemática dos textos foi realizada principalmente através de buscas na plataforma Google. Outra maneira de coletarmos o *corpus* foi através de *links* de redirecionamento, quando esses apareciam no corpo de um texto já selecionado anteriormente, ou quando eram sugeridos pela plataforma pela sua relação com a busca realizada. Valem algumas palavras sobre as entradas: após a primeira entrada “estátuas”, as demais foram motivadas por termos ou conceitos presentes em algum material já coletado; em especial,

agregamos termos e conceitos que evidenciassem perspectivas pouco representativas no *corpus* até então coletado.

Nos quadros a seguir, estão dispostas as entradas utilizadas para a pesquisa, a quantidade de material coletado para o *corpus* e o tipo de material encontrado em cada uma das 6 coletas subsequentes.

Quadro 28. 2ª coleta – dia 09 de novembro de 2020

Entrada na plataforma	Qtd. de textos coletados	Gênero discursivo
Estátuas	52	Reportagens, artigos de opinião, vídeos e podcasts.

Fonte: elaborado pela autora.

O foco da segunda coleta foi mais amplo, uma vez que se buscava uma visão geral sobre a polêmica de junho de 2020. O início dessa coleta foi em novembro, momento em que a polêmica foi reavivada; porém, como o próprio *corpus* demonstrou, não tão intenso quanto as manifestações de junho de 2020. O foco da terceira coleta foi um dos primeiros pontos turvos da coleta anterior: a representação feminina em estátuas. O objetivo era observar se a discussão das estátuas se juntaria aos movimentos feministas que estavam muito fortes naquele momento, em especial pelos acontecimentos na Argentina, como a proibição do aborto, mesmo depois de forte pressão popular – e, em especial feminina – para essa legalização[43].

Quadro 29. 3ª coleta – dia 14 de novembro de 2020

Entrada na plataforma	Qtd. de textos coletados	Gênero discursivo
Estátuas mulheres; Representação de mulheres em estátuas; Monumentos mulheres	56	Reportagens, notícias, matérias de divulgação de pontos turísticos e vídeos.

Fonte: elaborado pela autora.

Os textos resultantes da terceira coleta não apresentavam visada argumentativa (AMOSSY, 2018): havia descrições sobre as estátuas, reportagens sobre a falta de representação de personagens históricas femininas em estátuas, informações acerca de como a figura feminina é representada em estátuas, etc. Dessa maneira, em nossa quarta coleta nos voltamos para outra investigação: possíveis debates sobre figuras indígenas, personagens

[43] O aborto foi legalizado na Argentina em dezembro de 2020. No entanto, no momento da coleta, havia ocorrido uma proibição que contrariava as reivindicações populares, tanto que a decisão foi revertida brevemente após.

históricos advindos de povos nativos representados em estátuas ou argumentando contra a presença dessas figuras no espaço público. Não foram encontrados resultados significativos para integração no *corpus*; dessa forma, não incluímos os quadros a respeito dessa 4ª coleta.

Essa coleta preliminar indicou que a discussão naquele momento se voltava para a representação de personagens históricos repressores de minorias, no entanto, as minorias representavam especificamente a população negra.

A quinta coleta iniciou-se em busca do dissenso. Já haviam sido coletados diversos textos a favor da derrubada das estátuas de figuras polêmicas, no entanto, as entradas anteriores não apresentaram uma equivalência em posicionamentos a respeito da manutenção desses monumentos; além disso, também procurávamos sinais de um possível desacordo profundo (FOGELIN, 2005; AMOSSY, 2017) na polêmica.

Quadro 30. 5ª coleta – dia 23 de fevereiro de 2021

Entrada na plataforma	Qtd. de textos coletados	Gênero discursivo
Deixem as estátuas em paz	3	Artigos de opinião
Derrubar estátuas pra quê?	3	Artigos de opinião
Derrubar monumentos	4	Artigos de opinião
Esquerda quer apagar a história	1	Artigo de opinião
Derrubar estátuas é fascista	3	Artigos de opinião
Destruir estátuas	15	Artigos de opinião, reportagens, podcasts, discussão de alunos sobre o tema e comentários de professores
Apagar a história estátuas	11	Artigos de opinião e reportagens.
Estátuas vandalismo	1	Artigo de opinião
Iconoclastia junho 2020	7	Artigos de opinião, reportagens, matéria histórica
Destruir imagens estátuas	2	Artigo de opinião e reportagem
Destruição de monumentos históricos	8	Reportagens
Destruição de monumentos públicos	4	Artigos de opinião, reportagens, discussão escolar do tema
Disputa pela memória junho 2020	7	Reportagens
Descolonizar junho 2020	5	Artigos de opinião e reportagens
Descolonizar estátuas junho 2020	1	Artigo de opinião
Descolonizar memória estátuas	3	Artigo de opinião, reportagem, fotogaleria
	TOTAL: 78	

Fonte: elaborado pela autora.

Essa coleta apresentou uma quantidade significativa de artigos de opinião, tendência que passamos a observar. A coleta seguinte foi influenciada por uma discussão sobre história e

memória em uma disciplina da pós-graduação, ao comentar com os professores e colegas que não havia encontrado nada sobre a polêmica das estátuas vinculada à representação de povos indígenas; em outros termos, mesmo que eles fossem reconhecidamente alvos do extermínio bandeirante, não foram encontrados textos que dessem voz a esse público. O professor Martin Jayo me enviou uma reportagem de 2013 sobre manifestantes depredando o Monumento às Bandeiras em frente ao Parque Ibirapuera em São Paulo.

Quadro 31. 6ª coleta – dia 20 de abril de 2021

Entrada na plataforma	Qtd. de textos coletados	Gêneros discursivos
Guarani estátuas	9	Reportagens, artigos de opinião, artigos históricos
O que é um monumento para os povos originários	7	Artigos de opinião e reportagens
Monumentos indígenas	6	Reportagens
	TOTAL: 22	

Fonte: elaborado pela autora.

A questão indígena não apresentou material suficiente em comparação com o corpus voltado para a causa negra, nem mesmo com essas entradas específicas. A última coleta foi realizada no dia 26 de outubro de 2021.Dessa vez com o foco voltado para a causa negra, em especial, essa última busca foi disparada após a prisão de Galo, manifestante responsável por atear fogo na estátua de Borba Gato, em São Paulo, no dia 31 de julho de 2021, e que alegou, naquele momento, que o feito visava iniciar uma discussão sobre esse monumento.

Quadro 32. 7ª coleta – dia 26 de agosto de 2021

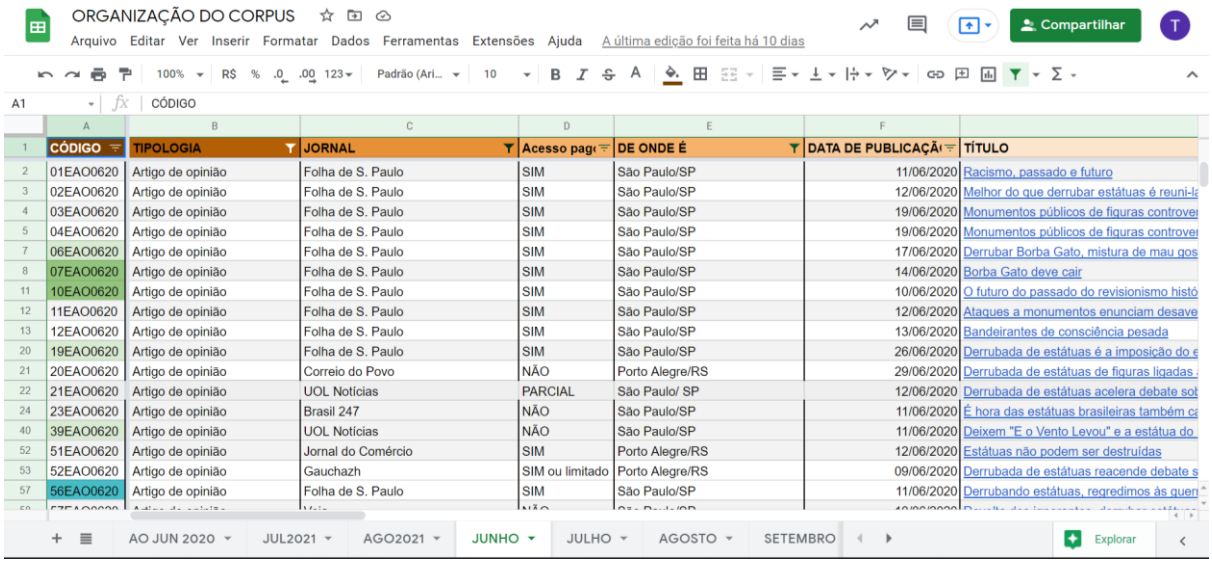
Entrada na plataforma	Qtd. de textos coletados	Gêneros discursivos
Borba Gato	20	Artigos de opinião, reportagens, entrevista, projeto de lei

Fonte: elaborado pela autora.

No total, foram coletados 232 textos possíveis de integrarem o *corpus*.

Ao longo do processo de coleta, os textos que compunham o *corpus* receberam um código e foram catalogados de acordo com os seguintes critérios: tipologia de gênero discursivo, jornal, acesso gratuito ou não, local, data de publicação, título - com o link anexado à planilha -, autor, etnia, atuação profissional, posicionamento em relação à questão argumentativa, comentários, quantidade de comentários, contagem de palavras.

Figura 13. Organização do *corpus*



CÓDIGO	TIPOLOGIA	JORNAL	Acesso pag	DE ONDE É	DATA DE PUBLICAÇÃ	TÍTULO
01EAO0620	Artigo de opinião	Folha de S. Paulo	SIM	São Paulo/SP	11/06/2020	Racismo, passado e futuro
02EAO0620	Artigo de opinião	Folha de S. Paulo	SIM	São Paulo/SP	12/06/2020	Melhor do que derrubar estátuas é reuni-l
03EAO0620	Artigo de opinião	Folha de S. Paulo	SIM	São Paulo/SP	19/06/2020	Monumentos públicos de figuras controver
04EAO0620	Artigo de opinião	Folha de S. Paulo	SIM	São Paulo/SP	19/06/2020	Monumentos públicos de figuras controver
06EAO0620	Artigo de opinião	Folha de S. Paulo	SIM	São Paulo/SP	17/06/2020	Derrubar Borba Gato, mistura de mau gos
07EAO0620	Artigo de opinião	Folha de S. Paulo	SIM	São Paulo/SP	14/06/2020	Borba Gato deve cair
10EAO0620	Artigo de opinião	Folha de S. Paulo	SIM	São Paulo/SP	10/06/2020	O futuro do passado do revisionismo histó
11EAO0620	Artigo de opinião	Folha de S. Paulo	SIM	São Paulo/SP	12/06/2020	Ataques a monumentos enunciam desave
12EAO0620	Artigo de opinião	Folha de S. Paulo	SIM	São Paulo/SP	13/06/2020	Bandeirantes de consciência pesada
19EAO0620	Artigo de opinião	Folha de S. Paulo	SIM	São Paulo/SP	26/06/2020	Derrubada de estátuas é a imposição do e
20EAO0620	Artigo de opinião	Correio do Povo	NÃO	Porto Alegre/RS	29/06/2020	Derrubada de estátuas de figuras ligadas
21EAO0620	Artigo de opinião	UOL Notícias	PARCIAL	São Paulo/ SP	12/06/2020	Derrubada de estátuas acelera debate sob
23EAO0620	Artigo de opinião	Brasil 247	NÃO	São Paulo/SP	11/06/2020	É hora das estátuas brasileiras também ca
39EAO0620	Artigo de opinião	UOL Notícias	NÃO	São Paulo/SP	11/06/2020	Deixem "E o Vento Levou" e a estátua do
51EAO0620	Artigo de opinião	Jornal do Comércio	SIM	Porto Alegre/RS	12/06/2020	Estátuas não podem ser destruídas
52EAO0620	Artigo de opinião	Gauchazh	SIM ou limitado	Porto Alegre/RS	09/06/2020	Derrubada de estátuas reacende debate s
56EAO0620	Artigo de opinião	Folha de S. Paulo	SIM	São Paulo/SP	11/06/2020	Derrubando estátuas, regredimos às guer

Fonte: elaborado pela autora.

No quadro a seguir, apresentamos como o código 01EAO0620 foi criado. Esse padrão foi adotado em todas as entradas.

Quadro 33. Código do *corpus*

	# da série	Assunto	Gênero discursivo	Mês	Ano
Significado	1º	Estátuas	Artigo de Opinião	Junho	2020
Sigla	01	E	AO	06	20

Fonte: elaborado pela autora.

3.1.2 Filtragem

Em um segundo momento, o *corpus* precisou ser filtrado. Primeiramente, percebemos que a maior parte dos textos coletados pertencia a veículos jornalísticos, ou seja, à mídia tradicional, motivo pelo qual nos focamos nessas fontes específicas. A partir disso, o *corpus* passou pelos seguintes filtros:

1. **Gênero específico** - *Artigo de Opinião*.

   Foram eliminados entrevistas, editoriais, reportagens em que se constavam segmentos argumentativos. O artigo de opinião dá acesso direto, sem mediação, à posição do articulista, à voz autoral. Na notícia, há mediação da voz do repórter em relação aos argumentos das fontes inscritas textualmente.

2. **Espaço** - Veículos midiáticos com sede na cidade de *São Paulo*.

   Uma vez que o foco da discussão das estátuas parecia ser a figura dos bandeirantes paulistas e, em especial, as estátuas de Borba Gato e o Monumento às Bandeiras, ambos localizadas na capital paulista, a opção por veículos de comunicação baseados na cidade se mostrou produtiva e coerente.

3. **Alcance**

   Eliminamos veículos de comunicação de menor circulação/menos conhecidos, pelo potencial de alcance do debate e de formação de opinião dos grandes jornais, que também contam com um auditório mais difuso e heterogêneo.

4. **Veículo de comunicação específico** - decidimos pelo jornal *Folha de S.Paulo*.

   O jornal se mostrou muito produtivo para as análises pelo espaço concedido aos artigos de opinião, por sua importância na cena nacional, pela diversidade de posicionamentos publicados, pela remissão a outros artigos dentro da própria plataforma, o que viabiliza uma análise explícita do diálogo entre eles e, também, pela participação dos leitores na seção comentários.

5. **Tempo** - mês de *junho de 2020*.

   O momento foi escolhido por ser o ápice da derrubada de estátuas e da polêmica, o que pode ser observado pela quantidade de artigos de opinião presentes neste mês mesmo após as filtragens anteriores.

6. **Semelhança**

   Eliminamos artigos de opinião que não se assemelhavam aos demais em termos formais, seja por quantidade de palavras, seja pelo viés acadêmico/teórico, em que as fronteiras com o *ensaio* ficavam obscuras.

Após as filtragens, o *corpus* da pesquisa foi fechado com 10 artigos de opinião da Folha de São Paulo, de 10 autores diferentes, publicados entre os dias 10 de junho e 26 de junho de 2020. A relação do *corpus* definitivo encontra-se no quadro 31, ordenada de acordo com o código do quadro 30[44].

Quadro 34. *Corpus* da pesquisa

Código	Data de publicação	Autor	Título
01EAO0620	11/06/2020	Hélio Schwartzman	Racismo, passado e futuro
03EAO0620	19/06/2020	Paulo César Garcez Marins	Monumentos públicos de figuras controversas da história deveriam ser retirados? NÃO.
04EAO0620	19/06/2020	Hélio Menezes	Monumentos públicos de figuras controversas da história deveriam ser retirados? SIM.
06EAO0620	17/06/2020	Flávia Boggio	Derrubar Borba Gato, mistura de mau gosto com passado sombrio, é pouco
07EAO0620	14/06/2020	Thiago Amparo	Borba Gato deve cair
10EAO0620	10/06/2020	Roberto Dias	O futuro do passado do revisionismo histórico
12EAO0620	13/06/2020	Reinaldo José Lopes	Bandeirantes de consciência pesada
19EAO0620	26/06/2020	Demérito Magnoli	Derrubada de estátuas é a imposição do esquecimento
56EAO0620	11/06/2020	João Pereira Coutinho	Derrubando estátuas, regredimos às guerras religiosas do século 16
63EAO0620	15/06/2020	Nabil Bonduki	Remover monumentos e homenagens racistas sem destruir a memória

Fonte: elaborado pela autora.

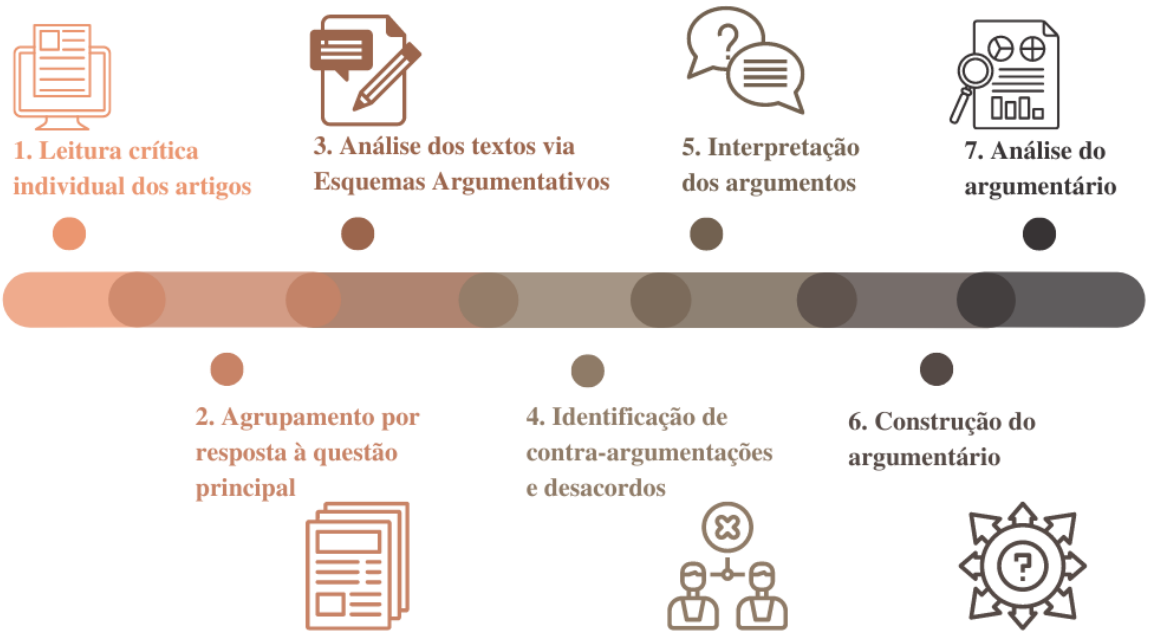
[44] Começamos efetivamente as análises com 11 textos. Após a análise individual de cada texto, retiramos o artigo 02EAO0620, de Hélio Schwartsman, publicado em 12/06/2020, por compreendermos que ele se diferenciava consideravelmente dos demais por seu caráter argumentativo estar em diálogo explícito com os comentários enunciados em resposta ao artigo 01EAO0620 e, uma vez que os comentários não integram o *corpus* da pesquisa, não seria possível realizar uma análise de fato produtiva do artigo. Dessa maneira, o corpus final da pesquisa acabou composto por 10 artigos de opinião.

Dada a assinatura do jornal, foi possível copiar os artigos para o formato .docx (Word). Realizamos, então, um cotejo entre as versões para garantir que elas correspondessem integralmente aos textos originais. Isto posto, podem ser encontrados em alguns artigos de opinião desvios da norma gramatical que, por constarem na versão original, foram mantidos nas reproduções dos artigos. Um exemplo é a palavra Hitler que, em um dos textos está grafada como “Hilter”; quando o artigo for reproduzido integral ou parcialmente a grafia encontra-se como “Hilter”, no entanto, nas análises utilizamos a grafia corrigida.

3.2 Metodologia de análise

Para a realização das análises, passamos por 7 passos, que se encontram representados na figura a seguir. Iremos, em sequência, discorrer sobre cada procedimento metodológico detalhadamente.

Figura 14. Etapas de Análise Argumentativa



Fonte: elaborado pela autora.

Em um primeiro momento, buscamos compreender os artigos de opinião quanto ao seu conteúdo. Através de uma leitura crítica individual, depreendemos a **questão argumentativa** (PLANTIN, 2008) de cada texto e o **posicionamento** dos argumentadores frente à discussão sobre as estátuas e como ele era defendido (sem, neste primeiro momento, buscar reconstruir

os argumentos em termos de esquemas). Por se tratar de uma polêmica, situação em que as emoções podem influenciar o julgamento do analista, foi necessário esforço no sentido de evitar uma postura tendenciosa na análise do texto. Assim, preocupamo-nos com o rigor analítico e com uma imersão na lógica discursiva de cada posição.

Identificadas as questões e os posicionamentos, **agrupamos** os textos de acordo com a resposta à questão argumentativa principal. Textos com respostas similares formaram um grupo de análise. Chegamos a dois grupos: (i) a favor da não manutenção dos monumentos como estão e (ii) a favor da manutenção dos monumentos como estão.

Em seguida, realizamos a análise de cada texto via **Esquemas Argumentativos**, através da identificação dos esquemas de raciocínio prático e epistêmico (FAIRCLOUGH, FAIRCLOGH, 2012; GONÇALVES-SEGUNDO, 2019, 2020b, 2021c., 2022; MACAGNO, WALTON, 2019; TOULMIN, 2006[1958]; WALTON, MACAGNO, 2015). O aporte invocado foi a **teoria dos esquemas argumentativos** (MACAGNO, 2015; MACAGNO, WALTON, 2019; GONÇALVES-SEGUNDO, 2021a; 2021c; GONÇALVES-SEGUNDO, ISOLA-LANZONI, 2021), que viabilizou a reconstrução dos **argumentos práticos** e **epistêmicos** preenchidos pela materialidade textual de cada artigo, processo que resultou na reconstrução de 89 argumentos.

Após essa etapa, iniciamos a identificação dos textos que dialogavam explicitamente entre si – não raro, com marcas explícitas no corpo do texto –, estabelecendo as relações de apoio ou refutação aos argumentos ou teses através de *hiperlinks*. Para realização desta etapa da análise, apoiamo-nos na teoria dos esquemas argumentativos (MACAGNO, WALTON, 2019; GONÇALVES-SEGUNDO, 2021a; 2021c; GONÇALVES-SEGUNDO, ISOLA-LANZONI, 2021), no conceito de **(des)acordo** (AMOSSY, 2017; AZEVEDO; GONÇALVES-SEGUNDO; PIRIS, 2021; FOGELIN, 2005 PERELMAN, OLBRECHTS-TYTECA, 1996[1958]), e na depreensão de focos de **contra-argumentação** (MARRAUD, 2020).

Com os argumentos reconstruídos e depreendidas as relações de acordo/desacordo e contra-argumentação, realizamos a **interpretação crítica** dos argumentos, através de uma leitura criteriosa dos raciocínios, explorando os conceitos mobilizados, assim como valores e crenças manifestados, ou implícitos, que apareceram nas premissas, garantias e conclusões. Essa etapa consiste na interpretação dos argumentos a partir da discussão teórica sobre memória, história, colonização e racismo (BAER, 2010; CANDAU, 2011; GRAÇA-COSTA, 2017; HALBWACHS, 1990; JELÍN, 2002; LEVINSON, 2018; MONTEIRO, 1994; NORA,

1993; POLLAK, 1992; POLLAK, 2010[1986]; RAHME, 2018; ROIZ, 2018; SCHWARCZ, 2019; SCHWARCZ, STARLING, 2018; SOUZA, 2007; WALDMAN, 2018) apresentada no capítulo 1. Assim, buscamos analisar qualitativamente a participação dos argumentadores no debate, os argumentos mobilizados, o encaminhamento do dissenso como um todo e compreender a relação entre o que foi alvo de construção discursiva nos textos e o arcabouço teórico sobre o tema.

Terminadas essas etapas, os argumentos foram transportados para o software de produção de grafos Miro[45], que consideramos produtivo para a **construção do argumentário**, pois permite a integração visual tanto dos argumentos individuais mobilizados quanto da relação com o todo. Esse software foi utilizado principalmente para a reconstrução das relações entre justificativas, no formato de esquemas, que serão encontrados no capítulo 5.

A última etapa consistiu na **análise do argumentário**, do conjunto de argumentos mobilizados ao longo da polêmica, que se deu primeiramente no âmbito **quantitativo**, observando a instância de argumentos em (i) números absolutos e em (ii) percentual relativo, na busca por padrões e diferenças entre (i) argumentos práticos e epistêmicos e (ii) no eixo retirada[46] vs. manutenção dos monumentos no espaço público. Analisamos primeiramente os argumentos no âmbito geral, guiando-nos pela questão (1) *Quais são os tipos de argumentos mais recorrentes?*, observando o total de ocorrência de todos os tipos de argumentos, considerando aqui os argumentos autorais e os instanciados para refutação, ou seja, os argumentos do outro lado que os articulistas estrategicamente reconstroem nos seus textos com o objetivo de refutá-los. Em seguida, analisamos as diferenças entre a ocorrência de tipos de argumentos no âmbito (a) prático e (b) epistêmico. A segunda parte da análise, consiste na resposta à questão (2) *Os eixos retirada e manutenção instanciam os mesmos tipos de argumentos?*, buscando observar as diferenças argumentativas entre os posicionamentos, sem considerar os argumentos instanciados para refutação e partindo novamente da diferenciação entre argumentos práticos e epistêmicos. A terceira e última etapa da análise quantitativa incorreu na observação específica dos argumentos para refutação a partir da questão (3) *Quais foram os argumentos instanciados para refutação?*, observando a diferença entre a retirada e a manutenção em sequência.

[45] Endereço da plataforma: https://miro.com/ (Acesso em 07/03/2022)

[46] Como explicaremos no capítulo 5, a melhor opção para representar esse posicionamento seria "não manutenção". No entanto, por questões discursivas e para facilitar a leitura, uma vez que esses termos muitas vezes aparecem seguidos e contrapostos, optamos pelo termo "retirada" para tratar da análise comparativa dos posicionamentos, em especial na análise quantitativa. Na análise qualitativa, será utilizada a discriminação manutenção/não manutenção.

A segunda etapa de **análise do argumentário** foi **qualitativa**, focando no âmbito da argumentação prática. Partimos da questão *O que fazer com monumentos ligados ao racismo e ao colonialismo que ocupam o espaço público?* e separamos os argumentos em linhas justificativas agrupadas tematicamente de acordo com o eixo manutenção e não manutenção dos monumentos. As linhas justificativas serviram de base para a organização visual do argumentário, realizada no Miro, e apresentaram três divisões: (i) Os monumentos não devem continuar como estão, (ii) Os monumentos devem continuar como estão e (iii) Casos específicos – enquanto os dois primeiros grupos argumentam a respeito do que fazer com os monumentos em uma perspectiva geral, o último grupo abarca propostas de ação para monumentos específicos, como a estátua do Borba Gato e o Monumento às Bandeiras.

No capítulo a seguir, iniciaremos a análise individual dos artigos, a partir das considerações metodológicas apresentadas neste capítulo e dos pressupostos teóricos discutidos no capítulo 2.

Capítulo 4 Em busca dos argumentos: analisando a polêmica na *Folha de S.Paulo*

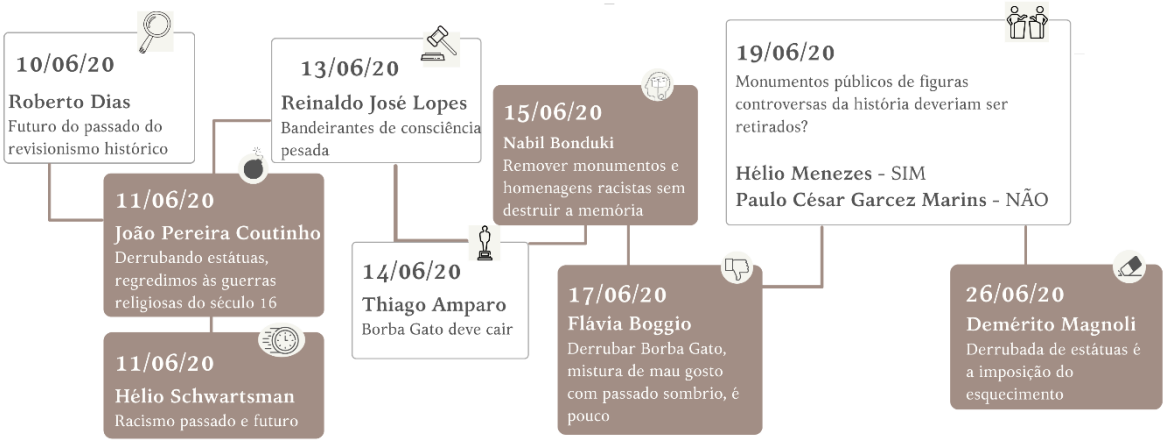
Esse capítulo compreende as análises argumentativas individuais dos artigos de opinião. Objetivamos com isso compreender cada texto como um todo, uma vez que cada autor aborda a polêmica a partir de um dado ponto de vista, que não é apenas seu, uma vez que refrata as posições e as razões que circulam socialmente sobre a questão. Ao reconstruirmos os argumentos, entramos em contato com os raciocínios que evidenciam as filiações discursivas dos autores e podemos, assim, entrar em contato com semelhanças e diferenças, acordos e desacordos, sustentações e oposições. Nesse sentido, as análises a seguir são o ponto de partida para a construção do argumentário.

Iniciamos o capítulo apresentando os artigos de opinião que serão analisados, a linha do tempo de publicação e algumas informações relevantes sobre os autores. Em seguida, cada seção compreende uma análise individual dos artigos de opinião por ordem cronológica de publicação.

4.1 Breves considerações sobre o *corpus*

O objetivo desta seção é apresentar os artigos de opinião que serão analisados ao longo deste capítulo. Todos os artigos foram publicados no jornal *Folha de S.Paulo* ao longo do mês de junho de 2020. Ao todo, trabalhamos com dez textos de dez articulistas diferentes, cujas publicações ocorreram de acordo com a linha do tempo a seguir.

Figura 15. Linha do tempo da publicação dos artigos de opinião



Fonte: elaborado pela autora.

O primeiro artigo, de Roberto Dias, é publicado no dia 10 de junho, um dia após a primeira estátua ser depredada. O último artigo de opinião em análise é de Demétrio Magnoli e foi publicado no dia 26 de junho. Ao todo, portanto, analisamos um recorte temporal de 16 dias em junho de 2020, que consideramos, conforme descrevemos no capítulo anterior, o auge da polêmica.

A seguir, apresentamos rapidamente os articulistas em análise;

Quadro 35. Roberto Dias, João Pereira Coutinho e Hélio Schwartsman

O futuro do passado do revisionismo histórico	**Derrubando estátuas regredimos às guerras religiosas do século 16**	**Racismo passado e futuro**
10/06/2020	11/06/2020	11/06/2020
Roberto Dias	João Pereira Coutinho	Hélio Schwartsman

Os três primeiros textos foram publicados em sequência. Roberto Dias, brasileiro e secretário de redação da *Folha de S.Paulo*, escreve seu artigo no dia seguinte à decapitação da estátua de Cristóvão Colombo nos EUA, primeira estátua alvo dos protestos, como é possível observar na linha do tempo presente na seção 2.2.

João Pereira Coutinho, português, doutor em ciências políticas pela Universidade Católica Portuguesa e com sua própria coluna no jornal, escreve no dia seguinte à investida contra a estátua do Padre Antônio Vieira em Lisboa, que ocorreu no mesmo dia da derrubada da estátua de Edward Colston, na Inglaterra, uma imagem muito divulgada que se tornou um símbolo das discussões em 2020. Neste mesmo dia, também temos a publicação do bacharel em filosofia e jornalista brasileiro Hélio Schwartsman.

Os três primeiros artigos, como pode ser observado nas análises, ao responderem a questão *O que fazer com monumentos ligados ao racismo e ao colonialismo que ocupam o espaço público?*, se posicionam a favor da **manutenção** dos monumentos no espaço público sem nenhum tipo de alteração.

Quadro 36. Reinaldo José Lopes, Thiago Amparo e Nabil Bonduki

Bandeirantes de consciência pesada	**Borba Gato deve cair**	**Remover monumentos e homenagens racistas sem destruir a memória**
13/06/2020	14/06/2020	15/06/2020
Reinaldo José Lopes	Thiago Amparo	Nabil Bonduki

Com dois dias de intervalo, no dia 13 de junho, Reinaldo José Lopes, brasileiro e jornalista especializado em biologia e arqueologia, publica o primeiro artigo de opinião a favor da **não manutenção** dos monumentos no espaço público.

Thiago Amparo, brasileiro, advogado, professor de direito internacional e direitos humanos na Fundação Getúlio Vargas, publica seu artigo no dia seguinte, 14 de junho, em sua coluna online de domingo, que aparece na versão impressa do jornal às segundas-feiras. Este artigo de opinião é o único que coloca explicitamente os textos de outros argumentadores em diálogo, uma vez que conecta através de *hiperlinks* o seu texto aos artigos de Roberto Dias e João Pereira Coutinho, como parte do esforço de refutação dos argumentos desses articulistas.

No dia seguinte, 15 de junho, defendendo o mesmo posicionamento, temos a publicação do artigo de Nabil Bonduki, professor titular de planejamento urbano na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) e que já foi relator do Plano Diretor e Secretário de Cultura de São Paulo.

Quadro 37. Flávia Boggio, Hélio Menezes e Paulo César Garcez Marins

Derrubar Borba Gato, mistura de mau gosto com passado sombrio, é pouco	**Monumentos públicos de figuras controversas da história deveriam ser retirados? SIM.**	**Monumentos públicos de figuras controversas da história deveriam ser retirados? NÃO.**
17/06/2020	19/06/2020	19/06/2020
Flávia Boggio	Hélio Menezes	Paulo César Garcez Marins

Flávia Boggio, também brasileira e a única articulista mulher a abordar a questão dos monumentos na *Folha de S.Paulo*, publica seu artigo no dia 17 de junho, com dois dias de intervalo em relação a seu antecessor. Ela é roteirista, escreve programas e séries para a Rede Globo, e também é colunista da *Folha*, onde publica textos de cunho humorístico.

Os dois artigos que seguem, ao contrário dos demais, não são publicados em colunas próprias regulares do jornal. Hélio Menezes e Paulo César Garcez Marins são convidados pela Folha para defenderem posicionamentos opostos para uma mesma questão proposta pelo jornal: *Monumentos públicos de figuras controversas da história deveriam ser retirados?* Ambos os textos são publicados na seção Tendências e Debates, no dia 19 de junho, dois dias após a publicação de Boggio. Hélio Menezes é antropólogo e curador de arte do Centro Cultural de São Paulo e defende a não manutenção dos monumentos no espaço público. Já Paulo César G. Marins é historiador e docente do Museu Paulista da USP, também conhecido como Museu do Ipiranga; Marins se posiciona a favor da manutenção dos monumentos no espaço público.

Quadro 38. Demétrio Magnoli

Derrubada de estátuas é a imposição do esquecimento
26/06/2020
Demétrio Magnoli

O último artigo em análise é de autoria de Demétrio Magnoli, brasileiro, sociólogo, doutor em geografia humana pela Universidade de São Paulo (USP) e autor do livro *Uma Gota de Sangue: História do Pensamento Racial*. A publicação, defendendo a manutenção dos monumentos no espaço público sem qualquer tipo de alteração, é realizada no dia 26 de junho, uma semana após a publicação de seus antecessores. Esse é o último artigo de junho de 2020 a tratar da temática dos monumentos e fecha a série dialogando – de forma mais ou menos explícita – com as posições e os argumentos dos os articulistas anteriores.

Nas análises, cada argumento é reconstruído separadamente, de acordo com a teoria dos Esquemas Argumentativos, conforme expusemos no capítulo anterior. Para facilitar a classificação, a leitura e a identificação dos argumentos, criamos um sistema de siglas de acordo com a tipologia apresentada no capítulo 2. A primeira letra da sigla indica que o quadro se trata de um Argumento (**A**), a segunda letra indica se ele é Prático (**P**) ou Epistêmico (**E**), e a última letra informa se ele é Interno (**I**) ou Externo (**E**). Em resumo, a legenda das siglas encontra-se para consulta a seguir.

API – Argumento Prático Interno	**AEI** – Argumento Epistêmico Interno
APE - Argumento Prático Externo	**AEE** – Argumento Epistêmico Externo

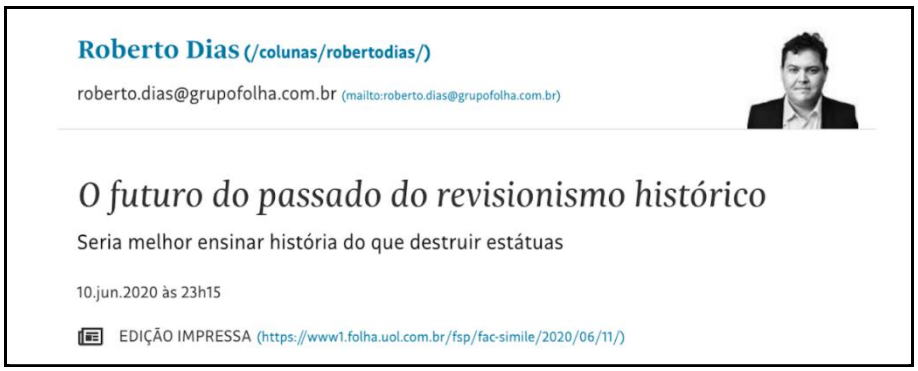
As seções deste capítulo estão organizadas por articulista, com as análises individuais de cada artigo sendo realizadas de acordo com a ordem cronológica de publicação. Dessa maneira, iniciamos com Roberto Dias, passamos para João Pereira Coutinho e Hélio Schwartsman, seguimos para Reinaldo José Lopes, Thiago Amparo e Nabil Bonduki,

analisamos a publicação de Flávia Boggio e chegamos no debate entre Hélio Menezes e Paulo César Garcez Marins; por fim, terminamos com a análise do texto de Demétrio Magnoli.

4.2 Denunciando o revisionismo, o artigo de Roberto Dias

Publicado no dia 10 de junho de 2020, o artigo intitulado *O futuro do passado do revisionismo histórico* foi escrito por Roberto Dias. Ele encontra-se a seguir.

Figura 16. O futuro do passado do revisionismo histórico



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/robertodias/2020/06/o-futuro-do-passado-do-revisionismo-historico.shtml> (Acesso em 18/02/2022)

Quadro 39. O futuro do passado do revisionismo histórico

Os bandeirantes voltaram à moda. Estão, de novo, na mira do politicamente correto. O alvo preferido é facilmente atacável: a estátua de Borba Gato, decerto uma das coisas mais feias de São Paulo. Mais difícil é achar quem estenda a crítica política ao Monumento às Bandeiras, obra modernista tombada. Os bandeirantes exemplificam os problemas desse revisionismo para estabelecer o que seria aceitável. Quatro das rodovias que conectam a capital paulista os homenageiam: a dos Bandeirantes, a Anhanguera, a Raposo Tavares e a Fernão Dias. Outra leva o nome de Anchieta, jesuíta que apoiava a escravidão dos negros e catequizava indígenas. O religioso deveria receber qual rótulo? As rodovias paulistas também guardam questões mais contemporâneas. Ayrton Senna, que batiza uma delas, é o piloto que jogou o carro em cima de um adversário para ganhar um Mundial de F-1. Outra leva o nome do primeiro presidente da ditadura militar, Castello Branco. Ela cruza o Rodoanel Mário Covas, político cassado pela ditadura de Castello, e o viaduto Roberto Cardoso Alves, que personifica o centrão fisiológico do Congresso desde quando Arthur Lira estava no colégio. Os tamoios, homenageados num dos caminhos do litoral, praticavam o canibalismo como vingança. Na época de D. Pedro 1º, que dá nome a uma estrada do interior, revoltosos eram executados. Por falar em executados: Tiradentes, herói da Inconfidência, tinha seis escravos, como lembrou o autor Laurentino Gomes. Suas estátuas deveriam ter o mesmo destino que começa a ser dado às de Cristóvão Colombo, pioneiro da conexão entre Europa e América? Levado ao pé da letra, esse tipo de revisionismo não tem fim, nem melhorará o mundo por si só. Alguns dos que empunham tal bandeira partem de uma premissa furada de superioridade moral. Outros ignoram a complexidade de cada caso. Seria mais proveitoso educar melhor as pessoas sobre história do que sair por aí apagando o passado.

Fonte: transcrição realizada pela autora a partir de Dias (2020).

Roberto Dias inicia seu texto instanciando o conceito de **revisionismo histórico**, sobre o qual é necessário nos debruçarmos, uma vez que ele aparecerá em diversas outras análises. Revisionismo histórico (ou negacionista) foi um termo calcado especificamente em meados do século XX para designar movimentos após a II Guerra Mundial que negavam o holocausto judeu e os horrores do nazismo; no âmbito desse movimento, foram contestados os números dos mortos, a existência de câmaras de gás e diversos outros dados históricos, em uma tentativa de "depurar" a narrativa da história alemã e diminuir a percepção sobre as atrocidades cometidas. Nas palavras de Moraes (2015):

> O termo "Revisionismo Negacionista" refere-se especificamente a uma variante, digamos, "intelectual" de movimentos de extrema-direita do pós-guerra, cujo projeto incorpora principalmente: (1) a defesa e a reabilitação do nacional-socialismo, do III Reich em geral e de Hitler em particular; (2) a tentativa de provar a ausência de culpa da Alemanha pela Segunda Guerra Mundial; (3) a banalização, a justificação ou mesmo a negação da existência dos campos de extermínio e do Holocausto Nazista (MORAES, 2015, p. 491).

Apesar de esse movimento de reescrita de narrativas históricas já ter sido praticado anteriormente – podemos citar a tentativa de registros europeus tentarem apagar Napoleão Bonaparte da história, por exemplo –, o termo "revisionismo" só foi cunhado posteriormente. Atualmente seu significado não se encontra restrito aos acontecimentos do pós-guerra, mas é aplicado a todas as tentativas de reescrita de narrativas de um povo ou acontecimentos, sejam elas acadêmicas ou políticas (FRONZA, 2018; MORAES, 2015; QUEIRÓZ, 2021; SANTANA; MAYNARD, 2017; VIDAL-NAQUET, 1988). Piubel e Mello (2021) investigam como o mito bandeirante foi influenciado por noções revisionistas do período, ou "operações historiográficas", também exploradas em Ferretti (2008), Rahme (2018), Schwarcz e Starling (2018), Souza (2007) e Waldman (2018).

Neste artigo de opinião, como veremos mais detalhadamente adiante, Roberto Dias entende o revisionismo histórico de uma maneira bastante específica, uma vez que o vincula, como podemos observar na linha fina, ao desconhecimento formal de história, que levaria a um julgamento do passado a partir de valores presentes. Esse movimento, para ele, demonstra uma incompreensão do que era considerado aceitável em outras épocas e se pauta em uma tentativa de apagar o passado.

A discussão sobre o revisionismo será instanciada ao longo do artigo de opinião tanto em argumentos epistêmicos, a partir da construção de uma tese avaliativa sobre o revisionismo histórico, quanto em argumentos práticos, com o revisionismo aparecendo nas premissas.

Iniciaremos nossa análise pelos argumentos epistêmicos, entendidos como internos e por exemplo, como o **argumento por exemplo de personalidades** presente do quadro a seguir.

Quadro 40. AEI por Exemplo de personalidades

PREMISSA 1	Tanto a estátua do Borba Gato quanto o Monumento às Bandeiras homenageiam bandeirantes, mas apenas o primeiro é facilmente atacável.
PREMISSA 2	Anchieta, padre jesuíta, ao mesmo tempo que apoiava a escravidão de negros, catequizava indígenas, o que dificulta avaliar presentemente sua homenagem.
PREMISSA 3	Ayrton Senna, considerado um dos maiores esportistas do país e homenageado em uma rodovia, jogou o carro em cima de outro piloto para ganhar o Mundial de F-1, o que pode tornar aos olhos de hoje sua homenagem questionável.
PREMISSA 4	Tiradentes, ao mesmo tempo que foi herói da inconfidência, era dono de escravos, o que pode tornar problemático aos olhos presentes seu estatuto de herói.
GARANTIA	A dificuldade de se avaliar objetivamente figuras ou grupos homenageados no passado com os olhos do presente evidenciam os problemas do revisionismo.
CONCLUSÃO	Atitudes revisionistas são problemáticas.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Os exemplos elencados pelo autor, nesse caso, são de personagens históricos que demonstrariam a dificuldade de se avaliar objetivamente o passado com *os olhos do presente*. Muitas das personalidades mencionadas apresentariam em suas biografias atitudes admiráveis e condenáveis a partir dos valores atuais, e defender que a importância de suas homenagens seja julgada de acordo com padrões diferentes dos vigentes na época de suas construções, ou mesmo da época em que viveram, seria injusto e anacrônico.

A maior parte dos personagens históricos está ligada justamente ao passado do Brasil colonial e escravista, com Tiradentes e Anchieta apresentando ambiguidades morais, assim como um personagem mais recente elencado pelo autor, Ayrton Senna.

Os monumentos de Borba Gato e a homenagem às Bandeiras aparecem curiosamente como pertencentes à mesma categoria, permitindo inferir que tanto o homem bandeirante, quanto o movimento das bandeiras em si, poderiam ser vistos supostamente de duas maneiras, mas o autor não discorre sobre isso detidamente. Segundo ele, apenas Borba Gato seria facilmente atacável, por não ser uma obra modernista tombada, como é o caso do Monumento às Bandeiras, abrindo uma espécie de concessão ao outro lado, de forma que a crítica ao monumento seja feita não com base na figura do bandeirante, mas a partir de uma avaliação estética da obra.

Como discutido no capítulo 2, o Monumento às Bandeiras, de Victor Brecheret, surgiu em um contexto em que o Modernismo buscava heróis nacionais, ao mesmo tempo em que a

elite paulista buscava reivindicar seu papel na história da constituição do Brasil, em meio ao primeiro golpe militar e à revolução constitucionalista de 1932. A obra fazia parte de diversas outras políticas públicas voltadas a recontar a história nacional de acordo com os interesses paulistas. Júlio Guerra (1912-2001), escultor da estátua de Borba Gato, foi aprendiz do grande artista modernista e fez inclusive parte da construção do Monumento às Bandeiras, mas, curiosamente, sem o mesmo prestígio. O bairro de Santo Amaro apresenta diversas instalações do autor, como o mural em frente ao Teatro Paulo Eiró, mas o maior incômodo, mesmo para os que defendem a manutenção da estátua de Borba Gato, é justamente a suposta feiura da obra. Essas valorações a respeito dos monumentos estão aparentes no argumento de Roberto Dias e são apresentadas como uma espécie de acordo, consenso sobre o assunto.

Ainda nos exemplos de homenagens, o autor apresenta o caso das rodovias paulistas que também poderiam sofrer com o revisionismo.

Quadro 41. AEI por Exemplo de rodovias

PREMISSA 1	Quatro rodovias paulistas homenageiam bandeirantes: a dos Bandeirantes, a Anhanguera, a Raposo Tavares e a Fernão Dias, o que pode tornar aos olhos de hoje sua homenagem questionável.
PREMISSA 2	Há rodovias que homenageiam ditadores, como Castello Branco, políticos cassados pela ditadura militar, como Mário Covas, bem como políticos fisiológicos, como Roberto Cardoso Alves, cada um podendo ser avaliado positiva ou negativamente dependendo do ponto de vista.
PREMISSA 3	Os tamoios praticavam o canibalismo como vingança, o que não é aceitável aos olhos de hoje, ao mesmo tempo que foram homenageados num dos caminhos do litoral, local em que habitavam na colonização.
PREMISSA 4	Na época de D. Pedro 1º, que foi imperador e que poderia ser homenageado por isso, revoltosos eram executados, o que pode tornar aos olhos de hoje sua homenagem (nomeando uma rodovia) questionável.
GARANTIA	A dificuldade de se avaliar objetivamente figuras ou grupos homenageados no passado com os olhos do presente evidenciam os problemas do revisionismo.
CONCLUSÃO	Atitudes revisionistas são problemáticas.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Esse argumento apresenta figuras históricas que também poderiam exemplificar como o revisionismo histórico é problemático. No entanto, o argumentador apresenta os motivos da homenagem ser questionável para dois deles: os tamoios eram canibais, e D. Pedro I mandava executar revoltosos, práticas que são certamente aos olhos de hoje avaliadas como negativas a partir dos valores que ele projeta como acordados com seu auditório. Apesar de o autor iniciar o texto pela problemática dos bandeirantes para tratar do revisionismo histórico, ele não discute as razões que levariam a tal ambiguidade acerca de tais figuras, como o faz nos outros casos.

A contraposição entre uma figura ligada à Ditadura Militar, o presidente Castello Branco, com a de um político cassado pela mesma ditatura, Mário Covas, seguida pela do centrão fisiológico do Congresso, representado na figura de Roberto Cardoso Alves, parece exemplificar para o autor como cada homenagem seria avaliada positiva ou negativamente dependendo da filiação discursiva do auditório. Não parece existir nenhuma valoração acerca da ditadura, seja com relação aos ditadores ou políticos cassados, no entanto, o centrão fisiológico parece ser avaliado negativamente.

Os argumentos epistêmicos de Roberto Dias parecem buscar evidenciar a problemática de se lidar com o revisionismo de personagens e feitos do passado. Uma vez elencadas as dificuldades do revisionismo e discutida a problemática envolvida em sua aplicação, o autor pode sustentar seus argumentos práticos – a favor 1. da manutenção das estátuas no espaço público e 2. da necessidade de educar as pessoas sobre história – como maneiras de contornar a situação presente incômoda, que envolve o questionamento do passado e a tentativa de moldá-lo aos valores vigentes do presente.

O **argumento do revisionismo histórico** é o primeiro argumento prático instanciado por Roberto Dias. Ele se apresenta como uma refutação a um argumento do outro lado do debate, que é trazido para o texto em uma movimentação polifônica (PLANTIN, 2008), ou seja, instancia um discurso que circula socialmente. Os dois encontram-se a seguir.

Quadro 42. API - Instrumental pela derrubada de estátuas de opressores (refutação)

PREMISSA CIRCUNSTANCIAL (problema)	Existem, mundo afora, estátuas que homenageiam figuras históricas cujos valores não coincidem com os atuais.
PREMISSA de OBJETIVO (fim)	É desejável que seja construído um mundo melhor.
GARANTIA MEIO-FIM (presunção)	Derrubar estátuas de opressores melhora o mundo.
CONCLUSÃO (meio/proposta de ação)	Estátuas de opressores devem ser derrubadas.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021a).

Quadro 43. Argumento por Consequências Negativas do revisionismo histórico

PREMISSA 1	Derrubar estátuas é fazer revisionismo histórico.
PREMISSA 2	Revisionismo histórico não tem fim nem melhorará o mundo por si só.
GARANTIA	Aquilo que não tem fim e não melhora o mundo não deve ser realizado.
CONCLUSÃO	Estátuas não devem ser derrubadas.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Walton e Macagno (2019) e Gonçalves-Segundo e Isola-Lanzoni (2021).

A partir de um argumento incorporado polifonicamente ao texto (PLANTIN, 2008), o argumentador traz a voz do outro para o seu discurso, fornecendo pistas sobre a argumentação contrária sobre a qual defenderá sua tese (Quadro 42). Vale mencionar que nenhum outro texto aparece via *hiperlink*, indicando que, caso haja algum diálogo com outros argumentadores, não está explícito.

Uma vez que não é possível recuperar o argumento original, assumimos que, muito provavelmente, Roberto Dias simplifica a premissa meio-fim da argumentação do outro lado, ou seja, ele simplifica a posição contrária, reduzindo-a a algo facilmente atacável. A partir dessa falácia, há a construção de um suposto maniqueísmo entre (i) a noção de que derrubar estátuas não só resolveria o problema como permitiria a construção de um mundo melhor, e (ii) de que manter as estátuas no espaço público pioraria o estado de mundo. Dessa forma, cria-se uma imagem ingênua daqueles que se colocam a favor da derrubada de estátuas de figuras ligadas ao racismo e ao colonialismo, advogando que eles defenderiam uma ação simples para resolver um problema complexo.

O **argumento do revisionismo histórico**, por sua vez, trabalha com a projeção de resultados desprezíveis da contra-proposta (derrubar estátuas), na medida em que considera que ela sozinha não resolverá os problemas do mundo, o que fundamenta a defesa de que o revisionismo, e consequentemente, a derrubada de estátuas, não devem ser praticados. O argumentador não discute o porquê de o revisionismo histórico não melhorar o mundo, assumindo, nesse sentido, um acordo com o auditório.

O revisionismo para o autor, como já mencionado, é problemático pois, para discursividade a qual ele se encontra afiliado, ele equivaleria ao apagamento do passado. O argumento final de Roberto Dias, um argumento de raciocínio prático instrumental, segue na linha do revisionismo histórico e do ataque aos argumentadores do outro lado, como pode ser observado a seguir.

Quadro 44. API - Instrumental pelo ensino de história

PREMISSA CIRCUNSTANCIAL (problema)	A bandeira do revisionismo histórico tem sido empunhada por conta de uma premissa furada de superioridade moral ou por ignorância a respeito da complexidade de cada caso.
PREMISSA de OBJETIVO (fim)	Evitar o apagamento do passado, decorrente de práticas revisionistas, é desejável.
GARANTIA MEIO-FIM (presunção)	Educar melhor as pessoas sobre história evitará que as práticas revisionistas que apagam o passado se materializem.
CONCLUSÃO (meio/proposta de ação)	Deve-se educar melhor as pessoas sobre história.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021a).

Esse argumento constrói como problema presente o apagamento do passado decorrente de práticas revisionistas, a partir de uma proposta de ação que parte da educação formal, no caso, do "ensino de história". Tal argumento pressupõe que quem defende a derrubada de estátuas ou medidas que contrariam a manutenção do *status quo* são, no fundo, argumentadores prepotentes (dado que se julgam moralmente superiores) e/ou incapazes (dado que só enxergam a realidade de forma simples e infundada). Logo, a premissa circunstancial não apenas descreve o presente problemático a partir da filiação discursiva de Dias, como o atribui aos argumentadores do outro lado a razão de o próprio problema existir. Esses ataques podem ser entendidos como uma forma de argumento *ad hominem* (MACAGNO, WALTON, 2019, p. 40), que visa a contaminar o auditório em relação à plausibilidade dos argumentos desse outro lado.

Dessa maneira, os meios para se alcançar o objetivo (evitar o apagamento do passado, decorrente de práticas revisionistas) seria através do ensino de história, que supostamente evitaria a materialização de práticas nocivas à própria história. Além disso, o argumento parece implicar uma crítica ao ensino formal de história vigente, que não estaria sendo eficaz para evitar julgamentos sobre personalidades históricas com base em valores atuais.

Em resumo, elencamos abaixo os argumentos identificados ao longo do texto de Roberto Dias.

Quadro 45. Argumentos práticos e epistêmicos de Roberto Dias

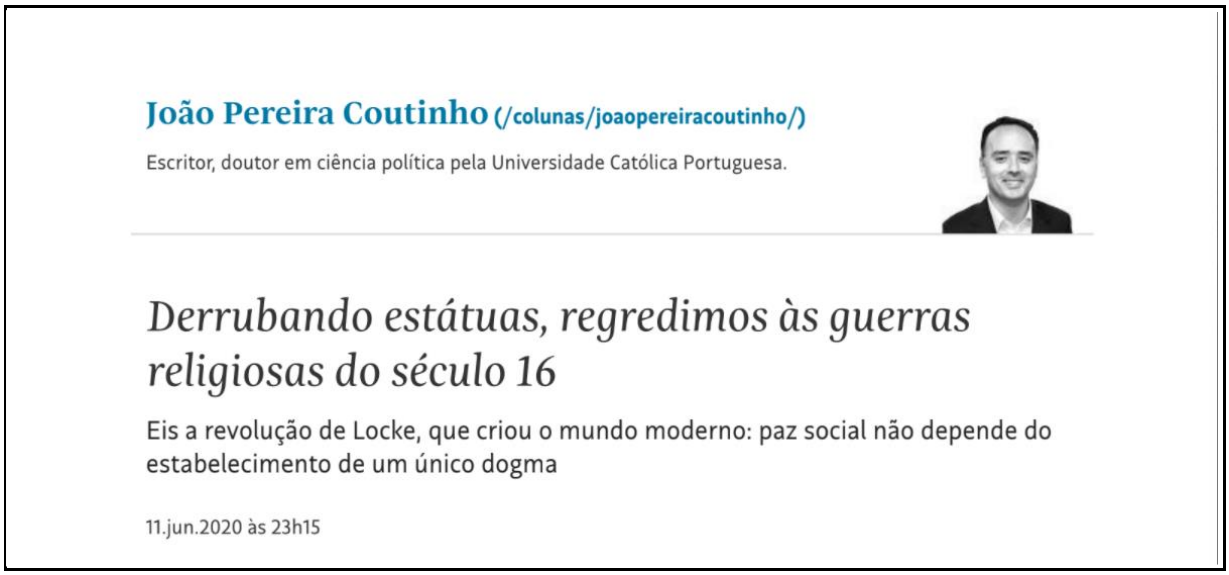
Argumentos Práticos Internos	Argumentos Epistêmicos Internos
1. Instrumental pela derrubada de estátuas de opressores (refutação)	1. Argumento por Exemplo de personalidades
2. Argumento por Consequências Negativas do revisionismo histórico	2. Argumento por Exemplo de rodovias
3. Argumento Instrumental pelo Ensino de História	

Com isso, passamos ao nosso segundo artigo.

4.3 Em nome da tolerância liberal, o artigo de João Pereira Coutinho

O artigo de João Pereira Coutinho foi publicado no dia 11 de junho de 2020 sob o título: *Derrubando estátuas regredimos às guerras religiosas do século 16*. Ele encontra-se reproduzido na íntegra a seguir.

Figura 17. Derrubando estátuas regredimos às guerras religiosas do século 16



João Pereira Coutinho (/colunas/joaopereiracoutinho/)

Escritor, doutor em ciência política pela Universidade Católica Portuguesa.

Derrubando estátuas, regredimos às guerras religiosas do século 16

Eis a revolução de Locke, que criou o mundo moderno: paz social não depende do estabelecimento de um único dogma

11.jun.2020 às 23h15

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/joaopereiracoutinho/2020/06/derrubando-estatuas-regredimos-as-guerras-religiosas-do-seculo-16.shtml> (Acesso em 10/03/2022)

Quadro 46. Derrubando estátuas regredimos às guerras religiosas do século 16

Tempos sombrios para a liberdade de expressão. No New York Times, jornal que assino (até quando, veremos), o editor de opinião foi demitido por ter publicado um artigo do senador republicano Tom Cotton.

No texto, Cotton repetia o argumentário primitivo de Donald Trump e pedia uma intervenção militar (e musculosa) contra as manifestações antirracistas.

Ao mesmo tempo em que isso acontecia, plataformas de streaming retiravam dos seus catálogos alguns filmes e séries. A HBO retirou "E o Vento Levou" por suas tonalidades escravocratas. A BBC fez o mesmo com "Little Britain", série de humor em que o "blackface" era usado para fins cômicos.

E depois ainda temos o ódio contra estátuas que, direta ou indiretamente, evocam o racismo do passado. Em Bristol, a estátua de Edward Colston, um negociante de escravos do século 17, foi jogada nas águas do rio Avon por uma multidão enfurecida.

Mas já existe uma longa lista com todas as estátuas "problemáticas" do país, que merecem igual destino. Entre os candidatos ao cadafalso estão nomes como Robert Peel, William Gladstone ou Cecil Rhodes. Comentários?

Haveria muitos. Mas, hoje, prefiro contar uma história. Essa história começa na Europa do século 16, quando católicos e protestantes se matavam em nome da verdadeira fé.

Aliás, não apenas católicos e protestantes: entre as seitas reformistas, a violência era igual ou pior.

Segundo o raciocínio da época, a paz social só seria possível pela imposição de um único dogma. O que implicava, logicamente, destruir qualquer expressão de dissidência.

Mas eis que em 1667 um cavalheiro inglês chamado John Locke (1632-1704) decidiu escrever a sua "Carta sobre a Tolerância". O autor tinha viajado pela Europa continental. E, confrontado com as guerras religiosas e a montanha de cadáveres que elas produziram, Locke chegou à conclusão razoável de que talvez fosse preferível não matar o parceiro só porque ele professa uma crença distinta.

Eis a revolução de Locke, que praticamente criou o mundo moderno: a paz social não depende do estabelecimento de um único dogma. É exatamente o contrário: só abandonando essa pretensão era possível chegar à paz social. Sim, eu sei: a tolerância de Locke tinha limites. Nem ateus (por razões morais), nem católicos (pela submissão a um poder exterior, Roma) beneficiavam dessa bonomia.

Mas o essencial é que Locke inaugurava um conceito de tolerância que permitiu o florescimento das sociedades políticas liberais. E, com elas, o progresso material e intelectual dos últimos três séculos.

O que estamos a presenciar, agora, é a lenta destruição da tolerância liberal. O jornalista Douglas Murray, que dedica ao tema um artigo na revista The Spectator, afirma que essa destruição se explica pela emergência de uma nova geração de "liberais" que, ao contrário da anterior (a minha, digamos), não valoriza da mesma forma a liberdade de expressão, a humildade do conhecimento, a possibilidade do perdão e, claro, o valor da tolerância.

Concordo com ele. Mas é possível ir mais longe e afirmar que estamos a regredir no tempo e a retornar às guerras religiosas do passado. Para os novos fanáticos, a paz social não depende da tolerância perante ideias contrárias e até ofensivas para a nossa pureza mental.

Depende da destruição do herege e da entronização da Verdade (com maiúscula).

Parabéns a todos. Prevejo um futuro radioso.

Fonte: transcrição realizada pela autora a partir de Coutinho (2020).

O artigo de opinião de João Pereira Coutinho parece responder à seguinte pergunta argumentativa: **Os atos antirracistas são positivos para as sociedades políticas liberais?** O argumentador inicia suas considerações a partir de situações que exemplificam como a

intolerância se mostra perigosa para a liberdade de expressão, como podemos ver na reconstrução a seguir:

Quadro 47. AEI por Exemplo da liberdade de expressão

PREMISSA 1	O editor do jornal The New York Times foi demitido por ter publicado um texto do senador republicano John Cotton defendendo uma intervenção militar e musculosa contra as manifestações antirracistas, o que demonstra intolerância com opiniões contrárias.
PREMISSA 2	As plataformas de Streaming HBO e BBC retiraram obras de seus catálogos por conteúdos escravocratas e/ou racistas, independentemente do valor cultural que apresentavam, como "E o vento levou", clássico do cinema americano, e a série "Little Britain", o que demonstra uma intolerância com expressões contrárias.
PREMISSA 3	A estátua de Edward Colston, um negociante de escravos do século 17, foi jogada nas águas do rio Avon por evocar o racismo do passado, mais um exemplo de intolerância.
PREMISSA 4	Outras estátuas ligadas direta ou indiretamente ao racismo do passado também estão na lista de estátuas "problemáticas" que merecem igual destino, como Robert Peel, William Gladstone e Cecil Rhodes, mais um exemplo de intolerância.
GARANTIA	A liberdade de expressão precisa da tolerância de opiniões e expressões sociais para existir.
CONCLUSÃO	São tempos sombrios para a liberdade de expressão.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Quatro dessas situações envolvem ações da luta antirracista que investiram sobre patrimônios culturais, como o jornal formador de opinião The New York Times e importantes redes de streaming, como HBO e BBC, e contra estátuas de figuras direta ou indiretamente ligadas ao racismo no passado, como Edward Colston, Robert Peel, William Gladstone e Cecil Rhodes. Os exemplos buscam demonstrar como a intolerância atribuída aos movimentos antirracistas cria tensões com as opiniões e expressões artísticas de quem apresenta opiniões e expressões artísticas opostas. A garantia parte da noção de que é através da tolerância que se pode garantir o direito da liberdade de expressão nas sociedades contemporâneas, pressupondo um acordo sobre o alto valor da liberdade de expressão com o auditório. Dessa forma, o articulista enxerga nessas ações um grande perigo ao convívio com o dissenso.

Coutinho narra, ao longo do texto, eventos do século XVI em que consideravam o estabelecimento de um único dogma como o meio para se alcançar a paz social, ainda que, de fato, tal perspectivação seja um dos fatores que tenha levado a guerras violentas que só puderam ser superados, segundo o autor, a partir do conceito de tolerância proposto por Locke. Para sustentar sua posição acerca da relação entre paz social e tolerância, o argumentador apresentará um **argumento de autoridade**, pautado no conhecimento de um grande filósofo do período que contribuiu para resolver o impasse cívico, religioso e moral daquele momento.

Quadro 48. AEE de Autoridade de Locke

PREMISSA 1	John Locke, filósofo inglês, em sua "Carta pela Tolerância" defende que é só abandonando a pretensão de se estabelecer um único dogma que se torna possível alcançar a paz social.
GARANTIA	O que um grande filósofo em posição de saber afirma deve ser considerado como mais plausível.
CONCLUSÃO	É só abandonando a pretensão de se estabelecer um único dogma que se torna possível alcançar a paz social.

Fonte: adaptado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c) e Walton, Reed e Macagno (2008).

Apoiando-se no discurso de um outro, com mais saber sobre o assunto, João Pereira Coutinho sustenta sua interpretação avaliativa para os acontecimentos envolvendo os atos antirracistas que, aparentemente, para o autor, parecem ameaçar justamente o que permitiu o florescimento de sociedades políticas liberais – a tolerância liberal. Na sua perspectiva, é ela que teria viabilizado o progresso material e intelectual da sociedade ocidental.

O que o argumentador vê em ameaça não são apenas os monumentos, a produção intelectual ou a emissão de opiniões, é o próprio conceito de convívio social que sustenta um corpo social através do dissenso. Sem a possibilidade da livre expressão e sem o convívio pacífico com aqueles que pensam de outras maneiras, o próprio futuro das sociedades, como as conhecemos, estaria comprometido. Tal relação de causa-efeito epistêmica fica explícita no **argumento por Sinal** reproduzido a seguir:

Quadro 49. AEI - por Sinal do futuro não liberal

PREMISSA 1	A tolerância liberal permitiu o florescimento das sociedades políticas liberais e, com elas, o progresso material e intelectual dos últimos três séculos.
PREMISSA 2	A tolerância liberal está sendo lentamente destruída no presente.
GARANTIA	A destruição daquilo que permite o progresso material e intelectual das sociedades políticas liberais compromete seu futuro.
CONCLUSÃO	O futuro das sociedades políticas liberais estará comprometido.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Coutinho, a seguir, apresenta outra autoridade que vê, como ele mesmo, ameaça na maneira como a liberdade de expressão está sendo destruída junto com a tolerância liberal: Douglas Murray, jornalista que publicou um artigo sobre o assunto na revista The Spectator. Nesse ponto, o argumentador não apresenta apenas a tese da autoridade, como havia feito no caso de Locke, mas também enuncia o argumento por Sinal elaborado pelo jornalista. Essa argumentação aparece em forma de sustentação de sua própria interpretação sobre o fenômeno.

Entendemos aqui a necessidade de elaborarmos dois esquemas subordinados, uma vez que o **argumento por Sinal** não é instanciado pelo próprio Pereira Coutinho, ele é, na verdade, uma reprodução do argumento de Douglas Murray que, por sua vez, apresenta-se, no texto, como um **argumento de autoridade**. Ambos os argumentos se encontram reconstruídos a seguir:

Quadro 50. AEE de Autoridade de Douglas Murray

PREMISSA 1	O jornalista Douglas Murray, que dedica ao tema da destruição da tolerância liberal um artigo na revista The Spectator, afirma p.
GARANTIA	O que um jornalista que escreve na revista The Spectator afirma deve ser considerado como mais plausível.
CONCLUSÃO	É verdade p.

Fonte: adaptado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c) e Walton, Reed e Macagno (2008).

Quadro 51. AEI de Causa-Efeito da tolerância liberal (explicitação de p)

PREMISSA 1	Há uma nova geração de "liberais" que não valoriza a liberdade de expressão, a humildade do conhecimento, a possibilidade do perdão e o valor da tolerância.
GARANTIA	O que não valoriza a liberdade de expressão, a humildade de conhecimento, a possibilidade do perdão e o valor da tolerância ameaça a tolerância liberal.
CONCLUSÃO	A tolerância liberal está sendo lentamente destruída no presente.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c) e Walton, Reed e Macagno (2008).

O conjunto de argumentos apresentados até o momento servem de sustentação para o principal argumento de João Pereira Coutinho: o **argumento por analogia** entre atos antirracistas e as guerras religiosas do século XVI, reproduzido na sequência:

Quadro 52. AEI por Analogia entre os atos antirracistas e as guerras religiosas

PREMISSA 1	No século XVI, as diferentes religiões buscavam impor um único dogma como maneira de alcançar a paz social, o que levou a conflitos violentos.
PREMISSA 2	No século XXI, os movimentos antirracistas buscam impor uma única Verdade como maneira de alcançar justiça social, o que está levando a conflitos violentos.
PREMISSA 3	As guerras religiosas do século XVI sinalizavam a atitude de intolerância quanto à diversidade religiosa.
PREMISSA 4	Os atos antirracistas do século XXI sinalizam a atitude de intolerância quanto à liberdade de expressão
GARANTIA	Movimentos diferentes que partilham propriedades são análogos.
CONCLUSÃO	Os atos antirracistas contemporâneos são análogos às guerras religiosas do século 16.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

A aproximação entre os movimentos antirracistas e as diferentes religiões em disputa no século XVI se dá através da busca pela imposição de um único dogma que, nos dois casos, culmina em um efeito negativo para as sociedades: a potencialização de rivalidades. Ambos os casos apresentam a intolerância como cerne das motivações para as ações, o que permite o articulista afirmar que ambos são análogos pelo perigo que representam à construção de sociedades liberais prósperas.

Aqui, vale mencionar que o conceito de liberalismo de João Pereira Coutinho não está vinculado a um liberalismo político ou econômico, mas a um princípio moral em que tudo deve ser tolerado e permitido em termos de liberdade de expressão, uma versão do liberalismo americano também conhecido como libertarianismo (MOLINA, 2019). Dessa forma, manifestações pretensamente racistas têm o direito de existirem, pois expressam uma interpretação sobre o mundo que deve ser respeitada como todas as outras.

Em resumo, elencamos abaixo os argumentos identificados ao longo do texto de João Pereira Coutinho: todos são epistêmicos e encontram-se divididos entre internos e externos.

Quadro 53. Argumentos epistêmicos internos e externos de João Pereira Coutinho

Argumentos Epistêmicos Internos	Argumentos Epistêmicos Externos
1. AEI por Exemplo da liberdade de expressão	1. AEE de Autoridade de Locke
2. AEI por Sinal do futuro não liberal	2. AEE de Autoridade de Douglas Murray
3. AEI de Causa e Efeito da tolerância liberal (explicitação de p)	
4. AEI por Analogia entre os atos antirracistas e as guerras religiosas	

4.4 Sobre a injustiça anacrônica, o artigo de Hélio Schwartsman

No dia 11 de junho de 2020, ainda no auge dos protestos, o segundo artigo publicado na *Folha de S.Paulo* sobre as estátuas foi de autoria de Hélio Schwartsman. Intitulado "Racismo, passado e futuro", o texto discorre sobre injustiças, que ultrapassam os limites temporais e urge por uma visão contextualizada dos momentos históricos.

Figura 18. Racismo, passado e futuro

Fonte: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartsman/2020/06/racismo-passado-e-futuro.shtml. (Acesso em 18/12/2022)

Quadro 54. Racismo, passado e futuro

O racismo é moralmente condenável porque atribui a um indivíduo particular características tidas como representativas da categoria a que ele pertence. O racista tira conclusões sobre pessoas sem conhecê-las, o que é profundamente injusto e frequentemente fatal, como se constata nas abordagens policiais de negros nos EUA ou no Brasil.

Nesse contexto, vejo com simpatia os protestos mundiais deflagrados pelo assassinato de George Floyd. Não sou tão panglossiano a ponto de acreditar que acabarão com o racismo, mas dão visibilidade ao problema e, numa nota mais prática, já estão provocando mudanças nos protocolos policiais que poderão reduzir a violência das forças de segurança.

Meu apoio a esses movimentos, porém, é crítico. Não creio que faça muito sentido se revoltar contra personagens históricos como Cristóvão Colombo e Winston Churchill e quebrar-lhes estátuas. Não dá para interpretar o passado com os olhos de hoje.

Vamos encontrar pérolas racistas não apenas em Churchill mas também em figuras muito mais identificadas com o chamado progressismo, como Abraham Lincoln, Che Guevara e Gandhi. E não precisamos parar aí. Shakespeare tem passagens nitidamente antissemitas, Eurípedes era um rematado misógino, e Aristóteles, um escravocrata de mão cheia. Vamos banir todos eles das bibliotecas em nome da luta contra o racismo e o preconceito? De minha parte, não gostaria de viver num mundo sem os clássicos.

A verdade é que, gostemos ou não, somos prisioneiros de nossas épocas. Em qualquer período que vivamos, há sempre um horizonte de possibilidades morais além das quais é muito difícil enxergar. Aposto que, em cem anos, o tratamento que dispensamos a animais e prisioneiros fará parte do rol de crimes do passado. Deixar de ver isso e exigir de todos aqueles que nos antecederam as atitudes morais que cobramos dos contemporâneos também é uma tremenda injustiça.

Fonte: transcrição realizada pela autora a partir de Schwartsman (2020).

O colunista da Folha inicia sua argumentação respondendo de maneira dialética a uma subquestão que aparentemente ronda a discussão das estátuas “O racismo é moralmente condenável?”. O levantamento dessa questão apresenta diferentes funções discursivas: em primeiro lugar, apresenta o posicionamento do autor frente ao racismo, o que, em termos retóricos, implica em buscar a adesão do auditório favorável aos protestos; em segundo lugar, há uma função dialética, em que Hélio Schwartsman contextualiza a discussão, e sua

argumentação, demonstrando compreensão de que percepções sobre o racismo em nossa sociedade não são um consenso. Há, assim, a construção de um *ethos* racional e alinhado com valores antirracistas, observemos o primeiro parágrafo.

> O racismo é moralmente condenável porque atribui a um indivíduo particular características tidas como representativas da categoria a que ele pertence. O racista tira conclusões sobre pessoas sem conhecê-las, o que é profundamente injusto e frequentemente fatal, como se constata nas abordagens policiais de negros nos EUA ou no Brasil.

Em termos lógicos, identificamos neste parágrafo um Esquema Argumentativo por Definição, em que a definição do racismo serve como ponto de partida epistêmico, esclarecendo as crenças e os valores que serão defendidos na argumentação. A reconstrução do argumento encontra-se a seguir.

Quadro 55. AEI por Definição do racismo

PREMISSA 1	O racismo atribui a um indivíduo particular características tidas como representativas da categoria a que ele pertence.
GARANTIA	Aquilo que atribui a um indivíduo particular características tidas como representativas da categoria a que ele pertence é moralmente condenável.
CONCLUSÃO	O racismo é moralmente condenável.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

A condenação moral do racismo parte de uma noção de injustiça que é bastante importante para o movimento argumentativo do autor: a injustiça do racismo é pautada na generalização de um grupo e a avaliação presumida de um suposto integrante do grupo a partir dessa mesma generalização. Em outras palavras, generalizações que suprimem a individualidade são injustas e essa injustiça é a base de funcionamento do racismo, o que justifica a crítica moral quanto a sua prática.

Ainda nesse parágrafo o autor apresenta um Esquema Argumentativo por Interação entre Ato-Pessoa com uma particularidade: ele o aplica a um grupo genérico "o racista", julgando o comportamento comum de pessoas que fazem parte dessa categoria. É bastante curioso, do ponto de vista lógico e discursivo, que, imediatamente após dizer que generalizações de grupos são injustas, como analisamos no primeiro esquema, que o articulista continue seu movimento argumentativo, buscando reforçá-lo, utilizando o mesmo recurso que condena. No caso, classifica todo um grupo generalizando os indivíduos que o compõem. Isso pode ser um indício de que a aplicabilidade da generalização, para o autor, depende do alvo ou

do contexto em que é utilizado: podemos generalizar um grupo a partir de um comportamento em comum, mas não um indivíduo por apresentar um comportamento comum a um grupo.

O argumento por Interação entre Ato-Pessoa é essencial para o artigo, mesmo com a aparente contradição em relação ao anterior. Este segundo argumento reorienta a discussão ampla sobre o racismo para a questão específica do racismo nas abordagens policiais, tanto nos EUA - país onde ocorreu o caso George Floyd -, quanto no Brasil - onde o autor se insere na discussão. Dessa maneira, o autor demonstra compreensão e solidariedade ao problema, estabelecendo a relação entre o alto índice de mortalidade em abordagens policiais de pessoas negras e o racismo, ainda em busca de adesão. Vamos observar o Argumento Epistêmico desse movimento.

Quadro 56. AEI - por Interação entre Ato-Grupo (Pessoa) de policiais racistas

PREMISSA 1	(Implícita) Abordagens policiais não deveriam ser frequentemente fatais.
PREMISSA 2	(Implícito) Abordagens policiais de pessoas negras nos EUA e no Brasil são frequentemente fatais.
GARANTIA	Violências cometidas contra grupos raciais específicos são sinal de racismo.
CONCLUSÃO	Abordagens policiais de negros nos EUA e no Brasil são racistas.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

As duas primeiras premissas desse esquema estão implícitas. A primeira parte de um consenso sobre as abordagens policiais, que não deveriam ser frequentemente fatais, ou seja, há um comportamento esperado desses profissionais, enquanto a segunda premissa nos apresenta um desvio desse comportamento e surge com uma variável étnico-racial e outra locativa para os desvios de conduta, ou seja, as abordagens policiais com desvio ocorrem contra pessoas negras especificamente em dois locais, nos EUA e no Brasil. Essa especificidade reorienta a classificação de imoralidade a atos racistas em geral ao caso específico em debate, desfazendo a aparente contradição.

Percebemos que o movimento do autor parte de um conceito (racismo) aplicado a quem pratica ações classificadas dessa maneira (racista), em situações específicas (abordagens de pessoas negras), realizadas por atores específicos (policiais) em lugares específicos (EUA e Brasil); ele parte do mais genérico ao mais específico conectando o assassinato de George Floyd a diversas outras abordagens policiais violentas e frequentemente fatais. O mote desse argumento é a injustiça, definindo-a, apresentando suas razões e suas consequências.

Esses primeiros argumentos surgem como um **exórdio** para tornar o auditório "dócil, atento e benevolente" (REBOUL, 2011, p. 55), uma vez que, por se posicionar contrariamente a uma pauta defendida, em geral, pelo movimento negro, o autor busca construir uma imagem de não racista, antecipando possíveis julgamentos nesse sentido.

Por isso, no segundo parágrafo, o autor continua seu movimento retórico precavido buscando possíveis acordos com o auditório, agora apresentando aquilo que considera positivo em relação aos "protestos mundiais deflagrados pelo assassinato de George Floyd".

> Nesse contexto, vejo com simpatia os protestos mundiais deflagrados pelo assassinato de George Floyd. Não sou tão panglossiano a ponto de acreditar que acabarão com o racismo, mas dão visibilidade ao problema e, numa nota mais prática, já estão provocando mudanças nos protocolos policiais que poderão reduzir a violência das forças de segurança.

A simpatia aos eventos se dá por seus resultados positivos: a visibilidade ao problema (o racismo) e as mudanças imediatas nos protocolos, com os fins (visibilidade e mudanças imediatas) justificando os meios (os protestos). Essa relação está explicitada no Argumento de Consequências Positivas que se encontra a seguir. A pertinência dos movimentos sociais parte da necessidade de uma resposta que mude a realidade indesejável presente, mesmo que não resolva completamente a questão, com a ressalva de não ser "tão panglossiano a ponto de acreditar que acabarão com o racismo". Essa ressalva implica em um julgamento de valor, que recupera um posicionamento possível acerca dos protestos – no caso, "acreditar que [os protestos] acabarão com o racismo" –, avaliado de maneira negativa com "panglossiano", ou seja, um pensamento extremamente otimista ou ingênuo. As mudanças práticas na realidade, imediatas frente aos protestos, são, por si só, motivos suficientes, do ponto de vista do autor, para defender as manifestações.

Quadro 57. AEI por Consequências Positivas de apoio aos protestos

PREMISSA 1	Os protestos deflagrados pelo assassinato de George Floyd dão visibilidade ao racismo e já estão provocando mudanças nos protocolos policiais que poderão reduzir a violência das forças de segurança.
GARANTIA	Aquilo que dá visibilidade ao problema e provoca mudanças em protocolos policiais é positivo.
CONCLUSÃO	Os protestos mundiais deflagrados pelo assassinato de George Floyd são pertinentes

Fonte: elaborado pela autora a partir de Walton e Macagno (2019) e Gonçalves-Segundo e Isola-Lanzoni (2021).

No movimento argumentativo, percebemos que o autor parece contrariar um objetivo que o "outro lado" aparentemente acredita: de que os protestos acabariam com o racismo. O diálogo com esse argumento não instanciado deixa claro que o autor concorda com os protestos apenas pelas consequências positivas, mas não pelos seus supostos objetivos. Aqui temos novamente um argumento polifonicamente integrado ao texto para refutação, em que a voz do outro é trazida para ser contestada, sem nenhuma indicação clara de que haja um diálogo explícito com outros argumentadores. Uma vez que pressupõe uma proposta de intervenção na realidade, o argumento polifônico surge no modelo de um argumento prático instrumental.

Quadro 58. API - Instrumental da necessidade de protestos antirracistas (refutação)

PREMISSA CIRCUNSTANCIAL (problema)	O racismo é uma realidade presente inaceitável.
PREMISSA de OBJETIVO (fim)	É desejável acabar com o racismo.
GARANTIA MEIO-FIM (presunção)	Protestar contra o racismo é um meio para acabar com ele.
CONCLUSÃO (meio/proposta de ação)	Protestos antirracistas devem ser realizados.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021a).

Como vimos no caso da análise de Roberto Dias, e uma vez que neste caso também não é possível recuperar o argumento original, assumimos que, muito provavelmente, Hélio Schwartsman simplifica a premissa meio-fim da argumentação do outro lado da discussão, reduzindo-a a algo facilmente atacável. Afinal, seria ingênuo, ou "panglossiano", acreditar que um problema social tão complexo e tão antigo quanto o racismo fosse ser extinto apenas pela manifestação da insatisfação popular em forma de protestos, mesmo que ocorrendo em escala mundial.

Podemos dizer que até este ponto do artigo houve uma preparação do auditório, por sua vez, aparentemente diversificado, partindo da tentativa de diálogo do autor com diversos públicos: aqueles que são a favor dos protestos, aqueles que, como ele, estão incomodados com os protestos por algum ponto específico, aqueles que são contra os protestos e, ainda, aqueles que ainda não sabem o que pensar sobre a situação; esse auditório diversificado implica na construção argumentativa, pois impacta em como o autor irá defender seu ponto de vista. Vale mencionar que o público premeditado supracitado parece condizente com a diversidade dos

leitores da *Folha de S.Paulo*, um dos principais veículos de comunicação do país. E é apenas a partir do terceiro parágrafo que o autor apresenta sua primeira crítica negativa.

> Meu apoio a esses movimentos, porém, é crítico. Não creio que faça muito sentido se revoltar contra personagens históricos como Cristóvão Colombo e Winston Churchill e quebrar-lhes estátuas. Não dá para interpretar o passado com os olhos de hoje.

Apesar de concordar com os protestos, sendo eles um meio para um fim, o autor discorda da maneira como os manifestantes estão protestando. Ou seja, concorda-se aqui com as manifestações em si, elas devem existir e são importantes, mas não há acordo nem sobre os objetivos do protesto, como vimos no argumento anterior, nem com os meios utilizados na luta para alcançar o estado de futuro aprimorado, como veremos a seguir.

Há um outro argumento instanciado polifonicamente que também aparece para refutação. Este argumento prático instrumental resulta da análise do parágrafo anterior e apresenta como o autor assume o posicionamento contrário a respeito da derrubada de estátuas. Explicitar o raciocínio do outro é uma estratégia do autor para refutá-lo.

Quadro 59. API - Instrumental a favor da derrubada de estátuas (refutação)

PREMISSA CIRCUNSTANCIAL (problema)	Existe, no presente, estátuas de personagens históricos considerados racistas pelos valores de hoje.
PREMISSA de OBJETIVO (fim)	É desejável eliminar o racismo.
GARANTIA MEIO-FIM (presunção)	Derrubar estátuas de personagens históricos ligados ao racismo elimina marcas do racismo na paisagem pública.
CONCLUSÃO (meio/proposta de ação)	Estátuas de personagens históricos ligados ao racismo devem ser derrubadas.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021a).

O ataque ao argumento será justamente com relação à suposta premissa de objetivo "eliminar o racismo". Ele discursivamente deixa claro que esse é um objetivo inalcançável, e entende, assim, que os meios utilizados para atingir esse objetivo, a derrubada de estátuas, são indesejáveis. Saindo um pouco da postura mediadora, essa é a primeira oposição clara aos protestos no texto e surge de um reenquadramento do argumento do outro, em que o objetivo e os meios constroem uma visão ingênua sobre o funcionamento dos processos históricos. Esse argumento evidencia a premissa de ingenuidade atribuída àqueles que querem destruir o

racismo derrubando estátuas, sendo assim é preciso discordar desse *modus operandi*. Chegamos então à questão central do artigo: faz sentido se revoltar contra estátuas de personagens históricos? Mas antes de se aprofundar na sua tese, o autor amplia a discussão a partir de exemplos no 4º parágrafo que se encontra a seguir.

> Vamos encontrar pérolas racistas não apenas em Churchill mas também em figuras muito mais identificadas com o chamado progressismo, como Abraham Lincoln, Che Guevara e Gandhi. E não precisamos parar aí. Shakespeare tem passagens nitidamente antissemitas, Eurípedes era um rematado misógino, e Aristóteles, um escravocrata de mão cheia. Vamos banir todos eles das bibliotecas em nome da luta contra o racismo e o preconceito? De minha parte, não gostaria de viver num mundo sem os clássicos.

Esse parágrafo desafia a teoria dos esquemas argumentativos por apresentar diferentes argumentos funcionando ao mesmo tempo. É importante mencionar que, para a teoria que estamos utilizando para a análise, apenas um esquema poderia ser utilizado por vez. Encontrar esse uso distinto da premissa teórica é ao mesmo tempo rico em termos de possibilidades de análise e desafiador, dessa maneira, tentaremos a seguir esboçar o desenvolvimento dos argumentos identificados.

Primeiramente, identificamos que os argumentos partem de exemplos, nomeando figuras políticas e escritores clássicos representando a categoria de personagens históricos. Não há aqui nenhuma distinção ou discussão sobre diferenças entre a aplicabilidade dessas figuras na discussão, o que indica uma aproximação entre esses grupos. Entendemos assim, que feitos políticos são similares a livros clássicos, o que nos leva para outro viés desse argumento: ele se baseia em uma regra da justiça entre os dois grupos. A seguir reconstruímos esse movimento.

Quadro 60. API - Regra da Justiça entre estátuas e livros

PREMISSA 1	Livros de autores clássicos são análogos a estátuas de personagens históricos.
PREMISSA 2	Autores clássicos, como Shakespeare, Eurípedes e Aristóteles, tiveram atitudes contrastantes com o discurso progressista sobre racismo e preconceito, e suas obras não foram banidas de bibliotecas e nem é desejável que o sejam.
PREMISSA 3	Personagens históricos para os quais se ergueram estátuas, como Churchill e Colombo, protagonizaram atitudes contrastantes com o discurso progressista sobre racismo e preconceito.
GARANTIA	Seres pertencentes a uma mesma categoria devem ser tratados da mesma maneira em situações semelhantes.
CONCLUSÃO	Estátuas de personagens históricos não devem ser derrubadas.

Fonte: elaboração da autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Aqui encontramos uma exceção para o combate ao racismo. Se existem comportamentos racistas em políticos independentemente de serem conservadores ou progressistas (provavelmente um diálogo com outros argumentos da discussão) e se eles também aparecem em livros clássicos e é indesejável derrubar os primeiros ou banir de bibliotecas os segundos, somos levados a mais um aspecto desse argumento de se pautar em consequências negativas.

A indesejabilidade de banir os clássicos surge de um olhar para o passado a partir de uma moral do presente. É denunciado, assim, um suposto anacronismo histórico quando os viventes do hoje tratam de maneira injusta personagens históricos, desejando que o passado refletisse os valores do presente. A escolha por argumentar a partir de livros de autores clássicos é interessante do ponto de vista retórico, pois em termos de adesão, parece menos controverso concordar que a retirada de livros de uma biblioteca é um ato absurdo, independentemente dos motivos que levam a esse banimento, pois isso está atrelado a contextos históricos de intolerância e violência. Parece que é justamente com isso que o autor quer dialogar, com o viés negativo que a repressão a pensamentos e visões de mundo podem assumir em longo prazo. Aqui, mesmo que por um motivo nobre, acabar com o racismo, é necessário medir as ações para não cometermos, como sociedade, outras injustiças.

Ainda nesse argumento, encontramos a expansão das consequências negativas aplicadas aos livros agora voltadas para as estátuas, cuja reconstrução encontra-se na tabela a seguir. É acordado e não discutida a analogia entre livros e estátuas, entre personagens políticos e escritores clássicos; essa similaridade apresentada a partir de exemplos é que desencadeia a apelação tanto para a regra da justiça quanto para as consequências negativas de se banirem livros ou de se derrubarem estátuas.

O autor apresenta diversos argumentos que visam, em última instância, defender que não se pode “interpretar o passado com os olhos de hoje”. Nesse argumento, essa máxima do autor é defendida através de mais um movimento argumentativo, em que a conclusão é prescritiva; mesmo que se baseie em crenças, que pertencem ao campo epistêmico, há um viés prático que incide sobre a impossibilidade de se comportar de uma determinada maneira, no caso, derrubando estátuas. Esse é um argumento difícil de ser recuperado, porque as premissas estão implícitas e a garantia não é instanciada: temos apenas a conclusão para depreender o movimento argumentativo; ao mesmo tempo, esse é um dos principais argumentos do texto, porque parte da ideia de que não faz sentido interpretar o passado com os olhos de hoje, indicando um suposto revisionismo histórico em torno da polêmica.

Mudar a interpretação do passado a partir da derrubada de estátuas, para o autor, se assemelha a apagar o passado; dessa maneira, tanto apagar o passado, quanto mudar sua representação, assim como derrubar as estátuas são ações negativas. O quadro a seguir apresenta uma reconstrução desse argumento.

Quadro 61. AEI - Argumento de Causa-Efeito sobre interpretar o passado com os olhos de hoje

PREMISSA 1	(Implícita) Personagens históricos viveram em outras épocas de acordo com os valores morais daquele momento.
PREMISSA 3	(Implícita) Aplicar valores morais do presente a personagens históricos que viveram sob outros valores morais é incoerente.
GARANTIA	Aquilo que é incoerente deve ser evitado.
CONCLUSÃO	Não faz sentido interpretar o passado com os olhos de hoje.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c) e Walton, Reed e Macagno (2008).

O quinto e último parágrafo do texto fecha essa argumentação, não mais na chave de não fazer sentido, mas na chave da injustiça que seria realizada ao fazermos uma análise anacrônica do passado.

> A verdade é que, gostemos ou não, somos prisioneiros de nossas épocas. Em qualquer período que vivamos, há sempre um horizonte de possibilidades morais além das quais é muito difícil enxergar. Aposto que, em cem anos, o tratamento que dispensamos a animais e prisioneiros fará parte do rol de crimes do passado. Deixar de ver isso e exigir de todos aqueles que nos antecederam as atitudes morais que cobramos dos contemporâneos também é uma tremenda injustiça.

O argumento da injustiça anacrônica fecha o artigo em uma chave epistêmica. A projeção de um futuro injusto surge da tentativa de derrubar estátuas, ou seja, do julgamento sobre o passado através dos valores morais contemporâneos. A injustiça se justifica porque não eram questões morais que sequer poderiam existir em outra época, retomando a alegação de **revisionismo histórico**, que é indesejável por tentar realizar o impossível: mudar o passado. Essa mudança do que já ocorreu é indício da busca contemporânea por uma história única, assim como é indício da dificuldade em reconhecer as transformações que acompanham os diversos períodos históricos, por entender o passado como uma extensão do hoje e não como um momento distinto, com crenças e valores distintos. É essencial o acordo com o auditório de que as estátuas representam uma maneira de acessar a história, esses outros momentos, crenças

e valores. Nesse sentido, um movimento de reescrita da história, de revisão do passado passaria justamente pela destruição das marcas daquele tempo no presente e a limitação de acesso ao registro cultural desse passado.

Quadro 62. AEI - Argumento por Valor sobre a injustiça anacrônica

PREMISSA 1	Existiram valores morais que eram considerados positivos no passado e que hoje são considerados negativos.
PREMISSA 2	Da mesma maneira, no futuro, é possível que condenem atitudes do presente que vivenciamos hoje.
PREMISSA 3	Existem horizontes morais além dos quais é difícil enxergar.
GARANTIA	Exigir de todos aqueles que nos antecederam as atitudes morais que cobramos dos contemporâneos é uma tremenda injustiça.
CONCLUSÃO	Avaliar o passado com os olhos do presente é injusto.

Fonte: elaboração da autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

O conceito de revisionismo histórico é essencial para a defesa do ponto de vista de Hélio Schwartsman e, para isso, assim como no caso do artigo de Roberto Dias, o autor não utiliza um argumento específico para isso, mas sim, um conjunto de argumentos que, no caso de Schwartsman, aparecem ao longo dos três últimos parágrafos.

Em resumo, elencamos abaixo os argumentos identificados ao longo do texto de Hélio Schwartsman.

Quadro 63. Argumentos Internos Práticos e Epistêmicos de Hélio Schwartsman

Argumentos Práticos Internos	Argumentos Epistêmicos Internos
1 – API - Instrumental da necessidade de protestos antirracistas (refutação)	1 – AEI - por Definição do racismo
2 – API - Instrumental a favor da derrubada de estátuas (refutação)	2 – AEI - por Interação entre Ato-Grupo (Pessoa) de policiais racistas
3 – API - por Regra da Justiça entre estátuas e livros	3 – AEI - por Consequências Positivas de Apoio aos Protestos
4 – API - por Causa-Efeito sobre interpretar o passado com os olhos de hoje	

4.5 O horror do passado bandeirante, o artigo de Reinaldo José Lopes

O artigo de opinião de Reinaldo José Lopes, na nossa linha do tempo, é o quarto artigo a ser publicado e o primeiro a defender a retirada de monumentos. Publicado no dia 13 de junho de 2020 e intitulado *Bandeirantes de consciência pesada*, o artigo discute a simbologia dos

bandeirantes, enfocando especificamente esses personagens, em especial a figura de Borba Gato presente no bairro de Santo Amaro em São Paulo.

Podemos dizer que, após dois textos que abordam o assunto dos monumentos em geral, o artigo de Lopes volta para o enquadramento sugerido por Roberto Dias, com "os vândalos do bem" escolhendo "o alvo certo", ou seja, "bandeirantes", figuras realmente problemáticas da história e dificilmente defensáveis.

Veremos que, ao contrário dos textos anteriores que enfocam sua argumentação na necessidade de preservar o patrimônio histórico, neste, o articulista busca reenquadrar a narrativa bandeirante a partir de fatos e dados históricos presentes na obra de John Monteiro, *Negros da Terra*. Em seu livro, Monteiro apresenta inventários indicando que, em suas entradas pelo sertão brasileiro, esses homens fortemente armados buscavam, antes de tudo, o "ouro vermelho"; em outras palavras, capturar indígenas, também chamados de gentios ou negros da terra. Essa perspectiva vai contra a história oficial hegemônica de que os bandeirantes foram heróis expandindo o território nacional em busca de ouro e pedras preciosas e abre espaço para outras interpretações a respeito dos sertanistas paulistas.

Figura 19. Bandeirantes de consciência pesada

Fonte: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldojoselopes/2020/06/bandeirantes-de-consciencia-pesada.shtml (acesso em 31/10/2022).

Quadro 64. Bandeirantes de consciência pesada

Fato: a estátua de Borba Gato é mais feia do que Satanás chupando uma fruta-do-conde. Poucas coisas diminuiriam mais a FIB (Feiura Interna Bruta) de Santo Amaro do que uma discreta remoção da estátua e sua substituição por, sei lá, uma muda de ipê-amarelo. Mas horroroso mesmo era o tipo de justificativa que os bandeirantes usavam para agir como agiam. Mais do que botar abaixo o Borba Gato, o que falta é o conhecimento detalhado do que os "heroicos paulistas" realmente representaram.

Já posso ouvir a Patrulha do Anacronismo Histórico batendo na minha porta. "Mas veja bem", dizem os patrulheiros, "no século 17 ninguém via problema nenhum em sair por aí invadindo aldeias ou missões jesuíticas e escravizando índio". Cascata maior que essa jamais foi pronunciada, gentil leitor.

Ocorre que, ao menos no papel, a Coroa portuguesa tinha estabelecido regras bastante estritas quanto à principal (e, durante muito tempo, a única) atividade dos bandeirantes, o apresamento dos "gentios da terra". Em condições normais, os indígenas do Brasil-Colônia não podiam ser escravizados.

Para que fosse lícito reduzir os nativos à servidão, era preciso que eles fossem capturados durante uma "guerra justa" —em tese, um conflito defensivo, no qual os colonos fossem a parte atacada, ou pelo menos no qual os índios desobedecessem a uma ordem legítima de seu soberano, o rei de Portugal. (Abstraia aí o fato de que, claro, o rei não perguntou a tupinambás ou carijós se eles topavam ser seus súditos.)

O problema é que, se dependessem só dos indígenas realmente capturados em guerras justas, os bandeirantes iam acabar com quase nenhum escravo nas suas fazendas de trigo (o principal sorvedouro de cativos). Por isso, à revelia do governo ibérico e da pregação dos jesuítas, eles não tinham grandes pruridos em atacar indígenas que não haviam dado qualquer motivo para uma "guerra justa".

Só que até bandeirantes podiam sofrer de consciência pesada na hora de bater as botas (ou esticar as canelas, já que eles parecem ter andado descalços na vida real). É o que sugerem alguns testamentos da época, como o de Lourenço de Siqueira: "Declaro que eu tenho algumas peças de gentio do Brasil as quais por lei de Sua Majestade são forras e livres e eu por tais as deixo e declaro, e lhes peço perdão de alguma força ou injustiça que lhes haja feito, e de lhes não ter pago seu serviço como era obrigado". Lindo, mas Siqueira arremata pedindo que os índios... continuem servindo à sua mulher.

Já Lucrécia Leme, em seu testamento, declara: "Possuo nove peças do gentio da terra, e uma criança, as quais tratei sempre como livres que são de sua natureza". É, só que o texto prossegue: "Por serem incapazes de se regerem por si as administrava com aquele cuidado cristão, valendo-se de seu serviço em ordem a alimentá-los e nesta mesma ordem os poderão reger meus herdeiros". Então tá.

Caso ainda não tenha ficado claro: a escravidão indígena era indiscutivelmente ilegal, e mesmo assim os paulistas do século 17 a justificavam pelo "uso e costume da terra". Leis que não pegam, jeitinho, suposta cordialidade e "cuidado cristão" encobrindo um subsolo de violência — francamente, não mudamos porcaria nenhuma.

(Os testamentos bandeirantes estão no livro "Negros da Terra", do saudoso historiador John Manuel Monteiro. Se não for para aposentar o Borba Gato, que se distribua uma cópia a cada aluno do ensino médio de São Paulo.)

Fonte: transcrição realizada pela autora a partir de Lopes (2020).

Por questões de análise, separamos o primeiro parágrafo do artigo em duas partes. A primeira, como pode ser observado a seguir, apresenta dois argumentos de extrema importância para a sustentação do posicionamento do autor: 1. que a estátua de Borba Gato é feia e 2. que, justamente pela feiúra da obra, ela deve ser derrubada. Observemos.

P1.1
Fato: a estátua de Borba Gato é mais feia do que Satanás chupando uma fruta-do-conde. Poucas coisas diminuiriam mais a FIB (Feiura Interna Bruta) de Santo Amaro do que uma discreta remoção da estátua e sua substituição por, sei lá, uma muda de ipê-amarelo."

O autor inicia seu texto criando um acordo a partir de uma avaliação visual pautada em uma comparação. No caso, a comparação se baseia em um parâmetro de feiura que é dado pela

evocação da simbologia de “Satanás chupando uma fruta-do conde”, uma variação da expressão “o cão chupando manga” comumente utilizada para se referir a coisas feias. No caso, a troca de vocábulos acentuaria os referentes para uma versão mais aterrorizante dos mesmos. Dessa forma, ele constrói uma escala de feiura hiperbólica e, ao considerar que a estátua de Borba Gato é mais feia que o respectivo comparativo, ele estabelece um novo patamar: a estátua não é feia, ela é horrorosa, motivo pelo qual será reivindicado que ela seja retirada por razões estéticas, como pode ser observado na primeira premissa do argumento a seguir.

Quadro 65. API - Argumento Prático Instrumental pela remoção de Borba Gato por sua feiura

PREMISSA CIRCUNSTANCIAL (problema)	Existe no presente uma estátua horrorosa de Borba Gato no bairro de Santo Amaro que contribui para a feiura do lugar.
PREMISSA DE OBJETIVO (fim)	Diminuir a (FIB) Feiura Interna Bruta do bairro de Santo Amaro é desejável.
GARANTIA MEIO-FIM (presunção)	Remover a estátua de Borba Gato diminuiria a Feiura Interna Bruta do bairro de Santo Amaro.
CONCLUSÃO (meio/Proposta de Ação)	A estátua de Borba Gato deve ser removida.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021a).

O tom jocoso do autor, alegando que existiria um índice de Feiura Interna Bruta, contrasta com a sequência que o horror da estátua passa a receber no texto nos próximos argumentos. No entanto, aqui, ainda se estabelece um parâmetro de beleza, no caso, um ipê amarelo, árvore símbolo do Brasil e que, ironicamente, teve diversos de seus exemplares removidos das margens do Rio Pinheiros na ampliação da Marginal. Dessa forma, o ipê amarelo não aparece sem motivo; sua menção dialoga com uma reivindicação histórica de retomada de algo belo do corpo paisagístico da cidade que foi retirado. Esse movimento denuncia que as decisões acerca do espaço público paulistano costumam voltar-se para o empobrecimento estético da cidade, não apenas foram retirados os ipês amarelos, como foi construída uma estátua horrível – nada mais justo do que inverter essa lógica retirando a estátua e colocando um ipê em seu lugar. No entanto, essa parece ser apenas uma das possibilidades, uma vez que o autor enuncia o marcador discursivo “sei lá” após a proposta, indicando que outras coisas poderiam substituir a imagem do bandeirante. Assim, a substituição por um ipê amarelo é uma sugestão e não uma proposta normativa, abrindo espaço para um debate de

alternativas. Assim, Reinaldo estabelece o primeiro dos motivos pelos quais, em sua perspectiva, a estátua deveria ser retirada.

Antes de apresentar os próximos argumentos, Reinaldo José Lopes apresenta uma espécie de *spoiler* do que pretende abordar na segunda parte do 1º parágrafo.

> P1.2
> Mas horroroso mesmo era o tipo de justificativa que os bandeirantes usavam para agir como agiam. Mais do que botar abaixo o Borba Gato, o que falta é o conhecimento detalhado do que os "heroicos paulistas" realmente representaram.

Um degrau acima na escala de feiura encontra-se um horror de outro tipo, não estético-visual, mas social. Para o autor, mais horrível do que a própria estátua era "o tipo de justificativa que os bandeirantes usavam para agir como agiam". A falta de referentes atiça a curiosidade do leitor, convidando-o a continuar a leitura para descobrir que ações seriam essas e, ainda, quais as justificativas para essas ações. Essa estratégia retórica prepara os ânimos dos leitores, ajudando na desconstrução da perspectiva hegemônica de que os bandeirantes seriam "heroicos paulistas". Acompanha esse trecho, em termos argumentativos, o 8º parágrafo do texto, reproduzido a seguir.

> Caso ainda não tenha ficado claro: a escravidão indígena era indiscutivelmente ilegal, e mesmo assim os paulistas do século 17 a justificavam pelo "uso e costume da terra". Leis que não pegam, jeitinho, suposta cordialidade e "cuidado cristão" encobrindo um subsolo de violência —francamente, não mudamos porcaria nenhuma

Esses dois trechos compõem, juntos, três argumentos: um argumento por regra, um argumento por valor e um argumento por definição, que veremos detalhadamente em breve.

Antes, faz-se necessário apresentar o argumento de anacronismo histórico, ou revisionismo, que aparece de maneira polifônica, recuperando discursos que rondam a discussão e que o autor prevê que poderiam refutar sua argumentação. José Lopes apresenta esse discurso contrário simulando a voz do outro no 2º parágrafo.

> Já posso ouvir a Patrulha do Anacronismo Histórico batendo na minha porta. "Mas veja bem", dizem os patrulheiros, "no século 17 ninguém via problema nenhum em sair por aí invadindo aldeias ou missões jesuíticas e escravizando índio". Cascata maior que essa jamais foi pronunciada, gentil leitor.

Quadro 66. API - Argumento por Valor contra avaliar anacronicamente os bandeirantes (refutação)

PREMISSA 1	No século 17 ninguém via problema nenhum em sair por aí invadindo aldeias ou missões jesuíticas e escravizando índios.
PREMISSA 2	(Implícita) Hoje, vê-se problema em invadir aldeias ou missões jesuíticas e escravizar índios, ações típicas dos bandeirantes.
PREMISSA 3	(Implícita) Aplicar valores morais do presente à personagens e ações do passado é anacrônico e pode ser caracterizado como prática de revisionismo histórico.
GARANTIA	O revisionismo histórico é anacrônico e deve ser evitado.
CONCLUSÃO	(Implícita) Avaliar as ações dos bandeirantes como ruins, hoje, equivale a praticar revisionismo histórico, prática anacrônica que deve ser evitada.

Fonte: elaboração da autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Segundo o autor, existem aqueles que entendem que a avaliação do presente a respeito das ações bandeirantes seria anacrônica. A reconstrução do argumento apresenta o raciocínio da Patrulha do Anacronismo Histórico na perspectiva de Reinaldo José Lopes: se ninguém via problema no século XVII em "sair por aí invadindo aldeias ou missões jesuíticas e escravizando índios", não haveria por que, em pleno século XXI, "olhar para o passado com os olhos de hoje" e reivindicar que os bandeirantes estavam errados.

As perspectivas do hoje encontram-se implícitas na reconstrução do argumento. Apesar de não enunciadas, retomar essa perspectiva no debate público é essencial para que essa polifonia faça sentido. O revisionismo histórico aparece no discurso em um movimento do hoje para o passado, um olhar anacrônico que observa o passado a partir dos próprios valores morais – posição defendida por Hélio Schwartsman. Dessa maneira, esse trecho parece indicar uma refutação ao texto publicado no dia 11 de junho por Schwartsman.

Para Reinaldo José Lopes, esse tipo de argumentação partiria de um desconhecimento da própria história brasileira. Para esclarecer suas razões, o autor inicia um movimento majoritariamente narrativo nos parágrafos seguintes, apresentando fatos a respeito da relação entre as ações bandeirantes e a legislação do século XVII.

> Ocorre que, ao menos no papel, a Coroa portuguesa tinha estabelecido regras bastante estritas quanto à principal (e, durante muito tempo, a única) atividade dos bandeirantes, o apresamento dos "gentios da terra". Em condições normais, os indígenas do Brasil-Colônia não podiam ser escravizados.
> Para que fosse lícito reduzir os nativos à servidão, era preciso que eles fossem capturados durante uma "guerra justa" —em tese, um conflito defensivo, no qual os colonos fossem a parte atacada, ou pelo menos no qual os índios desobedecessem a uma ordem legítima de seu soberano, o rei de Portugal. (Abstraia aí o fato de que, claro, o rei não perguntou a tupinambás ou carijós se eles topavam ser seus súditos.)

O problema é que, se dependessem só dos indígenas realmente capturados em guerras justas, os bandeirantes iam acabar com quase nenhum escravo nas suas fazendas de trigo (o principal sorvedouro de cativos). Por isso, à revelia do governo ibérico e da pregação dos jesuítas, eles não tinham grandes pruridos em atacar indígenas que não haviam dado qualquer motivo para uma "guerra justa".

Ao contrário do que poderia alegar a Patrulha do Anacronismo Histórico, de que não seria ilegal ou malvisto realizar as ações que os bandeirantes praticaram na perspectiva do século XVII, o autor se vale da legislação portuguesa acerca da relação dos colonizadores com os nativos: era proibido capturá-los e escravizá-los. Essa proibição estava atrelada aos interesses da Igreja Católica, que buscava novos fiéis após a contrarreforma, e a ordem jesuíta foi criada justamente para expedições de catequização de povos conquistados pelas grandes navegações; Portugal e Espanha se beneficiavam da relação com a Igreja e tornavam decreto aquilo que consideravam de interesse mútuo. Dessa forma, era ilegal a escravização de indígenas por contrariar os interesses da metrópole, apesar dessa relação ter mudado com o tempo. Nas palavras de Monteiro (1994, p. 136): "Certamente mais interessada no desenvolvimento da Colônia do que na liberdade dos índios, a Coroa portuguesa acabou consentindo tacitamente com a existência da escravidão indígena em São Paulo."

Os bandeirantes, em realidade, eram malvistos no século XVII. A menção aos sertanistas normalmente aparecia em decretos ou denúncias sobre as ações dos paulistas, como Reinaldo alega, não era raro que missões jesuítas fossem atacadas pelos bandeirantes.

> Até meados do século XVIII, os colonos, partindo para o sertão em busca de cativos, jogavam com esta imagem dualista. Inúmeras denúncias surgiram ao longo deste extenso período, apontando que os colonos saíam com o intuito de reprimir os povos mais indomáveis, bárbaros e traiçoeiros para integrá-los ao grêmio da Igreja, porém regressavam, no mais das vezes, apenas com cativos tupi, frequentemente mulheres e crianças. (MONTEIRO, 1994, p. 52)

> [...] uma vez que os efeitos acumulados das expedições de apresamento, do processo de aldeamento e das doenças contagiosas efetivamente circunscrevem o campo de atuação dos apresadores, que voltavam seus olhos para uma proporção relativamente maior da população global que se achava aglomerada nas missões. [...] Neste sentido, os paulistas passaram a assaltar as reduções não por motivos geopolíticos ou morais – como quer uma vertente da historiografia paulista – mas, simplesmente, porque era justamente nelas que se encontravam números consideráveis de Guarani. De acordo com um jesuíta da época, no início os paulistas respeitavam a presença dos padres, mas, com o aumento de sua cobiça, passaram a atacar as reduções. [...] Porém, o principal motivo dos assaltos, conclui este jesuíta, residia na simples vontade dos colonos em adquirir índios "baratos". (MONTEIRO, 1994, p. 69-70)

Ao contrário do que se pode presumir pelos excertos, os padres jesuítas não eram necessariamente bondosos com os povos nativos: as missões concentravam indígenas, às vezes de diversas etnias, em locais fechados, aumentando as possibilidades de propagação de doenças que, como sabemos, dizimaram a população original da costa brasileira (MONTEIRO, 1994, p. 46-47). Nesse cenário, atacar missões jesuítas facilitava o trabalho dos bandeirantes que, precisando de mão de obra, ao invés de entrarem pelo sertão brasileiro, encontravam nos assentamentos religiosos uma considerável concentração de "gentios da terra" já "domesticados", no sentido de que não apresentariam grande resistência aos interesses bandeirantes e estariam mais habituados à língua e aos costumes.

Se o objetivo dos jesuítas era a conversão de fiéis, conquistando novas almas para a Igreja Católica, o objetivo dos paulistas era a construção de uma força de trabalho agrícola pelo regime de escravidão, em especial, de índios Guarani, reconhecidos por suas técnicas de cultivo da terra.

Podemos, enfim, retornar ao conjunto de argumentos estabelecidos pela segunda parte do primeiro parágrafo e pelo oitavo parágrafo. O primeiro argumento, por regra, estabelece um julgamento da realidade a partir da perspectiva legislativa, especificamente na lei de 1570 (MONTEIRO, 1994, p. 52), acerca das ações dos bandeirantes.

Quadro 67. API - Argumento por Regra da ilegalidade da ação dos bandeirantes

PREMISSA 1	Caçar, atacar, escravizar e matar indígenas eram ações proibidas por lei no século XVII.
PREMISSA 2	Existia uma brecha na lei que garantia, em caso de exceção, a legalidade de se caçar, atacar, escravizar ou matar indígenas, desde que fosse em nome de uma "guerra justa", ou seja, em defesa no caso de um ataque ou caso os gentios da terra desobedecessem ao rei português
PREMISSA 3	Raramente, quando caçavam, escravizavam ou matavam indígenas, os bandeirantes se encontravam em uma situação que justificasse uma "guerra justa".
GARANTIA	Se era ilegal caçar, escravizar e matar indígenas, com a exceção de ser uma situação de "guerra justa", e na maior parte dos casos não se encaixava nessa categoria, então, as ações dos bandeirantes eram ilegais.
CONCLUSÃO	As ações dos bandeirantes eram consideradas ilegais mesmo para os parâmetros do século XVII.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Sem a possibilidade de colonizar todo o território apenas com a população portuguesa, os colonos contavam com essa mão de obra local e especializada para sua própria sobrevivência e os bandeirantes tinham papel fundamental nesse processo. Em vista disso, seria contra os

interesses dos assentamentos portugueses no Brasil que se respeitassem as ordens da Coroa portuguesa, levando assim a um argumento de consequências negativas de agirem de acordo com a lei.

Esse argumento de consequências negativas encontra-se na parte narrativa do texto, no quinto parágrafo. Ele apresenta os motivos por detrás das justificativas dos bandeirantes: apesar da ilegalidade, era produtivo capturar indígenas. Esse raciocínio já apresenta um adiantamento da justificativa: a "guerra justa" era a brecha legal de que se valiam os colonizadores para mascarar as atividades ilegais.

Quadro 68. API - Argumento por Consequências Negativas de agir legalmente

PREMISSA 1	Capturar índios era ilegal, a não ser em caso de guerras justas.
PREMISSA 2	Se dependessem só dos indígenas realmente capturados em guerras justas, os bandeirantes iam acabar com quase nenhum escravo nas suas fazendas de trigo.
PREMISSA 3	Acabar com quase nenhum escravo em suas fazendas de trigo seria um resultado negativo para os bandeirantes.
GARANTIA	Deve-se agir de forma a não gerar resultados negativos.
CONCLUSÃO	Apesar da atividade ser ilegal, os bandeirantes precisavam capturar índios para além de guerras justas.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Walton e Macagno (2019) e Gonçalves-Segundo e Isola-Lanzoni (2021).

As justificativas são, portanto, inseridas na escala de feiura estabelecida pelo autor no início do texto e aparecem como mais horrorosas do que a própria estátua, não em um viés estético, mas moral. Como o próprio autor afirma, raros eram os casos de ataques das populações originárias aos colonos, no entanto, a frequência das expedições e o fluxo das transações comerciais de "negros da terra" eram intensos; dessa forma, a alegada "guerra justa" era um pretexto usado para justificar os ataques e a captura desses povos. Chegamos, assim, na reconstrução do argumento por valor do horror que a estátua de Borba Gato simboliza, o segundo argumento dos parágrafos 1.2 e 8:

Quadro 69. AEI - Argumento por Valor do horror simbólico da estátua de Borba Gato

PREMISSA 1	Os bandeirantes caçavam, atacavam, escravizavam e matavam povos indígenas, ações ilegais e violentas, que eram justificadas utilizando uma brecha na lei que raramente seria aplicável às ações realizadas.
PREMISSA 2	Realizar ações ilegais e violentas a partir de justificativas mentirosas é horroroso, mais horroroso do que a própria estátua de Borba Gato.
GARANTIA	Se os atos que levaram à percepção de herói de Borba Gato são horrorosos, também é horroroso o que a estátua significa.
CONCLUSÃO	A estátua de Borba Gato representa feitos horrorosos.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

As premissas precisam retomar a discussão do horror estabelecida anteriormente no texto, para ligá-la a esta nova categoria de horror. Borba Gato representa, portanto, um horror visual e um horror moral. Indo contra a narrativa oficial, o estatuto de herói dos bandeirantes paulistas é redefinido em um argumento por definição, o último da série iniciada com os parágrafos 1.2 e 8.

Quadro 70. AEI - Argumento por Definição do heroísmo

PREMISSA 1	Os bandeirantes escravizaram indígenas no século 17, mesmo sendo ilegal, sob justificativas horrorosas de "uso e costume da terra", leis que não pegam, jeitinho, suposta cordialidade e "cuidado cristão" encobrindo um subsolo de violência.
GARANTIA	Atos ilegais, violentos e justificados em subversões de condutas sociais esperadas de heróis impedem que seja atribuída aos bandeirantes e seus atos uma definição de heroísmo.
CONCLUSÃO	As ações dos bandeirantes não podem ser consideradas heróicas.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Redefinir o heroísmo da figura dos bandeirantes é essencial para a argumentação de Reinaldo José Lopes, uma vez que é neste movimento de reestabelecer o que seria anacronismo que o autor aborda o tópico do revisionismo histórico que circunda a polêmica. Para este autor, revisionismo histórico equivale à narrativa bandeirante oficial, que romantizou diversos aspectos da atividade desses personagens e criou um mito no qual eles puderam ser considerados heróis nacionais.

A ilegalidade das ações e o peso moral delas é exemplificado a partir de testamentos, retirados do levantamento de John Monteiro, que exprimem o que o autor chama de consciência pesada por parte dos próprios bandeirantes, que são apresentados nos parágrafos 6 e 7.

Só que até bandeirantes podiam sofrer de consciência pesada na hora de bater as botas (ou esticar as canelas, já que eles parecem ter andado descalços na vida real). É o que sugerem alguns testamentos da época, como o de Lourenço de Siqueira: "Declaro que eu tenho algumas peças de gentio do Brasil as quais por lei de Sua Majestade são forras e livres e eu por tais as deixo e declaro, e lhes peço perdão de alguma força ou injustiça que lhes haja feito, e de lhes não ter pago seu serviço como era obrigado". Lindo, mas Siqueira arremata pedindo que os índios... continuem servindo à sua mulher.
Já Lucrécia Leme, em seu testamento, declara: "Possuo nove peças do gentio da terra, e uma criança, as quais tratei sempre como livres que são de sua natureza". É, só que o texto prossegue: "Por serem incapazes de se regerem por si as administrava com aquele cuidado cristão, valendo-se de seu serviço em ordem a alimentá-los e nesta mesma ordem os poderão reger meus herdeiros". Então tá.

Reconstruímos esse trecho no argumento por exemplo a seguir que, assim como a maior parte dos argumentos de Reinaldo Lopes, partem de alguma premissa já estabelecida anteriormente, no caso, da ilegalidade da escravização de indígenas.

Quadro 71. API - Argumento por Exemplo de consciência pesada pela escravização ilegal de indígenas

PREMISSA 1	Ter índios, ou gentios da terra, como escravos era ilegal.
PREMISSA 2	Apesar de ilegal, ter escravos indígenas era prática comum no Brasil.
PREMISSA 3	Os testamentos de Lourenço de Siqueira e Lucrécia Leme são exemplos de consciência pesada pela escravização de indígenas.
GARANTIA	Demonstrar consciência pesada em testamento é sinal da consciência da ilegalidade/imoralidade da ação.
CONCLUSÃO	A escravização de indígenas já era considerada ilegal/imoral à época.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

O argumento da consciência pesada relatada pelos próprios bandeirantes parte de pedidos de desculpas, em parte para os escravizados, em parte para a coroa. Esse movimento discursivo indica que, embora se beneficiassem das ações praticadas, os escravizadores tinham consciência de que o que faziam era errado e que, por isso, deveriam, nem que em seu leito de morte, pedir pelo perdão de suas vítimas – lembrando que os colonos tinham forte influência da Igreja Católica, sua escatologia e seus dogmas.

Percebe-se que havia dois parâmetros de ilegalidade: perante a religião e perante a coroa portuguesa; e ainda podemos identificar que, embora contrariassem regras e valores, os colonos preferiam lidar com a consciência pesada a lidar com as consequências negativas de não terem trabalhadores escravizados. Buscava-se, portanto, justificar as ações realizadas por diversos fatores e, para isso, foram elaboradas com base em manobras legais que o José Lopes expõe em seu penúltimo, ou oitavo, parágrafo.

> Leis que não pegam, jeitinho, suposta cordialidade e "cuidado cristão" encobrindo um subsolo de violência — francamente, não mudamos porcaria nenhuma.

Esse trecho nos leva ao penúltimo argumento identificado, que se refere à continuidade desse comportamento de agir em benefício próprio independente das consequências para as vítimas, seja ignorando uma lei imposta, seja pelo infame "jeitinho" brasileiro, seja pela suposta alegação de cordialidade, como se tudo estivesse sendo feito para o bem dos prejudicados pautado em um suposto "cuidado cristão" que parte não apenas da perspectiva como dos interesses dos ditos religiosos. No fim, o resultado passado ou presente seria o mascaramento de um "subsolo de violência" contra as populações originárias. Reconstruímos o argumento a seguir.

Quadro 72. AEI - Argumento por Analogia de comportamento passado e presente

PREMISSA 1	A justificativa dada pelos bandeirantes para capturar indígenas era inescrupulosa.
PREMISSA 2	A justificativa dada para manter as estátuas de bandeirantes é igualmente inescrupulosa.
GARANTIA	Se dois casos são parecidos, eles podem ser considerados análogos.
CONCLUSÃO	A justificativa dada pelos bandeirantes para capturar indígenas é tão inescrupulosa quanto a justificativa dada para manter as estátuas de bandeirantes.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Essa analogia entre passado e presente estabelece um *modus operandi* de silenciamento e apagamento de outras perspectivas sobre os acontecimentos, que recai sistematicamente sobre as populações historicamente marginalizadas pela narrativa oficial; nesse caso em específico, recai sobre os diversos povos indígenas que têm sua história negada desde a chegada dos Portugueses. As argumentações a favor da manutenção desse *status quo* seriam um sintoma da não superação das questões coloniais, da contínua falta de respeito com os grupos considerados menos evoluídos pelos europeus quando descobriram uma terra "sem dono", ou em outros termos, sem nenhum europeu que tenha chegado antes. Há nessa visão de mundo uma negação da humanidade do outro, como no próprio testamento de Lucrécia Borges, que encarava seus "protegidos" como incapazes, mas que deveriam trabalhar em troca da bondade que ela fazia de os alimentar. Uma manobra discursiva para esconder a perversidade da ação.

O autor chega ao seu último parágrafo com um argumento prático instrumental, em busca de uma solução alternativa, entendendo que a visão hegemônica sobre os bandeirantes está muito enraizada na história e na identidade brasileira. De acordo com Waldman (2018),

“o termo bandeirante nem sempre foi sinônimo de paulista. E é durante o processo de associação entre esses dois vocábulos, que o bandeirante se torna uma das presenças mais notáveis da capital paulista” (p. 31). Sendo o passado bandeirante sinônimo do passado paulista, a proposta de ação pela derrubada de Borba Gato enfrenta desafios que vão além da argumentação em um artigo de opinião. Tendo isso em conta, o articulista busca uma alternativa para atingir a raiz do problema, ou seja, o que sabemos sobre os bandeirantes: através do conhecimento. Apela, assim, para uma mudança do futuro, que depende dos que hoje são jovens, mais especificamente os estudantes do Ensino Médio. Observemos o último parágrafo e a reconstrução do argumento em sequência.

> (Os testamentos bandeirantes estão no livro “Negros da Terra”, do saudoso historiador John Manuel Monteiro. Se não for para aposentar o Borba Gato, que se distribua uma cópia a cada aluno do ensino médio de São Paulo.)

Quadro 73. API - Argumento Prático Instrumental pela distribuição do livro Negros da Terra

PREMISSA CIRCUNSTANCIAL (problema)	Existe no presente uma falsa ideia de que os bandeirantes, Borba Gato incluso, eram heróis.
PREMISSA DE OBJETIVO (fim)	Um futuro com mais consciência sobre quem foram os bandeirantes e o que eles fizeram é desejável.
GARANTIA MEIO-FIM (presunção)	Distribuir a obra de John Monteiro, *Negros da terra*, a cada aluno do Ensino Médio de São Paulo levaria a uma conscientização da figura dos bandeirantes e reverteria a falsa ideia de heróis.
CONCLUSÃO (meio/Proposta de Ação)	Deve ser distribuída uma cópia do livro de John Monteiro a cada estudante do Ensino Médio de São Paulo.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021a).

O autor indica que a maneira de alcançar o objetivo de uma sociedade com mais consciência, ou conhecimento, sobre quem foram os bandeirantes, passa pela leitura da obra de John Monteiro. Essa obra, portanto, deveria ser distribuída nas escolas, possibilitando a discussão obrigatória de seu conteúdo e a desconstrução do mito que envolve os sertanistas. A proposta do autor, no entanto, aparece mais como uma metonímia sobre o aprofundamento dos estudos em história no ambiente escolar de maneira geral, aprofundamento que contenha em si a desconstrução da mitologia bandeirante.

Esse argumento estabelece um diálogo com a proposta de Roberto Dias, que também propõe o ensino de história como solução para tentativas de revisionismo. Há uma clara

diferença na compreensão dos autores não apenas sobre o que é revisionismo histórico como também do que deveria ser ensinado na escola. Para Roberto Dias, o ensino deve ser uma maneira de transmitir a história oficial e o conhecimento pleno dela evitaria discussões sobre a narrativa única compilada nos manuais escolares. Aqui, para Reinaldo Lopes, o ensino aparece como uma estratégia de reparação histórica, afinal, como vimos ao longo do trabalho, a instituição escolar foi utilizada como ferramenta de propagação do revisionismo histórico sobre os bandeirantes formulado na década de 1930. O uso dos materiais didáticos foi essencial para a construção de uma narrativa que atrelasse a identidade paulista aos grandes desbravadores e empreendedores que ampliaram as fronteiras do país em busca de ouro e pedras preciosas que ainda perdura no ensino de história (PACHECO-NETO, 2011; PIUBEL, MELLO, 2021). A romantização das ações bandeirantes tornou difícil debater a questão, pois, uma vez que uma narrativa é incorporada à identidade de um povo, desconstruir essa narrativa pode ser considerado um apagamento de memórias construídas *a posteriori* (CANDAU, 2011). Dessa maneira, entendemos que, no fim, Roberto Dias acaba defendendo um revisionismo histórico oficial contra um suposto revisionismo que parte, em realidade, de perspectivas outras sobre os mesmos acontecimentos. É nesse sentido que o livro de Monteiro se torna essencial para diferenciar as duas propostas sobre o ensino de história, uma vez que John Monteiro apresenta e analisa diversos relatos e documentos desconstruindo a narrativa edificante em torno dos bandeirantes, mas não apenas, na medida em que ele apresenta um retrato histórico sobre os povos originários em que as ações bandeirantes representam uma, dentre várias, agressões sucessivas contra esses povos.

As principais reivindicações do autor, portanto, são 1. a derrubada da estátua de Borba Gato tanto pela feiura estética quanto pelo horror que representa, porém, ainda abre a possibilidade para que 2. a "derrubada" simbólica de Borba Gato seja realizada através da educação em um plano não para o hoje, como seria a derrubada de fato, mas em uma projeção de resolução da questão no futuro. No quadro a seguir encontra-se o compilado dos argumentos de Reinaldo José Lopes.

Quadro 74. Argumentos Internos Práticos e Epistêmicos de Reinaldo J. Lopes

Argumentos Práticos Internos	Argumentos Epistêmicos Internos
1 – API - Instrumental pela remoção de Borba Gato por sua feiura	1 – AEI - por Valor do horror simbólico da estátua de Borba Gato
2 – API - por Regra da ilegalidade da ação dos bandeirantes	2 – AEI - por Definição do heroísmo
3 – API - por Valor contra avaliar bandeirantes por revisionismo histórico	3 – AEI - por Analogia de comportamento passado e presente
4 – API - Consequências Negativas de agir legalmente	4 – AEI - por Exemplo de consciência pesada pela escravização ilegal de indígenas
5 - API - Instrumental pela distribuição do livro Negros da Terra	

4.6 Por quem nossos sinos dobram, o artigo de Thiago Amparo

O artigo de Thiago Amparo foi publicado no dia 14 de junho de 2020 sob o título: *Borba Gato deve cair*. Ele encontra-se reproduzido na íntegra a seguir:

Figura 20. Borba Gato deve cair

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/thiago-amparo/2020/06/borba-gato-deve-cair.shtml (Acesso em 10/03/2022)

Quadro 75. Borba Gato deve cair

Por quais estátuas os sinos do nosso luto dobram, e por quais não?

Foi sem choro que Hilter, na Alemanha, Franco, na Espanha, Hussein, no Iraque, foram arrancados dos panteões públicos. Ao ver que por aqui ainda choram a morte das figuras engessadas de Leopold II, na Bélgica, Colston, na Inglaterra, e Borba Gato, no Brasil, a ponto de compará-las a imagens religiosas destruídas em guerras entre católicos e protestantes no século 16, nos resta a dúvida àqueles que sofrem de luto.

O que nelas ainda consideram sacrossanto, senão a supremacia colonial que, em vida, utilizaram para dizimar centenas e que, em morte, enaltecemos com vergonha insincera?

África do Sul, 9 de março de 2015. No centro da praça central da Universidade da Cidade do Cabo jaz uma escultura em bronze do colonizador britânico Cecil John Rhodes. Nela, um dos principais arquitetos da segregação sul-africana se senta em uma cadeira, com as mãos no rosto, impávido e sereno.

Naquele dia, o estudante Chumani Maxwele sujaria a estátua aos gritos solitários de "Onde estão nossos heróis e ancestrais?". Levou 1 mês de protestos com milhares de jovens no movimento #RhodesMustFall (em português, RhodesDeveCair) até que a estátua de Rhodes seria retirada, sob aplausos de uma multidão de estudantes, e choro dos que ainda sentem falta do apartheid colonial.

Aqui, argumento que não é nas sociedades europeias que devemos nos inspirar para entender o que se passa ou que ainda há de se passar no Brasil. É da fonte de sociedades desiguais e pós-coloniais como a nossa que deveríamos beber. Da fonte de uma juventude indignada com a persistência da segregação de fato na África do Sul pós-apartheid. Da fonte de manifestantes antirracistas que, diante do monumento do general confederado Robert Lee, batalharam contra supremacistas da Ku Klux Klan em Charlottesville nos EUA em 2017.

Descolonizar a nossa história passa por arrancar de seu pedestal os assassinos que chamamos de heróis, para, enfim, fazer das suas cinzas um futuro que valha a todos.

Cidades são locais de memória e nosso direito a elas passa por poder dar novos sentidos àqueles que outrora esculpimos em pedra. Não se apaga a história, escrita com a caneta dos vencedores.

Do ponto de vista epistêmico, é um debate diferente da liberdade, na minha visão quase total, da veiculação ou não de filmes ou livros. No caso de estátuas, questiona-se quem merece um pedestal público.

Escolha não está entre depredar monumentos ou deixá-los intocáveis. Podemos, ao invés disso, ter a maturidade de escolher não elogiar genocidas em nosso espaço público e botar monumentos ao chão. Civilidade essa que é, aliás, infinitamente superior à das figuras neles representadas. Seja para pô-los em museus, para colocá-los em cemitérios de esculturas, para ressignificá-los, quando o valor artístico permite, seja para destruí-los, quando este valor for pífio.

No livro "Written in Stone: Public Monuments in Changing Societies"', republicado em 2018, Levinson detalha comissões estabelecidas na cidade de NY em 2018 e na universidade de Yale em 2016 que fizeram, mesmo com resultados modestos, justamente isso: detalharam quais princípios devem servir de base para analisar, caso a caso, a representação da história no espaço público. Por exemplo, nas redondezas de um Monumento às Bandeiras, dado o seu valor artístico, pode-se incorporar um monumento em memória ao genocídio indígena, preservando assim a obra, mas ressignificando-a.

Tal como Lee, Colston e Leopold II, Borba Gato deve cair. Defender que se trata de revisionismo histórico ignora que é a própria heroicização dos bandeirantes, e não as matanças que cometiam, que configura revisionismo. Era extermínio antes, e o é hoje.

Borba Gato é em si produto do revisionismo da imagem de bandeirantes, revisionismo esse que mal tem um século. Em "Brasil: Uma Biografia", historiadoras Schwarcz e Starling apontam que a imagem de bandeirantes como "destemidos exploradores" somente viria a ser reciclada no começo do século 20.

Se é a imagem revisionista de herói que se quer preservar em Borba Gato, pergunto: o que perderemos se a enterrarmos junto com a feiura da obra, senão o mito fundador da pujança sudestina construída sobre os ossos de indígenas dizimados, estes sim relegados ao esquecimento?

Desconheço da tolerância liberal que, iliberalmente, torna assassinos em santos e usa do poder do estado para vigiar 24h a versão oficial da história.

Choro, ao invés, pelos monumentos que não erguemos. Não erguemos monumentos para os milhares de corpos escravizados encontrados no centro do Rio de Janeiro em 2018 durante obras de transporte público. Sob o cemitério de pretos novos se construiu uma linha de trem. Não erguemos monumentos para os Yanomani massacrados ontem em 1993 e hoje em 2020 pelo garimpo ilegal. Não erguemos os monumentos para quem a história relegou a condição de perdedores. É por estes e estas que o sino do meu luto dobra.

Fonte: transcrição realizada pela autora a partir de Amparo (2020).

Ao iniciar seu texto com o questionamento "Por quais estátuas os sinos do nosso luto dobram, e por quais não?", Thiago Amparo faz referência ao livro de 1940, escrito por Ernest Hemingway (1899-1961), intitulado *Por quem os sinos dobram*, cujo enredo se passa durante a Guerra Civil Espanhola e trata principalmente do reconhecimento da humanidade do outro no campo de batalha. O título do livro faz referência ainda a outra obra, um poema de John Donne (1572-1631), poeta inglês que escreve também sobre uma guerra civil, e que apresenta a passagem "Quando morre um homem, morremos todos, pois somos parte da humanidade". Esse diálogo com as obras parece servir a dois propósitos, como veremos detalhadamente ao longo das análises: 1. gerar comoção, apelando para a dor humana universal na busca pela compreensão da dor de povos historicamente injustiçados; e 2. distanciar-se daqueles que, sofrendo de uma suposta comoção seletiva, podem não se compadecer pelas vítimas de injustiças históricas através da celebração de seus algozes.

Há aqui um questionamento moral invocando os valores do auditório e, como veremos, dos outros argumentadores, sobre a percepção de que algumas estátuas causam luto coletivo, enquanto outras não. É trabalhando sobre essa diferença entre o tratamento dado a estátuas existentes no espaço coletivo que o autor construirá sua primeira analogia pautada pela **regra da justiça**, que se encontra no argumento a seguir.

Quadro 76. API por Regra da Justiça para personagens históricos infames

PREMISSA 1	Hitler, Franco e Hussein são personagens históricos infames cujas estátuas foram derrubadas sem lamentações populares.
PREMISSA 2	As estátuas de Colston, Leopold II e Borba Gato estão sendo (ou podem ser) derrubadas.
PREMISSA 3	Figuras históricas ligadas à colonização, como Colston, Leopold II e Borba Gato, são tão infames quanto Hitler, Franco e Hussein.
GARANTIA	Estátuas de personagens históricos da mesma categoria (infames) devem ser tratadas da mesma maneira (sem lamentações populares) em circunstâncias similares (quando derrubadas).
CONCLUSÃO	Não se deve lamentar a derrubada de estátuas de figuras históricas ligadas à colonização, como Colston, Leopold II e Borba Gato.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

A analogia entre os personagens históricos em questão se mantém sobre o julgamento de suas ações, consideradas infames. Tanto os ditadores do século XX (Hussein, Franco e Hitler) quanto às figuras ligadas à colonização (Leopold II, Colston e Borba Gato) tiveram envolvimento em processos de extermínio de povos. Parece haver um acordo sobre a infâmia

dos primeiros, que chegaram inclusive a ser condenados pela história e foram retirados de seus panteões sem lamentos populares. O mesmo não parece acontecer com as figuras de colonizadores.

A regra da justiça é invocada justamente pelo descompasso entre o tratamento desses dois grupos: encarados como semelhantes para Thiago Amparo, essas figuras históricas são aproximadas nas premissas, e a garantia de que o tratamento dado a personagens da mesma categoria em situações semelhantes deve ser similar culmina na proposta de ação de que não se deve lamentar nem as estátuas derrubadas em junho de 2020, como a de Colston e Leopold II, nem a luta pela derrubada de outras, como a de Borba Gato.

Uma vez estabelecida má fama dos colonizadores, Thiago Amparo constrói um **argumento prático pela descolonização**, entendendo que esse processo histórico levou às desigualdades presentes nas sociedades marcadas por ele. Assim, o argumentador apresenta modelos de lutas em "sociedades desiguais e pós-coloniais" nas quais o Brasil poderia se inspirar na hora de agir.

Quadro 77. API por Modelo de descolonização

PREMISSA 1	A retirada da estátua de Cecil Rhodes, colonizador britânico e um dos principais arquitetos da segregação sul-africana, da praça central da Universidade da Cidade do Cabo, depois de 1 mês de protestos do movimento estudantil #RhodesMustFall, é um modelo de luta pela descolonização da história praticado por sociedades desiguais e pós-coloniais.
PREMISSA 2	A batalha de manifestantes antirracistas, diante do monumento do general confederado Robert Lee, contra supremacistas da Ku Klux Klan em Charlottesville nos EUA em 2017, é um modelo de luta pela descolonização da história praticado por sociedades desiguais e pós-coloniais.
GARANTIA	O que é realizado por um modelo de luta pela descolonização da história em sociedades desiguais e pós-coloniais é digno de ser imitado.
CONCLUSÃO	O Brasil deve se inspirar em sociedades desiguais e pós-coloniais e arrancar dos pedestais os assassinos convertidos em heróis, descolonizando sua própria história.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Perrud (2022).

As estátuas de Cecil Rhodes e Robert Lee foram derrubadas após expressivas manifestações sociais, mas a derrubada desses monumentos apresenta um caminho possível para solucionar o impasse de sociedades modernas e pós-coloniais, que encontram "assassinos convertidos em heróis" indiscriminadamente no espaço público. No caso brasileiro, a existência de estátuas de bandeirantes, personagens diretamente ligados ao genocídio negro e indígena, indica o não reconhecimento do sofrimento coletivo dos povos vitimados pela violência praticada pelas figuras homenageadas.

Amparo entende que a luta pela descolonização tem como objetivo a "de um futuro que valha a todos" e que o meio de alcançar esse objetivo depende de arrancarmos esses assassinos convertidos em heróis de seus pedestais, proposta de ação para a qual o argumentador elenca algumas opções: colocar em museus, em cemitérios de esculturas, ressignificá-las ou mesmo derrubá-las/destruí-las quando for o caso. Esse movimento argumentativo aparece em dois trechos do texto que entendemos como correlatos.

Descolonizar a nossa história passa por arrancar de seu pedestal os assassinos que chamamos de heróis, para, enfim, fazer das suas cinzas um futuro que valha a todos.

Escolha não está entre depredar monumentos ou deixá-los intocáveis. Podemos, ao invés disso, ter a maturidade de escolher não elogiar genocidas em nosso espaço público e botar monumentos ao chão. Civilidade essa que é, aliás, infinitamente superior à das figuras neles representadas. Seja para pô-los em museus, para colocá-los em cemitérios de esculturas, para ressignificá-los, quando o valor artístico permite, seja para destruí-los, quando este valor for pífio.

Quadro 78. API – Instrumental pela retirada das estátuas de genocidas

PREMISSA CIRCUNSTANCIAL (problema)	Existem, hoje, estátuas elogiando genocidas, assassinos que chamamos de heróis, no espaço público.
PREMISSA de OBJETIVO (fim)	É desejável construir um futuro que valha a todos.
GARANTIA MEIO-FIM (presunção)	Retirar estátuas de genocidas do espaço público – através da derrubada, transferência para museus ou cemitérios de estátuas, ou mesmo pela ressignificação das mesmas – auxilia na construção de um futuro que valha a todos.
CONCLUSÃO (meio/proposta de ação)	Deve-se ter a maturidade de escolher não elogiar genocidas em nosso espaço público, através da derrubada, transferência para museus ou cemitérios de estátuas, ou mesmo pela ressignificação das mesmas.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021a).

Esse **Argumento Prático Interno Instrumental** parte de uma premissa circunstancial em que a situação de mundo construída como problemática se configura na "presença de estátuas elogiando genocidas no espaço público", problema esse que interfere no alcance do objetivo, ou seja, na construção de um estado de mundo desejável. A proposta de ação é elaborada a partir da premissa meio-fim, pautada na eficácia da retirada dessas estátuas do espaço público, o que não necessariamente implicaria a destruição ou a derrubada das mesmas.

As escolhas sobre o que fazer com as estátuas não seriam arbitrárias, dependeriam de uma avaliação cuidadosa, caso a caso, a partir de um estabelecimento de critérios, como o caso

citado retirado do livro *Written in Stone*, de Levinson (2020), que o autor usa como exemplo para elaborar uma proposta de ação para o caso do Monumento às Bandeiras. Isso pode ser visto no argumento prático a seguir:

Quadro 79. API – Instrumental pela ressignificação do Monumento às Bandeiras

PREMISSA CIRCUNSTANCIAL (problema)	O Monumento às Bandeiras, apesar de seu valor artístico, homenageia atores responsáveis pelo genocídio indígena.
PREMISSA de OBJETIVO (fim)	Construção de um futuro que valha a todos, preservando, ao mesmo tempo, obras de valor artístico e ressignificando aquelas associadas a eventos traumáticos de uma parcela da sociedade.
GARANTIA MEIO-FIM (presunção)	A construção de um contra-monumento ao redor do Monumento às Bandeiras permitiria, ao mesmo tempo, preservar a obra e ressignificá-la, o que pode contribuir na construção de um futuro que valha a todos.
CONCLUSÃO (meio/proposta de ação)	Deve-se construir, ao redor do Monumento às Bandeiras, um contra-monumento em memória ao genocídio indígena.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021a).

A proposta parte de uma ressignificação do monumento, uma vez que, para alcançar o objetivo, é necessário preservar a obra pelo seu valor artístico, ao mesmo tempo que é preciso alguma alteração considerando os povos que sofreram com o movimento bandeirante. A sugestão se pauta na construção de outro monumento, um contra-monumento, que gerasse a reflexão sobre o genocídio indígena e sobre a obra ao mesmo tempo, permitindo que a obra represente melhor a tensão social envolvida em sua erição e permanência.

Thiago Amparo entende que "Cidades são locais de memória e nosso direito a elas passa por poder dar novos sentidos àqueles que outrora esculpimos em pedra.", o que indica que ele reconhece um dinamismo dos processos históricos e mnemônicos, opondo-se a uma visão única sobre os acontecimentos; nessa perspectiva, uma estátua que condensa uma interpretação particular sobre o passado, poderia ser questionada e ressignificada como parte dos mesmos processos sociais que a erigiram. Há ainda a afirmação de que *"*Não se apaga a história, escrita com a caneta dos vencedores", em que a reinterpretação de personagens históricos a partir de valores presentes não implicaria uma mudança dos acontecimentos, mas do significado de eventos e personalidades para a contemporaneidade. Em contraste com o passado, que foi "escrito" pelos vencedores, a ressignificação poderia permitir uma visão outra, seja ela mais plural, seja ela de outra perspectiva, a dos "perdedores".

O outro monumento brasileiro a receber uma proposta de ação é a estátua em homenagem ao bandeirante Borba Gato. Esse argumento parece muito importante, não apenas por nomear o artigo de opinião, mas também por apresentar diversos motivos para a retirada da estátua, como pode ser visto no quadro a seguir:

Quadro 80. API por Valor Borba Gato deve cair

PREMISSA 1	Borba Gato representa o mito fundador da pujança sudestina construída sobre os ossos de indígenas dizimados, estes sim relegados ao esquecimento.
PREMISSA 2	Borba Gato representa a supremacia colonial.
PREMISSA 3	A construção de uma homenagem à Borba Gato materializa um processo de revisionismo histórico.
PREMISSA 4	A estátua de Borba Gato é feia.
GARANTIA	Aquilo que representa valores de supremacia colonial, que é fruto de revisionismo e é destituído de valor estético deve ser derrubado.
CONCLUSÃO	Borba Gato deve cair.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

São elencadas quatro premissas para sustentar essa conclusão, duas com relação à figura histórica de Borba Gato e duas voltadas à existência da estátua em si. As duas primeiras tratam da representação implicada nesta figura: o mito fundador da pujança sudestina atrelado a uma suposta supremacia colonial. Em seguida, a existência da estátua marca uma materialização de um revisionismo histórico, conceito que exploraremos mais detalhadamente a seguir. A última premissa constitui uma avaliação estética negativa, ao contrário do Monumento às Bandeiras, com valor artístico legitimamente reconhecido, uma vez que é um monumento tombado, criado por um artista famoso (Victor Brecheret), criado dentro de um movimento artístico importante para a história nacional (Modernismo). Aqui, a feiura da obra é elencada como um dos motivos que a diferem do monumento anterior, e essa diferença determinaria a possibilidade de um destino oposto: sua derrubada.

A materialização do revisionismo histórico, que construiu a imagem dos bandeirantes como heróis será denunciada a partir de uma fonte de autoridade, as historiadoras Schwarcz e Starling, que alegam ser uma construção recente na história, datada do século XX, mais especificamente, como vimos no capítulo 1, dentro do movimento modernista e todas as demais coerções do período. Entender a figura de Borba Gato como uma construção revisionista é essencial para a defesa de que a destruir não é praticar revisionismo, mas sim uma correção de

percurso, dado que é a imagem de bandeirantes como heróis que foi revisada pela história. Dessa forma, o autor elabora um dos seus argumentos epistêmicos, a partir da definição de revisionismo: derrubar algumas estátuas não é revisionismo, no caso, estátuas de supremacia colonial, em específico, de bandeirantes. Esse argumento encontra-se no quadro a seguir:

Quadro 81. AEI por Definição do revisionismo histórico

PREMISSA 1	A presença de estátuas de figuras ligadas à supremacia colonial no espaço público está sendo questionada a ponto de ocorrerem derrubadas.
PREMISSA 2	Bandeirantes são figuras ligadas à supremacia colonial, dada sua atividade de extermínio de povos negros e indígenas.
PREMISSA 3	A construção da imagem de bandeirantes como heróis é produto de um revisionismo histórico do começo do século XX.
GARANTIA	Não pode ser considerado revisionismo uma ação que corrige um revisionismo prévio.
CONCLUSÃO	Derrubar estátuas ligadas à supremacia colonial, como as de bandeirantes, Borba Gato incluso, não é fazer revisionismo histórico.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

O último argumento de Amparo é epistêmico e elabora uma reflexão sobre monumentos que poderiam ter sido erguidos, apresentando vítimas históricas, que não tiveram direito a luto oficial, mas que, do ponto de vista do autor, deveriam receber essas honras no espaço público. Isso pode ser observado no argumento 79:

Quadro 82. AEI por Exemplo injustiças históricas sem luto oficial

PREMISSA 1	Não erguemos monumentos para os milhares de corpos escravizados de pretos novos encontrados no centro do Rio de Janeiro em 2018, sob o qual se construiu uma linha de trem.
PREMISSA 2	Não erguemos monumentos para os Yanomani massacrados ontem em 1993 e hoje em 2020 pelo garimpo ilegal.
PREMISSA 3	Não erguemos os monumentos para quem a história relegou a condição de perdedores.
GARANTIA	Os sinos do luto devem dobrar pelos monumentos que não foram erguidos em homenagem aos injustiçados pela história.
CONCLUSÃO	Os sinos do **meu** luto dobram pelos monumentos que não erguemos em homenagens a negros, indígenas e aqueles a quem a história relegou a condição de perdedores.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

São relembrados aqui um caso de genocídio negro (o cemitério de pretos novos encontrado no Rio de Janeiro), um caso de genocídio indígena (o massacre de índios Yanomami) e uma categoria que engloba ambos e ainda inclui diversos outros grupos marginalizados: os que são considerados "perdedores" em uma perspectiva histórica. A

Garantia estabelece o que seria uma resposta aceitável ao questionamento inicial do artigo: por quem os sinos dobram? Em última instância, o autor afirma, com sua tese avaliativa, que os sinos de seu luto dobram por todos que não receberam homenagens públicas, vítimas históricas de um processo colonial.

Estabelece-se aqui um valor sobre o luto, em que os que sofrem ou lamentam por estátuas de genocidas são avaliados negativamente, em oposição àqueles que se compadecem com os ditos perdedores. Como veremos na próxima seção, essa valoração se estende para as refutações e ataques dirigidos pelo argumentador à Roberto Dias e João Pereira Coutinho.

Em resumo, ordenamos a seguir os argumentos identificados no artigo de Thiago Amparo, divididos entre Práticos e Epistêmicos.

Quadro 83. Argumentos Internos Práticos e Epistêmicos de Thiago Amparo

Argumentos Práticos Internos	Argumentos Epistêmicos Internos
1. API - por Regra da Justiça para personagens históricos infames	1. API - por Definição do revisionismo histórico
2. API - por Modelo de descolonização	2. API - por Exemplo de injustiças históricas sem luto oficial
3. API - Instrumental pela retirada das estátuas de genocidas	
4. API - Instrumental pela ressignificação do Monumento às Bandeiras	
5. API - por Valor Borba Gato deve cair	

4.6.1 Refutações no artigo de Thiago Amparo

Thiago Amparo é o único articulista a, abertamente, dialogar com outros textos de nosso *corpus*, o que é realizado através dos *hiperlinks* mencionados anteriormente. Por essa peculiaridade, escolhemos analisar as refutações de Amparo separadamente.

A primeira refutação dirige-se a um argumento de João Pereira Coutinho, que pode ser observada no quadro 81.

Quadro 84. API por Valor contra lamentações por estátuas colonialistas (refutação)

PREMISSA 1	Se alguém lamenta a derrubada de estátuas como as de Leopold II, Colston e Borba Gato, a ponto de compará-las a imagens religiosas destruídas em guerras entre católicos e protestantes no século 16, é porque considera sacrossanta a supremacia colonial.
PREMISSA 2	Considerar sacrossanta a supremacia colonial, defendendo a preservação de monumentos em homenagem a tal supremacia, mantém o apagamento de grupos historicamente marginalizados.
GARANTIA	A manutenção do apagamento da grupos historicamente marginalizados é negativo.
CONCLUSÃO	Não se deve lamentar a derrubada de estátuas em homenagem à supremacia colonial.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Relacionando a lamentação pela derrubada de estátuas de colonizadores com a associação à destruição de imagens religiosas, Thiago Amparo constrói um **Argumento Prático Interno de Consequências Negativas**, atribuindo ao outro lado uma interpretação sagrada de representações coloniais que culmina na problemática manutenção do apagamento de grupos marginalizados historicamente. Tal efeito, valorado negativamente pela discursividade à qual Amparo se filia, ecoa uma perspectiva calcada na luta pelo reconhecimento das opressões causadas pela colonização sobre povos indígenas e negros na busca pela superação dessas condições, visíveis até hoje.

Retomando o argumento de João Pereira Coutinho, que se encontra na íntegra no quadro a seguir, percebemos algumas divergências na elaboração dos argumentadores.

Quadro 85. AEI por Analogia entre os atos antirracistas e as guerras religiosas (reprodução do argumento de João Pereira Coutinho, tal como no quadro 52)

PREMISSA 1	No século XVI, as diferentes religiões buscavam impor um único dogma como maneira de alcançar a paz social, o que levou a conflitos violentos.
PREMISSA 2	No século XXI, os movimentos antirracistas buscam impor uma única Verdade como maneira de alcançar justiça social, o que está levando a conflitos violentos.
PREMISSA 3	As guerras religiosas do século XVI sinalizavam a atitude de intolerância quanto à diversidade religiosa.
PREMISSA 4	Os atos antirracistas do século XXI sinalizam a atitude de intolerância quanto à liberdade de expressão
GARANTIA	Movimentos diferentes que partilham propriedades são análogos.
CONCLUSÃO	Os atos antirracistas contemporâneos são análogos às guerras religiosas do século 16.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Na elaboração de seu argumento por analogia, João Pereira Coutinho entende que os movimentos antirracistas se assemelham às guerras religiosas do século XVI pela intolerância com outras visões de mundo e pela crença na violência como modo de combate ao divergente.

Dessa maneira, percebemos que a aproximação não é entre as imagens destruídas, ou seja, entre as estátuas de colonizadores e de figuras religiosas, sacrossantas, nas palavras de Amparo.

O processo argumentativo de Thiago Amparo parece distorcer a argumentação de João Pereira Coutinho, transformando o discurso do outro em algo facilmente atacável por um processo de simplificação que distorceu o núcleo da argumentação contrária.

Além disso, há um argumento *ad hominem* embutido, assumindo que aqueles que lamentam a derrubada das estátuas ligadas ao colonialismo e as comparam a figuras religiosas também consideram a supremacia colonial sacrossanta, raciocínio que reconstruímos na premissa 1 do quadro 84.

Há de se levar em consideração que João Pereira Coutinho é um português defendendo a imagem de colonizadores, enquanto Thiago Amparo é negro, vinculado discursiva e materialmente aos grupos historicamente marginalizados pela história e que tem sua história pessoal e familiar atrelada aos males causados pelo colonialismo e aos genocídios atrelados a esse processo. Esse contexto enunciativo interfere no posicionamento dos autores, e na defesa passional de suas causas, uma vez que também são identitárias.

A refutação a Coutinho continua sobre outro ponto: a argumentação acerca da liberdade de expressão e da tolerância liberal enquanto valores que devem ser defendidos a todo custo. O primeiro trecho a respeito encontra-se reproduzido a seguir:

Quadro 86. Refutação a João Pereira Coutinho - debate da liberdade de expressão

Do ponto de vista epistêmico, é um debate diferente da liberdade, na minha visão quase total, da veiculação ou não de filmes ou livros. No caso de estátuas, questiona-se quem merece um pedestal público.

Fonte: elaborado pela autora.

Neste excerto, há uma recusa sobre o debate da liberdade de expressão poder ser aplicado às estátuas. Diferentemente de outras expressões artísticas, como filmes e livros, as estátuas servem unicamente ao propósito de homenagem. Momentos históricos distintos construirão interpretações distintas acerca do que é certo ou errado, do que é passível de homenagem ou não. O argumentador, no entanto, não elabora a distinção entre as expressões artísticas, apresentando-as quase como um acordo. Ele retomará o diálogo com o articulista português no excerto do quadro a seguir.

Quadro 87. Refutação a João Pereira Coutinho – prática da tolerância liberal

Desconheço da tolerância liberal que, iliberalmente, torna assassinos em santos e usa do poder do estado para vigiar 24h a versão oficial da história.

Fonte: elaborado pela autora.

Em um ataque ao conceito de tolerância liberal defendida por Coutinho, Thiago Amparo denuncia a convivência pacífica defendida pelo liberalismo pelo uso do poder estatal para vigiar a versão oficial da história e prevenir que outras interpretações e posicionamentos ajam sobre o incômodo no espaço público. Denuncia-se, portanto, a aceitação de apenas uma interpretação em detrimento das outras; mesmo que se use um discurso de tolerância, a visão dos "*perdedores*" continua sendo rechaçada, hostilizada, atacada, negada, consequências negativas do colonialismo que perduram na sociedade contemporânea.

A refutação a Roberto Dias ocorre em dois momentos: em primeiro lugar, na recusa à ideia de que derrubar estátuas seria equivalente a apagar a história; em segundo lugar, sobre o que configuraria revisionismo histórico. Tratemos do primeiro caso a seguir.

Quadro 88. Refutação a Roberto Dias – apagamento da história dos vencedores

Não se apaga a história, escrita com a caneta dos vencedores.

Fonte: elaborado pela autora.

O processo de construção de narrativa histórica como o discurso produzido e disseminado dos "vencedores", detentores do poder, impede o apagamento dos acontecimentos do passado, visto que, em posições sociais privilegiadas, aqueles com poder determinam as narrativas existentes no espaço público. O processo de derrubada, remoção ou ressignificação de figuras construídas por esses agentes apenas mudaria a narrativa oficial sobre os acontecimentos e não os acontecimentos em si.

O segundo eixo de refutação se dá sobre o argumento de revisionismo histórico. Retomaremos primeiramente o argumento de Roberto Dias.

Quadro 89. API por Consequências Negativas do revisionismo histórico (reprodução do argumento de Roberto Dias, tal como no quadro 43)

PREMISSA 1	Derrubar estátuas é fazer revisionismo histórico.
PREMISSA 2	Revisionismo histórico não tem fim nem melhorará o mundo por si só.
GARANTIA	Aquilo que não tem fim e não melhora o mundo não deve ser realizado.
CONCLUSÃO	Estátuas não devem ser derrubadas.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021a).

Para o editor da Folha, a derrubada de estátuas consiste em atitude de revisionismo histórico. Como vimos, o articulista entende que revisionismo histórico equivale a tentativas de se apagar o passado, distorcendo fatos, retirando figuras importantes de panteões públicos. Já para Thiago Amparo, como visto na seção anterior, o entendimento de revisionismo histórico é outro, uma vez que ele aceita a posição de fontes de saber, as historiadoras Schwarcz e Starling, que dizem ser revisionismo a compreensão de que os bandeirantes foram heróis. O revisionismo não estaria, portanto, na derrubada dessas estátuas, uma vez que representariam uma espécie de correção histórica de narrativas, mas sim, na manutenção desses monumentos.

Quadro 90. AEI por Definição do revisionismo histórico (reprodução do argumento de Thiago Amparo, tal como no quadro 81)

PREMISSA 1	A presença de estátuas de figuras ligadas à supremacia colonial no espaço público está sendo questionada a ponto de ocorrerem derrubadas.
PREMISSA 2	Bandeirantes são figuras ligadas à supremacia colonial, dada sua atividade de extermínio de povos negros e indígenas.
PREMISSA 3	A construção da imagem de bandeirantes como heróis é produto de um revisionismo histórico do começo do século XX.
GARANTIA	Não pode ser considerado revisionismo uma ação que corrige um revisionismo prévio.
CONCLUSÃO	Derrubar estátuas ligadas à supremacia colonial, como as de bandeirantes, Borba Gato incluso, não é fazer revisionismo histórico.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Apesar das divergências, percebe-se que ambos os autores consideram o revisionismo histórico uma distorção de fatos avaliada negativamente, movimento que representa um acordo entre eles. O compilado dos argumentos para refutação no artigo de Thiago Amparo encontra-se a seguir.

Quadro 91. Argumentos práticos e epistêmicos de Thiago Amparo para Refutação

Argumentos Práticos Internos	Argumentos Epistêmicos Internos
1. API - Valor contra lamentações por estátuas colonialistas (refutação)	1. API - por Analogia entre os atos antirracistas e as guerras religiosas (refutação)
2. API - por Consequências Negativas do revisionismo histórico (refutação)	2. API - por Definição do revisionismo histórico (refutação)

4.7 Contra o racismo e a favor da memória, o artigo de Nabil Bonduki

Nabil Bonduki, ex-vereador da Câmara Municipal de São Paulo, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e colunista

da *Folha de S.Paulo*, defende duas frentes argumentativas em seu texto: 1. é necessário preservar a memória e 2. é necessário romper com o mito bandeirante. Por ter esses dois princípios como pontos de partida, sua argumentação conversa com as duas principais defesas dos dois lados da discussão.

Até o momento, vimos que as argumentações defendendo a manutenção das estátuas no espaço público apelam para a preservação da memória, uma vez que denunciam a derrubada de monumentos como tentativas de revisionismo histórico. Em contrapartida, as argumentações em prol da retirada de homenagens do espaço público defendem a necessidade de se romper com a mitologia bandeirante, essa sim criada em um processo de revisionismo histórico que apaga a perspectiva de negros e indígenas, vítimas dos homenageados.

Nabil Bonduki agrega ambas as perspectivas ao afirmar, logo no título do artigo, que é necessário "Remover monumentos e homenagens racistas sem destruir a memória". Podemos considerar que o autor é uma autoridade com relação aos espaços públicos, uma vez que ele é professor da FAU-USP, o que dá respaldo técnico a sua opinião. Encontramos, no artigo publicado no dia 15 de junho de 2020, treze argumentos, o que o coloca dentre os mais robustos em termos numéricos; ele segue transcrito na íntegra.

Figura 21. Remover monumentos e homenagens racistas sem destruir a memória

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nabil-bonduki/2020/06/remover-monumentos-e-homenagens-racistas-sem-destruir-a-memoria.shtml> (Acesso em 08/11/2022)

Quadro 92. Remover monumentos e homenagens racistas sem destruir a memória

"... São Paulo, a Vila de Anchieta e Nóbrega, (...) cresceu, expandiu-se a mercê dos aventurosos bandeirantes à busca do ouro, índios e diamantes, e dilatou as fronteiras da pátria. Quatro séculos passados reúnem-se nesta data e neste palácio, que é a Casa do Povo, as sombras gloriosas do passado e a esplêndida realidade do presente."

Esculpida no mármore da parede externa da Câmara Municipal de São Paulo, essa frase iguala os povos indígenas ao ouro e diamante, objetos de caçada colonial dos "aventurosos bandeirantes". Inaugurada junto com a nova sede do legislativo, em 7 de setembro de 1969, durante a ditadura militar, a frase ainda está lá, expressando não "as sombras gloriosas do passado", mas a vergonhosa herança colonial; não "a esplêndida realidade do presente", mas a triste realidade da permanência do racismo.

Em 2001, quando exercia mandato de vereador, apresentei Projeto de Resolução para suprimir essa referência ufanista aos bandeirantes e ultrajante aos índios. Não tive sucesso, meu projeto foi considerado ilegal pois, segundo a Comissão de Justiça do legislativo paulistano, uma homenagem do passado não podia ser revista a posteriori.

O caso voltou à minha cabeça nesse momento em que se debate a derrubada de estatuas de figuras que promoveram o racismo, a escravidão e a dominação colonial. Ele é exemplar da dificuldade de romper com a história oficial de São Paulo, construída sobre uma farsa, solidamente fincada no ideário dominante paulista.

Problematizar e rever essa trama histórica através de um amplo debate democrático é indispensável para que a necessária remoção de monumentos racistas não seja um elemento a mais na crescente polarização e escalada de ódio e fanatização que se prolifera pelo país.

A exaltação dos bandeirantes é profunda e está presente em um variado espectro de elementos materiais e imateriais que fazem parte do cotidiano de São Paulo. Sua presença vai muito além da simbólica estátua fantasiosa de um Borba Gato, majestoso, de botas e uniformizado como um soldado prussiano, que nunca existiu.

As homenagens aos bandeirantes estão em todos os lugares, reiteradamente. Bandeirantes, Anhanguera, Raposo Tavares, Fernão Dias, Paes Leme, Borba Gato, Jorge Velho, Mateus Grou, Simão Alvares, Cunha Gago, Brás Leme, entre tantos outros, são ao mesmo tempo rodovias, ruas, avenidas, bairros e monumentos, casas históricas. Muitos são anônimos, ninguém sabe quem são, o que fizeram e por que estão sendo homenageados.

Mais do que derrubar estátuas, temos que desconstruir mitos e uma visão distorcida da história que está na origem da homenagem a esses genocidas. Já foi amplamente demostrado que a figura heroica do bandeirante nunca existiu tal como expresso em monumentos e relatos ufanistas.

Sua principal atividade foi matar e caçar índios, aprisioná-los e vendê-los como escravos. Participaram ativamente da destruição das missões jesuíticas e do consequente genocídio de dezenas de milhares de guaranis. Pelo menos 300 mil indígenas foram escravizados, segundo Darcy Ribeiro, embora formalmente Portugal tenha proibido a prática. Grande parte dos 4,5 milhões de habitantes originários das terras ocupadas pelos colonizadores foram dizimados.

A farsa bandeirante foi construída no final do século 19, quando a elite tradicional paulista, enriquecida pelo café, mas sem poder político, buscou criar uma identidade própria que pudesse simbolizar seu projeto de poder.

Historiadores comprometidos com esse projeto, como Afonso d'Escragnolle Taunay, Alfredo Elias Jr. e Alcântara Machado realçaram o mito dos bandeirantes, ocultando as atrocidades cometidas contra os indígenas. Elias Jr. os considerava um "povo superior (raça planaltina)" ou uma "raça de gigantes" (tudo a ver com o tamanho das estatuas de Fernão Dias e de Borba Gato). Na obra de Taunay, a escravidão indígena é justificada pois "a ideia de êxito na conquista territorial redimiria os bandeirantes de toda a qualquer culpa em relação à violência praticada".

A construção dessa trama histórica se tornou conveniente em 1932, quando o projeto de poder da elite paulista levou o país a uma guerra civil. Reforçar a identidade paulista através de um figura mítica heroica era necessário para justificar o esforço de guerra. Derrotados, o mito ganhou evidência em 1954, no 4º Centenário, quando o ufanismo paulista ("a locomotiva que puxa 22 vagões") chegou às alturas, com arrogância e soberba.

O movimento anticolonial e antirracista precisa desconstruir essa trama histórica equivocada através de um projeto cultural e educacional consistente. Retirar monumentos e cancelar homenagens, assim como dar visibilidade aos que foram oprimidos, deve ser resultado de um resgate da memória e não de uma tentativa de destruição da memória.

Quem apaga a memória, queima livros e impõe uma única visão da história são os regimes fascistas. Nas democracias, a reflexão e o debate devem prevalecer, estudando-se como tratar cada situação específica.

Por que não transformar as inúmeras casas bandeiristas, que fazem parte do Museu da Cidade da Secretaria de Cultura, em locais onde se resgata a história dos colonizadores paulistas, problematizando tanto

as atrocidades que cometeram como sua eventual contribuição? Estatuas como o Borba Gato poderiam ser deslocadas para essas casas, contextualizadas adequadamente.

Por que não ressignificar pontos de referência urbanos relevantes, como a entrada de Santo Amaro, substituindo o Borba Gato por um monumento de igual tamanho em homenagem ao povo guarani, que foi massacrado pelos bandeirantes nas missões, explicando por que isso foi feito?

Por que monumentos que não devem ser removidos, como o Monumento das Bandeiras, de indiscutível valor artístico, não se tornam locais de debate e reflexão sobre o objeto da obra de arte, na perspectiva de uma cidade educadora, onde o espaço público se torna um instrumento para a formação cidadã?

Por que não se abrir um debate sobre a mudança dos nomes das rodovias e avenidas que homenageiam pessoas que reconhecidamente cometeram crimes contra a humanidade? No lugar de avenida dos Bandeirantes, que tal avenida Tim Maia, Adoniran Barbosa ou Marielle Franco?

Fonte: transcrição realizada pela autora a partir de Bonduki (2020).

Nabil Bonduki inicia seu texto com uma transcrição da homenagem aos bandeirantes que existe ainda hoje na parede da Câmara Municipal de São Paulo; de fato, como denunciado pelo autor, há nesse trecho uma objetificação dos povos indígenas, construída pela aproximação (na forma de enumeração) a objetos inanimados como "ouro" e "diamantes". Nesse contexto, entender que "buscar" indígenas equivale a procurar pedras e metais preciosos desqualifica não apenas os próprios humanos que foram caçados, capturados e escravizados, como desqualifica também o peso moral desses atos. Afinal, se não há mal algum em procurar riquezas, e se, nesse caso, os **negros da terra** aparecem como o **ouro vermelho** que Monteiro (1994) alega ser o espólio mais valioso das entradas e bandeiras, também não há problema algum em capturá-los.

> Com certeza, para a maioria dos paulistas, os índios constituíam a verdadeira riqueza a ser extraída do interior - o "ouro vermelho" na feliz expressão de Antonio Vieira. Curiosamente, a própria Coroa tentou, em várias ocasiões, concretizar esta analogia ao cobrar o quinto real sobre os cativos, imposto este associado à extração de riquezas minerais (MONTEIRO, 1994, p. 96).

De acordo com Raminelli (1996, p. 66), "a difusão dos estereótipos do **bárbaro** e do **demoníaco** constitui uma forma de absorver a diversidade cultural encontrada no Novo Mundo. O índio seria integrado ao imaginário ocidental, recebendo, portanto, uma classificação e um valor [...]". Estando associados principalmente a práticas consideradas bárbaras dentro do pensamento cristão, como o canibalismo e a poligamia, dentre outros desvios de conduta (OLIVEIRA; FREIRE, 2006). Nessa esteira, tais atos eram vistos como antagônicos ao cristianismo hegemônico, alimentando "o imaginário medieval da luta cristã contra feiticeiros, bruxas." (OLIVEIRA, FREIRE, 2006, p. 31), o que reforçava a necessidade de intervenção "filantrópica e humanitária" (OLIVEIRA; FREIRE, 2006) da colonização.

> A guerra e a antropofagia compõem o perfil do bárbaro. A crueldade e a sevícia são sentimentos próprios a seres irracionais e incapazes de conter sua natureza animal. Os teólogos espanhóis consideravam os canibais como inábeis para distinguir e perceber as rígidas categorias do mundo natural, ou melhor, a divisão entre homens e os animais. Os índios desprezavam-nas e comportavam-se como se a carne humana fosse um alimento qualquer. Aristóteles já concebia os bárbaros como uma espécie humana inferior. A natureza destinou esses indivíduos à função de obedecer, sendo portanto escravos naturais. Os bárbaros devem pertencer e sujeitar-se a um senhor, capaz de guiá-los e encaminhá-los segundo os princípios da razão (RAMINELLI, 1996, p. 66).

Esse imaginário não se restringiu apenas aos espanhóis; padres jesuítas, a colônia portuguesa e os colonos residentes no Brasil apelaram diversas vezes aos costumes indígenas para justificarem "guerras justas" e a necessidade de auxílio, cuidado e conversão desses seres em perdição, considerados "feras humanadas" (RAMINELLI, 1996, p. 79). Dessa maneira, a animalização dos povos originários implicou uma insistente objetificação dos mesmos, que perdura ainda no imaginário coletivo, uma vez que a homenagem aos bandeirantes existente na Câmara Municipal de São Paulo pode comparar índios a ouro e diamantes e seguir lá, apesar do Projeto de Resolução proposto por Nabil Bonduki.

Consideramos que os três primeiros parágrafos são majoritariamente narrativos, no entanto, eles apresentam algumas argumentações implícitas que achamos por bem reconstruirmos para a pesquisa. Em um primeiro momento, temos o argumento que o autor, na época vereador, apresenta para a Câmara Municipal a fim de retirar a homenagem aos bandeirantes por entender que ela representa um desrespeito aos povos indígenas.

Quadro 93. API - Instrumental para retirada da frase da Câmara Municipal de SP (implícito)

PREMISSA CIRCUNSTANCIAL (problema)	Existe, esculpida no mármore da parede externa da Câmara Municipal de São Paulo, uma homenagem aos bandeirantes com os dizeres "... São Paulo, a Vila de Anchieta e Nóbrega, (...) cresceu, expandiu-se a mercê dos aventurosos bandeirantes à busca do ouro, índios e diamantes, e dilatou as fronteiras da pátria. Quatro séculos passados reúnem-se nesta data e neste palácio, que é a Casa do Povo, as sombras gloriosas do passado e a esplêndida realidade do presente."
PREMISSA de OBJETIVO (fim)	É desejável que a Câmara Municipal de São Paulo não tenha esculpido em sua parede externa uma referência ufanista aos bandeirantes e ultrajante aos índios.
GARANTIA MEIO-FIM (presunção)	Suprimir essa referência levaria a uma Câmara Municipal que não elogiasse uma mitologia que ultraja uma parcela de sua população nem que adotasse uma atitude ufanista.
CONCLUSÃO (meio/proposta de ação)	Deve-se suprimir a frase esculpida na parede externa da Câmara Municipal de São Paulo em homenagem aos bandeirantes.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021a).

A argumentação do autor não parte apenas do ultraje às populações indígenas, mas também do "ufanismo", ou patriotismo exagerado e idealizado, atrelado aos bandeirantes. É o raciocínio reconstituído nesse argumento que leva o autor a pedir por justiça. Em contrapartida, temos o posicionamento da Câmara com relação ao Projeto de Resolução que, contra a retirada das homenagens, considera ilegal uma ação revisionista. Esses dois argumentos dicotômicos representam, em grande parte, o núcleo principal da argumentação da polêmica como um todo.

Quadro 94. API - Instrumental contra a retirada da frase da Câmara Municipal de SP (refutação)

PREMISSA CIRCUNSTANCIAL (problema)	Existe um Projeto de Resolução que busca retirar a frase esculpida no mármore da parede externa da Câmara Municipal de São Paulo, em uma homenagem aos bandeirantes, com os dizeres "... São Paulo, a Vila de Anchieta e Nóbrega, (...) cresceu, expandiu-se a mercê dos aventurosos bandeirantes à busca do ouro, índios e diamantes, e dilatou as fronteiras da pátria. Quatro séculos passados reúnem-se nesta data e neste palácio, que é a Casa do Povo, as sombras gloriosas do passado e a esplêndida realidade do presente."
PREMISSA de OBJETIVO (fim)	É desejável que a Câmara Municipal de São Paulo preserve homenagens feitas no passado por serem parte de sua história.
GARANTIA MEIO-FIM (presunção)	Considerar o Projeto de Resolução que busca retirar a homenagem aos bandeirantes da parede externa da Câmara Municipal de São Paulo inibiria futuras tentativas de se rever *a posteriori* uma homenagem do passado.
CONCLUSÃO (meio/proposta de ação)	O Projeto de resolução deve ser considerado ilegal.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021a).

Percebemos que a narração de Nabil Bonduki está servindo aos propósitos argumentativos do autor, uma vez que encerra o núcleo central do problema em si mesmo: o embate entre duas visões antagônicas sobre a questão. Há ainda um conjunto de argumentos coordenados, um por definição e outro por valor, que buscam determinar o passado bandeirante sob uma perspectiva crítica à versão oficial da história.

Quadro 95. AEI - Argumento por Definição do passado bandeirante

PREMISSA 1	O passado bandeirante oficial é fruto de um mito pautado no revisionismo histórico.
GARANTIA	Ser pautado em revisionismo histórico é um critério para algo não ser visto como representativo de um passado glorioso que encaminha para uma realidade esplêndia.
CONCLUSÃO	O passado bandeirante não pode ser considerado glorioso e nem a realidade pode ser considerada esplêndida.

Fonte: elaborado pela autora de Gonçalves-Segundo (2021c).

Quadro 96. API - Argumento por Valor Negativo do passado bandeirante, suas estátuas e homenagens

PREMISSA 1	O passado bandeirante, do qual as estátuas e homenagens são exemplos, é símbolo da vergonhosa herança colonial e da triste realidade da permanência do racismo, que são negativos.
GARANTIA	Se a vergonhosa herança colonial e a permanência do racismo são negativas, então faz sentido avaliar tanto o passado bandeirante como as estátuas e homenagens a eles como negativas.
CONCLUSÃO	Tanto o passado bandeirante quanto as estátuas e homenagens a eles devem ser considerados negativos.

Fonte: elaboração da autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

O primeiro argumento instancia um critério de consideração, no caso, considerar o passado bandeirante “glorioso” e a realidade "esplêndida". A associação entre a versão oficial e o mito bandeirante é expressa na premissa 1; assumimos que, para o autor, a visão hegemônica acerca dos bandeirantes é fruto de um revisionismo histórico pregresso, assumido aqui como negativo para o autor. Nesse sentido, na segunda premissa é estabelecido o critério que implica a classificação do passado bandeirante e a subsequente refutação da visão oficial da história, marcada na homenagem em frente à Câmara Municipal de São Paulo. A conclusão envolve um processo avaliativo, relativo a “considerar” o passado e o presente de determinada maneira.

Esse primeiro argumento se associa em uma relação de coordenação com o argumento seguinte, que instaura outra definição para o passado bandeirante. A premissa estabelece um simbolismo atrelado ao passado bandeirante, marcado pela herança colonial e a permanência do racismo. A garantia, nesse caso, dá suporte para valoração negativa estabelecida na premissa 1 e faz ponte com a conclusão que, por sua vez, une a classificação do passado bandeirante com suas estátuas e homenagens. Tanto uma quanto a outra apontam para um processo de revisionismo histórico.

Em ambos os argumentos, a valoração negativa do revisionismo histórico é central para estabelecer as relações entre o passado e o presente a partir da versão oficial/hegemônica em contraposição com a perspectiva do autor. É justamente o revisionismo que impede que o passado bandeirante, bem como suas estátuas e homenagens, possam ser considerados positivos.

Por fim, entendemos que esse trecho narrativo constitui um argumento por exemplo da dificuldade de se romper com o passado bandeirante. Ao anunciar o caso como exemplar, o autor cria uma referência direta do caso citado à questão atual.

O caso voltou à minha cabeça nesse momento em que se debate a derrubada de estatuas de figuras que promoveram o racismo, a escravidão e a dominação colonial. Ele é exemplar da dificuldade de romper com a história oficial de São Paulo, construída sobre uma farsa, solidamente fincada no ideário dominante paulista.

Problematizar e rever essa trama histórica através de um amplo debate democrático é indispensável para que a necessária remoção de monumentos racistas não seja um elemento a mais na crescente polarização e escalada de ódio e fanatização que se prolifera pelo país.

Quadro 97. AEI - Argumento por Exemplo da dificuldade de se romper com o mito bandeirante

PREMISSA 1	Em 2001, quando Nabil Bonduki exercia mandato de vereador, apresentou Projeto de Resolução para suprimir a referência ufanista aos bandeirantes e ultrajante aos índios esculpida no mármore da parede externa da Câmara Municipal de São Paulo. O projeto foi considerado ilegal, pois, segundo a Comissão de Justiça do legislativo paulistano, uma homenagem do passado não podia ser revista a posteriori.
GARANTIA	Considerar ilegal suprimir a referência ufanista aos bandeirantes e ultrajante aos índios da parede externa de um órgão público é sinal da dificuldade de se romper com a história oficial construída sobre uma farsa.
CONCLUSÃO	É difícil romper com a história oficial de São Paulo, construída sobre uma farsa, solidamente fincada no ideário dominante paulista.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

O exemplo citado por Nabil Bonduki ilustra a recorrência dessa discussão em nossa sociedade. Ao retomá-lo, o autor cria um paralelo entre as argumentações existentes em 2001 na Câmara de São Paulo com o debate público sobre a permanência de estátuas ligadas ao racismo e ao colonialismo que ultrapassam barreiras nacionais em 2020. Em conjunto, movimento desses três primeiros parágrafos é essencial para estabelecer o posicionamento discursivo do articulista: buscando refutar que uma discussão a respeito da permanência de monumentos ligados ao racismo e ao colonialismo seja praticar revisionismo histórico, o autor precisa instanciar e defender sua compreensão pessoal sobre o revisionismo. Nesse sentido, além do argumento por Exemplo, encontramos no 4º e 5º parágrafos um argumento de Consequências Negativas de não haver um debate sobre a remoção das estátuas.

Quadro 98. API - Argumento por Consequências Negativas de não haver um debate democrático sobre a remoção das estátuas

PREMISSA 1	Se a remoção das estátuas não for acompanhada de um amplo debate democrático que problematize e reveja essa trama histórica, a remoção será um elemento a mais na crescente polarização e escalada de ódio e fanatização que se prolifera pelo país.
PREMISSA 2	Adicionar um elemento a mais na crescente polarização e escalada de ódio e fanatização que se prolifera pelo país consiste em um resultado negativo.
GARANTIA	Deve-se evitar agir de forma a gerar resultados negativos.
CONCLUSÃO	A remoção das estátuas deve ser acompanhada de um amplo debate democrático que problematize e reveja essa trama histórica.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Walton e Macagno (2019) e Gonçalves-Segundo e Isola-Lanzoni (2021).

A principal defesa do autor não é nem sobre a permanência, nem sobre a retirada de estátuas, monumentos e homenagens em disputa, mas, sobretudo, ele se posiciona a favor do debate público sobre essas representações no corpo paisagístico da cidade. Ele entende que esse seria o único meio efetivamente democrático para a solução do problema, em sentido oposto à manutenção ou retirada indiscriminadas de marcas do passado. Como o autor anuncia em seu título, a preservação da memória é fundamental em sua defesa, tendo o debate público como possibilidade de uma construção efetivamente coletiva sobre o espaço público, para além das rivalidades políticas e do antagonismo maniqueísta (nós vs. eles) que parece dominar a polêmica.

Aqui, o autor se opõe à polarização discursiva que aparece em João Pereira Coutinho (liberais tolerantes vs. intolerantes), Roberto Dias (aqueles que sabem história vs. aqueles que não estudaram), Thiago Amparo (quem sofre de luto pelo racismo/colonialismo vs. aqueles que não), Reinaldo José Lopes (aqueles que só sabem a história oficial vs. aqueles que tiveram uma educação com fontes mais fiéis), e também aos artigos, não vistos até o momento, de Flávia Boggio (elite paulistana cafona e racista vs. sensatos) e Demétrio Magnoli (vândalos vs. sensatos). Para Bonduki, parece não existir um lado certo e um errado com relação a quem deve ter direito à memória: todos os lados têm direito à lembrança social e comunitária dos acontecimentos e simbologias do passado e, justamente por isso, é preciso se valer das ferramentas democráticas para atingirmos um resultado justo nessa disputa territorial.

No entanto, o autor não deixa de se posicionar em favor dos grupos sub-representados, apresentando nos parágrafos 6 e 7 um trecho expositivo sobre como o imaginário bandeirante se manifesta em nosso cotidiano.

> A exaltação dos bandeirantes é profunda e está presente em um variado espectro de elementos materiais e imateriais que fazem parte do cotidiano de São Paulo. Sua presença vai muito além da simbólica estátua fantasiosa de um Borba Gato, majestoso, de botas e uniformizado como um soldado prussiano, que nunca existiu.
>
> As homenagens aos bandeirantes estão em todos os lugares, reiteradamente. Bandeirantes, Anhanguera, Raposo Tavares, Fernão Dias, Paes Leme, Borba Gato, Jorge Velho, Mateus Grou, Simão Alvares, Cunha Gago, Brás Leme, entre tantos outros, são ao mesmo tempo rodovias, ruas, avenidas, bairros e monumentos, casas históricas. Muitos são anônimos, ninguém sabe quem são, o que fizeram e por que estão sendo homenageados.

Essa presença massiva implica um silenciamento e apagamento de outras perspectivas, no caso em específico, das populações nativas que ainda sofrem com as consequências do passado colonial. À dizimação da população indígena do litoral, seguiu-se um período de caça, escravização e morte das populações que habitavam o interior do país; essa mão de obra apenas foi substituída quando os gastos para obtê-la eram maiores do que a importação de escravos da costa africana. Tanto os povos indígenas como os povos africanos são vistos neste cenário como *commodities*, bens de consumo a serem comprados, vendidos, passados em testamento ou qualquer outra ação que se possa querer realizar com uma propriedade. Não há representações do passado desses povos, de heróis desses povos, do sofrimento desses povos; há, no entanto, inúmeras representações de bandeirantes, que, como menciona Nabil Bonduki, "ninguém sabe quem são, o que fizeram e por que estão sendo homenageados", e mesmo assim as homenagens se mantêm, ainda que à revelia de reivindicações como o projeto do Bonduki na Câmara, os protestos de 2013 e 2016 contra estátuas bandeirantes e, inclusive, dos movimentos de 2020.

O percurso do autor nos leva ao parágrafo seguinte, em que apresenta uma proposta de ação para resolver o conflito existente. O Argumento Instrumental de Raciocínio Prático instanciado para tal encontra-se reproduzido na sequência.

> Mais do que derrubar estátuas, temos que desconstruir mitos e uma visão distorcida da história que está na origem da homenagem a esses genocidas. Já foi amplamente demostrado que a figura heroica do bandeirante nunca existiu tal como expresso em monumentos e relatos ufanistas.

Quadro 99. API - Argumento Instrumental de Raciocínio Prático - Da necessidade de desconstruir o mito bandeirante

PREMISSA CIRCUNSTANCIAL (problema)	Existem estátuas homenageando genocidas (bandeirantes) baseadas em uma visão distorcida da história, considerada inaceitável e que não deve ser mantida.
PREMISSA de OBJETIVO (fim)	É desejável uma situação futura em que não existam monumentos e relatos ufanistas homenageando genocidas (bandeirantes).
GARANTIA MEIO-FIM (presunção)	Desconstruir mitos e uma visão distorcida da história que baseiam homenagens aos bandeirantes levaria a uma situação futura em que monumentos e relatos ufanistas sobre esses personagens históricos não existam mais.
CONCLUSÃO (meio/proposta de ação)	Temos que desconstruir mitos e uma visão distorcida da história que está na origem de homenagens aos bandeirantes.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021a).

Nesse trecho, o autor argumenta a favor da desconstrução do mito bandeirante, entendido como uma necessidade urgente contra um presente inaceitável. A visão distorcida do passado bandeirante encontra-se aqui como o problema a ser solucionado uma vez que tanto um ufanismo baseado em revisionismo histórico quanto homenagens a genocidas são negativos. Em defesa de seu argumento, o autor inicia mais um trecho narrativo, apresentando dados e fatos sobre o assunto.

> Sua principal atividade [dos bandeirantes] foi matar e caçar índios, aprisioná-los e vendê-los como escravos. Participaram ativamente da destruição das missões jesuíticas e do consequente genocídio de dezenas de milhares de guaranis. Pelo menos 300 mil indígenas foram escravizados, segundo Darcy Ribeiro, embora formalmente Portugal tenha proibido a prática. Grande parte dos 4,5 milhões de habitantes originários das terras ocupadas pelos colonizadores foram dizimados.
>
> A farsa bandeirante foi construída no final do século 19, quando a elite tradicional paulista, enriquecida pelo café, mas sem poder político, buscou criar uma identidade própria que pudesse simbolizar seu projeto de poder.
>
> Historiadores comprometidos com esse projeto, como Afonso d'Escragnolle Taunay, Alfredo Elias Jr. e Alcântara Machado realçaram o mito dos bandeirantes, ocultando as atrocidades cometidas contra os indígenas. Elias Jr. os considerava um "povo superior (raça planaltina)" ou uma "raça de gigantes" (tudo a ver com o tamanho das estatuas de Fernão Dias e de Borba Gato). Na obra de Taunay, a escravidão indígena é justificada pois "a ideia de êxito na conquista territorial redimiria os bandeirantes de toda a qualquer culpa em relação à violência praticada".
>
> A construção dessa trama histórica se tornou conveniente em 1932, quando o projeto de poder da elite paulista levou o país a uma guerra civil. Reforçar a identidade paulista através de um figura mítica heroica era necessário para justificar o esforço de guerra. Derrotados, o mito ganhou evidência em 1954, no 4º Centenário, quando o ufanismo paulista ("a locomotiva que puxa 22 vagões") chegou às alturas, com arrogância e soberba.

Esse trecho apresenta o histórico relacionado ao mito bandeirante, ligado a interesses da elite paulista que "levou o país a uma guerra civil" por conta de seu ufanismo em 1932. O passado bandeirante foi o símbolo de grandeza que eles precisavam para respaldar suas reivindicações frente ao governo nacional. A Revolução de 32 apresenta diversos marcos na

cidade de São Paulo, como o Obelisco em frente ao Parque Ibirapuera, próximo ao Monumento às Bandeiras. A representação da narrativa histórica ufanista no corpo paisagístico tem por finalidade garantir a permanência dessa interpretação no imaginário coletivo, criam-se lugares de memória (NORA, 1993) para que as gerações presentes e futuras lembrem. Como vimos, quem decide o que será lembrado são aqueles que constroem o monumento e detêm o poder para garantir seu respaldo oficial. No caso, a elite paulista tinha o poder econômico e político, pelo menos em território paulista, para difundir sua própria narrativa.

No parágrafo seguinte, Nabil Bonduki apresenta uma proposta de ação definindo quem precisa realizar o quê e como; o que nos leva a mais um Argumento Instrumental de Raciocínio Prático.

> O movimento anticolonial e antirracista precisa desconstruir essa trama histórica equivocada através de um projeto cultural e educacional consistente. Retirar monumentos e cancelar homenagens, assim como dar visibilidade aos que foram oprimidos, deve ser resultado de um resgate da memória e não de uma tentativa de destruição da memória.

Quadro 100. API - Argumento Instrumental de Raciocínio Prático - Resgate da memória de oprimidos desconstruindo a trama equivocada sobre os bandeirantes

PREMISSA CIRCUNSTANCIAL (problema)	Existe uma trama histórica equivocada sobre os bandeirantes, que os homenageia no espaço público e apaga aqueles que foram oprimidos por eles.
PREMISSA de OBJETIVO (fim)	Um futuro em que a trama histórica equivocada sobre os bandeirantes esteja desconstruída, sem monumentos e homenagens a eles no espaço público e dando visibilidade aos que foram oprimidos é desejável.
GARANTIA MEIO-FIM (presunção)	Um projeto cultural e educacional consistente, promovido pelo movimento anticolonial e antirracista, assim como a retirada de monumentos e o cancelamento de homenagens, promove um resgate da memória daqueles que foram oprimidos pelos bandeirantes e desconstruiria a trama história equivocada indesejável.
CONCLUSÃO (meio/proposta de ação)	O movimento anticolonial e antirracista precisa desconstruir a trama histórica equivocada sobre os bandeirantes através de um projeto cultural e educacional consistente, que leve a retirada de monumentos e ao cancelamento de homenagens.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021a).

Esse raciocínio prático indica que o movimento anticolonial e antirracista precisa agir em prol de um objetivo, no caso desconstruir a trama bandeirante, e entende que, da mesma maneira que os paulistas criaram um projeto cultural e educacional para difundirem sua narrativa, os agentes desse movimento devem buscar nas bases culturais e educacionais a

reversão do revisionismo anterior. De acordo com o autor, o cancelamento de homenagens e a difusão das narrativas e **memórias de subsolo** (JELÍN, 2002) dos oprimidos são meios de se alcançar o objetivo.

O movimento do parágrafo inclui ainda um argumento por definição do que seria "destruir a memória" que está implícito e é refutado pelo autor.

Quadro 101. AEI - Argumento por Definição da destruição da memória (Para refutação)

PREMISSA 1	(Implícita) Destruir a memória implica apagar traços do passado no presente sem levar em consideração os lembrantes.
PREMISSA 2	Retirar monumentos, cancelar homenagens bandeirantes e dar visibilidade aos que foram oprimidos por eles, apaga traços do passado no presente sem levar em consideração os lembrantes.
GARANTIA	Se retirar monumentos, cancelar homenagens bandeirantes e dar visibilidade aos que foram oprimidos por eles apaga traços do passado no presente sem levar em consideração os lembrantes, então essas ações podem destruir a memória.
CONCLUSÃO	Retirar monumentos e cancelar homenagens, assim como dar visibilidade aos que foram oprimidos é uma tentativa de destruição da memória.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

O autor discorda da alegação de que "retirar monumentos e cancelar homenagens" assim como "dar visibilidade aos que foram oprimidos" sejam práticas relacionadas ao revisionismo histórico, ou à destruição da memória. A grande diferença entre realizar essas ações a partir do revisionismo ou não se encontra no contexto e no modo como elas seriam realizadas. Com relação ao contexto, existe um revisionismo anterior, forjado pela elite paulista, que pode e deve ser contestado e, com relação ao modo, o autor sugere um amplo debate público, garantindo que sejam ações democráticas e não impostas, como foram as homenagens. Dessa maneira, o autor nos encaminha para mais um argumento por definição, presente no parágrafo seguinte.

> Quem apaga a memória, queima livros e impõe uma única visão da história são os regimes fascistas. Nas democracias, a reflexão e o debate devem prevalecer, estudando-se como tratar cada situação específica.

Quadro 102. AEI - Argumento por Definição do revisionismo histórico

PREMISSA 1	(Implícita) Praticar revisionismo histórico implica apagar a memória, queimar livros e impor uma única visão da história.
PREMISSA 2	Regimes fascistas apagam a memória, queimam livros e impõem uma única visão da história.
PREMISSA 3	Nas democracias a reflexão e o debate devem prevalecer, estudando-se como tratar cada situação específica, sem apagar a memória ou impor uma única visão da história.
GARANTIA	Ações que não apagam a memória ou não impõem uma visão única da história não podem ser consideradas revisionismo histórico.
CONCLUSÃO	Refletir e debater a situação das homenagens a bandeirantes, estudando-se como tratar cada situação específica, não pode ser considerado revisionismo histórico.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Entendemos que, aqui, apagar a memória é equivalente a praticar revisionismo histórico. Para o autor, quem pratica atos contrários aos interesses públicos seriam os regimes fascistas, que, autoritariamente, imporiam sua decisão independentemente da vontade popular. Essa definição de revisionismo vai de encontro com a denúncia do autor de que, à revelia do interesse público, continuam a existir homenagens a bandeirantes. No caso da homenagem na Câmara Municipal de São Paulo, temos um grupo do tecido social brasileiro sendo claramente desrespeitado, o que seria indesejável em uma democracia.

Ao se referir à queima de livros, Nabil Bonduki instancia um diálogo com o texto de Hélio Schwartsman, que sugere a semelhança entre livros e estátuas. Embora se posicionem de maneira diferente quanto aos monumentos, ambos os autores entendem a prática de queimar livros como negativas; porém, enquanto para Schwartsman, a queima de livros está em sentido metafórico, para Bonduki, ela encontra-se em sentido literal, atrelando essa prática a regimes antidemocráticos e autoritários, que buscam uma história única totalizante, continuando sua defesa à democracia e à pluralidade de perspectivas, narrativas e vivências em uma sociedade.

Existe, ao longo do artigo, uma oposição entre um resgate à memória e uma destruição da memória. Resgatar a memória de grupos sub-representados não implica necessariamente em destruir a memória de uma elite representacional, pelo contrário, permitiria uma reflexão sobre as diferentes perspectivas sobre o passado. Dessa maneira, revisionismo histórico implicaria a destruição do passado e não o resgate de memórias de subsolo. Com esse entendimento, os parágrafos seguintes apresentam diferentes recontextualizações possíveis para os monumentos e homenagens em discussão, de forma a recuperar e expor as narrativas históricas dos grupos excluídos.

Sendo assim, o artigo em análise passa a apresentar uma sequência de propostas de ação para resolver o problema, ou os problemas, como veremos, democraticamente, com sugestões em forma de questões para o leitor.

> Por que não transformar as inúmeras casas bandeiristas, que fazem parte do Museu da Cidade da Secretaria de Cultura, em locais onde se resgata a história dos colonizadores paulistas, problematizando tanto as atrocidades que cometeram como sua eventual contribuição? Estatuas como o Borba Gato poderiam ser deslocadas para essas casas, contextualizadas adequadamente.
>
> Por que não ressignificar pontos de referência urbanos relevantes, como a entrada de Santo Amaro, substituindo o Borba Gato por um monumento de igual tamanho em homenagem ao povo guarani, que foi massacrado pelos bandeirantes nas missões, explicando por que isso foi feito?
>
> Por que monumentos que não devem ser removidos, como o Monumento das Bandeiras, de indiscutível valor artístico, não se tornam locais de debate e reflexão sobre o objeto da obra de arte, na perspectiva de uma cidade educadora, onde o espaço público se torna um instrumento para a formação cidadã?
>
> Por que não se abrir um debate sobre a mudança dos nomes das rodovias e avenidas que homenageiam pessoas que reconhecidamente cometeram crimes contra a humanidade? No lugar de avenida dos Bandeirantes, que tal avenida Tim Maia, Adoniran Barbosa ou Marielle Franco?

Entendemos que essas propostas constituem diferentes Argumentos Instrumentais de Raciocínio Prático. Mesmo que busquem resolver um mesmo problema, o mito bandeirante, calcado na representação massiva e revisionista de quem foram esses personagens históricos a fim de exaltar uma narrativa nacional que elogiasse a atuação dos paulistas, as propostas visam ações distintas, que variam de acordo com a homenagem citada.

O primeiro alvo da série de Propostas de Ação são as casas bandeiristas, espaços culturais ligados à preservação da história bandeirante. A sugestão do autor passa por utilizá-las a favor de uma problematização dos personagens históricos e das ações que esses espaços preservam.

Quadro 103. API - Instrumental pela transformação das casas bandeiristas em locais de problematização de suas memórias e seus mitos

PREMISSA CIRCUNSTANCIAL (problema)	Existe uma trama histórica equivocada sobre os bandeirantes, que os homenageia no espaço público e apaga aqueles que foram oprimidos por eles.
PREMISSA de OBJETIVO (fim)	Um futuro em que o mito da história bandeirante equivocada seja desconstruído é desejável.
GARANTIA MEIO-FIM (presunção)	Transformar as inúmeras casas bandeiristas em locais onde se resgata a história dos colonizadores paulistas e para onde estátuas como o Borba Gato pudessem ser deslocadas ajudaria a desconstruir o mito da história bandeirante.
CONCLUSÃO (meio/proposta de ação)	Deve-se transformar as inúmeras casas bandeiristas, que fazem parte do Museu da Cidade da Secretaria de Cultura, em locais onde se resgata a história dos colonizadores paulistas, problematizando tanto as atrocidades que cometeram como sua eventual contribuição.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021a).

Essa proposta de ação indica que as casas bandeiristas não são usadas, na atualidade, como espaços de reflexão e problematização sobre os colonizadores paulistas; pelo contrário, ele abre espaço para que seja compreendido o oposto, ou seja, que há ainda, nas casas bandeirantes, a perpetuação da mitologia de meados do século XX. No site do museu da Cidade de São Paulo (do qual fazem parte treze casas bandeirantes), alega-se que a criação do acervo "está intimamente ligada ao IV Centenário da cidade de São Paulo, ocorrido em 1954", justamente um dos períodos de renovação do senso de orgulho paulista. Se já existem centros de memória bandeirante, parece factível para o autor que se expanda sua utilidade pública buscando abarcar não apenas a lembrança de quem eram os desbravadores, como viviam, como eram os objetos de suas casas e seus feitos heroicos do ponto de vista colonizador, mas também permitam que se reflita sobre o custo histórico, memorial e social para suas vítimas.

O segundo argumento da série especifica a proposta de ação de desconstrução do mito bandeirante em um monumento em específico: a estátua de Borba Gato no bairro de Santo Amaro. A estátua foi construída quando a cidade de Santo Amaro foi anexada a São Paulo, e Borba Gato foi escolhido como um símbolo que ligasse a história das duas cidades em uma única narrativa. Dessa forma, há uma importância nesse marco histórico que não pode ser negada; no entanto, o autor sugere outras possibilidades para esse mesmo espaço, no caso, substituir Borba Gato por uma homenagem ao povo Guarani, principal alvo das ações bandeirantes.

Quadro 104. API - Instrumental pela substituição de Borba Gato por uma estátua em homenagem ao povo Guarani

PREMISSA CIRCUNSTANCIAL (problema)	Existe uma trama histórica equivocada sobre os bandeirantes, que os homenageia no espaço público – como a estátua de Borba Gato no bairro de Santo Amaro – e apaga aqueles que foram oprimidos por eles – como o povo guarani, que foi massacrado nas missões.
PREMISSA de OBJETIVO (fim)	Um futuro em que o mito da história bandeirante equivocada seja desconstruído e em que existam lugares de memória para suas vítimas é desejável.
GARANTIA MEIO-FIM (presunção)	Ressignificar pontos de referência urbanos relevantes, como a entrada de Santo Amaro, substituindo o Borba Gato por um monumento de igual tamanho em homenagem ao povo Guarani, que foi massacrado pelos bandeirantes nas missões, explicando por que isso foi feito ajudaria a desconstruir o mito bandeirante e criaria um local de memória para as vítimas.
CONCLUSÃO (meio/proposta de ação)	Deve-se ressignificar pontos de referência urbanos relevantes, como a entrada de Santo Amaro, substituindo o Borba Gato por um monumento de igual tamanho em homenagem ao povo guarani, que foi massacrado pelos bandeirantes nas missões, explicando por que isso foi feito.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021a).

A principal premissa que cria as diferentes ligações entre a Premissa Circunstancial e a Conclusão é a Premissa Meio-Fim, que faz a ponte de passagem entre a situação atual e o objetivo com a Proposta de Ação. A premissa de meio-fim desse argumento apresenta, além da desconstrução do mito bandeirante, a criação de um lugar de memória para aqueles que não têm um monumento para recordar de sua história. No entanto, o monumento deve ser de igual tamanho, implicando equivalência de valor simbólico. A reivindicação por um monumento à resistência guarani foi feita nos protestos de 2013 pelo próprio povo guarani, como pode ser verificado na petição do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) que criticava aqueles que consideraram seu protesto de pintar de vermelho o Monumento às Bandeiras depredação de patrimônio público. Aqui o autor retoma o pedido pelo reconhecimento dessa parcela de nosso tecido social, em uma clara polifonia com a declaração do CTI.

> Ficamos muito tristes com a reação de alguns que acham que a homenagem a esses genocidas é uma obra de arte, e que vale mais que as nossas vidas. Como pode essa estátua ser considerada patrimônio de todos, se homenageia o genocídio daqueles que fazem parte da sociedade brasileira e de sua vida pública? Que tipo de sociedade realiza tributos a genocidas diante de seus sobreviventes? Apenas aquelas que continuam a praticá-lo no presente. Esse monumento para nós representa a morte. E para nós, arte é a outra coisa. Ela não serve para contemplar pedras, mas para transformar corpos e espíritos. Para nós, arte é o corpo transformado em vida e liberdade e foi isso que se realizou nessa intervenção (TUPÃ, 2013).

A terceira proposta de ação parte de duas premissas circunstanciais: 1. que existe uma trama histórica equivocada a respeito dos bandeirantes; e 2. que existem obras homenageando bandeirantes que são de indiscutível valor artístico. Dessa maneira, abre-se uma possibilidade para que a obra seja desejada e indesejada ao mesmo tempo, como é o caso do Monumento às Bandeiras.

Quadro 105. API - Instrumental pela criação de locais de debate e reflexão sobre a arte, desconstruindo a narrativa bandeirante

PREMISSA CIRCUNSTANCIAL (problema)	Existe uma trama histórica equivocada sobre os bandeirantes, que os homenageia no espaço público e apaga aqueles que foram oprimidos por eles.
PREMISSA CIRCUNSTANCIAL (problema)	Existem obras homenageando os bandeirantes que são de indiscutível valor artístico e que devem ser preservadas.
PREMISSA de OBJETIVO (fim)	Um futuro em que o mito da história bandeirante equivocada seja desconstruído, mantendo obras de valor artístico indiscutível, é desejável.
GARANTIA MEIO-FIM (presunção)	Tornar locais como o Monumento das Bandeiras, de indiscutível valor artístico, em espaços de debate e reflexão sobre o objeto da obra de arte, na perspectiva de uma cidade educadora, onde o espaço público se torna um instrumento para a formação cidadã permitiria que o mito bandeirante seja desconstruído e que não devem ser removidas sejam mantidas.
CONCLUSÃO (meio/proposta de ação)	Monumentos de indiscutível valor artístico, como é o caso do Monumento às Bandeiras, devem tornar-se locais de debate e reflexão sobre o objeto da obra de arte.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021a).

O Monumento às Bandeiras se enquadraria como uma exceção à regra de homenagens bandeirantes. Assim como outros autores, Nabil Bonduki considera que o valor artístico é um fator determinante nessa discussão, podendo impedir ações contrárias à preservação do monumento. Mesmo nesses casos excepcionais, eles não devem, no entanto, permanecer como estão – estratégias devem ser criadas para transformá-los em locais de "debate e reflexão sobre o objeto da obra de arte". Portanto, não é porque um monumento é valorado positivamente em termos artísticos que seu valor simbólico não deva ser discutido, como defende Roberto Dias.

A última proposta do artigo amplia o debate sobre a substituição de homenagens para os nomes de rodovias e avenidas. A troca dos nomes de logradouros passaria pelo crivo de não homenagear pessoas que reconhecidamente cometeram crimes contra a humanidade. No caso, remetendo a outros homenageados que se enquadram nesse quesito: presidentes da ditadura

brasileira. A maioria das principais vias de acesso à capital paulistana homenageiam bandeirantes ou ditadores, algo que aparece no artigo de Roberto Dias.

Quadro 106. API - Argumento Instrumental de Raciocínio Prático - Pela substituição de homenagens a bandeirantes por outros símbolos culturais

PREMISSA CIRCUNSTANCIAL (problema)	Existe uma trama histórica equivocada sobre os bandeirantes, que os homenageia no espaço público e apaga aqueles que foram oprimidos por eles – como o povo guarani, que foi massacrado nas missões.
PREMISSA de OBJETIVO (fim)	Um futuro sem homenagens a bandeirantes no espaço público é desejável.
GARANTIA MEIO-FIM (presunção)	Abrir um debate sobre a mudança dos nomes das rodovias e avenidas que homenageiam pessoas que reconhecidamente cometeram crimes contra a humanidade, homenageando outros símbolos culturais, ajudaria a remover homenagens bandeirantes do espaço público.
CONCLUSÃO (meio/proposta de ação)	Deve-se abrir um debate sobre a mudança dos nomes das rodovias e avenidas que homenageiam pessoas que reconhecidamente cometeram crimes contra a humanidade, homenageando outros símbolos culturais como Tim Maia, Adoniran Barbosa ou Marielle Franco.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021a).

…

As possibilidades de homenagens levantadas pelo autor partem de minorias representacionais, Tim Maia e Adoniran Barbosa, como negros, vindos de origens humildes e símbolos da música nacional; e Marielle Franco, mulher, negra e símbolo da luta por direitos humanos, vítima de um atentado suspeito enquanto investigava a ação de milícias no Rio de Janeiro. Esses símbolos representam a valorização de uma história plural e se aproximam do ideal de heróis que, epistemologicamente, o autor considera dignos de serem homenageados no hoje.

Vimos que o autor apresenta diversos argumentos em torno de uma defesa única: as homenagens devem ser retiradas sem que se destrua a memória. Os meios para isso são a via democrática, entendida pelo autor como fruto de um debate público que considere as diversas camadas sociais, dessa maneira, respeitando as diferenças que existem em nossa sociedade, para isso, apresenta diversas propostas de ação que poderiam contribuir para que os dois objetivos sejam alcançados.

Em resumo, elencamos abaixo os argumentos identificados ao longo do texto de Nabil Bonduki.

Quadro 107. Argumentos Internos Práticos e Epistêmicos de Nabil Bonduki

Argumentos de Raciocínio Prático	
1. API - Instrumental pela retirada da frase da Câmara Municipal de SP (implícito)	2. API - Instrumental contra a retirada da frase da Câmara Municipal de SP (refutação)
3. API - por Definição do passado bandeirante	4. API - por Valor Negativo do passado bandeirante, suas estátuas e homenagens
5. API - por Exemplo da dificuldade de se romper com o mito bandeirante	6. API - por Consequências Negativas de não haver um debate democrático sobre a remoção das estátuas
7. API - Instrumental da necessidade de desconstruir o mito bandeirante	8. API - Instrumental pelo resgate da memória de oprimidos desconstruindo a trama equivocada sobre os bandeirantes
9. API - Instrumental pela transformação das casas bandeiristas em locais de problematização de suas memórias e seus mitos	10. API - Instrumental pela substituição de Borba Gato por uma estátua em homenagem ao povo Guarani
11. API - Instrumental pela criação de locais de debate e reflexão sobre a arte, desconstruindo a narrativa bandeirante	12. API - Instrumental pela substituição de homenagens a bandeirantes por outros símbolos culturais
Argumentos de Raciocínio Epistêmico	
1. AEI - por Definição da destruição da memória (refutação)	2. AEI - por Definição do revisionismo histórico

Fonte: elaborado pela autora.

4.8 Denunciando Borba Gato e a elite paulistana, o artigo de Flávia Boggio

Flávia Boggio é a única articulista mulher em nosso *corpus*. Ela é humorista e traz para sua argumentação o uso do humor como um traço estilístico marcante, que implica uma abordagem bastante distinta dos demais artigos do *corpus*. Enquanto os outros articulistas da *Folha de S.Paulo* abordam o assunto sob um viés de seriedade, Boggio se valerá do riso como estratégia discursiva. Para isso, usará com bastante frequência recursos irônicos, metáforas e alegorias, construindo aproximações absurdas em sua denúncia sobre símbolos da cidade de São Paulo. É interessante notar que o enfoque da autora também difere significativamente dos demais por outro aspecto: o mote principal parece ser um ataque a tudo que é entendido no senso comum como parte da "identidade paulistana", que, como vimos, está bastante associada à figura dos bandeirantes.

O texto, intitulado *Derrubar Borba Gato, mistura de mau gosto com passado sombrio, é pouco,* foi publicado no dia 17 de junho de 2020, com uma semana de distância dos primeiros

artigos. O título deixa claro o ponto de vista da autora: ela se coloca contra a presença de um monumento que homenageia esse personagem histórico no espaço público, e as duas características que atribui a Borba Gato constroem um de seus principais argumentos em defesa da derrubada da estátua, que se encontra desenvolvido logo e nos primeiros parágrafos. O texto na íntegra pode ser lido a seguir.

Figura 22. Derrubar Borba Gato, mistura de mau gosto com passado sombrio, é pouco

Flávia Boggio (/colunas/flavia-boggio/)

HUMOR

Derrubar Borba Gato, mistura de mau gosto com passado sombrio , é pouco

Aquele trabuco na mão da estátua não era para caçar papagaio

17.jun.2020 às 23h15

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-boggio/2020/06/derrubar-borba-gato-mistura-de-mau-gosto-com-passado-sombrio-e-pouco.shtml>. (Acesso em 18/12/2022)

Quadro 108. Derrubar Borba Gato, mistura de mau gosto com passado sombrio, é pouco

O fato de a estátua parecer ter sido projetada por uma criança de oito anos faz a gente quase se esquecer. Borba Gato, Borba, para os frequentadores da zona sul, ou Bó, no paulistanês crônico, era um bandeirante.

Embora muitos livros de história ainda digam o contrário, os bandeirantes não foram heróis desbravadores. Ao abrir caminho nas matas brasileiras, esses sertanistas escravizavam, estupravam e assassinavam indígenas. Aquele trabuco na mão do Borba não era para caçar papagaio.

No mês passado, em um dos protestos antirracistas, manifestantes jogaram no rio de Bristol, no Reino Unido, a estátua de um famoso traficante de escravos. Na Bélgica, houve a queda da escultura de Leopoldo 2º, responsável pelo assassinato de congoleses durante a colonização.

Os atos ressuscitaram a discussão sobre o destino da estátua paulistana. Afinal, deveríamos derrubar o Borba?

Muitos defendem que estátuas ajudam a contar a nossa história. Até aí, a dengue mata milhares de pessoas e nem por isso temos uma estátua do mosquito Aedes aegypti no centro da cidade.

Mas o que faz a estátua do bandeirante ser tão polêmica, além da mancha histórica, é a total falta de senso estético. Borba, com o perdão do trocadilho, não é lá muito gato.

Se seguirmos a combinação passado sombrio com mau gosto, derrubar o Borba Gato é pouco.

Os prédios neoclássicos, também conhecidos como "neocafonas", são representantes do complexo de vira-lata do paulistano, que toma "gelato na casquetta" e batiza os filhos com nomes como Enzo e Phillipo. Junto com seu maior representante, o Espigão da marginal Pinheiros, deveriam ir ao chão.

A ponte estaiadinha, além de ligar nada a lugar algum, é símbolo da engenharia ostensiva macho-hétero-branca-sem-noção. Não aprenderam com os erros do Minhocão. Poderia ir ao chão.

Mais recentes, as lojas Havan juntam ostentação com a cafonice neoclássica e se reproduzem pelas rodovias como o coronavírus. O que dói mais é saber que foram pagas com a ajuda de sonegação de imposto, ou seja, nós pagamos por elas.

Assim como nosso conhecido Bó, deveriam ir ao chão.

Fonte: transcrição realizada pela autora a partir de Boggio (2020).

Boggio inicia seu texto deixando clara sua posição no debate. O título em conjunto com a argumentação subsequente constróem um primeiro argumento, Instrumental de Raciocínio Prático, em que um presente indesejável precisa de intervenção; a indesejabilidade da presença do monumento surge pelas características da própria estátua: (i) é feia e (ii) homenageia um bandeirante que escravizava, estuprava e assassinava indígenas. A derrubada da estátua entra, então, como uma solução prática para o problema. O esquema para esse raciocínio encontra-se a seguir.

Quadro 109. API - Instrumental Borba Gato deve cair (mau gosto e passado sombrio)

PREMISSA CIRCUNSTANCIAL (problema)	Na zona sul de São Paulo, existe no presente uma estátua feia homenageando Borba Gato, um bandeirante que escravizava, estuprava e assassinava indígenas.
PREMISSA de OBJETIVO (fim)	Ter uma cidade que homenageie personagens históricos com passado sombrio e com construções de mau gosto não é desejável.
GARANTIA MEIO-FIM (presunção)	Derrubar a estátua de Borba Gato ajudaria a remover o passado sombrio e o mau gosto das ruas de São Paulo.
CONCLUSÃO (meio/proposta de ação)	A estátua de Borba Gato deve ir ao chão.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021a).

Esse argumento é o ponto de partida da autora. Existe nele a denúncia de uma ingenuidade com relação a essa figura no espaço público, marcada pelo aspecto infantilizado do monumento em si - no trecho "parecer ter sido projetada por uma criança de oito anos" - e também pela proximidade/identificação que os paulistanos teriam com a estátua - no trecho "Borba Gato, Borba, para os frequentadores da zona sul, ou Bó, no paulistanês crônico". A autora marca até a possibilidade de um apelido advindo dessa aproximação, o que aparentemente só poderia ser fruto do desconhecimento da real atuação dos bandeirantes. Afinal, ela parece partir de um acordo, mais especificamente, da presunção de que não é esperado que nos identifiquemos com comportamentos considerados criminosos *a priori*.

A ironia contida nesse trecho surge como denúncia, colocando essa ingenuidade presumida em evidência e a ridicularizando em busca de esclarecer quem realmente foi Borba Gato. Para isso, a autora nos apresentará uma nova definição, que surge contrapondo o senso comum sobre esses personagens. Como a autora menciona, está nos livros de história que os bandeirantes foram heróis, algo que faz parte de uma educação básica estruturada em volta do projeto de atrelar a identidade dos paulistas a personagens com grande importância na construção do Brasil como nação (WALDMAN, 2018). Essa narrativa, construída na década de 1920, está sendo revisitada cem anos depois com um novo enfoque: a afirmação de que as condutas dos bandeirantes nas entradas pelo sertão brasileiro se colocam a uma distância considerável do que seria esperado para heróis. Esse processo de ressignificação é necessário porque, como vimos, houve um revisionismo que idealizou e romantizou essas figuras durante o modernismo brasileiro, em especial na reivindicação paulista pelo governo federal.

O argumento de Flávia Boggio sobre a definição de quem são os bandeirantes é epistêmico e encontra-se a seguir.

Quadro 110. AEI – por Definição dos Bandeirantes anti-heróis

PREMISSA 1	Os bandeirantes ao abrir caminho nas matas brasileiras, escravizavam, estupravam e assassinavam indígenas.
GARANTIA	Escravizar, estuprar e assassinar indígenas não são ações que caracterizam heroísmo.
CONCLUSÃO	Os bandeirantes não foram heróis.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Os bandeirantes, durante muito tempo, foram homenageados por seu papel na expansão do território nacional, em que se apagam os meios pelos quais esse triunfo foi alcançado. Hoje, no entanto, esse papel desbravador é questionado. Considerando que havia outros povos no território brasileiro e que a colonização foi um processo bastante violento, pautado na dominação ou no extermínio desses povos nativos, isso deveria ser lembrado nessa discussão. A denúncia e a ressignificação, portanto, se fazem necessárias para a discussão e aparecem no artigo da seguinte maneira: “Ao abrir caminho nas matas brasileiras, esses sertanistas escravizavam, estupravam e assassinavam indígenas. Aquele trabuco na mão do Borba não era para caçar papagaio”.

Há, nesse trecho, uma retomada da pressuposta ingenuidade com relação à figura de Borba Gato ao ironizar que a arma que acompanha o personagem em seu monumento não

estava lá para outro fim senão auxiliar nas ações violentas contra os povos originários. Esse argumento é corroborado pelos documentos levantados por Monteiro (1994), uma vez que tanto a dominação, pela escravização ou estupro, como o extermínio de povos que não aceitassem a dominação pacificamente estavam intrinsecamente atrelados à economia da época e eram produtivos para a subsistência dos colonos. Ser bandeirante era uma chance de ascensão social pela lucratividade dessa atividade. Dessa forma, seria impossível não atrelar a figura dos bandeirantes com a violência esperada para o ofício.

Construído um acordo sobre os bandeirantes não serem heróis, a autora nos levará a uma reflexão sobre as manifestações antirracistas, relatando a derrubada de estátuas ligadas ao racismo e à escravidão. Dessa maneira, contextualiza a discussão sobre a questão que busca responder: "Afinal, deveríamos derrubar Borba Gato?". Essa questão central é sucedida por um discurso relatado que será refutado por um argumento com muitas camadas. A seguir, encontra-se o trecho em questão.

> Muitos defendem que estátuas ajudam a contar a nossa história. Até aí, a dengue mata milhares de pessoas e nem por isso temos uma estátua do mosquito Aedes aegypti no centro da cidade.

O ponto-chave da argumentação deste parágrafo não está nem na aproximação entre um mosquito e um bandeirante, nem na regra da justiça, mas, sim, na refutação ao argumento de que estátuas ajudam a contar a história. Assim, o foco não está na argumentação da autora, mas na refutação do argumento de que estátuas têm em si a função de contar os acontecimentos do passado e na denúncia de que, por detrás desse argumento, há uma suposta hipocrisia. Se não é necessário que haja uma estátua para contar sobre o papel sanguinário do Aedes Aegypti em nossa história, algo que é sabido coletivamente, então estátuas não são a única maneira de se transmitir a história. Se monumentos não são salvaguardas da história deve haver outro motivo para defender a permanência da estátua do Borba Gato no espaço público, e esse motivo não está sendo dito. Esse raciocínio prático encontra-se reconstruído a seguir.

Quadro 111. API – por Regra da Justiça estátuas não contam histórias

PREMISSA 1	Defender que estátuas não devem ser retiradas do espaço público porque ajudam a contar a nossa história é hipócrita.
PREMISSA 2	Tanto Borba Gato quanto o Aedes Aegypti assassinaram pessoas, ambos fazem parte da nossa história, mas apenas o primeiro recebeu estátuas.
GARANTIA	Se duas entidades da mesma categoria (assassinos históricos) recebem tratamentos distintos, deve haver uma razão outra que permita compreender por que apenas a estátua do bandeirante ajudaria a contar a história.
CONCLUSÃO	Há outras razões para se manter a estátua de Borba Gato.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Essas supostas outras razões não são claramente mencionadas no texto, mas entendemos que estejam atreladas à identidade paulistana, outro ponto bastante explorado no texto e que será abordado de uma maneira bastante particular no próximo argumento: por avaliações estéticas.

Em sequência ao parágrafo do Aedes Aegypti, é construída uma argumentação pautada na cafonice e ostentação como marcas da identidade paulistana. Como pode ser observado na reconstrução do argumento a seguir.

> Mas o que faz a estátua do bandeirante ser tão polêmica, além da mancha histórica, é a total falta de senso estético. Borba, com o perdão do trocadilho, não é lá muito gato.
> Se seguirmos a combinação passado sombrio com mau gosto, derrubar o Borba Gato é pouco.
> Os prédios neoclássicos, também conhecidos como "neocafonas", são representantes do complexo de vira-lata do paulistano, que toma "gelato na casquetta" e batiza os filhos com nomes como Enzo e Phillipo. Junto com seu maior representante, o Espigão da marginal Pinheiros, deveriam ir ao chão.
> A ponte estaiadinha, além de ligar nada a lugar algum, é símbolo da engenharia ostensiva macho-hétero-branca-sem-noção. Não aprenderam com os erros do Minhocão. Poderia ir ao chão.
> Mais recentes, as lojas Havan juntam ostentação com a cafonice neoclássica e se reproduzem pelas rodovias como o coronavírus. O que dói mais é saber que foram pagas com a ajuda de sonegação de imposto, ou seja, nós pagamos por elas.
> Assim como nosso conhecido Bó, deveriam ir ao chão.

Quadro 112. API – por Valor da derrubada como salvação estética

PREMISSA 1	Falta de senso estético, ostentação e cafonice são negativos.
PREMISSA 2	A estátua do Borba Gato, os prédios neoclássicos, o Espigão da Marginal Pinheiros, a Ponte Estaiadinha, assim como as lojas da Havan, são símbolos da total falta de senso estético, ostentação e cafonice.
GARANTIA	Se construções são feias, ostensivas e cafonas, elas não deveriam continuar existindo no espaço público.
CONCLUSÃO	A estátua do Borba Gato, os prédios neoclássicos, o Espigão da Marginal Pinheiros, a Ponte Estaiadinha, assim como as lojas da Havan, deveriam ir ao chão.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Cria-se aqui um argumento por valor que justifica a premissa de objetivos presente no argumento inicial do texto o **API - Instrumental - Borba Gato deve cair**. É indesejável que existam construções feias, ostensivas e cafonas no espaço público, portanto é preciso que elas sejam derrubadas. Essa avaliação estética será realizada por outros argumentadores e parece ser algo bastante importante no debate. Parece haver um acordo de valor sobre a feiúra da estátua de Borba Gato e isso é mobilizado de diferentes formas, seja para abrir uma concessão ao se defender a permanência dela no espaço público, seja para justificar a retirada desse símbolo do passado bandeirante.

A defesa da estátua se manifesta em consonância com a busca por uma identidade paulistana que não é paulistana em essência, mas que busca seu valor próprio em símbolos alheios. A autora denuncia a exaltação de origens europeias na busca por uma arquitetura neoclássica, denominada "neocafona" no texto, assim como as ações de tomar "gelato na casquetta" e de batizar "os filhos com nomes como Enzo e Phillipo", marcas de raízes italianas. Essa busca por uma identidade fora das próprias origens é atrelada a uma "síndrome de vira-lata", em que, por falta de orgulho de onde se vem, é buscado em um passado atrelado a uma origem mais "nobre", que trouxesse legitimidade para se orgulhar.

A identidade paulistana é aplicada a um suposto coletivo aparentemente homogêneo composto por membros caracterizados como tendo "complexo de vira-lata", que ostentam a partir de um padrão "macho-hétero-branco-sem-noção" e que praticam "sonegação de impostos". Nesse contexto, o Espigão da Marginal Pinheiros surge como um símbolo de cafonice, a Ponte Estaiadinha como símbolo de ostentação e as lojas da Havan como símbolo de cafonice e ostentação. Todas essas construções poderiam, de acordo com a autora, serem derrubadas, juntamente com a estátua de Borba Gato.

Essa denúncia continua na necessidade de construções ostensivas que ligam "nada a lugar nenhum", sendo, portanto, inúteis. São símbolos a Ponte Estaiadinha e o Minhocão, obras que custaram muito aos cofres públicos, mas que não representam uma real melhoria na qualidade de vida dos paulistanos. Essa ostentação é marca da busca por uma identidade grandiosa, atrelada à perspectiva "macho-hétero-branco-sem-noção" em que a autoafirmação parte de uma necessidade de impressionar o outro.

Por fim, a denúncia de uma identidade paulista que não tem nada a ver com as origens é exemplificada com as lojas Havan, que juntam o neoclássico com a arquitetura macho-hétero-branco-sem-noção e ainda apresentam um outro viés que deveria ser motivo de vergonha,

jamais de orgulho, de terem sido construídas com dinheiro proveniente da sonegação de impostos, o que a autora denuncia afirmando que "nós pagamos por elas".

Em resumo, elencamos abaixo os argumentos identificados ao longo do texto de Flávia Boggio.

Quadro 113. Argumentos Internos Práticos e Epistêmicos de Flávia Boggio

Argumentos Práticos Internos	Argumentos Epistêmicos Internos
1. API - Instrumental Borba Gato deve cair	1. AEI - por Definição dos Bandeirantes anti-heróis
2. API - por Regra da Justiça estátuas não contam histórias	
3. API - por Valor da derrubada como salvação estética	

4.9 Pela remoção de monumentos malditos, o artigo de Hélio Menezes

O artigo de Hélio Menezes encontra-se na seção **Tendências e Debates** do jornal *Folha de S.Paulo*. Diferentemente dos demais, ele e Paulo César Garcez Marins não têm coluna própria no veículo de informação e foram escolhidos por 1. serem especialistas sobre o tema do debate e 2. defenderem posições opostas (sim ou não) para responder à questão **Monumentos públicos de figuras controversas da história deveriam ser retirados?**.

Hélio se posiciona pelo lado do SIM, a favor da retirada desses monumentos. O articulista é antropólogo e curador de arte do Centro Cultural de São Paulo, sendo assim uma autoridade no assunto convidada para dar sua opinião. Vale ressaltar que ele é um dos dois únicos articulistas negros de nosso *corpus*, o outro sendo Thiago Amparo.

Identificamos, no artigo de opinião, 14 argumentos, o que torna, quantitativamente, a análise deste texto bastante expressiva para nossos objetivos de compreender a mobilização regular de raciocínios para a construção do argumentário. O texto, na íntegra, encontra-se a seguir.

Figura 23. Monumentos públicos de figuras controversas da história deveriam ser retirados? SIM.

OPINIÃO HÉLIO MENEZES

Monumentos públicos de figuras controversas da história deveriam ser retirados? SIM

Mandar os malditos embora

19.jun.2020 às 23h15

EDIÇÃO IMPRESSA (https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/06/20/)

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/06/monumentos-publicos-de-figuras-controversas-da-historia-deveriam-ser-retirados-sim.shtml>. (Acesso em 26/10/2022)

Quadro 114. Monumentos públicos de figuras controversas da história deveriam ser retirados? SIM.

Na biografia que dedica ao poeta João da Cruz e Sousa, Paulo Leminski analisa a história do país e conclui: "O Brasil, qualquer transeunte sabe, foi descoberto por Cabral e fundado pela violência".

Qualquer transeunte, contudo, ao passar pela avenida Ibirapuera, em São Paulo, se depara com o monumento a Pedro Álvares Cabral, estátua que imagina o português em pose de herói descobridor, sem qualquer menção à violência genocida que compõe a biografia do homenageado, mais próxima à figura do invasor. Uma placa de granito no seu pedestal de mármore reproduz frase atribuída a Tancredo Neves, reforçando a ideia que o monumento tenta narrar visualmente: "A Portugal devemos tudo".

Vai-se embora, nessa combinação de imagem e texto, a centralidade das populações indígenas, africanas, seus descendentes e uma grande diversidade de povos na conformação do esgarçado, mas inequivocamente diverso, tecido social brasileiro.

Monumentos nem sempre são salvaguardas da história. Eles dizem mais respeito à mentalidade do contexto de suas criações, às negociações políticas e do direito à memória, que à missão de substitutos do ofício próprio dos historiadores. Sua natureza estática, contrária ao dinamismo dos processos sociais, pode gerar o efeito contrário, congelando no espaço representações de personagens e eventos que o acúmulo de pesquisas históricas, com o tempo, descreditaram como falsas, impróprias.

Essas construções, embora se imponham sobre as paisagens e sirvam não raro a legitimar narrativas excludentes, sofrem de um paradoxo: muitos só se fazem notar quando são questionados. Esses momentos revolvem a biografia —quase sempre decepcionante— dos heróis de pedra e metal, reacendendo o debate sobre as lacunas da história oficial, as histórias não contadas, as memórias apagadas. Essa justificativa, contudo, é suficiente para mantê-los de pé, reforçando imaginários coloniais e simbologias racistas em meio a nossos espaços de vida em comum?

Quando toleramos a perpetuação de imagens de colonizadores, escravistas e bandidos em geral em nossas vias, é sinal que esses espaços não são tão públicos assim; é indício forte de que privilegiamos a memória de alguns personagens em detrimento de outros. E qualquer transeunte sabe que os homenageados têm sido monotonamente escolhidos de um repertório de homens brancos, muitas vezes fardados, com o peso de biografias imorais em suas costas.

Nesses casos, é preciso mandar os malditos embora. Uma comissão composta pelo poder público e especialistas, sobretudo oriundos dos grupos cujas memórias não foram monumentalizadas, poderia ser constituída para analisar caso a caso. Pode-se mandá-los embora realocando-os em museus que os apresente criticamente; levando os exemplos extremos ao chão, num gesto extremo de reparação simbólica (e estética); pode-se confrontá-los a partir de intervenções, contramonumentos, reconfigurações que convidam à sua ressignificação "in loco" — mandando embora a maldição de sua história única. O que não se pode é deixá-los como estão; os riscos que corre essa gente à margem da cena, o horror de um progresso vazio.

Não se apaga a história ao dar a monumentos "controversos" novo destino. Se a recontextualização dessas estátuas não muda o passado, seu deslocamento informa o que já não se pode mais tolerar se almejamos, de fato, um espaço comum mais democrático, capaz de abarcar memórias plurais e de reparar as histórias jogadas para baixo do tapete da história.

Fonte: transcrição realizada pela autora a partir de Menezes (2020).

Começamos nossa análise a partir dos 3 primeiros parágrafos do texto. O primeiro argumento identificado é de **autoridade**, ou por posição de saber, em que o historiador Paulo Leminski é utilizado como uma figura de autoridade citada para respaldar o posicionamento do autor. A citação encontra-se em seu livro *Vida* (p. 36), composto de quatro biografias de heróis do ponto de vista de Leminski, dentre eles o poeta negro João da Cruz e Sousa, como aponta Menezes. O argumento de autoridade encontra-se a seguir.

Quadro 115. AEE - Autoridade por posição de saber de Paulo Leminski

PREMISSA 1	Paulo Leminski alega que "O Brasil, qualquer transeunte sabe, foi descoberto por Cabral e fundado pela violência".
PREMISSA 2	Leminski é historiador, portanto é uma fonte em posição de saber.
GARANTIA	O que a fonte em posição de saber, Leminski, assevera deve ser considerado como mais plausível.
CONCLUSÃO	O Brasil foi descoberto por Cabral e fundado pela violência.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c) e Walton, Reed e Macagno (2008).

O ponto principal desse argumento é estabelecer um acordo sobre o passado brasileiro, país descoberto por Pedro Álvares Cabral, com sua fundação marcada pela violência não apenas do processo colonial inicial, mas dos subsequentes desdobramentos do mesmo. A citação de tal enunciado apela à posição de saber que esse autor representa em busca de respaldo para a continuação do movimento lógico que será desenvolvido por Menezes. É preciso, no entanto, identificar um argumento dentro da citação, um argumento de "ato-pessoa", em que é estabelecido outro acordo, agora a respeito da figura de Cabral, caracterizada no segundo parágrafo. Esse argumento, epistêmico, encontra-se a seguir.

Quadro 116. AEI – por Interação Ato-Pessoa de Cabral Colonial

PREMISSA 1	Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil.
PREMISSA 2	A "descoberta" do Brasil marca o início do processo de colonização.
PREMISSA 3	O processo de colonização foi violento.
GARANTIA	Aquele que protagoniza um processo que é marcado por uma dada característica pode ser considerado símbolo dessa característica.
CONCLUSÃO	Cabral é um símbolo da violência colonial.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Estabelecer um entendimento de que Cabral é um símbolo da violência da colonização portuguesa no Brasil é produtivo para a sequência do articulista, que precisa desconstruir o mito de que a colonização foi positiva, estabelecendo a violência como marca intrínseca ao processo e instanciando Cabral como um símbolo desse mesmo processo, a figura que possibilitou que a coroa portuguesa possuísse as terras encontradas por aqui. A narrativa da colonização positiva encontra-se não apenas na estátua, mas na inscrição de seu pedestal, e é a mais aceita pelo senso comum pelo respaldo que a história oficial brasileira lhe confere.

A historiadora Lilia Schwarcz (2019), em seu livro "Sobre o autoritarismo brasileiro", apresenta dados sobre como a escolha de uma narrativa positivista sobre o Brasil e sua formação está nas bases do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), datada de seu primeiro concurso em 1844, e na tradição de se contar a história de uma maneira positiva, quase romanceada, sobre os feitos do passado. Segundo a autora, o uso da metáfora "de um caudaloso rio, correspondente à herança portuguesa que acabaria por "limpar" e "absorver" os pequenos confluentes das raças "índia e etiópica", representava o país a partir das singularidades e dimensão da mestiçagem de povos por aqui existentes" (2019, p. 15), defendida por Karl von Martius (1974-1868), é essencial para entender a tentativa de fazer as pazes tanto com o passado quanto com o presente brasileiros, que em realidade estava marcado por séculos do "violento sistema escravocrata" e da contínua dizimação de povos originários. De fato, a busca era por uma narrativa histórica, ou um discurso acerca dessa narrativa, que exaltasse "a criação de um passado glorioso e de uma história única, somente enaltecedora" (SCHWARCZ, 2019, p. 20). É nesse sentido que apelar para o passado glorioso da colonização é de interesse da narrativa histórica oficial, uma vez que, ao atrelar-se à história portuguesa, aos grandes feitos portugueses, marcados pela sua navegação e conquista de outros povos e outras terras, o Brasil poderia apagar um pouco de sua própria história, entendendo-a como as consequências locais desse processo, em especial a relação do Estado com as populações negras e originárias.

Dessa forma, na busca por um acordo distinto da narrativa oficial sobre a história brasileira, Menezes precisa relacionar fatos históricos que não são relacionados oficialmente, nesse caso a figura de Cabral e o início do processo de colonização e à violência intrínseca à colonização; é dessa forma que as três premissas desse argumento são essenciais para que possamos chegar a uma garantia que articule essas três afirmações, legitimando a conclusão de que Cabral é um símbolo da violência colonial.

Esse raciocínio permite a construção de um argumento subordinado de consequências negativas que denuncia a contradição da história brasileira. Ele encontra-se a seguir.

Quadro 117. API – Consequências Negativas de uma história brasileira contraditória

PREMISSA 1	Apesar de Cabral ser um símbolo da violência colonial, existe, em São Paulo, um monumento em homenagem a Pedro Álvares Cabral em pose de herói e acompanhado da inscrição "A Portugal devemos tudo".
PREMISSA 2	Se existe uma homenagem no espaço público a Cabral, que atribui o que o Brasil é apenas a Portugal, apaga-se a centralidade dos outros povos formadores do país, em especial aqueles vítimas das violências iniciadas com a colonização, como as populações indígenas, africanas, seus descendentes, etc.
PREMISSA 3	Subtrair centralidade, apagando da história do país narrativas das populações indígenas, africanas, seus descendentes e os demais povos vítimas das violências iniciadas com a colonização consiste em um resultado negativo.
GARANTIA	Deve-se evitar agir de forma a gerar resultados negativos.
CONCLUSÃO	Homenagens a símbolos do passado colonial violento do Brasil, como a estátua de Pedro Álvares Cabral, não devem continuar como estão.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Walton e Macagno (2019) e Gonçalves-Segundo e Isola-Lanzoni (2021).

Se o passado colonial foi violento e se Cabral é um símbolo tanto da colonização como da violência, como estabelecido no argumento anterior, então a existência de um monumento em sua homenagem é danosa. Em um primeiro momento, ela é danosa pela romantização do processo de colonização que esconde a violência com os povos originários focando na perspectiva portuguesa, entendendo que fazia parte do expansionismo europeu buscar terras além-mar e que o Brasil encontra-se como um dos espólios desse esforço. As narrativas dos feitos heroicos dos portugueses se mantêm na pose de Álvares Cabral e se reafirma na inscrição do pedestal que estabelece uma dívida de gratidão com Portugal, entendendo a colonização como um passo necessário para sermos uma sociedade como a de hoje. E como vimos na citação de Schwarcz (2019, 15), ligada a um apagamento de outros povos pelo "caudaloso rio da herança portuguesa".

Aqui é feita uma denúncia por Hélio Menezes das consequências negativas desse tipo de transposição identitária, que entendo aqui como atrelar a noção de identidade de um povo a outro. Ao invés de construir historicamente a identidade nacional a partir do seu próprio povo, a partir da perspectiva daqueles que fazem parte do "tecido social" brasileiro, a história oficial do Brasil constrói sua narrativa em subserviência ao povo Português. Perdem-se, assim, as narrativas dos povos do Brasil, em especial as narrativas das vítimas históricas da colonização, em especial, repito, as populações indígenas, a quem a terra pertencia antes da chegada dos portugueses e foram dizimadas em diversos sentidos desde então, e as populações negras que foram arrancadas de suas terras para trabalharem até a morte no Brasil e que, mesmo depois da

abolição do regime de escravidão, continuam em situação de vulnerabilidade social. A continuidade do sofrimento dessas populações parece ligado, aqui, à existência de homenagens a símbolos desse passado com consequências negativas ainda tão presentes em nossa sociedade, uma vez que além da violência física, lhes é negada a memória sobre sua própria história.

Em síntese, é a partir dessa reflexão que Hélio Menezes chega à sua proposta de ação, defendendo que monumentos a figuras coloniais não deveriam permanecer no espaço público. Dessa maneira, o autor expõe argumentativamente, e de partida, seu posicionamento no debate através de uma reflexão intrincada sobre identidade, representatividade e relações coloniais.

Em seu quarto parágrafo, o artigo de opinião parece rebater uma posição existente no debate, de que monumentos seriam "salvaguardas" da história, preservando e transmitindo os acontecimentos, aparentemente sem nenhum tipo de enviesamento, como um documento ou dado ao qual é possível recorrer quando se precisa de uma fonte fiel. Esse ponto de vista só é perceptível a partir da defesa do autor a um posicionamento contrário, o que pode ser visto no trecho reproduzido a seguir.

> Monumentos nem sempre são salvaguardas da história. Eles dizem mais respeito à mentalidade do contexto de suas criações, às negociações políticas e do direito à memória, que à missão de substitutos do ofício próprio dos historiadores. Sua natureza estática, contrária ao dinamismo dos processos sociais, pode gerar o efeito contrário, congelando no espaço representações de personagens e eventos que o acúmulo de pesquisas históricas, com o tempo, descreditaram como falsas, impróprias.

Dessa maneira, a argumentação busca definir o que é uma estátua e qual a sua função social e histórica, como pode ser observado no argumento reconstruído a seguir.

Quadro 118. AEI – por Definição das estátuas

PREMISSA 1	A natureza estática dos monumentos é contrária ao dinamismo dos processos sociais.
PREMISSA 2	Essa natureza congela no espaço representações de personagens e eventos que dizem mais respeito à mentalidade do contexto de suas criações, às negociações políticas e do direito à memória.
PREMISSA 3	Essas representações são desacreditadas muitas vezes pelo acúmulo de pesquisas históricas.
GARANTIA	Aquilo que é contrário ao dinamismo dos processos sociais e que congela no espaço representações de personagens e eventos que muitas vezes são desacreditadas por pesquisas históricas não pode ser considerado salvaguarda da história.
CONCLUSÃO	Monumentos não são salvaguardas da história.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Há aqui um embate entre concepções de história e sobre o papel dos patrimônios na preservação da história. Menezes entende a história como um processo social, dinâmico e plural; contraria assim a busca por uma história única, que como vimos, foi a busca de historiadores ao longo do século XX, e distinta de um congelamento de significações que seriam representados pelas estátuas. Nesse sentido, o autor se opõe à visão de história de Roberto Dias, de João Pereira Coutinho, de Hélio Schwartsman e, principalmente, de Paulo César Garcez Marins, com quem debate abertamente pela própria proposta da *Folha de S.Paulo.*

De acordo com Candau (2011), é comum a associação do conceito de patrimônio como uma espécie de "relicário da memória que se transforma em um relicário de identidade que se busca no passado" (CANDAU, 2011, p. 159). Segundo ele, a sociedade francesa é um exemplo de como um "intenso desejo de memória" (CANDAU, 2011, p.159) pode se traduzir em um "gigantesco esforço de inventário, salvaguarda, conservação e valorização dos supostos indícios de seu próprio passado, a ponto de fazer do país inteiro um imenso museu" (CANDAU, 2011, p.159). Nesse sentido, a intenção de lembrar-se de tudo, ou da maior parte do passado, produziria um impedimento de viver e narrar o presente, pois o sentido do presente estaria detido nesse passado. Sem uma possibilidade de problematização dos acontecimentos estagnados no tempo e congelados no espaço através de uma patrimonialização intensa, esquece-se que o passado conta uma versão da história, e esta versão, que se pretende única, é, na realidade, uma das muitas perspectivas acerca de eventos e personagens históricos.

Patrimônio é um termo cunhado no final do século XIX por Max Weber (1864-1920), que, segundo Schwarcz (2019) "evoca o sentido de propriedade privada [...] também sugere a importância do lugar patrimonial; isto é, do espaço individual que constantemente se impõe diante de causas públicas e comuns, e ainda completa alegando que Patrimonialismo passou a designar [...] a utilização de interesses pessoais, destituídos de ética ou moral, por meio de mecanismos públicos" (SCHWARCZ, 2019, p.65-66), como a erição de estátuas. Se a construção de patrimônios públicos está vinculada a uma perspectiva hegemônica pautada por interesses pessoais, há uma grande possibilidade de que um patrimônio não represente sua população, mas interesses ligados ao pensamento e à filiação discursiva de quem o construiu ou o considerou patrimônio.

Isto posto, voltemos à análise do texto em que Menezes, para definir o papel dos monumentos na construção histórica, e identitária, de um povo, alega que eles são contrários ao próprio dinamismo dos processos sociais, que reconhecemos como a premissa inicial da

reconstrução de seu raciocínio. A premissa 2 é reconstruída com outra afirmação do autor, de que essas construções dependem da época em que foram construídas, em especial da interpretação dada naquele momento a respeito dos homenageados e ao que eles representam. Já a premissa 3 apresenta um dado científico, que as pesquisas históricas costumam desacreditar visões de mundo congeladas em estátuas e monumentos, trazendo um peso de autoridade conferido ao conhecimento formal, à pesquisa acadêmica cuidadosa e verificável. Dessa maneira, as três premissas são reconstruídas na garantia, que as une para levar à conclusão do autor, de que monumentos não são salvaguardas da história.

Essas três premissas constituem etapas essenciais na reconstrução desse raciocínio, uma vez que desconectadas, elas podem não necessariamente levar a essa interpretação. É a união das três premissas com a garantia que permite que a conclusão lógica realize o movimento de refutação que mencionamos anteriormente. Em outras palavras, ao não acordar com a proposição de que as estátuas sejam **salvaguardas da história**, o autor se opõe a uma visão sobre os monumentos e o fazer histórico que está ligada à rejeição do patrimônio como documento histórico. Vai na esteira de Candau (2011, p. 159): "A efervescência patrimonial é a expressão de um modo de pensar retromaníaco no qual o passado é valorizado e, inclusive, venerado frequentemente por aqueles que percebem seus laços com as origens menos firmes [...]", entendendo, nesta discussão, "as origens menos firmes" como das populações historicamente vulneráveis e sem representatividade na história oficial. A partir disso, o texto nos encaminha para dois novos argumentos, que se encontram no parágrafo 5, reproduzido a seguir.

> Essas construções, embora se imponham sobre as paisagens e sirvam não raro a legitimar narrativas excludentes, sofrem de um paradoxo: muitos só se fazem notar quando são questionados. Esses momentos revolvem a biografia —quase sempre decepcionante— dos heróis de pedra e metal, reacendendo o debate sobre as lacunas da história oficial, as histórias não contadas, as memórias apagadas. Essa justificativa, contudo, é suficiente para mantê-los de pé, reforçando imaginários coloniais e simbologias racistas em meio a nossos espaços de vida em comum?

O primeiro argumento identificado no período é um argumento epistêmico de classificação verbal, ou definição, do paradoxo dos monumentos, reconstruído no quadro que segue.

Quadro 119. AEI – por Definição do paradoxo dos monumentos

PREMISSA 1	Um paradoxo é definido como algo que existe de maneira oposta a seu propósito de criação.
PREMISSA 2	Monumentos são construídos para que o passado seja lembrado.
PREMISSA 3	Embora monumentos se imponham sobre as paisagens, raramente são lembrados, se fazendo notar apenas quando sua presença é questionada.
GARANTIA	Os monumentos cumprem os aspectos recobertos pela definição de paradoxo.
CONCLUSÃO	Monumentos podem ser considerados paradoxais.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

O que chamamos aqui de **paradoxo dos monumentos** é sua capacidade de não ser lembrado, opondo-se ao seu próprio propósito de criação, não no sentido de não ativarem memórias, como é esperado de monumentos, mas de que passamos por grandes monumentos, como o de Borba Gato, o das Bandeiras, o de Cabral, e não os vemos de fato, não lembramos que eles estão ali ou por que eles estão ali. E seria apenas quando questionamos sua presença na paisagem que esse monumento exerce sua função rememorativa, desencadeando discussões, não raro polêmicas, como essa que estamos analisando, sobre o seu significado e representação ideológica.

O autor resvala em uma polifonia, ao construir essa "justificativa" como suficiente para manter os monumentos em pé ou onde/como estão. Não está explicitada qual é a justificativa, mas é possível depreender de textos contrários à remoção de estátuas, em especial no artigo de seu par no debate proposto pela *Folha*, Paulo César Garcez Marins (que veremos em breve), que seria importante manter as estátuas pela sua possível função de rememorar, ou seja, um símbolo fixo que é capaz de exercer essa função em alguns momentos. Está claro, no entanto, que essa não é a posição de Hélio Menezes e, dessa forma, estabelecer o conceito de paradoxo parece essencial para que o autor argumente sobre as consequências negativas da permanência desses monumentos no espaço público, que segue.

Quadro 120. API – Consequências Negativas da manutenção dos monumentos no espaço público

PREMISSA 1	Se monumentos homenageando personagens racistas e colonialistas forem mantidos, há um reforço de imaginários coloniais e simbologias racistas em meio a nossos espaços públicos de vida em comum.
PREMISSA 2	Um reforço de imaginários coloniais e simbologias racistas em meio a nossos espaços públicos de vida em comum consiste em um resultado negativo (do ponto de vista do agente).
GARANTIA	Deve-se evitar agir de forma a gerar resultados negativos.
CONCLUSÃO	Monumentos homenageando personagens racistas e colonialistas não devem ser mantidos como estão no espaço público.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Walton e Macagno (2019) e Gonçalves-Segundo e Isola-Lanzoni (2021).

Para a reconstrução do argumento, extrapolamos os limites do parágrafo estabelecendo um diálogo com a resposta à questão principal do texto: se os monumentos devem continuar no espaço público. Esse diálogo implica assumir que a pergunta de H. Menezes, ao final do parágrafo – "Essa justificativa, contudo, é suficiente para mantê-los de pé, reforçando imaginários coloniais e simbologias racistas em meio a nossos espaços de vida em comum?" –, seja uma pergunta retórica. O autor não concorda com a justificativa, nem com a possibilidade de se reforçar imaginários coloniais e simbologias racistas, entendidas aqui como negativas, e que a permanência dos monumentos em discussão no espaço público promoveria justamente esses objetivos indesejáveis. Reforça-se assim a posição de Menezes em ser contra a permanência de estátuas racistas e colonialistas no espaço público, como defendido na sequência de argumentos dos três primeiros parágrafos.

As consequências negativas são desenvolvidas no parágrafo seguinte, no qual as críticas aos monumentos em questão se intensificam. O trecho encontra-se a seguir.

> Quando toleramos a perpetuação de imagens de colonizadores, escravistas e bandidos em geral em nossas vias, é sinal que esses espaços não são tão públicos assim; é indício forte de que privilegiamos a memória de alguns personagens em detrimento de outros. E qualquer transeunte sabe que os homenageados têm sido monotonamente escolhidos de um repertório de homens brancos, muitas vezes fardados, com o peso de biografias imorais em suas costas.

Esse parágrafo é, antes de tudo, uma denúncia da narrativa hegemônica da história oficial e demonstra uma resistência à imposição de uma história única, apresentando dois argumentos por sinal do que significa a manutenção das estátuas para aqueles que não estão incluídos de maneira honrosa na história oficial. Os argumentos encontram-se a seguir.

Quadro 121. AEI – por Sinal de espaços não públicos

PREMISSA 1	Quando toleramos a perpetuação de imagens de colonizadores, escravistas e bandidos em geral em nossas vias, é sinal que esses espaços não são tão públicos assim.
GARANTIA	É verdadeiro que toleramos a perpetuação de imagens de colonizadores, escravistas e bandidos em geral em nossas vias.
CONCLUSÃO	É verdadeiro que os espaços (públicos brasileiros) não são tão públicos assim.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Quadro 122. AEI – por Sinal de memórias privilegiadas

PREMISSA 1	Quando toleramos a perpetuação de imagens de colonizadores, escravistas e bandidos em geral em nossas vias, é indício forte de que privilegiamos a memória de alguns personagens em detrimento de outros.
GARANTIA	É verdadeiro que toleramos a perpetuação de imagens de colonizadores, escravistas e bandidos em geral em nossas vias.de
CONCLUSÃO	Portanto, é verdadeiro que privilegiamos a memória de alguns personagens em detrimento de outros.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

O primeiro argumento por sinal propõe um acordo sobre o espaço público brasileiro não ser "tão público assim", ou seja, apesar de se configurar em patrimônio público, ele relega uma considerável parcela da população à negação de sua perspectiva histórica, de sua memória e à convivência com símbolos de um sofrimento iniciado no passado, mas ainda presente. Retoma-se aqui a perspectiva de patrimonialismo de Schwarcz (2019), com o uso individual do aparato público para promover uma perspectiva específica do coletivo. O que leva ao segundo sinal, de que existem memórias privilegiadas por essas narrativas, por monumentos e pela história oficial, que criam uma segunda categoria, das memórias não privilegiadas, daquelas que não se encontram na paisagem e que sobrevivem no subsolo, as **memórias de subsolo** de Jelín (2002).

O texto se encaminha no parágrafo seguinte a uma série de propostas de ação para mudar esse presente indesejável, com diversos argumentos instrumentais de raciocínio prático que instanciam o que não se pode aceitar no presente, ou seja, a presença dessas estátuas, quem e o que elas representam, além de várias possibilidades mudar essa realidade.

Nesses casos, é preciso mandar os malditos embora. Uma comissão composta pelo poder público e especialistas, sobretudo oriundos dos grupos cujas memórias não foram monumentalizadas, poderia ser constituída para analisar caso a caso. Pode-se mandá-los embora realocando-os em museus que os apresente criticamente; levando os exemplos extremos ao chão, num gesto extremo de reparação simbólica (e estética); pode-se confrontá-los a partir de intervenções, contramonumentos, reconfigurações que convidam à sua ressignificação "in loco" —mandando embora a maldição de sua história única. O que não se pode é deixá-los como estão; os riscos que corre essa gente à margem da cena, o horror de um progresso vazio.

A primeira proposta de ação encontra-se defendida no argumento a seguir, em que a proposta é racionalizar o problema, criando uma comissão técnica que possa contribuir para a avaliação de cada caso em específico e garantir que o debate traga justiça social, principalmente para aqueles que ficaram à margem da história, com representantes dos "grupos cujas memórias não foram monumentalizadas". Essa proposta foca na reparação histórica para os grupos sub-representados.

Quadro 123. API – Instrumental pela composição de uma comissão de avaliação

PREMISSA CIRCUNSTANCIAL (problema)	Existe no presente estátuas de personagens históricos ligados à colonização e ao racismo, considerada inaceitável, que não pode ou não deve ser mantida.
PREMISSA de OBJETIVO (fim)	A situação futura de um espaço público mais democrático e igualitário é desejável.
GARANTIA MEIO-FIM (presunção)	Criar uma comissão composta pelo poder público e especialistas, sobretudo oriundos dos grupos cujas memórias não foram monumentalizadas, poderia ser constituída para analisar caso a caso incidirá positivamente na situação presente levando a um espaço público mais democrático e igualitário.
CONCLUSÃO (meio/proposta de ação)	Criar uma comissão composta pelo poder público e especialistas, sobretudo oriundos dos grupos cujas memórias não foram monumentalizadas, para analisar caso a caso.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021a).

A segunda proposta encaminha para a possibilidade de se preservar essas memórias em uma instituição que tem como principal objetivo justamente rememorar, a preservação de registros históricos, evitando-se que se apaguem as perspectivas hegemônicas de forma a promover um debate, no caso, em um museu, em que os monumentos estejam contextualizados e sejam apresentados criticamente, promovendo a reflexão sobre esse passado e a observação de suas reminiscências no presente.

Quadro 124. API – Instrumental pela realocação das estátuas em museus

PREMISSA CIRCUNSTANCIAL (problema)	Existe no presente estátuas de personagens históricos malditos ligados à colonização e ao racismo, considerada inaceitável, que não pode ou não deve ser mantida.
PREMISSA de OBJETIVO (fim)	A situação futura de um espaço público mais democrático e igualitário é desejável.
GARANTIA MEIO-FIM (presunção)	Realocar esses monumentos em museus que os apresentem criticamente incide positivamente na situação presente levando a um espaço público mais democrático e igualitário.
CONCLUSÃO (meio/proposta de ação)	Os monumentos deveriam ser realocados em museus que os apresentem criticamente.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021a).

A derrubada de estátuas aparece como a terceira proposta, aplicável, segundo o autor, em casos extremos. Nesses casos, derrubar o monumento serve a um propósito maior, o de promover justiça, uma reparação simbólica. O autor ainda dialoga com um argumento que vimos em Flávia Boggio e Roberto Dias, de que existe uma perspectiva estética a respeito das estátuas, mas não está claro neste texto se o autor se refere à estátua de Borba Gato, como nos outros dois articulistas. É interessante perceber, a despeito disso, que a avaliação estética é um critério repetido na argumentação sobre a manutenção ou não de monumentos. Sendo assim, as estátuas são entendidas como campo de batalha e que o que representam pode ser discutido e avaliado, que a representação do passado pode ser alterada de acordo com o curso da história, não apenas a serviço de quem está no poder, mas também para apresentar perspectivas relegadas.

Quadro 125. API – Instrumental pela derrubada de estátuas como reparação

PREMISSA CIRCUNSTANCIAL (problema)	Existe no presente estátuas de personagens históricos malditos ligados à colonização e ao racismo, considerada inaceitável, que não pode ou não deve ser mantida.
PREMISSA de OBJETIVO (fim)	A situação futura de um espaço público mais democrático e igualitário é desejável.
GARANTIA MEIO-FIM (presunção)	Derrubar estátuas de exemplos extremos, num gesto extremo de reparação simbólica (e estética), incide positivamente na situação presente levando a um espaço público mais democrático e igualitário.
CONCLUSÃO (meio/proposta de ação)	Estátuas de exemplos extremos devem ser derrubadas em um gesto de reparação simbólica (e estética).

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021a).

A última proposta de ação apresenta ainda uma outra possibilidade, a da construção de contramonumentos, sem a retirada das estátuas, mas com a indicação de que existem tensões a respeito do monumento e outras perspectivas que devem ser problematizadas e levadas em consideração. Aqui o autor cede de seu posicionamento a respeito da presença de estátuas de figuras controversas abrindo lugar para que exista uma convivência entre perspectivas no espaço público, para que a complexidade da discussão esteja também representada visualmente.

Quadro 126. API – Instrumental pela construção de contramonumentos

PREMISSA CIRCUNSTANCIAL (problema)	Existe no presente estátuas de personagens históricos malditos ligados à colonização e ao racismo, considerada inaceitável, contando uma história única que não pode ou não deve ser mantida.
PREMISSA de OBJETIVO (fim)	A situação futura de um espaço público mais democrático e igualitário é desejável.
GARANTIA MEIO-FIM (presunção)	Confrontar esses monumentos a partir de intervenções, contramonumentos ou reconfigurações que convidam à sua ressignificação *in loco* incide positivamente na situação presente levando a um espaço público mais democrático e igualitário.
CONCLUSÃO (meio/proposta de ação)	Esses monumentos deveriam ser confrontados a partir de intervenções, contramonumentos ou reconfigurações que convidam à sua ressignificação *in loco*, mandando embora a percepção de uma história única.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021a).

Em todos esses argumentos, o objetivo é o mesmo: a criação de uma situação futura em que o espaço público seja mais democrático e igualitário, ou seja, que represente melhor a população plural que nele convive. O parágrafo encerra-se com o desenho de uma consequência negativa caso nenhuma dessas possibilidades seja adotada, caso nada seja feito.

Quadro 127. API – Consequências Negativas da manutenção dos monumentos no espaço público

PREMISSA 1	Se os monumentos homenageando personagens históricos racistas e colonialistas continuarem como estão no espaço público, as vítimas históricas desses personagens correm um grande risco, além de representarem o horror de um progresso vazio.
PREMISSA 2	Que vítimas históricas de racistas e colonialistas continuem em risco e o horror de um progresso vazio consistem em um resultado negativo (do ponto de vista do agente).
GARANTIA	Deve-se evitar manter monumentos homenageando personagens históricos racistas e colonialistas no espaço público evitando-se resultados (risco a vítimas históricas e o horror de um progresso vazio) negativos.
CONCLUSÃO	Monumentos homenageando personagens históricos racistas e colonialistas não podem continuar como estão no espaço público.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Walton e Macagno (2019) e Gonçalves-Segundo e Isola-Lanzoni (2021).

A consequência negativa é a existência de uma história única, que apresente apenas uma versão sobre si mesma, uma única perspectiva e que, dessa forma, indique o que o autor chama de “progresso vazio”. Progresso porque existe uma evolução dos acontecimentos históricos, porém vazio, pois não supera as dificuldades do passado, no caso, o racismo e o colonialismo, que vêm acompanhados de suas consequências no presente.

O argumento de consequências negativas da manutenção dos monumentos no espaço já apareceu anteriormente em nossa análise, correspondendo ao Quadro 117. Nesta análise, privilegiamos a continuidade do raciocínio do autor, mas encontramos aqui um argumento que se repete no próprio texto, demonstrando uma fração do argumentário através dos esquemas argumentativos que, embora possam mudar textualmente, envolvem um mesmo raciocínio. É importante essa repetição de argumentos para este texto, pois é uma reafirmação do posicionamento do autor que epistemicamente se volta contra todo um fluxo histórico e narrativo acerca do assunto. Há uma espécie de urgência na reescrita dos acontecimentos, não como revisionismo histórico, que não é sequer mencionado no texto, mas como reparação social que promova a igualdade e a democracia.

Alinhado à sua defesa, o último parágrafo apresenta as consequências positivas da recontextualização desses símbolos na paisagem.

> Não se apaga a história ao dar a monumentos "controversos" novo destino. Se a recontextualização dessas estátuas não muda o passado, seu deslocamento informa o que já não se pode mais tolerar se almejamos, de fato, um espaço comum mais democrático, capaz de abarcar memórias plurais e de reparar as histórias jogadas para baixo do tapete da história.

Há uma refutação, polifonicamente construída, a um argumento que parece circundar a discussão: o de que dar outro destino a monumentos controversos equivale a apagar a história, ou seja, à prática de revisionismo histórico. Aqui esse argumento é confrontado apenas pela sua negação, uma vez que o posicionamento do autor a respeito do assunto foi defendido extensamente ao longo do texto.

Quadro 128. API – Consequências Positivas de dar novo destino a monumentos "controversos"

PREMISSA 1	Se os monumentos homenageando personagens históricos racistas e colonialistas receberem novo destino, seu deslocamento informa o que já não se pode mais tolerar se almejamos, de fato, um espaço comum mais democrático, capaz de abarcar memórias plurais e de reparar as histórias jogadas para baixo do tapete da história.
PREMISSA 2	Informar o que já não se pode mais tolerar se almejamos, de fato, um espaço comum mais democrático, capaz de abarcar memórias plurais e de reparar as histórias jogadas para baixo do tapete da história consistem em um resultado positivo (do ponto de vista do agente).
GARANTIA	Deve-se agir de forma a gerar resultados positivos.
CONCLUSÃO	Monumentos homenageando personagens históricos racistas e colonialistas devem receber novo destino

Fonte: elaborado pela autora a partir de Walton e Macagno (2019) e Gonçalves-Segundo e Isola-Lanzoni (2021).

Aqui, percebemos que o autor não está falando mais unicamente em derrubar estátuas de figuras controversas, mas em dar a elas novo destino, a partir das diversas possibilidades elencadas nos argumentos práticos instrumentais. E apresenta o que significa, para ele, a recontextualização através de um viés positivo: ela indicaria o que não se pode mais tolerar, o que se deve fazer se de fato existe a busca por um espaço comum mais democrático, indica que, como sociedade, podemos abarcar a pluralidade do nosso tecido social e, ainda, reparar os danos causados por uma história única, que silenciou e apagou diversas outras. A garantia desse argumento é que se o resultado é positivo, então isso é razão o suficiente para que a ação seja realizada.

O termo "controversos" encontra-se entre aspas modalizando a própria proposta do debate, afinal o autor está respondendo à pergunta "Monumentos públicos de figuras controversas da história deveriam ser retirados?". Essa modalização do discurso da *Folha* indica que o autor não concorda que nem as figuras que representam, nem os monumentos em si sejam controversos, mas sim racistas, colonialistas e excludentes, como defende ao longo do texto. Caracterizar como controverso algo que deveria ser visto como negativo apaga ou, pelo menos, mantém a dúvida sobre a negatividade atrelada ao objeto, o que, nesse caso, implica em uma manutenção do processo histórico de negação da violência desses personagens históricos em nome de uma narrativa oficial positivista. Como alega Schwarcz (2019, p. 20), "Histórias de claro impacto e importância em seu contexto ganham outra dimensão quando escapam do momento histórico que as viu nascer e passam a fazer parte da lógica do senso comum ou se transformam em retórica nacional". Essa reflexão indica que mesmo a proposta da *Folha* encerra em si uma dificuldade de romper com o contínuo processo denunciado por

Schwarcz (2019, p. 15) de tentar fazer “as pazes” com a história brasileira passada e contemporânea, buscando apaziguar os intensos conflitos sociais e mascarando-os como uma controvérsia.

Em resumo, elencamos abaixo os argumentos identificados ao longo do texto de Hélio Menezes.

Quadro 129. Argumentos Internos Práticos e Epistêmicos de Hélio Menezes

Argumentos Práticos	Argumentos Epistêmicos
1 - API - Consequências Negativas de uma história brasileira contraditória	1 - AEE – Autoridade por posição de saber de Leminski
2 - API - Consequências Negativas da manutenção dos monumentos no espaço público	2 - AEI – por Interação Ato-pessoa - Cabral colonial
3 - API - Instrumental - comissão de avaliação	3 - AEI – por Definição das estátuas
4 - API - Instrumental - realocação em museus	4 - AEI – por Definição do paradoxo dos monumentos
5 - API - Instrumental - derrubar estátuas	5 - AEI - por Sinal de espaços não públicos
6 - API - Instrumental - construção de contramonumentos	6 - AEI - por Sinal de memórias privilegiadas
7 - API - Consequências Positivas de dar novo destino a monumentos “controversos”	

4.10 Pela promoção da consciência, o artigo de Paulo César G. Marins

Participando da seção Tendências e Debates da Folha, Paulo César Garcez Marins defende um posicionamento contrário à retirada de estátuas de figuras controversas da história. Ambos os textos desse debate especial foram publicados no dia 19 de junho de 2020, 9 dias depois da primeira publicação sobre a temática das estátuas. Paulo Marins é historiador e docente do Museu Paulista da USP – ou Museu do Ipiranga –, sendo, portanto, outro especialista na área que dará seu parecer técnico/teórico sobre a discussão. O texto encontra-se reproduzido na íntegra a seguir.

Figura 24. Monumentos públicos de figuras controversas da história deveriam ser retirados? NÃO.

OPINIÃO PAULO CÉSAR GARCEZ MARINS

Monumentos públicos de figuras controversas da história deveriam ser retirados? NÃO

Mantê-los é chaga aberta, que pode provocar a consciência

19.jun.2020 às 23h15

EDIÇÃO IMPRESSA (https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/06/20/)

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/06/monumentos-publicos-de-figuras-controversas-da-historia-deveriam-ser-retirados-nao.shtml> (Acesso em 27/10/2022)

Quadro 130. Monumentos públicos de figuras controversas da história deveriam ser retirados? NÃO.

Erguer monumentos que enaltecem líderes políticos e personagens históricos é uma prática antiga no mundo ocidental. As raízes desse costume surgiram ainda na Antiguidade, sendo um exemplo a estátua equestre do imperador romano Marco Aurélio, única remanescente em bronze que restou dos muitos monumentos da cidade de Roma.

Durante o Renascimento, a prática foi retomada com vigor a partir das cidades italianas, espalhando-se pelas monarquias vizinhas e chegando mesmo à América Durante o século 19, a disseminação do poder das burguesias e das construções memoriais românticas expandiu enormemente a quantidade de personagens a serem homenageadas.

Os monumentos foram então implantados aos milhares, em bronze e mármore, numa ação regularmente imposta às populações urbanas por lideranças governamentais, que utilizavam as novas avenidas, praças e parques para celebrar heróis —quase sempre homens— que deveriam definir a identidade das jovens nações republicanas ou monárquico-parlamentaristas.

O uso de monumentos escultóricos atingiu, então, sua escala máxima de disseminação no Ocidente, processo que chegou ao Brasil ainda em meados do século 19, quando se inaugurou a estátua equestre de Pedro 1º no Rio de Janeiro, em 1862.

A função celebrativa e rememorativa desses monumentos, dedicados a líderes muitas vezes controversos e representativos de parcelas diminutas da população, atraiu com frequência, e compreensivelmente, a fúria popular.

As diversas estátuas equestres dos reis Bourbons foram todas destruídas durante a Revolução Francesa, assim como também caiu em Nova York aquela que homenageava o rei Jorge 3º, num dos mais famosos episódios do processo de independência das 13 colônias inglesas na América.

Os numerosos cemitérios de estátuas dedicadas a Lênin, Stálin e Marx nas antigas repúblicas soviéticas são outro testemunho dessa fúria, que se prolongou ao Iraque pós-Saddam Hussein e, agora, às cidades em que monumentos a personagens ligados ao tráfico de escravos ou ao racismo são atacados ou destruídos.

Rememorar é a razão por que tais evocações em metal e pedra foram erguidas. Esquecer pode ser a saída para sua sobrevivência polêmica e incômoda?

Nossas cidades têm sido palco de diversas contestações a personagens cada vez mais controversos, como os bandeirantes paulistas. A memória de Borba Gato, no bairro de Santo Amaro, em São Paulo, foi julgada publicamente em 2008, numa intervenção que contestava o sertanista e também sua estátua.

Já o célebre Monumento às Bandeiras, no parque Ibirapuera, vem sendo alvo de pichações e banhos de tinta com certa frequência, como a que ocorreu em 2013.

Destruir essas imagens ou remover seus fragmentos para museus eliminaria uma presença desafiadora, que pode e deve servir para discutir o perigoso poder das imagens e da mitificação de personagens históricos nas sociedades contemporâneas.

A cúpula Genbaku, em Hiroshima, os campos de concentração de Auschwitz e o cais carioca do Valongo são construções que permanecem como lembrança do que não se pode repetir e do que jamais pode ser esquecido.

Esculturas públicas — quase todas homenageando personagens que guardam em sua biografia dubiedades éticas — sugerem um igual desafio. Mantê-las é permitir uma chaga aberta, que pode provocar a consciência permanentemente.

Fonte: transcrição realizada pela autora a partir de Marins (2020).

O movimento argumentativo do autor é formado, principalmente, de argumentações por exemplos. Esses exemplos são mobilizados em diferentes blocos, cada um com defesas próprias, porém, como veremos adiante, há um objetivo central em comum. Nossa primeira análise compreende os parágrafos de 1 a 4, que buscam demonstrar como a prática de erguer estátuas é antiga, faz parte da cultura humana desde tempos remotos. Reproduzimos a reconstrução do argumento a seguir.

Quadro 131. AEI – por Exemplos da erição de estátuas como prática histórica

PREMISSA 1	As raízes da erição de estátuas surgiram ainda na Antiguidade, sendo um exemplo a estátua equestre do imperador romano Marco Aurélio.
PREMISSA 2	Durante o Renascimento, a prática foi retomada com vigor a partir das cidades italianas, espalhando-se pelas monarquias vizinhas e chegando mesmo à América.
PREMISSA 3	Durante o século 19, a disseminação do poder das burguesias e das construções memoriais românticas expandiu enormemente a quantidade de personagens a serem homenageadas.
PREMISSA 4	O uso de monumentos escultóricos atingiu, então, sua escala máxima de disseminação no Ocidente, processo que chegou ao Brasil ainda em meados do século 19, quando se inaugurou a estátua equestre de Pedro 1º no Rio de Janeiro, em 1862.
GARANTIA	Erguer monumentos que enaltecem líderes políticos e personagens históricos é uma prática antiga no mundo ocidental.
CONCLUSÃO	A prática de erição de monumentos é antiga e contínua ao longo da história.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

O autor inicia seu texto apresentando um percurso histórico, trazendo primeiramente o exemplo da estátua do imperador romano Marco Aurélio, seguindo para o renascimento da atividade de erguer estátuas no século XV, sucedido pelo *boom* dessa prática no século XIX e conclui com a primeira estátua erguida no Brasil, datada de 1862.

O Império Romano parece um bom ponto de partida para a argumentação do autor, visto que é a partir deste período que monumentos em cobre passaram a ser possíveis, gerando uma considerável gama de estátuas e construções exaltando seus líderes e a grandeza do

império. Aparentemente, junto com a queda de Roma, a atividade de erguer estátuas estaciona, principalmente pela iconoclastia, ou a adoração de imagens, ser condenada pelo cristianismo em ascensão na Europa. Nas palavras de Martins (2013):

> Na história do Ocidente os romanos foram os primeiros a utilizar a estátua equestre, em escala heroica permitida pelo bronze eles enfatizavam o poder dos imperadores. Nas últimas fases do império, depois da conversão do Império Romano ao catolicismo e na Idade Média, muitas dessas estátuas foram derretidas por pensarem que estas instigavam o culto aos ídolos pagãos. Após a queda do Império Romano no Ocidente a estátua eqüestre vai desaparecendo junto ao hábito de idolatrar generais e suas conquistas sangrentas. (MARTINS, 2013, p. 4)

Dessa maneira, o período conhecido como Renascimento ligado a um culto ao período clássico, no século XV, renova a prática de erigir monumentos. A estátua equestre de Marco Aurélio é um símbolo romano utilizado como inspiração para diversas estátuas de personagens históricos montados a cavalo, uma vez que a cópia era tida como um objetivo do ensino artístico (MARTINS, 2013).

O século XIX é apresentado como o período de maior atividade da construção de homenagens, muito ligado ao romantismo e ao poder econômico da burguesia em ascensão. E é nesse contexto que a estátua de Dom Pedro I, montado em seu cavalo, é erguida no Rio de Janeiro, ex-capital do Império Brasileiro. A grandiosidade da estátua brasileira é inspirada, assim como muitas outras espalhadas pelo continente europeu, na mesma estátua equestre de Marco Aurélio, primeiro exemplo citado por Garcez Marins. Dessa forma, sua exemplificação conecta o presente brasileiro ao passado clássico, às primeiras estátuas possíveis em bronze e a uma tradição. Essa linha do tempo também permite que o articulista demonstre seu repertório sobre o assunto, favorecendo a construção do seu *ethos* de especialista.

Figura 25. Estátua equestre de D. Pedro I no Rio de Janeiro e Estátua equestre de Marco Aurélio no museu Capitolino

Fontes: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Est%C3%A1tua_equestre_de_D._Pedro_I> (Acesso em 5 jan. 2023) e <https://br.pinterest.com/pin/322429654567913673/> (Acesso em 5 jan. 2023)

A primeira estátua brasileira foi erguida a pedido de Haddock Lobo (1817-1869), alegando à câmara no dia 07 de setembro de 1854, aniversário da independência do Brasil que a estátua seria necessária para saldar "a dívida sagrada da nação brasileira com aquele que a tornou livre, o príncipe herói, de ações exemplares, a quem os brasileiros deveriam ser eternamente gratos – D. Pedro I" (MOURA, 2016, p. 1248).

Buscando associar D. Pedro I a seus antepassados europeus (RIBEIRO, 1999) e atrelando o heroísmo da independência da nação brasileira a um imperador, a erição da estátua no Rio de Janeiro não foi pacífica, sendo alvo de polêmicas e disputas interpretativas mesmo em sua inauguração.

> A inauguração e a exposição pública da estátua do imperador provocaram reações que traduzem dimensões da apropriação pública da imagem. No dia da inauguração um poema de Luiz Vicente de-Simoni foi apresentado, associando Pedro I e Tiradentes numa combinação especial que não contrapunha os dois personagens da história nacional. A sobreposição era reforçada pelo fato de que o logradouro em que se instalou a imagem do imperador foi o lugar do martírio do herói da Inconfidência Mineira. Um fio condutor da história era articulado por meio da lembrança do passado. Nas páginas do Diário do Rio de Janeiro, no dia da inauguração Teophilo Benedicto Ottoni, por sua vez, manifestava sua oposição à iniciativa de promoção da estátua, considerando que Pedro I não era digno da homenagem, colocando o personagem assim no centro de controvérsia histórica. Ottoni questionava o fato de que a independência não era obra de um único nome, sublinhava o fato de que a Constituição foi obra outorgada e não uma construção da Assembleia

> Constituinte, e levantava a hipótese de que o processo de abdicação foi antes um ato popular liderado pelo partido liberal. (KNAUSS, 2010)

Essa polêmica na própria inauguração da primeira estátua brasileira demonstra como o debate sobre as representações da história no espaço público datam da própria constituição de um Brasil independente. Parece haver uma continuidade do debate acerca de que narrativas buscamos contar como sociedade e sobre quem seriam nossos heróis. Apesar da argumentação do articulista não apresentar as tensões em torno da construção de estátuas, encontramos em relatos históricos uma continuidade do debate público sobre elas, debate esse que reforça a percepção de que monumentos em homenagem a personagens históricos não constituem um ponto pacífico.

O segundo argumento do artigo de opinião encontra-se nos parágrafos 5, 6 e 7 reproduzidos a seguir.

> A função celebrativa e rememorativa desses monumentos, dedicados a líderes muitas vezes controversos e representativos de parcelas diminutas da população, atraiu com frequência, e compreensivelmente, a fúria popular.
>
> As diversas estátuas equestres dos reis Bourbons foram todas destruídas durante a Revolução Francesa, assim como também caiu em Nova York aquela que homenageava o rei Jorge 3º, num dos mais famosos episódios do processo de independência das 13 colônias inglesas na América.
>
> Os numerosos cemitérios de estátuas dedicadas a Lênin, Stálin e Marx nas antigas repúblicas soviéticas são outro testemunho dessa fúria, que se prolongou ao Iraque pós-Saddam Hussein e, agora, às cidades em que monumentos a personagens ligados ao tráfico de escravos ou ao racismo são atacados ou destruídos.

Nesse trecho, o autor nos apresenta a fúria popular contra estátuas após elas estarem erguidas. Parece importante ressaltar que, para o autor, a construção de estátuas estaria atrelada a uma espécie de consenso presente na época em que foi erguida, partindo da racionalidade e do acordo social sobre a figura representada. Essa perspectiva se opõe, na argumentação do autor, a essa nova sequência argumentativa, que apresenta derrubada de monumentos pautada pela fúria, pela irracionalidade, pelo fervor *a posteriori*. No entanto, como vimos anteriormente no caso da estátua de D. Pedro, o debate, o questionamento, a revolta e a fúria podem fazer parte da própria construção do monumento.

Candau (2011) se opõe às visões **holísticas**, ou totalitárias, do passado, alegando que elas homogeneízam as sociedades e, assim, podem apagar as divergências, as tensões e a pluralidade de pensamento e visões de mundo de um período, levando à compreensão de uma história única, o que normalmente equivale à perspectiva hegemônica que terá o respaldo

oficial. No caso da estátua brasileira, considerar que foi construída a partir de um consenso pacífico atrela a visão de história do articulista a essa percepção holística que condena Candau.

Voltando ao argumento, Garcez Marins cria uma linha do tempo trazendo exemplos de estátuas que foram repudiadas *a posteriori* unindo acontecimentos através dos séculos em um único movimento. Entrelaça, assim, a derrubada das estátuas dos Burbons na Revolução Francesa, a derrubada da estátua de Jorge III na independência dos EUA, a derrubada das estátuas de Lênin, Stálin e Marx ao fim da União Soviética e a derrubada de estátuas de Saddam Hussein no Iraque, após sua deposição, com esse novo movimento de derrubada de monumentos em 2020, tendo agora como alvo personagens ligados ao tráfico de escravos e ao racismo. Existe, assim, para o autor, um movimento de continuação entre esses exemplos. A reconstrução do argumento do autor encontra-se a seguir.

Quadro 132. AEI – por Exemplos da fúria popular contra estátuas

PREMISSA 1	As diversas estátuas equestres dos reis Bourbons foram todas destruídas durante a Revolução Francesa
PREMISSA 2	Também caiu em Nova York aquela estátua que homenageava o rei Jorge 3º, num dos mais famosos episódios do processo de independência das 13 colônias inglesas na América.
PREMISSA 3	Os numerosos cemitérios de estátuas dedicadas a Lênin, Stálin e Marx nas antigas repúblicas soviéticas são outro testemunho dessa fúria.
PREMISSA 4	São outro testemunho dessa fúria a derrubada de estátuas no Iraque pós-Saddam Hussein
PREMISSA 5	Agora, monumentos a personagens ligados ao tráfico de escravos ou ao racismo são atacados ou destruídos.
GARANTIA	Monumentos dedicados a líderes controversos e representativos de parcelas diminutas da população atraem com frequência a fúria popular.
CONCLUSÃO	A fúria popular contra estátuas é comum e frequente ao longo da história

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Os exemplos apresentados constroem uma alegação algo parecida com a constatação de Levinson (2018) em seu livro *Public monuments in changing societies*: estátuas são alvo de questionamentos, derrubadas, depredações ou mesmo podem ter o significado alterado em períodos de intensa mudança política e social. É interessante notar que, ao contrário dos movimentos antirracistas de 2020, os demais eventos citados pelo autor equivalem a mudanças de governo ou revoluções que alteraram drasticamente o curso da história. A fúria popular contra esses monumentos veio acompanhada de uma nova ordem social em que a presença de

líderes passados seria incômoda e retirada violentamente do espaço público. Outra observação sobre os exemplos é que, em geral as derrubadas estão atreladas ao contexto local e particular de um país, enquanto o movimento do *Black Lives Matter* está atrelado a uma demanda mundial antirracista e anticolonialista.

O terceiro argumento da série também é por exemplo e apresenta, nos parágrafos 9 e 10, uma nova continuidade: a da revolta com as estátuas de bandeirantes.

> Nossas cidades têm sido palco de diversas contestações a personagens cada vez mais controversos, como os bandeirantes paulistas. A memória de Borba Gato, no bairro de Santo Amaro, em São Paulo, foi julgada publicamente em 2008, numa intervenção que contestava o sertanista e também sua estátua.
>
> Já o célebre Monumento às Bandeiras, no parque Ibirapuera, vem sendo alvo de pichações e banhos de tinta com certa frequência, como a que ocorreu em 2013.

Quadro 133. AEI – por Exemplos da fúria popular contra bandeirantes

PREMISSA 1	A memória de Borba Gato, no bairro de Santo Amaro, em São Paulo, foi julgada publicamente em 2008, numa intervenção que contestava o sertanista e também sua estátua.
PREMISSA 2	Já o célebre Monumento às Bandeiras, no parque Ibirapuera, vem sendo alvo de pichações e banhos de tinta com certa frequência, como a que ocorreu em 2013.
GARANTIA	Nossas cidades têm sido palco de diversas contestações a personagens cada vez mais controversos, como os bandeirantes paulistas.
CONCLUSÃO	Os bandeirantes paulistas têm sido alvos de protestos ao longo da história.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Os eventos ligados às estátuas de bandeirantes constroem a mesma continuidade dos argumentos anteriores: da mesma maneira que estátuas são erguidas ao longo da história, elas são alvo da fúria popular em algum momento e o mesmo já aconteceu, e continua a acontecer, com as estátuas em homenagem aos bandeirantes. Esse fluxo permite entender que revisitamos um movimento histórico toda vez que uma estátua é construída ou derrubada.

O próximo movimento argumentativo encontra-se nos parágrafos 11, 12 e 13, reproduzido a seguir.

> Destruir essas imagens ou remover seus fragmentos para museus eliminaria uma presença desafiadora, que pode e deve servir para discutir o perigoso poder das imagens e da mitificação de personagens históricos nas sociedades contemporâneas.
>
> A cúpula Genbaku, em Hiroshima, os campos de concentração de Auschwitz e o cais carioca do Valongo são construções que permanecem como lembrança do que não se pode repetir e do que jamais pode ser esquecido.
>
> Esculturas públicas — quase todas homenageando personagens que guardam em sua biografia dubiedades éticas — sugerem um igual desafio. Mantê-las é permitir uma chaga aberta, que pode provocar a consciência permanentemente.

Temos, nesse trecho, os três últimos argumentos de Paulo César Garcez Marins, um argumento de consequências positivas, um de consequências negativas e um por analogia. O primeiro argumento é prático e apresenta as consequências negativas da retirada das estátuas.

Quadro 134. API – Consequências Negativas da remoção de estátuas

PREMISSA 1	Destruir essas imagens (monumentos) ou remover seus fragmentos para museus eliminaria uma presença desafiadora que pode provocar a consciência.
PREMISSA 2	Eliminar essa presença desafiadora no espaço público é um resultado negativo.
GARANTIA	Deve-se agir de forma a evitar resultados negativos.
CONCLUSÃO	Monumentos não devem ser destruídos ou terem seus fragmentos removidos para museus.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Walton e Macagno (2019) e Gonçalves-Segundo e Isola-Lanzoni (2021).

Esse argumento entende que a presença desafiadora dos monumentos é importante para gerar reflexões sociais. Sem essas construções, o espaço público perde parte de sua história, de sua narrativa temporal, além da possibilidade de debater seus significados. Isso nos leva ao segundo argumento desse movimento, que apresenta as consequências positivas da manutenção das estátuas, o que está associado à premissa 2 do argumento anterior, justificando por que retirar é negativo e manter é positivo:

Quadro 135. Consequências Positivas da permanência de estátuas

PREMISSA 1	Estátuas podem e devem servir para discutir o perigoso poder das imagens e da mitificação de personagens históricos nas sociedades contemporâneas.
PREMISSA 2	Discutir o perigoso poder das imagens e da mitificação de personagens históricos nas sociedades contemporâneas é um resultado positivo (do ponto de vista do agente).
GARANTIA	Deve-se agir de forma a gerar resultados positivos.
CONCLUSÃO	Estátuas devem ser mantidas no espaço público.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Walton e Macagno (2019) e Gonçalves-Segundo e Isola-Lanzoni (2021).

Por oposição às consequências negativas, as positivas implicam na reflexão sobre as representações no espaço público. Na perspectiva do autor, para que possamos refletir sobre monumentos, eles precisam estar presentes no espaço público. Questionar o "poder das imagens e a mitificação de personagens históricos" depende, assim, da possibilidade de entrarmos em um contato diário com esses símbolos. Entende-se assim que tanto a permanência

quanto o contato com estátuas incômodas traria benefícios para as sociedades contemporâneas como um todo, instigando a reflexão sobre **quem** e **o quê** homenageamos, atitude diretamente vinculada às propostas de ação desses argumentos práticos.

As argumentações por exemplo como um todo e o conjunto das argumentações por consequências levam à defesa da tese principal do autor, baseada em um argumento por analogia de construções que levam à reflexão sobre acontecimentos históricos, por piores que tenham sido. Esse argumento encontra-se no quadro a seguir.

Quadro 136. AEI – por Analogia entre estátuas e construções históricas como consciência permanente

PREMISSA 1	A cúpula Genbaku, em Hiroshima, os campos de concentração de Auschwitz e o cais carioca do Valongo são construções que permanecem no espaço público como lembrança do que não se pode repetir e do que jamais pode ser esquecido.
PREMISSA 2	Os monumentos em homenagem aos bandeirantes também representam horrores históricos e mantê-las é permitir uma chaga aberta, que pode provocar a consciência permanentemente.
GARANTIA	Seres da mesma categoria devem ser tratados de maneira semelhante.
CONCLUSÃO	Os monumentos a bandeirantes devem permanecer no espaço público.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Como exemplos para criar sua analogia, o autor cita três construções que fazem parte de eventos dramáticos da história: a cúpula de Genbaku, em Hiroshima, os campos de concentração em Auschwitz e o cais do Valongo. Essas construções permanecem intactas para que lembremos, como humanidade, "do que não se pode repetir e do que jamais pode ser esquecido". Especificamente, não podemos esquecer dos danos irreversíveis e irreparáveis da bomba atômica em Hiroshima, não podemos esquecer das atrocidades e do genocídio cometido em Auschwitz e não podemos esquecer da violência contra os africanos escravizados – mais de 1 milhão desembarcou no cais do Valongo, que também era um reconhecido local de comércio de escravizados. Todos esses locais são alvo de iniciativas de proteção de memória, que visam justamente preservar esses acontecimentos, provocando a reflexão em busca de se evitar que a história se repita.

Para o autor, as homenagens aos bandeirantes encerram esse mesmo significado, de lembrarem os atos atrozes cometidos pelos sertanistas. No entanto, vale questionar: essa é uma analogia possível? Ao conservarmos lugares históricos em nome da memória do irrepetível e inesquecível, não estamos homenageando esses lugares ou seus feitos. Muito diferente de

preservar os campos de concentração e torná-los um centro de visitação e reflexão histórica e social, conceber que uma estátua de Hitler continuasse erguida não levaria ao mesmo objetivo, pois enquanto um é uma chaga aberta, um local de desconforto, o outro é um monumento em homenagem a um personagem histórico nefasto. Seria inconcebível que sua presença deva existir em detrimento de suas vítimas. Cabe, dessa maneira, outra analogia: se seria impensável a existência de uma estátua de Hitler, como pode ser possível que estátuas homenageando os bandeirantes e seus feitos existam em nosso corpo paisagístico brasileiro e, não apenas, que ainda sejam defendidas em nome de uma causa nobre, a rememoração? Vale refletir, portanto, sobre o que lembramos com a estátua de Borba Gato. Provavelmente, lembraremos da narrativa oficial, de que ele é considerado um herói, lembramos dos livros de história, das festas populares, da grandiosidade dessa figura. Essa é uma lembrança muito distinta do que se lembra ao pensar no Valongo, Auschwitz ou Hiroshima, pois o legado atroz é inegável, mas não está, de forma alguma, homenageado.

Em resumo, elencamos abaixo os argumentos identificados ao longo do texto de Paulo César Garcez Marins.

Quadro 137. Argumentos Internos Práticos e Epistêmicos de Paulo César G. Marins

Argumentos Práticos Internos	Argumentos Epistêmicos Internos
1. API - Consequências Negativas da remoção de estátuas	1. AEI - por Exemplos da erição de estátuas como prática histórica
2. API - Consequências Positivas da permanência de estátuas	2. AEI - por Exemplos da fúria popular contra estátuas
	3. AEI - por Exemplos da fúria popular contra bandeirantes
	4. AEI - por Analogia entre estátuas e construções históricas como consciência permanente

4.11 Contra a imposição do esquecimento, o artigo de Demétrio Magnoli

O artigo de opinião de Demétrio Magnoli foi publicado no dia 26 e é o último a ser publicado na *Folha de S.Paulo* em junho de 2020 sobre a temática das estátuas. O autor é sociólogo e doutor em geografia pela Universidade de São Paulo, o que confere a sua opinião um *status* de autoridade. Intitulado *Derrubada de estátuas é a imposição do esquecimento,* o artigo mantém a mesma dinâmica dos demais autores, expondo, de partida, seu posicionamento. O texto tem seu principal respaldo teórico nos estudos da memória, apoiando-se, assim, nos saberes da sociologia e da antropologia em sua argumentação. Além disso,

Magnoli faz referências a praticamente todos os seus predecessores, concordando com alguns posicionamentos e refutando outros. O artigo encontra-se na íntegra a seguir.

Figura 26. Derrubada de estátuas é a imposição do esquecimento

Fonte:<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/demetriomagnoli/2020/06/derrubada-de-estatuas-e-a-imposicao-do-esquecimento.shtml>. Acesso em 16 de novembro de 2022.

Quadro 138. Derrubada de estátuas é a imposição do esquecimento

A Oxford Union, representação dos estudantes da Universidade de Oxford, votou a favor da campanha "Rhodes deve cair", iniciada numa universidade sul-africana com o objetivo de remover a estátua de Cecil Rhodes da fachada de um dos edifícios da universidade britânica.

No fim, a estátua fica, graças à pressão exercida por grandes doadores de Oxford. O dinheiro dobrou os intelectuais, impedindo-os de agir como vândalos, coisa que gostariam de fazer.

Rhodes é o maior ícone do imperialismo britânico na África. A sua figura personifica a ideia racista da "missão civilizatória do homem branco" que impulsionou o empreendimento colonial do outono do século 19. As sementes do apartheid na África do Sul e na Rodésia do Sul (atual Zimbábue) foram plantadas no solo que ele arou.

Os vândalos do bem escolheram o alvo certo. Assim como os intelectuais de ontem, que ergueram estátuas para celebrar as ideias hegemônicas da época, os de hoje estão dispostos a derrubá-las em nome do mesmo princípio covarde.

Uma estátua é uma cicatriz da história, uma marca inscrita pelo passado no corpo paisagístico da sociedade. Nas praças, nos parques ou nas ruas, as estátuas alertam-nos sobre o passado —ou melhor, sobre incontáveis camadas de passados. A derrubada desses símbolos revela o desejo tirânico de exterminar a memória social.

Uma estátua erguida no passado não representa uma celebração presente de um personagem ou de uma ideologia, mas apenas a prova material de que, um dia, em outra época, isso foi celebrado.

Sua derrubada não é um chamado à reflexão sobre os erros, os crimes, a tragédia e a dor, mas a imposição do esquecimento.

A transferência das estátuas malditas para museus ou parques temáticos, retirando-as de seus contextos, tem efeito similar. Num caso, como no outro, trata-se de higienizar os lugares de circulação cotidiana, reservando o exercício da memória a uma elite de especialistas da memória.

Rhodes, o pecador, não está só. De Pedro, o Grande, a Thomas Jefferson, de Marx a Churchill, de Machado de Assis a Monteiro Lobato, ninguém passa no teste contemporâneo dos valores.

A lógica férrea do vandalismo do bem conduz a um programa de terra arrasada. O rastilho de fogueiras purificadoras nada poupará, a não ser as novas estátuas esculpidas pelos próprios vândalos do bem, que virão

a ser derrubadas por seus futuros seguidores. O presente perpétuo — eis a perigosa ambição dessa seita de iconoclastas.

Lenin caiu, às centenas, por toda a antiga Alemanha Oriental, nos meses loucos que se seguiram à queda do Muro de Berlim. Aquilo foi uma revolução popular. As estátuas derrubadas eram a representação pública de um poder real, opressivo e totalitário.

"Borba Gato, matador de índios e proprietário de escravos, deve cair." Os alemães que limpavam as ruas do Lenin onipresente estavam mudando o presente. Os vândalos do bem investem contra sombras do passado. Mascarados de radicais, eles ajudam a desviar os olhares das iniquidades do presente.

Quem tem o direito moral de suprimir os lugares da memória? Se concedermos esse direito aos vândalos do bem, como negá-lo a governos eleitos democraticamente? E, se é assim, como criticar a remoção da estátua de Imre Nagy, líder da revolução democrática húngara de 1956, pelo primeiro-ministro Viktor Orbán, um nacionalista de direita aliado de Vladimir Putin? Ou como impedir que Jair Bolsonaro ou algum assecla eleito derrube a escultura "Vlado Vitorioso", homenagem a Vladimir Herzog implantada numa rua do centro de São Paulo?

A Universidade de Oxford tem quase mil anos. Há pouco mais de um século ela cantou as glórias do imperialismo britânico. O registro esculpido na sua fachada será preservado e cercado por texto de contextualização histórica. Os vândalos do bem perderam essa —mas não desistirão de acender fogueiras.

Fonte: transcrição realizada pela autora a partir de Magnoli (2020).

Demétrio Magnoli inicia seu texto apresentando narrativamente a reivindicação pela derrubada da estátua de Cecil Rhodes da fachada da Universidade de Oxford, na Inglaterra, em 2020, após os protestos pela morte de George Floyd, com a aglomeração dos manifestantes em frente à universidade no dia 9 de junho daquele ano. Apesar de polêmica, essa reivindicação não era inédita.

Em 2015, monumentos em homenagem a Rhodes foram alvos de diversos protestos, especialmente na Inglaterra e na África do Sul. O homenageado é um dos precursores do *apartheid* africano. Sua estátua presente na Universidade da Cidade do Cabo, na África do Sul, foi alvo de reivindicações antirracistas e anticolonialistas, levando à subsequente retirada da homenagem. O movimento, naquele momento, seguiu para a Inglaterra, o país colonizador, com intensa movimentação dos estudantes de Oxford contra a mesma estátua mencionada por Magnoli; no entanto, os estudantes apenas avançaram no campo discursivo sem nenhuma ação concreta relativa à reivindicação pela retirada da estátua da fachada da universidade.

Em 2020, a discussão foi reacendida e, em continuidade com os protestos anteriores, o movimento estudantil recuperou a *hashtag* #Rhodesmustfall, que também tinha sido utilizada em 2015-2016 (AHMED, 2019a; 2019b). Além disso, os estudantes voltaram a reivindicar a remoção da estátua da Universidade de Oxford.

O caso da homenagem a Rhodes na Universidade da Cidade do Cabo já apareceu em nossa pesquisa: ele fora mencionado no artigo de Thiago Amparo como um modelo de reivindicação decolonialista a ser seguido, uma vez que as manifestações partiram de sul-africanos questionando onde estavam seus heróis. Magnoli, por outro lado, se posiciona de maneira contrária, refutando tanto o posicionamento de Amparo quanto a reivindicação dos

estudantes para retirarem a estátua de Rhodes na Inglaterra: apesar dos manifestantes terem escolhido "o alvo certo", a requisição parte de um "princípio covarde".

O "princípio covarde" vem acompanhado de sua definição: "Assim como os intelectuais de ontem, que ergueram estátuas para celebrar as ideias hegemônicas da época, os de hoje estão dispostos a derrubá-las em nome do mesmo princípio covarde". Dessa maneira, a covardia está na imposição de ideias hegemônicas.

> A ideologia, veiculada nos/pelos discursos, tem relevância na conquista de espaços de luta hegemônica, pois as conquistas são pautadas pelo senso comum, não pela força bruta. Nesse sentido, as ordens de discurso hegemônicas, como a ordem do discurso médico, a ordem do discurso do cinema e a ordem do discurso acadêmico ganham espaços de poder simbólico e encontram-se em lugar hegemônico dentro das relações de dominação. (NASCIMENTO et al., 2020, p. 57)

Ideias hegemônicas, portanto, se referem às ideias que detêm poder simbólico nas relações de dominação, são manifestadas pelo discurso e passam a fazer parte do senso comum. Em nossa discussão, ela se manifesta através da possibilidade de decidir quais ideias recebem respaldo oficial, marcando essa narrativa de diversas maneiras, inclusive na construção ou na retirada de monumentos. No artigo, o autor atribui o papel de agentes da hegemonia aos detentores do saber acadêmico, representados pelos intelectuais do passado e pelos intelectuais do presente. No presente, o representante da hegemonia é o movimento estudantil de Oxford, os intelectuais são chamados pelo autor de "vândalos do bem", unindo dois adjetivos opostos: "vândalos", com conotação negativa atrelada a depredação de bens públicos, e "do bem", com conotação ética e moral positiva. O autor transforma, assim, as ações desse grupo em um movimento paradoxal: eles fazem algo negativo acreditando ser positivo, ou, em outras palavras, buscam a destruição em nome de um objetivo nobre. Há, portanto, um julgamento de valor negativo a respeito do poder manifestado pela academia, supostamente impondo valores hegemônicos ao exigirem a retirada/derrubada/destruição de monumentos públicos. Essa posição não abrange o sentido conotativo ligado ao racismo e ao colonialismo representado na homenagem, o que difere da argumentação dos grupos a favor da reparação cultural e representacional histórica.

Existe, no entanto, outra manifestação do poder decisivo sobre a narrativa oficial no texto de Demétrio: o dinheiro dos grandes doadores de Oxford. Neste espectro avaliativo, o autor elogia a "pressão exercida por grandes doadores de Oxford", que impediu a retirada da estátua de Rhodes. Nas palavras do autor: "O dinheiro dobrou os intelectuais, impedindo-os de agir como vândalos, coisa que gostariam de fazer". Nesse caso, não existe uma crítica àqueles

que utilizam o poder econômico para manter as representações hegemônicas que concebem como válidas no espaço público; pelo contrário, valer-se desse poder e preservar a perspectiva hegemônica é positivo e constitui uma causa nobre: a preservação dos espaços de memória.

Nesse sentido, o autor cria uma escala de valores em que os "grandes doadores de Oxford", detentores do dinheiro, encontram-se acima dos "intelectuais vândalos". Há também, implicitamente, um contraste entre a irracionalidade de intelectuais "vândalos" e a racionalidade/moderação dos doadores que "dobraram" o "desejo tirânico" de "exterminar a memória social". Ao sugerir que intelectuais estão agindo de maneira irracional, cria-se outro paradoxo entre os manifestantes, no caso, estudantes/pesquisadores de Oxford, que deveriam ser exemplos de racionalidade e que, no entanto, se deixam levar por comoções sociais apelativas sob a alegação de defenderem valores nobres.

Demétrio Magnoli, ele próprio um intelectual, doutor pela Universidade de São Paulo, segue expondo, no terceiro parágrafo, conhecimento sobre a biografia de Rhodes, com fatos e dados sobre o personagem histórico e a relação deste com *apartheid* africano. Ao defender a permanência de uma homenagem a essa figura polêmica, o autor precisa esclarecer seu posicionamento acerca do racismo e do colonialismo, condenáveis hoje. Dessa maneira, Demétrio reconhece que o motivo que leva à reivindicação pela derrubada da estátua é nobre, mas isso não muda seu posicionamento a respeito de como devemos agir com símbolos do passado. Em uma escala de valores, a preservação da memória, mesmo que hegemônica, através de monumentos e homenagens está acima de reivindicações identitárias ou de reparações presentes. O passado hegemônico parece aceitável e sua manutenção é defensável, mas reivindicações contra hegemonias passadas ou estabelecimentos de hegemonias no presente, não.

A argumentação de fato do autor inicia no 4º parágrafo. Ao aproximar os intelectuais de ontem com os de hoje, ele cria um argumento por analogia, que se encontra reconstruído após o trecho.

> Os vândalos do bem escolheram o alvo certo. Assim como os intelectuais de ontem, que ergueram estátuas para celebrar as ideias hegemônicas da época, os de hoje estão dispostos a derrubá-las em nome do mesmo princípio covarde.

Quadro 139. AEI – por Analogia entre intelectuais que construíram as estátuas e aqueles que querem derrubá-las

PREMISSA 1	Os intelectuais de ontem ergueram estátuas para celebrar as ideias hegemônicas de suas épocas, um princípio covarde.
PREMISSA 2	Os intelectuais de hoje estão dispostos a derrubar estátuas para celebrar as ideias hegemônicas de sua época, um princípio covarde.
GARANTIA	Ações que seguem o mesmo princípio são análogas.
CONCLUSÃO	Erguer estátuas e derrubar estátuas são ações análogas.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

A aproximação dos intelectuais do ontem e do hoje por suas ações cria uma analogia entre construir monumentos e derrubá-los, uma vez que ambos buscam a instauração de sua perspectiva hegemônica. A garantia pressupõe que ações que são guiadas pelo mesmo princípio são análogas e poderiam, inclusive, ser vistas como vinculadas a uma mesma categoria: práticas covardes. Essa analogia age na defesa da manutenção das estátuas no espaço público, corroborando a definição de estátuas que o autor apresenta no quinto parágrafo:

> Uma estátua é uma cicatriz da história, uma marca inscrita pelo passado no corpo paisagístico da sociedade. Nas praças, nos parques ou nas ruas, as estátuas alertam-nos sobre o passado — ou melhor, sobre incontáveis camadas de passados. A derrubada desses símbolos revela o desejo tirânico de exterminar a memória social.

Quadro 140. AEI – por Sinal do que estátuas celebram

PREMISSA 1	Uma estátua erguida no passado não representa uma celebração presente de um personagem ou de uma ideologia, mas uma cicatriz da história, de incontáveis camadas de passados.
GARANTIA	Práticas que removem camadas de história são um sinal de um desejo tirânico de exterminar a memória social.
CONCLUSÃO	A derrubada de estátuas revela o desejo tirânico de exterminar a memória social.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Ao entender a estátua como uma "cicatriz", ela se torna uma marca indissociável do corpo paisagístico da cidade, por mais dolorosa que seja a lembrança à qual ela remete. No primeiro argumento por sinal, o autor parte da premissa de que homenagens do passado não representam celebrações presentes. Nesse sentido, remover uma estátua equivale a retirar uma "marca" das "incontáveis camadas de passados". Percebemos, portanto, que, para o autor, monumentos equivalem a documentos históricos, estando associados à **patrimonialização** do

passado (CANDAU, 2011), buscando a preservação dessa perspectiva para o futuro. Levando em consideração que retirar um monumento é remover uma prova documental do corpo paisagístico de uma cidade e, portanto, do convívio social com essa materialização do passado, o autor associa como garantia a retirada de monumentos a um "desejo tirânico de exterminar a memória social".

Não são levadas em conta as **memórias de subsolo** (JELÍN, 2010), as memórias sem respaldo oficial, as memórias dos grupos que foram massacrados pelas figuras, eventos e ideias homenageados; aparentemente, essa reivindicação só poderia ter ocorrido no passado, talvez quando a estátua de Rhodes foi erguida, sem levar em conta que os grupos não representados não tinham nenhum poder político, econômico e intelectual graças, justamente, ao racismo e ao colonialismo. A metáfora com a cicatriz histórica dialoga com o artigo de Paulo César Garcez Marins, que usa o mesmo termo para se referir às estátuas em sua defesa pela manutenção de monumentos "controversos" no espaço público.

Sustentando seu ponto de vista, no sexto parágrafo, Demétrio refuta a ligação (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002) entre "estátua" e "celebração presente", construída por Thiago Amparo, Hélio Menezes e Nabil Bonduki especificamente a essas homenagens "controversas" ligadas ao racismo e ao colonialismo.

Uma estátua erguida no passado não representa uma celebração presente de um personagem ou de uma ideologia, mas apenas a prova material de que, um dia, em outra época, isso foi celebrado.

Quadro 141. AEI – por Sinal do que estátuas celebram (para refutação)

PREMISSA 1	(Implícita) Estátuas são celebrações de personagens ou ideologias do passado no espaço público.
GARANTIA	(Implícita) A manutenção de um símbolo do passado no presente é sinal de que se está de acordo no presente com os valores representados por esse símbolo.
CONCLUSÃO	Uma estátua erguida no passado representa uma celebração presente de um personagem ou de uma ideologia.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Como um argumento para refutação, ele é instanciado para ser negado. Dessa maneira, a conclusão apresenta um raciocínio do qual Demétrio discorda: uma homenagem construída no passado representa uma celebração presente se mantida em um pedestal. A avaliação sobre representações imagéticas no espaço público dependeria unicamente de os valores do presente estarem de acordo com elas. Sendo assim, a permanência de uma estátua indicaria que ela ainda

é aceitável, ou que não gerou revolta e comoção o suficiente para sua retirada. No entanto, para o autor, esse raciocínio beira o absurdo, defendendo que a celebração se encontra no passado, assim como o personagem, seus feitos e sua história – a sua permanência seria, portanto, uma questão de resguardo das "incontáveis camadas de passado".

A principal diferença entre o argumento anterior e este encontra-se na garantia: enquanto para Demétrio manter uma estátua é respeitar um retrato das ideias e valores da sociedade que a erigiu, o raciocínio do outro lado da polêmica entende que a manutenção de estátuas indica, no presente, uma celebração de valores e ideias do passado. A disputa, portanto, recai na temporalidade dessa representação, o que ela representa, para quem, quando e por quê; se essa celebração se encerra no passado, ou é transferida para o presente através do congelamento de crenças e valores em pedra e metal.

Como o autor entende que destruir estátuas equivaleria a destruir uma parte do passado e de lugares de memória, Magnoli ressalta como isso pode incorrer em um processo traumático para uma sociedade, associando-se à consagrada condenação desse movimento pelas Ciências Humanas.

> "O recuo e mesmo a perda de grandes referências memoriais é um tema recorrente em grande parte da literatura consagrada às Ciências Humanas e Sociais. É fácil fazer um verdadeiro florilégio de análises que vão nesse sentido e, na maior parte das vezes, com tendência à condenação." (CANDAU, 2011, p. 183)

Uma vez que a memória faz parte dos processos identitários de indivíduos com o povo, o lugar, o evento, a ideia, os valores representados, existe uma tendência mundial de preservação, que incorre na **patrimonialização** (CANDAU, 2011) contra a efemeridade do tempo. Esse recurso memorial, no entanto, pode ser uma faca de dois gumes: "Essas memórias fossilizadas, museificadas, contribuem para o enrijecimento das identidades sociais e culturas a ponto de, por vezes, necrosá-las dando-lhes, depois, a rigidez dos cadáveres" (CANDAU, 2011, p. 192). Trata-se de "rigidez", pois são imutáveis, principalmente quanto às interpretações possíveis; fala-se em "cadáver", por estar morta, por não representar as memórias dos viventes, por não corresponder às interpretações do hoje. Esse processo leva ao estabelecimento de **histórias únicas** (ADICHIE, 2019), que estagnam culturas e pensamentos identitários, inibindo a pluralidade intrínseca às sociedades multiculturais.

Precisamos retomar, portanto, que a principal diferença entre a história e a memória se encontra na existência de lembrantes vivos. É memória quando pode ser ativada e transmitida; é história quando não existem mais lembrantes e precisamos fazer um esforço intelectual para

preservá-la. Ambas, a memória e a história, no entanto, não são neutras, partem de interpretações que serão transpassadas por crenças e valores daqueles que estão em contato com elas. Dessa maneira, um relato histórico é uma versão possível desse relato; embora escolhida como oficial, ela pressupõe o apagamento e o silenciamento de outras interpretações sobre os mesmos acontecimentos.

Dessa maneira, sem lembrantes, os lugares de memória podem se tornar apenas relicários históricos do que se assume que o passado entendia; visão essa muitas vezes pautada em estereótipos, além de possivelmente encontrar-se descaracterizada de seu sentido original ou mesmo corrompida, por ir de encontro com os interesses daqueles que utilizam a memória como uma ferramenta para alcançar objetivos de promover ou rejeitar o que se encontra representado. Na atualidade, como afirma Candau (2011, p. 181) estamos presenciando um "esgotamento e colapso das grandes memórias organizadoras", principalmente pela impossibilidade de se arquivar, guardar e lembrar de tudo, mas também pela proliferação de memórias mais fragmentadas e mais plurais, características da contemporaneidade. Segundo o autor, existem dois movimentos concomitantes: o de tentar guardar cada vez mais em contraposição ao de aceitar a impossibilidade de que tudo seja preservado e selecionar o que deve ser lembrado; ambos os movimentos apresentam suas vantagens e desvantagens. Percebemos, portanto, que Demétrio Magnoli se filia à perspectiva de preservação total da memória congelada em símbolos imagéticos do passado, à revelia de reivindicações contemporâneas, posição também defendida por Paulo César Garcez Marins e por Hélio Schwartsman.

O autor continua sua argumentação nos parágrafos sete e oito com um aglomerado de quatro argumentos que serão analisados individualmente.

> Sua derrubada não é um chamado à reflexão sobre os erros, os crimes, a tragédia e a dor, mas a imposição do esquecimento.
>
> A transferência das estátuas malditas para museus ou parques temáticos, retirando-as de seus contextos, tem efeito similar. Num caso, como no outro, trata-se de higienizar os lugares de circulação cotidiana, reservando o exercício da memória a uma elite de especialistas da memória.

O primeiro argumento do segmento é um argumento prático instrumental para refutação. Nesse movimento, é retomada a perspectiva de outros autores da *Folha* de maneira crítica.

Quadro 142. API – Instrumental pela derrubada de estátuas (para refutação)

PREMISSA CIRCUNSTANCIAL (problema)	Existem, no presente, estátuas incômodas que celebram erros, crimes, a tragédia e a dor impostos por personagens e ideologias do passado.
PREMISSA de OBJETIVO (fim)	É desejável um futuro sem a celebração de personagens e ideologias incômodos no espaço público.
GARANTIA MEIO-FIM (presunção)	Derrubar estátuas de personagens e ideologias incômodos do passado levaria a um futuro sem essas celebrações no espaço público.
CONCLUSÃO (meio/proposta de ação)	Estátuas de personagens e ideologias incômodas do passado devem ser derrubadas.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021a).

O argumento prático instrumental parte do incômodo com a realidade presente, no caso a existência de homenagens que celebram "os erros, os crimes, a tragédia e a dor". Dessa maneira, a premissa de meio-fim pressupõe uma ação prática que poderia solucionar o problema; no caso, para se evitar a celebração, devem-se derrubar essas estátuas.

Ainda refutando os articulistas a favor da retirada de monumentos do espaço público, Demétrio Magnoli explica por que mesmo uma ação menos radical do que a derrubada, como a remoção dessas estátuas para museus, seria igualmente danosa: limitaria o acesso ao passado, elitizaria o conhecimento e a reflexão sobre nossa história. Incidindo no segundo argumento da sequência, que é também prático instrumental e dialoga explicitamente com o termo "malditos" utilizado por Hélio Menezes ao dizer que é preciso "mandar os malditos embora". Esse argumento também aparece para ser refutado.

Quadro 143. API – Instrumental pela transferência de estátuas malditas (para refutação)

PREMISSA CIRCUNSTANCIAL (problema)	Existem, no presente, estátuas malditas que celebram erros, crimes, a tragédia e a dor impostos por personagens e ideologias do passado.
PREMISSA de OBJETIVO (fim)	É desejável um futuro sem a celebração de personagens e ideologias incômodos no espaço público.
GARANTIA MEIO-FIM (presunção)	Transferir estátuas malditas de personagens e ideologias do passado para museus ou parques temáticos levaria a um futuro sem essas celebrações no espaço público.
CONCLUSÃO (meio/proposta de ação)	As estátuas malditas devem ser transferidas para museus ou parques temáticos.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021a).

A diferença entre este argumento e o anterior encontra-se na premissa de meio-fim, ou seja, na presunção da ação que solucionaria o problema, neste caso, a transferência de estátuas para museus ou parques temáticos, como alternativa conciliadora entre a destruição/derrubada de monumentos históricos e a manutenção dos monumentos incômodos no espaço público. Dentro da filiação discursiva dos proponentes, museus e parques temáticos permitiriam a preservação dessa memória em um espaço contextualizado e com fins educativos, incitando a reflexão acerca dos significados das homenagens no ontem e no hoje. Aqui, de maneira significativamente diversa, Demétrio Magnoli entende esse movimento de maneira análoga à derrubada de estátuas, por parte de um projeto de higienização do espaço público, retirando as representações que incomodam um grupo social em detrimento dos demais. Isso nos leva à reconstrução do argumento por analogia entre as ações de derrubar estátuas ou transferi-las para museus ou parques.

Quadro 144. AEI – por Analogia entre a derrubar estátuas e transferi-las para museus

PREMISSA 1	Derrubar estátuas higieniza lugares de circulação cotidiana.
PREMISSA 2	Transferir estátuas para museus ou parques temáticos higieniza lugares de circulação cotidiana.
GARANTIA	Ações que higienizam lugares de circulação cotidiana são análogas.
CONCLUSÃO	Derrubar estátuas é análogo a transferi-las para museus ou parques temáticos.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Parte-se de uma aproximação de definições, com a derrubada e a transferência das estátuas associadas à "higienização de lugares de circulação cotidiana". Essas premissas são relacionadas a partir da garantia para que a analogia seja construída na conclusão.

Uma vez estabelecido que essas ações são análogas, temos a construção de consequências negativas da "higienização de lugares de circulação cotidiana".

Quadro 145. API – Consequências Negativas da retirada de estátuas como imposição do esquecimento

PREMISSA 1	Se retiramos estátuas do espaço público, as derrubamos ou as transferimos para museus ou parques temáticos, higienizamos os lugares de circulação cotidiana reservando o exercício da memória a uma elite de especialistas da memória.
PREMISSA 2	Reservar o exercício da memória a uma elite de especialistas no assunto é um resultado negativo.
GARANTIA	Deve-se evitar agir de forma a gerar resultados negativos.
CONCLUSÃO	Não devemos higienizar os lugares de circulação cotidiana retirando estátuas, derrubando-as ou transferindo-as para museus ou parques temáticos.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Walton e Macagno (2019) e Gonçalves-Segundo e Isola-Lanzoni (2021).

Em sua primeira premissa, esse esquema apresenta a relação causa-efeito que liga a remoção das estátuas ou sua transferência para museus/parques temáticos à higienização dos lugares públicos e à subsequente reserva do exercício da memória a uma elite de especialistas. No entanto, apesar de a higienização ser algo indesejável, mais indesejável, no entanto, é a possibilidade de que apenas especialistas no campo da memória possam ter acesso a ela. Levando em consideração a última parte do texto, parece que, para o autor, existe um perigo iminente na sociedade em permitir que memórias sejam retiradas do espaço público, principalmente a partir de coerções sociopolíticas baseadas no pensamento coletivo com mais adesão em um momento específico. A subsequente higienização pode aparentar servir a um objetivo nobre, mas implica dois vieses negativos: 1. assim como a compreensão sobre as homenagens do passado mudou em relação a hoje, ela pode mudar no futuro e a própria retirada da estátua pode ser condenada e, 2. de maneira análoga, a nobreza também é um conceito que depende dos agentes e suas filiações discursivas, dessa maneira, para outro grupo também poderia ser nobre a supressão de outros lugares de memória. Nesse ponto, o autor questiona "quem teria esse direito" de decidir que memórias devem permanecer ou serem retiradas do espaço público, entendendo que, pela volatilidade dos valores e crenças de uma sociedade através do tempo, eles somente não são um bom parâmetro para decidir sobre a memória coletiva de uma sociedade plural.

> "Em suma, um monumento público representa uma espécie de reconhecimento coletivo, como legitimação da memória depositada ali". Uma vez que essa verdade básica é reconhecida, então com certeza parece possível argumentar que artefatos materiais são usados para constituir uma cultura, e que os mesmos receberão punição proporcional se associados a regimes políticos odiados. Existe algum mérito na *sugestão* de que esse é o tipo de destruição de memória histórica que indica um impulso totalitário e deveríamos resistir mesmo que

> (ou especialmente) quando as reivindicações são mais atraentes? (LEVINSON, 2020, p. 54)

Levinson apresenta como dado da construção e participação ativa na cultura de uma sociedade tanto a erição quanto a destruição de estátuas, o que vai de encontro à perspectiva de Demétrio Magnoli. No entanto, Levinson questiona: existe, afinal, algum mérito em associar essa destruição de memórias a regimes totalitários? De fato, essa proposição diminui a complexidade da discussão, uma vez que toda a camada dos não representados e a tensão entre perspectivas distintas sobre os mesmos acontecimentos e figuras homenageadas ficam de fora da discussão, em um lugar epistemologicamente inexistente.

No entanto, da mesma maneira que construir um monumento congela um significado, sua retirada, contraposição ou destruição implicam também a construção de sentidos. Ao se posicionar rigidamente na defesa do passado e de suas significações, Magnoli inibe qualquer possibilidade de dúvida sobre a representação hegemônica anterior e nos reflexos que ela possa ter no presente. Para deslegitimar quem discorda de seu posicionamento, o autor parte para um ataque pessoal: se eu entendo o outro como o "vândalo", eu retiro do debate a legitimação dessa perspectiva, reduzindo-a a mero disparate, delírio, agressão irracional que não reflete sobre as consequências de suas proposições.

> Todas as guerras, incluindo as culturais, requerem a criação de inimigos que devem ser vencidos; normalmente com o desejo de, se possível, provocar uma rendição incondicional. Existe uma diferença, apesar de tudo, entre uma tolerância relutante ou um acordo, dados apenas porque um dos lados não tem o poder para vencer a disputa, e uma aceitação genuína do pluralismo. (LEVINSON, 2020, p. 131)

Pode ser feita uma analogia entre o que Demétrio condena e o que ele defende: na busca pela tolerância à perspectiva que ele se filia, ele acaba reproduzindo a intolerância com o outro lado da disputa. Em outras palavras, a indisponibilidade para a compreensão da perspectiva do outro implica em proporcional agressividade contra o diferente. Dessa forma, da mesma maneira que acusa os estudantes de Oxford de quererem agir como vândalos do bem ao exigirem a retirada da estátua de Rhodes, o autor poderia ser também considerado um vândalo do bem com a memória, bem imaterial, dos sub-representados, que existe/resiste apenas no subsolo da narrativa oficial. Não há, de fato, uma "aceitação genuína do pluralismo" que compõe o tecido social brasileiro e que resulta nas tensões que vemos tão afloradas nesse

debate, uma vez que se desconsideram as condições de excluídos daqueles que reivindicam, hoje, respeito por suas chagas abertas.

Ao continuar seu movimento argumentativo, Demétrio Magnoli busca defender a impossibilidade de que se avalie o passado a partir dos valores de hoje. Para isso, apresenta exemplos de personalidades que supostamente não passariam no "teste dos valores contemporâneos".

> Rhodes, o pecador, não está só. De Pedro, o Grande, a Thomas Jefferson, de Marx a Churchill, de Machado de Assis a Monteiro Lobato, ninguém passa no teste contemporâneo dos valores.

Quadro 146. AEI – por Exemplo de que ninguém passa no teste contemporâneo dos valores

PREMISSA 1	Rhodes, Pedro, o Grande, Thomas Jefferson, Marx, Churchill, Machado de Assis, Monteiro Lobato são figuras do passado que realizaram ações ou difundiram ideias condenáveis aos olhos do presente.
GARANTIA	Se avaliarmos personagens históricos apenas pelos valores do presente, nenhum deles passará no teste contemporâneo dos valores.
CONCLUSÃO	Ninguém passa no teste contemporâneo dos valores.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

O uso do argumento por exemplo se assemelha ao dos esquemas de Hélio Schwartsman e Roberto Dias, que usam do mesmo recurso lógico para demonstrar como existe um crivo a respeito dos valores sociais que seria impossível de exigirmos que existisse no passado e, portanto, injusto se aplicado àqueles que viveram em outras épocas.

As personalidades selecionadas criam pares dicotômicos de acordo com diferentes critérios: Pedro, o Grande, rei totalitarista, em oposição a Thomas Jefferson, precursor da democracia estadunidense; Marx, um dos principais teóricos do comunismo, em oposição a Churchill, um dos principais defensores do liberalismo; Machado de Assis, com obras críticas à sociedade da época, em especial à aristocracia brasileira, em oposição a Monteiro Lobato, acusado de promover o racismo em suas obras de literatura infantil, além de cartas em que se encontram elogios à Ku Klux Klan. Apesar das claras diferenças entre essas figuras históricas, nenhum deles seria aprovado no teste contemporâneo dos valores, uma vez que viveram, em suas épocas, sob outras coerções valorativas, ou como afirmou Schwartsman, sob outros "horizontes", perspectivas as quais são difíceis de transpor. Há também, implicitamente, uma denúncia a uma perspectiva reducionista sobre essas personalidades, uma vez que são conhecidas, e reconhecidas, por feitos muitas vezes distantes do que os levam à condenação.

O raciocínio de Magnoli culmina no parágrafo seguinte em que toda uma cadeia de ações subsequentes é projetada como resultante desse julgamento considerado injusto.

A lógica férrea do vandalismo do bem conduz a um programa de terra arrasada. O rastilho de fogueiras purificadoras nada poupará, a não ser as novas estátuas esculpidas pelos próprios vândalos do bem, que virão a ser derrubadas por seus futuros seguidores. O presente perpétuo —eis a perigosa ambição dessa seita de iconoclastas.

Quadro 147. AEI – por Sinal da constituição de um presente perpétuo

PREMISSA 1	Se estátuas do passado são derrubadas a partir de valores do presente, então apenas os valores do presente são aceitáveis.
PREMISSA 2	Se apenas os valores do presente são aceitáveis, no futuro, os valores atuais não serão aceitáveis e as estátuas construídas hoje também serão derrubadas.
GARANTIA	A derrubada de símbolos do passado em um programa de terra arrasada sinaliza a ambição de instauração de um presente perpétuo.
CONCLUSÃO	Ambiciona-se construir um presente perpétuo.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Esse argumento por sinal constrói uma sequência de eventos progressivamente danosos a partir de uma ação concreta no presente. No entanto, não é necessariamente porque algumas estátuas serão derrubadas no presente que todas as estátuas serão derrubadas no hoje, nem que todas as estátuas inaceitáveis a partir da perspectiva da contemporaneidade serão derrubadas daqui para frente. A projeção dessa continuação desastrosa não parte de fatos concretos, mas é a partir dela que o autor sustenta sua afirmação de que "A lógica férrea do vandalismo do bem conduz a um programa de terra arrasada" em um movimento de destruição total da história/memória, a partir de "fogueiras purificadoras".

As fogueiras dialogam com uma pretensa "caça às bruxas", associando a reivindicação dos estudantes às perseguições de mulheres na idade média em nome de uma religião, de uma moral superior. Dessa maneira, Magnoli se aproxima da argumentação de João Pereira Coutinho pela acusação de perseguição religiosa e intolerância, porém acrescentando a busca por um perigo inexistente, criado a partir de medos não materiais, pautados em uma visão distorcida da realidade.

O sociólogo instancia um argumento por exemplo no parágrafo seguinte na busca de dissociar as noções do que seria uma revolução popular de uma "caça às bruxas".

Lenin caiu, às centenas, por toda a antiga Alemanha Oriental, nos meses loucos que se seguiram à queda do Muro de Berlim. Aquilo foi uma revolução popular. As estátuas derrubadas eram a representação pública de um poder real, opressivo e totalitário.

Quadro 148. por Valor positivo da derrubada de estátuas como revolução popular do presente

PREMISSA 1	A derrubada das estátuas de Lenin por toda a antiga Alemanha Oriental após a queda do Muro de Berlin foi uma revolução popular contra um símbolo de poder real, opressivo e totalitário do presente.
GARANTIA	Se a derrubada de estátuas faz parte de uma revolução popular contra um poder real, opressivo e totalitário do presente, então é aceitável derrubar estátuas.
CONCLUSÃO	É aceitável derrubar estátuas em contexto de revolução popular.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

O argumento busca definir em que contexto derrubar estátuas teria valor positivo (seria aceitável): no caso de uma revolução popular. A premissa 1 apresenta o exemplo das estátuas de Lenin, derrubadas na Alemanha Oriental após a queda do Muro de Berlim, com a especificação de quais critérios avaliativos presentes nesse contexto tornam a ação aceitável: que a revolução seja contra um "poder real, opressivo e totalitário do presente".

Entende-se que o autor não considera as reivindicações populares de 2020 como resultado de uma luta contemporânea, uma vez que não existiria um "poder real, opressivo e totalitário do presente" representado nas estátuas. No entanto, levando em consideração que o estopim das manifestações daquele ano foi a morte de um homem negro, que mesmo sem apresentar resistência foi asfixiado por um policial branco, nos Estados Unidos, país em que as desigualdades sociais são pautadas em preconceitos iniciados e promovidos pelo pensamento colonial, não parece possível negar que há uma luta contra um "poder real, opressivo e totalitário do presente" que massacra pobres, negros, indígenas e toda e qualquer minoria representacional que vá contra o pensamento hegemônico pós-colonial, ainda dominante mundialmente.

No caso brasileiro, a alegação de Demétrio pode ser questionada pelas configurações históricas das relações de poder no Brasil, em especial no tocante às dificuldades enfrentadas pelas populações negras e indígenas, alvos dos bandeirantes, ontem, e da polícia, hoje. Principalmente se considerarmos a manutenção da perspectiva hegemônica no espaço público, reforçada pelas inúmeras homenagens aos personagens históricos que agiram na caça e apresamento primeiramente de povos indígenas e posteriormente da população negra,

movimento que continua na violência policial do presente. Essa perspectiva, portanto, reforça violências iniciadas com a colonização portuguesa e com constante reverberação no dia a dia contemporâneo. Parece, dessa maneira, que está representado nas estátuas um "poder real, opressivo e totalitário do presente"; do presente, pois se manifesta na contemporaneidade, totalitário, pois impõe uma história oficial única a partir de uma agenda política; opressivo, por manter subjugados cultural e simbolicamente as vítimas tanto do ontem como do hoje; e, por fim, real, pois dele resultam ações efetivas que continuam com a violência contra as populações historicamente marginalizadas.

Existe, para o autor, uma clara diferença entre uma manifestação do presente contra um poder real do presente e uma manifestação do presente contra um poder supostamente real, só que do passado. Esse posicionamento é usado como um contra-exemplo das motivações para que Borba Gato seja derrubado e que implicam um argumento de valor presente no parágrafo a seguir.

> "Borba Gato, matador de índios e proprietário de escravos, deve cair." Os alemães que limpavam as ruas do Lenin onipresente estavam mudando o presente. Os vândalos do bem investem contra sombras do passado. Mascarados de radicais, eles ajudam a desviar os olhares das iniquidades do presente.

Quadro 149. API – por Valor contra derrubar a estátua de Borba Gato

PREMISSA 1	Investir contra sombras do passado tem valor negativo.
PREMISSA 2	Derrubar a estátua de Borba Gato promove a luta contra sombras do passado.
GARANTIA	Se investir contra sombras do passado é negativo, então a estátua de Borba Gato não pode/deve ser derrubada.
CONCLUSÃO	A estátua de Borba Gato não pode/deve ser derrubada.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Entendendo os bandeirantes como "sombras do passado", pleitear a derrubada da história de Borba Gato vai ao encontro do absurdo da derrubada de Rhodes na fachada de Oxford e das "fogueiras purificantes" alimentadas pelos manifestantes. Ir contra sombras do passado é avaliado negativamente, principalmente por se configurar uma ação irracional: não é um objeto, é sua sombra, não é algo que pode ser mudado no presente, uma vez que se encontra no passado.

Transparece nessa argumentação mais uma denúncia de revisionismo histórico em uma tentativa vã de mudar o entendimento do passado. Esse movimento leva a um argumento de consequências negativas de se investir contra "sombras do passado": buscando uma reparação desse passado, deixa-se de olhar as "iniquidades do presente".

Quadro 150. API – Consequências Negativas de investir contra sombras do passado

PREMISSA 1	Investir contra sombras do passado ajuda a desviar o olhar das iniquidades do presente.
PREMISSA 2	Desviar o olhar das iniquidades do presente é um resultado negativo.
GARANTIA	Deve-se evitar agir de forma a gerar resultados negativos.
CONCLUSÃO	Não se deve investir contra sombras do passado.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Walton e Macagno (2019) e Gonçalves-Segundo e Isola-Lanzoni (2021).

A discussão sobre a história e a memória opõe novamente o passado e presente. Ainda que não seja possível mudar acontecimentos passados, pois apenas ações no presente são tidas como geradoras de resultado, existe uma ressalva: o presente não deve buscar fazer justiça contra o passado, entendido aqui como prática de revisionismo histórico, de valor negativo e que deve ser evitada. Não estão em tensão, sob essa perspectiva, narrativas e interpretações do passado, mas provas materiais dos acontecimentos que influenciaram uma perspectiva, que fazem parte da história e que, portanto, devem ser preservados.

Cabe questionar quais seriam as "iniquidades do presente" às quais o articulista se refere. Sem nenhuma especificação por parte do autor, duas interpretações podem ser feitas: 1. por oposição ao que foi defendido, a opressão da população negra, que iniciou as manifestações que culminaram nas discussões sobre e na derrubada de estátuas, assim como "os erros, os crimes, a tragédia e a dor", impingidos nas populações sub-representadas e denunciados pelos demais articulistas, não são contemplados nessa definição; ou 2. que "mascarados de radicais", os "vândalos do bem" apenas atacariam símbolos das desigualdades, em especial do passado, e não combateriam as "iniquidades" do presente, suas condições concretas, uma vez que as populações marginalizadas sofrem no hoje, com as questões do hoje, que, nessa possibilidade interpretativa, ficariam em um segundo plano com esse tipo de mobilização por reparação histórica.

O principal questionamento do artigo de opinião encontra-se no penúltimo parágrafo – "quem tem o direito moral de suprimir lugares de memória?" – que encerra o percurso argumentativo propriamente dito do texto:

> Quem tem o direito moral de suprimir os lugares da memória? Se concedermos esse direito aos vândalos do bem, como negá-lo a governos eleitos democraticamente? E, se é assim, como criticar a remoção da estátua de Imre Nagy, líder da revolução democrática húngara de 1956, pelo primeiro-ministro Viktor Orbán, um nacionalista de direita aliado de Vladimir Putin? Ou como impedir que Jair Bolsonaro ou algum assecla eleito derrube a escultura "Vlado Vitorioso", homenagem a Vladimir Herzog implantada numa rua do centro de São Paulo?

O primeiro argumento deste trecho compreende uma projeção de consequências negativas de que se conceda, a alguns, o direito de suprimir os lugares de memória. Na primeira premissa, encontramos uma dupla hierarquia, instanciada por Magnoli em um argumento *a fortiori* (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002; REBOUL, 2004) estabelecendo que governos democraticamente eleitos teriam mais legitimidade do que os vândalos do bem para suprimir lugares de memória; então, se permitirmos que os "vândalos do bem" suprimam esses lugares, não há como impedir que governos democraticamente eleitos também o façam.

Assumindo essa hierarquia, ele conjectura que não haveria como impedir que líderes autoritários, como Bolsonaro, à semelhança de Orbán, suprimam símbolos de luta pela democracia, como o "Vlado Vitorioso" e a estátua de "Imre Nagy", o que seria negativo. Logo, não deveria ser dado o direito aos ditos "vândalos do bem" para, *a fortiori*, não conceder aos governos, como estabelecido na segunda premissa.

A terceira premissa se faz necessária para estabelecer o resultado negativo implicado na impossibilidade de negar a supressão de lugares de memória. A garantia de que "não se deve agir de forma a gerar resultados negativos" cria uma ponte para a conclusão de que não se deve permitir nem que os governos democraticamente eleitos, nem os grupos que julgam moralmente fazer o bem possam destruir marcos memoriais. A reconstrução do argumento a partir do esquema de raciocínio prático de consequências negativas encontra-se a seguir.

Quadro 151. Consequências Negativas de concedermos a alguns o direito de suprimir lugares de memória

PREMISSA 1	Se concedermos o direito de suprimir lugares de memória àqueles que julgam, moralmente, fazer o bem, não podemos negá-lo a governos eleitos democraticamente.
PREMISSA 2	Governos eleitos democraticamente teriam ainda mais legitimidade do que grupos que se julgam "moralmente do bem" para suprimir lugares de memória.
PREMISSA 3	Não poder negar a supressão de lugares de memória é um resultado negativo.
GARANTIA	Deve-se evitar agir de forma a gerar resultados negativos.
CONCLUSÃO	Não devemos conceder o direito de suprimir lugares de memória aos que julgam, moralmente, fazer o bem.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Walton e Macagno (2019) e Gonçalves-Segundo e Isola-Lanzoni (2021).

Em resumo, elencamos abaixo os argumentos identificados ao longo do texto de Demétrio Magnoli.

Quadro 152. Argumentos Internos Práticos e Epistêmicos de Demétrio Magnoli

ARGUMENTOS PRÁTICOS	ARGUMENTOS EPISTÊMICOS
1. API - Instrumental pela derrubada de estátuas (Para refutação)	1. AEI – por Analogia entre intelectuais que construíram as estátuas e aqueles que querem derrubá-las
2. API - Instrumental pela transferência de estátuas malditas (Para refutação)	2. AEI - por Definição do que estátuas celebram (para refutação)
3. API - Consequências Negativas da retirada de estátuas como imposição do esquecimento	3. AEI - por Definição do que estátuas celebram
4. API - por Valor da derrubada de estátuas como revolução popular do presente	4. AEI - por Analogia entre a derrubada de estátuas e transferi-las para museus
5. API - por Valor contra derrubar a estátua de Borba Gato	5. AEI - por Exemplo de que ninguém passa no teste contemporâneo dos valores
6. API - Consequências Negativas de investir contra sombras do passado	6. AEI - por Sinal da constituição de um presente perpétuo
7. API - Consequências Negativas de concedermos o direito a alguns de suprimir lugares de memória	

Capítulo 5 Por uma compreensão global da polêmica: analisando o argumentário

5.1 Caminhos para uma análise quantitativa do argumentário

Após as análises, identificamos que, no sentido prático, a polêmica busca responder, principalmente à questão: *O que fazer com monumentos ligados ao racismo e ao colonialismo que ocupam o espaço público?* Dito isso, podemos separar os argumentadores em dois grupos: os que defendem a retirada e os que defendem a manutenção dos monumentos. Nesse sentido, organizamos no quadro a seguir o posicionamento central dos artigos em torno da questão.

Quadro 153. Eixo retirada e manutenção

Retirada vs. Manutenção	
REINALDO J. LOPES	ROBERTO DIAS
THIAGO AMPARO	JOÃO P. COUTINHO
NABIL BONDUKI	HÉLIO SCHWARTSMAN
FLÁVIA BOGGIO	PAULO CÉSAR G. MARINS
HÉLIO MENEZES	DEMÉTRIO MAGNOLI

Fonte: elaborado pela autora.

Essa primeira separação é importante para observarmos como ela irá influenciar a análise do argumentário. Neste capítulo exploramos o argumentário primeiramente em termos quantitativos, apresentando dados sobre os argumentos encontrados, e segundamente em termos qualitativos, analisando criticamente as linhas de justificativa em resposta à questão central. Concluiremos o capítulo com a expressão do argumentário em termos visuais, criando uma forma imagética que permita enxergar o conjunto de linhas de justificação como um todo.

5.1.1 Uma análise quantitativa do argumentário

Iniciamos nossa análise do argumentário a partir dos dados quantitativos sobre os **tipos de argumentos** encontrados na análise do *corpus*. Buscamos, nesse movimento de consolidação, observar: (i) a ocorrência dos tipos de argumentos em números absolutos e (ii) a frequência dos tipos de argumentos de acordo com os posicionamentos do eixo **retirada**[47] vs. **manutenção** dos monumentos no espaço público.

Como primeiro objetivo da análise, buscamos entender quantitativamente quais os tipos de argumentos instanciados ao longo da polêmica. Para isso partimos da questão (1) *Quais são os tipos de argumentos mais recorrentes?*; e das subquestões: (a) *Quais os argumentos práticos mais instanciados?* e (b) *Quais os argumentos epistêmicos mais instanciados?*. Dessa maneira, pretendemos consolidar nossa percepção do enviesamento majoritariamente prático da discussão, bem como identificar a recorrência de padrões de raciocínio.

Num segundo momento, respondemos à questão (2) *Os eixos retirada e manutenção instanciam os mesmos tipos de argumentos?*. Essa pergunta parece relevante no sentido de observarmos se existem diferenças significativas quanto aos modos de argumentar entre os posicionamentos. Nesse sentido, chegamos às subquestões que seguem: (a) *Qual a frequência de argumentos práticos utilizados para cada lado da polêmica?* e (b) *Qual a frequência de argumentos epistêmicos utilizados por cada lado da polêmica?*.

Por último, levando em consideração que diversos argumentos foram instanciados para refutação ao longo do *corpus*, buscamos responder à questão (3) *Quais foram os argumentos instanciados para refutação?*, no sentido de entender que tipos de argumentos se encontram no foco do dissenso. Há também uma subquestão a ser respondida: (a) *Qual a frequência dos argumentos instanciados para refutação para cada lado da polêmica?*

[47] Estamos nomeando o eixo como retirada vs. manutenção por uma questão discursiva. Ao longo do capítulo, veremos que a melhor maneira de se referir ao posicionamento "retirada" seria "não-manutenção", por diversos motivos. Discursivamente, no entanto, manutenção e não-manutenção podem atrapalhar a depreensão das noções e dos posicionamentos, uma vez que aparecem em oposição e em sequência, na maior parte desta primeira seção do capítulo.

5.1.1.1 Quais são os tipos de argumentos mais recorrentes na polêmica?

Para responder à primeira questão, realizamos um levantamento de todos os tipos de argumentos encontrados e, em sequência, observamos a quantidade de cada tipo de argumento em números absolutos. Os dados foram compilados no quadro a seguir.

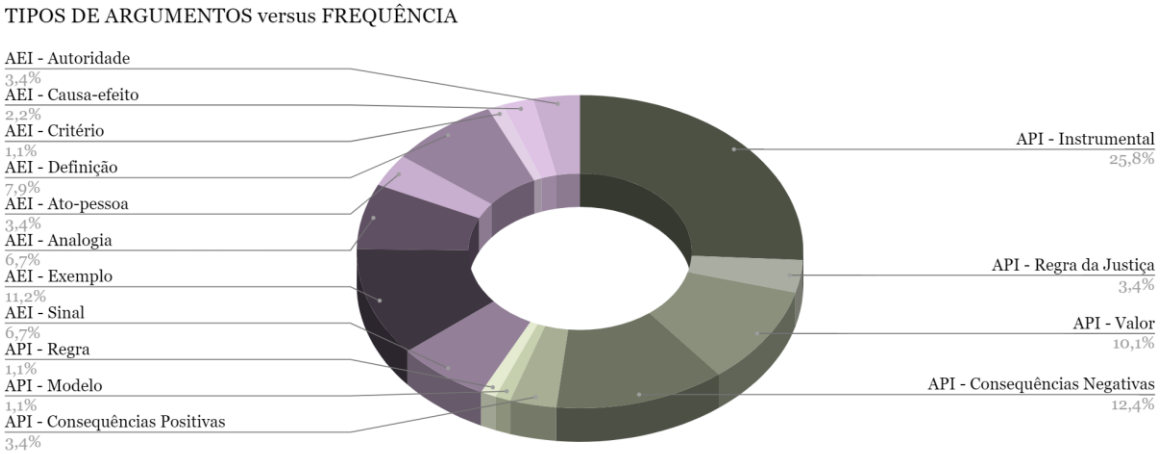
Quadro 154. Tipos de argumentos instanciados quantitativamente

TIPOS DE ARGUMENTOS	**QUANTIDADE**
API - Instrumental	23
API - Regra da Justiça	3
API - Valor	9
API - Consequências Negativas	11
API - Consequências Positivas	3
API - Modelo	1
API - Regra	1
AEI - Sinal	6
AEI - Exemplo	10
AEI - Analogia	6
AEI - Ato-pessoa	3
AEI - Definição	7
AEI - Critério	1
AEI - Causa-efeito	2
AEI - Autoridade	3
Total de argumentos instanciados	**89**

Fonte: elaborado pela autora.

Nesses dados, encontram-se todos os argumentos de cada tipo, sejam eles instanciados para refutação ou não. Utilizamos a ferramenta de criação do Google Gráficos para construirmos uma visualização da frequência desses tipos de argumentos, reproduzida a seguir.

Gráfico 1. Frequência dos tipos de argumentos instanciados no corpus



Fonte: elaborado pela autora.

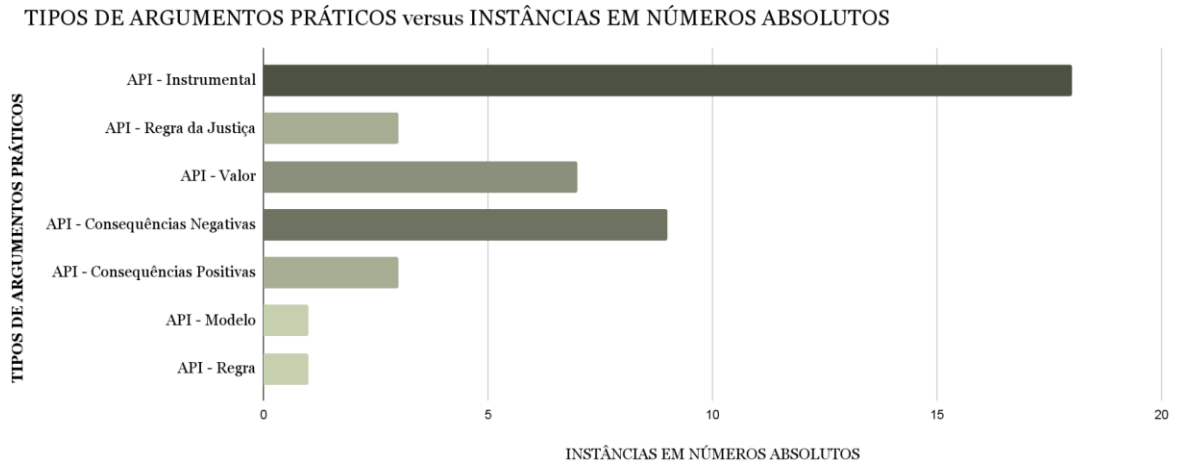
Em tons de verde, encontram-se os argumentos práticos, e em tons de roxo, encontram-se os argumentos epistêmicos. Pelo gráfico, podemos observar que a ocorrência de **Argumentos Práticos**, 57,3%, é superior à frequência de **Argumentos Epistêmicos**, correspondendo a 42,7% do total de argumentos instanciados.

Além disso, a alta recorrência dos **Argumentos Práticos Instrumentais** perfaz um total de 25,8%, mais de ¼ da incidência total de tipos de argumentos no *corpus*. A título de comparação, a partir do critério da recorrência, os argumentos seguintes são **Argumentos Práticos de Consequências Negativas**, representando 12,4% do total, e **Argumentos Epistêmicos por Exemplo**, representando 11,2% do total de argumentos instanciados.

Esses dados reforçam o status majoritariamente prático da discussão, que busca resolver um problema da/com a realidade presente. Dessa maneira, nossa opção por centralizarmos as observações desse argumentário nos raciocínios práticos se vê corroborada.

Para respondermos à primeira subquestão, (a.) *Quais os argumentos práticos mais instanciados?*, organizamos os argumentos práticos instanciados pelos articulistas no gráfico a seguir, excluindo-se os argumentos para refutação.

Gráfico 2. Tipos de argumentos práticos em números absolutos



Fonte: elaborado pela autora.

A partir da leitura do gráfico, observamos que, para essa discussão, a argumentação prática se manifesta principalmente em torno de propostas de ação, com os **Argumentos Práticos Instrumentais**, para corrigir uma realidade indesejada, mas também na projeção de **Consequências Negativas** indesejadas e na atribuição de **Valores**.

Apesar de discursivamente a justiça ser um tema recorrente, argumentos de **Regra da Justiça** aparecem apenas três vezes, indicando que essa não foi uma estratégia lógico-dialética tão recorrente quanto poderíamos assumir. O mesmo vale para a projeção de **Consequências Positivas**, também instanciadas apenas três vezes, indicando que esse não era o objetivo principal das argumentações; nesse sentido, o combate à realidade indesejada é aparentemente mais premente do que a defesa dos ganhos de uma ou outra proposta de ação.

A argumentação por **Modelo** a ser seguido e por **Regra** a ser respeitada surgem de maneira pontual, aparecendo apenas uma vez. Em termos de compreensão quantitativa do argumentário, esses argumentos não apresentam relevância considerável de análise.

Com a intenção de analisarmos o aspecto epistêmico da polêmica e respondermos à segunda subquestão, (b.) *Quais os argumentos epistêmicos mais instanciados?*, nos valemos do gráfico a seguir.

Gráfico 3. Tipos de argumentos epistêmicos em números absolutos

Fonte: elaborado pela autora.

O gráfico demonstra que a argumentação epistêmica se concentrou na **exemplificação** como estratégia de sustentação das teses, na disputa por **Definições**, na leitura indutiva de **Sinais** que levam a uma interpretação indicada pelos argumentadores, além das **Analogias** aproximando seres, grupos ou modos de agir.

Argumentos **Ato-Pessoa**, relacionando atores a seus atos, assim como o uso de fontes externas de **Autoridade**, foram menos frequentes, com apenas três instanciações cada, indicando que o foco da discussão não foi estabelecer a relação entre maneiras de agir e os agentes, nem de buscar em especialistas a base para sustentação da argumentação, ou seja, os argumentos foram, majoritariamente internos, valendo-se de dados pertinentes ao assunto em questão para a defesa das posições.

O argumento de **Causa-Efeito** foi instanciado apenas uma vez, o que o coloca à margem da interpretação do argumentário neste quesito.

A seguir, observamos a recorrência de cada tipo de argumento conforme a defesa da retirada ou manutenção dos monumentos.

5.1.1.2 Os eixos retirada e manutenção instanciam os mesmos tipos de argumentos?

Para responder a essa pergunta, iniciamos pela análise dos argumentos práticos. Para isso, são considerados apenas os argumentos instanciados que não tenham como objetivo a sua refutação (logo, excluímos do cálculo aqueles que, ao longo da dissertação, foram categorizados como 'argumentos para refutação'). Nesse sentido, podemos observar no quadro a seguir que existe uma diferença entre os dados apresentados na primeira seção deste capítulo, com os Argumentos Práticos Instrumentais diminuindo de 23 para 18 ocorrências.

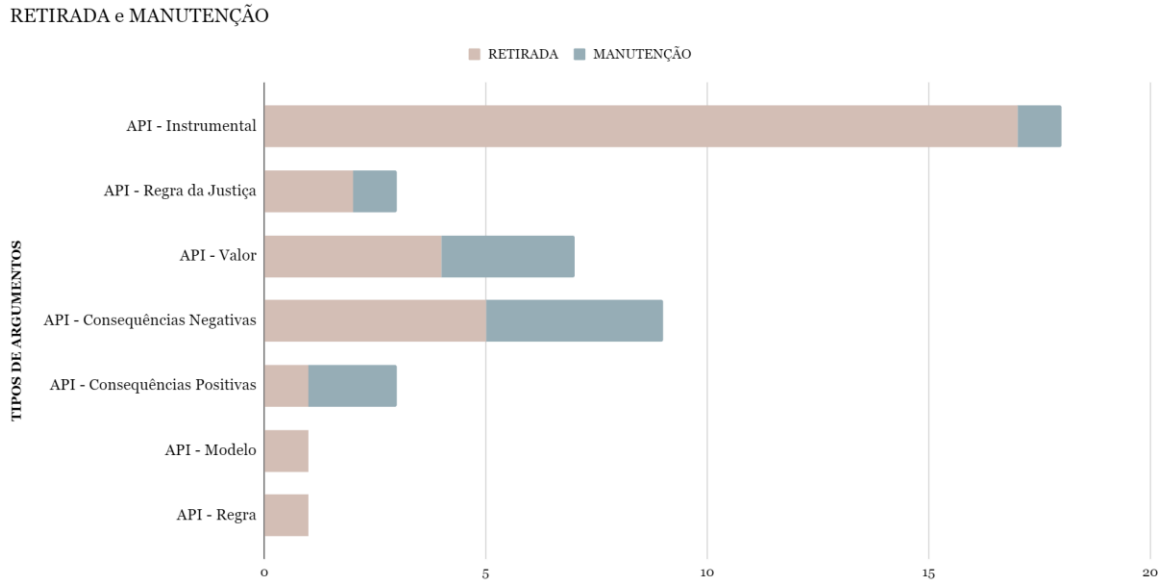
Quadro 155. Tipos de argumentos práticos instanciados quantitativamente

TIPOS DE ARGUMENTOS	**RETIRADA**		**MANUTENÇÃO**		**GERAL**	
API - Instrumental	17	54,84%	1	9,09%	18	42,86%
API - Regra da Justiça	2	6,45%	1	9,09%	3	7,14%
API - Valor	4	12,90%	3	27,27%	7	16,67%
API - Consequências Negativas	5	16,13%	4	36,36%	9	21,43%
API - Consequências Positivas	1	3,23%	2	18,18%	3	7,14%
API - Modelo	1	3,23%	0	0,00%	1	2,38%
API - Regra	1	3,23%	0	0,00%	1	2,38%
	31	**100,00%**	**11**	**100,00%**	**42**	**100,00%**

Fonte: elaborado pela autora.

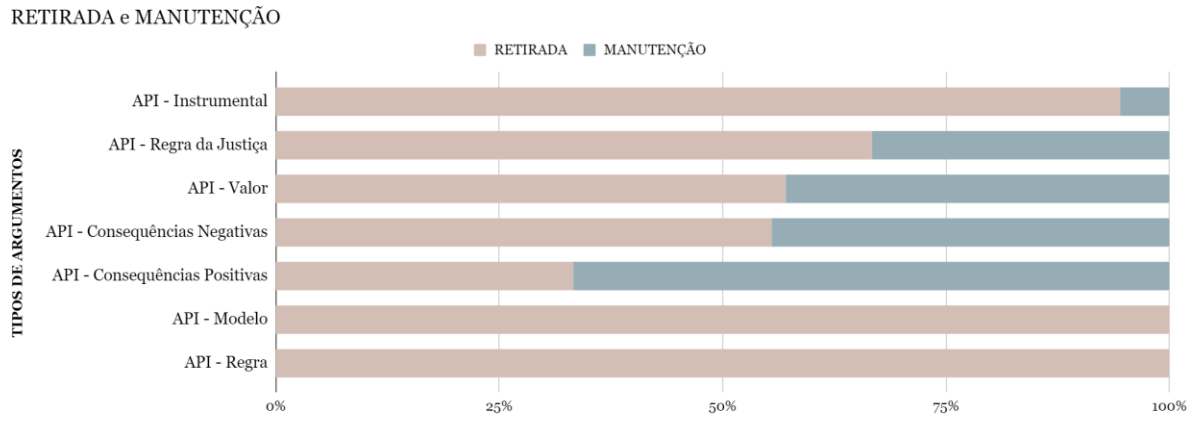
Trabalhamos aqui com o total de 42 argumentos práticos instanciados. Percebemos que os argumentos práticos foram majoritariamente utilizados por aqueles que são a favor da retirada dos monumentos, com 31 argumentos práticos, em comparação com os 11 argumentos a favor da manutenção. Organizamos esses valores nos gráficos a seguir.

Gráfico 4. Tipos de argumentos práticos em números absolutos separados entre retirada (em bege) e manutenção (em azul) dos monumentos



Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 5. Frequência de tipos de argumentos práticos separados entre retirada (em bege) e manutenção (em azul) dos monumentos



Fonte: elaborado pela autora.

É interessante observar que os **Argumentos Práticos Instrumentais**, apesar de representarem a maior parte dos argumentos instanciados, são utilizados majoritariamente em defesa da retirada dos monumentos.

O mesmo não ocorre com os argumentos de **Consequência Negativa**, instanciados com uma recorrência bastante similar pela retirada e pela manutenção, assim como os argumentos por **Valor**. Esses dados indicam que ambos os lados percebem e manifestam projeções ruins

acerca da concretização das ações defendidas pelo outro e também baseiam suas decisões em valores. No entanto, se observarmos esses dados a partir de um ponto de vista relativo, ou seja, percentual, Consequências Negativas correspondem a 21,43% do total de argumentos no eixo retirada, e 36,36% no eixo manutenção (cf. Quadro 153); isso indica uma diferença bastante significativa entre a expressão de raciocínios por Consequências Negativas entre os eixos, sendo muito mais relevante para o eixo da manutenção. O mesmo acontece com os argumentos por Valor, que representam 27,27% do total de argumentos para a manutenção, em contraste com a retirada que com 16,67% (cf. Quadro 153). Observamos que, pela quantidade de argumentos instanciados no eixo retirada ser consideravelmente superior do que o eixo manutenção em números absolutos, em valores relativos, os argumentos de Valor e Consequências Negativas apresentam muito mais relevância para o lado da manutenção, mesmo que com menos instâncias em números absolutos.

Os argumentos de **Consequências Positivas** foram instanciados em defesa, principalmente, da manutenção dos monumentos em valores absolutos. No entanto, essa importância se demonstra principalmente em valores percentuais, uma vez que corresponde a 18,18% dos argumentos desse grupo, em contraste com os argumentos pró-retirada, com 7,14% de relevância, menos do que a metade.

Os argumentos de **Regra da Justiça** foram majoritariamente instanciados na defesa da retirada dos monumentos, indo de encontro à busca por justiça defendida na remoção de monumentos incômodos. Não há diferença significativa entre os eixos retirada e manutenção.

Os argumentos por **Regra** e **Modelo** são instanciados apenas em favor da remoção dos monumentos.

Como vimos, a discussão prática aparece majoritariamente no discurso daqueles que não concordam com a permanência de monumentos ligados ao racismo e ao colonialismo no espaço público. Apesar da análise dos argumentos práticos ser o principal objetivo deste trabalho, entendemos que examinar alguns dados relativos à recorrência dos argumentos epistêmicos é produtivo, principalmente após verificarmos que os argumentos práticos encontram-se majoritariamente instanciados por um lado. A seguir, verificamos a recorrência dos argumentos epistêmicos e sua relação com os lados da polêmica para observarmos se algo parecido ocorre. Observemos o quadro a seguir com a relação da recorrência dos argumentos epistêmicos.

Quadro 156. Tipos de argumentos epistêmicos instanciados quantitativamente

TIPOS DE ARGUMENTOS	RETIRADA		MANUTENÇÃO		GERAL	
AEI - Sinal	2	12,50%	4	19,05%	6	16,22%
AEI - Exemplo	3	18,75%	7	33,33%	10	27,03%
AEI - Analogia	1	6,25%	4	19,05%	5	13,51%
AEI - Ato-pessoa	1	6,25%	2	9,52%	3	8,11%
AEI - Definição	8	50,00%	0	0,00%	8	21,62%
AEI - Causa-efeito	0	0,00%	2	9,52%	2	5,41%
AEE - Autoridade	1	6,25%	2	9,52%	3	8,11%
TOTAL	**16**	**100,00%**	**21**	**100,00%**	**37**	**100,00%**

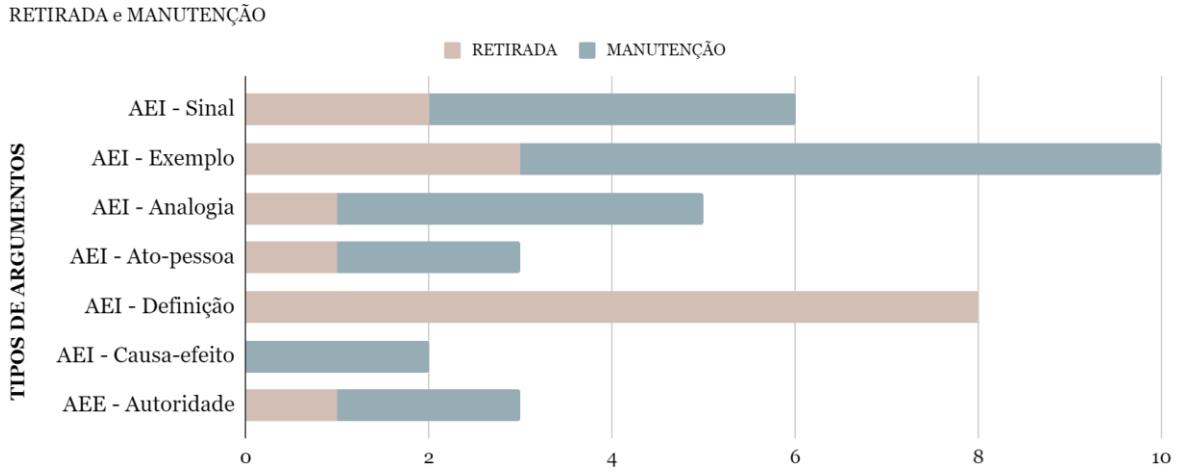
Fonte: elaborado pela autora.

Percebemos, de início, que há uma predominância de argumentos epistêmicos no corpus dos argumentadores pró-manutenção, com 21 ocorrências.

Comparando esses resultados com os argumentos práticos, é interessante notar que, para o lado da **retirada**, foram instanciados 31 AP (argumentos práticos) contra 16 AE (argumentos epistêmicos), nesse sentido, temos 1,93 AP para cada AE, praticamente o dobro. Já no eixo da manutenção, foram 11 AP contra 21 AE, com 1,9 AE para cada AP. É um resultado praticamente invertido da importância dos tipos de raciocínio por linha justificativa.

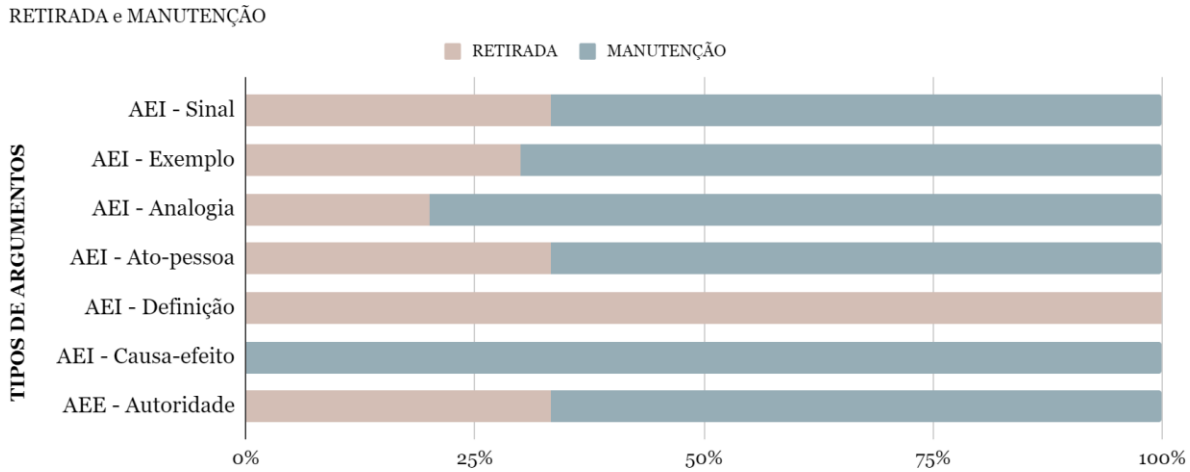
Apesar do raciocínio voltado para o fazer crer ser menos instanciado pelo lado da remoção dos monumentos, com 16 ocorrências em números absolutos, é possível afirmar que ambos os lados estão claramente disputando sentidos e crenças no espaço público através de uma intensa batalha sobre descrições e avaliações. Organizamos esses valores nos gráficos a seguir que auxiliam na compreensão dos dados.

Gráfico 6. Tipos de argumentos epistêmicos separados entre retirada (bege) e manutenção dos monumentos (azul) em números absolutos



Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 7. Frequência de tipos de argumentos epistêmicos separados entre retirada (bege) e manutenção dos monumentos (azul) em números absolutos



Fonte: elaborado pela autora.

Verificamos que, dentre os tipos de argumentos epistêmicos, o mais instanciado é o argumento por **Exemplo**, representando praticamente 27% do total de argumentos epistêmicos. Esse tipo de argumento apresenta maior recorrência na defesa da manutenção dos monumentos, o que vai ao encontro das inúmeras listas apresentadas pelos argumentadores para defenderem os seus pontos de vista. Podemos afirmar, portanto, com base no Quadro 154, que a principal estratégia argumentativa da manutenção dos monumentos é a exemplificação, com 33,33% do total de argumentos epistêmicos de tal grupo. Em contraposição, a retirada instancia apenas

três vezes esse tipo de argumento, representando 18,75% do total de argumentos epistêmicos desse grupo.

Já os argumentos por **Definição** são utilizados exclusivamente pela retirada dos monumentos e representam 50% do total de argumentos epistêmicos desse grupo (Cf. Quadro 154). Nesse sentido, percebemos que, para esse lado da polêmica, a busca por definir conceitos é a principal estratégia epistêmica. Um exemplo é a disputa pelo significado do que é revisionismo histórico, que não aparece como conceito pacífico. Enquanto um lado o utiliza como o processo de tentar reescrever o passado com os olhos de hoje, o que constituiria um julgamento injusto desse passado, em termos morais, a partir de nossos próprios valores presentes, o outro lado entende que a exaltação de bandeirantes é fruto de um revisionismo histórico e que não seria uma atitude injusta (ou revisionista) desconstruir um revisionismo prévio. Nesse sentido, a definição do termo surge como uma das principais estratégias argumentativas de caráter epistêmico na discussão.

Argumentos por **Sinal** e por **Analogia**, aparecem com a mesma frequência para o eixo da manutenção (4 ocorrências em números absolutos e 19,05% percentualmente), defendendo o posicionamento através de percepções da realidade que partem da interpretação dos argumentadores. Nesse sentido, aqueles a favor da manutenção se baseiam na atribuição de percepções como importante recurso argumentativo. Para o eixo da retirada, os argumentos por **Sinal** aparecem duas vezes, correspondendo a 12,5% do total de argumentos epistêmicos; em contrapartida, os argumentos por **Analogia** para esse grupo têm apenas uma ocorrência e correspondem a 6,25% do total. Expressivamente, o argumento por Analogia é muito mais importante para a manutenção do que para a retirada.

Embora menos recorrentes, argumentos de **Causa-Efeito** também são instanciados exclusivamente na defesa da manutenção dos monumentos, mas não são tão expressivos nem para esse eixo, correspondendo a apenas 9,52% da frequência total.

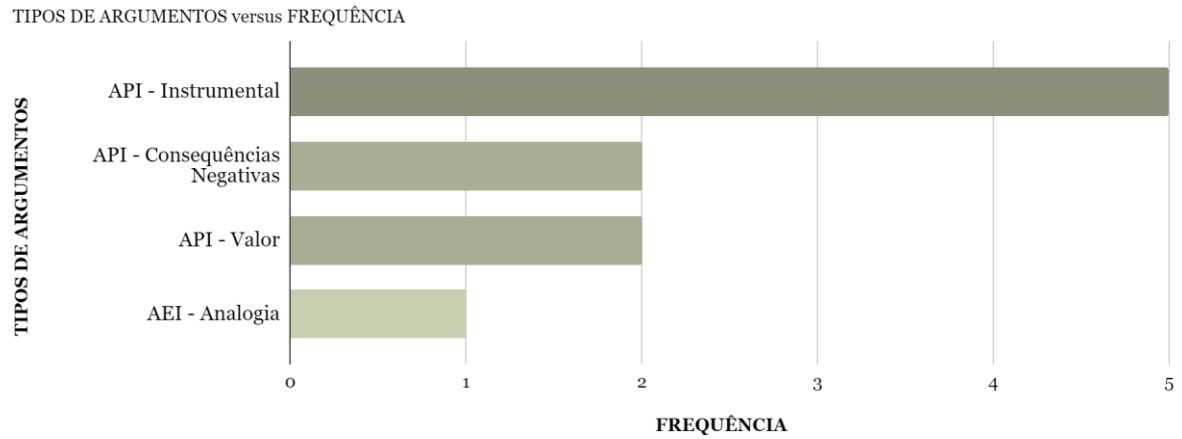
Tanto argumentos **Ato-Pessoa** quanto argumentos de **Autoridade** são instanciados por ambos os lados, com pouca expressão para ambos os eixos. No entanto, vale ressaltar que são mais recorrentes na defesa da manutenção dos monumentos no espaço público.

Seguimos para a última parte desta seção, focada nos argumentos para refutação em nosso *corpus*.

5.1.1.3 Quais foram os argumentos instanciados para refutação?

Os **argumentos para refutação** são analisados separadamente dos demais por suas características específicas. Consideramos que esses argumentos não correspondem nem necessariamente e nem exatamente às perspectivas defendidas pelos articulistas do outro lado. Eles são, em realidade, reconstruções realizadas estrategicamente pelos argumentadores de um lado em seus textos para se oporem a esses outros raciocínios e contestá-los argumentativamente. A seguir, apresentamos a relação da incidência desses argumentos no *corpus*.

Gráfico 8. Tipos de argumentos instanciados para refutação em números absolutos



Fonte: elaborado pela autora.

Majoritariamente, os argumentos instanciados para refutação são práticos, com 9 ocorrências de um total de dez argumentos. Cinco, ou 50% desses argumentos práticos, são **Instrumentais**; do valor total, os argumentos de **Consequências Negativas** e de **Valor** também aparecem, com duas ocorrências (20% cada). Nesse sentido, podemos afirmar que os principais tipos de argumentos práticos instanciados para argumentação também são os mais atacados.

Com relação à subquestão "*Qual a frequência dos argumentos instanciados para refutação para cada lado da polêmica?",* consideramos para as análises as informações disponíveis no quadro a seguir.

Quadro 157. Tipos de argumentos instanciados para refutação quantitativamente

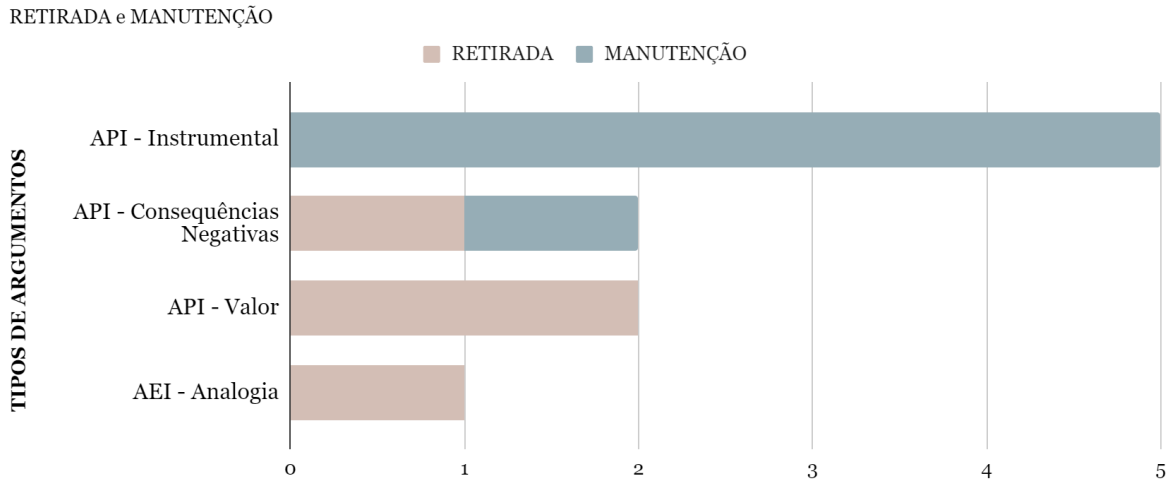
TIPOS DE ARGUMENTOS	RETIRADA	MANUTENÇÃO	FREQUÊNCIA TOTAL
API - Instrumental	0	5	5
API - Consequências Negativas	1	1	2

API - Valor	2	0	2
AEI - Analogia	1	0	1
TOTAL	**4**	**6**	**10**

Fonte: elaborado pela autora.

Colocando essas informações em um gráfico, ficamos com a seguinte visualização dos dados.

Gráfico 9. Tipos de argumentos para refutação separados entre retirada (bege) e manutenção (azul) dos monumentos em números absolutos



Fonte: elaborado pela autora.

Primeiramente, observamos que as refutações foram majoritariamente realizadas na defesa da manutenção dos monumentos. Nesse sentido, o dado de que os principais ataques serem aos argumentos **Instrumentais** são coerentes com o desenrolar da polêmica.

O argumento por **Valor** é atacado duas vezes, apenas por aqueles que defendem a retirada. Nesse sentido, o valor que o outro atribui a algo é questionado, indicando que os valores defendidos pelos defensores da manutenção não são compartilhados entre as partes.

As **Consequências Negativas** são refutadas uma única vez por cada lado; em termos da análise quantitativa de recorrência, elas seriam relevantes para o argumentário, no entanto, em termos de recorrência quanto ao posicionamento defendido, não.

Apenas um argumento por **Analogia** é refutado.

Dessa maneira, podemos considerar que não há uma real preocupação em trazer para o texto os raciocínios epistêmicos do outro lado para refutá-los, ou seja, o ataque ao outro eixo não é feito por meio de uma estratégia polifônica de internalização do argumento outro.

Na próxima seção, enfocaremos principalmente nas linhas justificativas de argumentação prática. Para essa organização, optamos por agrupar as diferentes linhas justificativas por temas.

5.1.2 Uma análise qualitativa do argumentário

Para organizar o argumentário, partimos da identificação da questão central a ser respondida ao longo da polêmica pelo questionamento "afinal, sobre o quê os articulistas estão debatendo?". Para elaborarmos a questão de uma maneira que realmente contemplasse o ponto de partida da discussão, inicialmente verificamos todas as linhas de justificativa individualmente, reelaborando a questão sempre que pertinente até chegar à versão final: *O que fazer com monumentos ligados ao racismo e ao colonialismo que ocupam o espaço público?*.

A elaboração aponta para uma questão central de raciocínio argumentativo prático, que envolve propostas de ação com potencial para melhorar a realidade indesejável no espaço público. Para uma melhora, é necessário debater o que fazer com estátuas, inscrições, dentre outras homenagens; optamos por nomeá-los como monumentos, seguindo a definição de Marschall (2020, p. 20), que entende os monumentos como materializações de homenagens de caráter celebratório. Não é, no entanto, qualquer monumento que está em debate: identificamos que o foco principal da argumentação recai sobre homenagens a personagens históricos – como Borba Gato e Pedro Álvares Cabral – e movimentos – como o bandeirantismo –, com a recorrência de estarem associados ao racismo e ao colonialismo, seja pelas ações que realizaram, seja pelas crenças que defendiam.

De maneira geral, separamos as linhas justificativas em três blocos; enquanto o primeiro bloco indica o posicionamento de que esses monumentos **não devem ser mantidos como estão** no espaço público, o segundo reflete o posicionamento de que esses monumentos **devem ser mantidos como estão** no espaço público; já o terceiro grupo é composto de **casos específicos**, que abrangem ações diretas relacionadas a determinadas homenagens, o que abarca propostas de intervenção relativas, por exemplo, à estátua de Borba Gato, ao Monumento às Bandeiras ou às casas bandeiristas.

Iniciaremos a análise das linhas justificativas a partir do primeiro grupo: a favor da retirada dos monumentos ou de intervenções nos mesmos. O ponto central desse grupo é a concordância sobre essas homenagens não poderem continuar como estão. As análises do segundo e terceiro grupo aparecerão respectivamente em sequência.

5.1.2.1 Justificativas para a não manutenção dos monumentos

O quadro a seguir apresenta esquematicamente as diferentes linhas de justificativa, resultantes de um agrupamento temático e presuntivo de um conjunto concernente de argumentos: reparação histórica, promoção da democracia, risco iminente/progresso vazio, estereótipos colonialistas e correção de revisionismo histórico prévio.

Quadro 158. Linhas justificativas do porquê os monumentos não devem ser mantidos como estão

Fonte: elaborado pela autora.

5.1.2.1.1 A reparação histórica

A primeira linha justificativa identificada é a da **reparação histórica**. Diversos autores defendem que os monumentos não podem continuar como estão porque é necessária uma retratação com os grupos que foram vítimas dos homenageados; dentro do tema, organizamos as respostas partindo da mais genérica à mais específica. Dessa maneira, a primeira razão defende que *a reparação histórica é desejável*, o que implica na valoração positiva de uma mudança de paradigma interpretativo com relação à história.

A segunda justificativa especifica quem devem ser os agentes de mudança: *o movimento racista e anticolonialista precisa ganhar o espaço que, hoje, é reservado a opressores históricos*; nesse sentido, a reparação histórica consiste em uma atribuição de agentividade às vítimas, e, por isso, a remoção dos opressores deve partir dos oprimidos, dos colonizados e dos que sofreram com o racismo promovido, ou realizado de fato, pelos homenageados.

A terceira razão atribui um modelo de conduta a ser seguido para lidar com as homenagens, *o Brasil precisa seguir modelos de sociedades desiguais e pós-coloniais como a nossa*, em referência aos diversos monumentos que foram retirados do espaço público na América Latina e na África; essa linha justificativa entende que o colonialismo está no cerne das desigualdades sociais – econômicas, políticas e representacionais – das populações colonizadas, historicamente marcadas pela exploração de suas riquezas e da força de trabalho em benefício de uma metrópole insaciável, processo que ainda hoje se reflete nos principais desafios a serem enfrentados por essas sociedades.

A linha justificativa da reparação histórica, em resumo, se embasa em processos históricos, geradores de desigualdades sociais, iniciados com o movimento colonial e que reverberam no presente. Nesta linha de raciocínio, a remoção de monumentos ligados ao racismo e ao colonialismo auxiliaria na promoção de uma reparação, no sentido de corrigir erros do passado em prol dos principais afetados, que é histórica, por indicar um processo duradouro de negação de direitos que necessita de intervenção para que não se perpetue.

5.1.2.1.2 A promoção da democracia

Associado ao raciocínio da linha justificativa anterior, identificamos a linha da **promoção da democracia**. Essa linha justificativa não foca nos processos históricos ligados a

grupos específicos, mas a um fazer democrático e plural, que abarca os grupos sociais da reparação histórica, mas a partir da perspectiva do presente.

A primeira razão apresenta a proposição geral de que *a retirada* [dos monumentos em debate] *contribui para a promoção de um espaço mais democrático*; ela parte da pressuposição de que o espaço público não é democrático, ou não é democrático o suficiente, e entende a retirada de monumentos ligados ao racismo e ao colonialismo como meio de promover um espaço que não apaga ou nega a história ou a realidade dos principais afetados, corrigindo um presente indesejável. Essa linha de justificativa também prevê que a retirada de símbolos deva seguir um debate democrático, respeitando a pluralidade de perspectivas acerca das homenagens e a negociação ativa sobre o espaço público, entendido como um espaço de participação coletiva sobre o qual a tomada de decisões deve partir de acordos entre as partes interessadas.

A segunda razão, *a retirada contribui para a construção de um futuro que valha a todos*, projeta uma consequência positiva da remoção dos monumentos quanto a um fazer democrático que impacta o futuro de nossa sociedade; dessa maneira, relaciona-se com a ideia de que um espaço efetivamente democrático não mantém homenagens a figuras responsáveis por genocídios de povos que compõem o tecido social de uma nação dita democrática.

A terceira razão é não apenas mais direta quanto à necessidade de um espaço plural pautado na democracia, como ainda projeta os meios democráticos pelos quais a avaliação de cada homenagem deve ser feita, sendo sua elaboração *é desejável um espaço público mais democrático e igualitário, com a avaliação de homenagens por comissões inclusivas*. Subjaz a essa justificação um valor positivo atrelado à igualdade e à democracia, que se mantém na proposta de ação de construção de comissões inclusivas para avaliar os monumentos; nesse sentido, as homenagens não seriam removidas do espaço público a bel prazer de uma parcela social que se incomoda com elas, mas a partir de um processo racional que busque determinar a simbologia de cada representação, bem como seu impacto e sua relevância para o espaço público; além disso, a inclusividade indica que a participação das populações afetadas pelo racismo e pelo colonialismo seria um meio de corroborar com a reparação histórica, no sentido de viabilizar a participação ativa de grupos que antes, quando da construção do monumento, não puderam contribuir para a decisão.

Em resumo, a linha justificativa de **promoção da democracia** versa sobre (i) a necessidade de remoção dos monumentos como meio para se atingir a democracia plena no espaço público, e também sobre (ii) a necessidade de que as decisões tomadas sobre o espaço

público também partam de processos democráticos e plurais, com destaque à participação dos grupos afetados. Nesse sentido, a democracia é entendida tanto como o meio de ação, assim como o fim, objetivo desejável a ser alcançado.

5.1.2.1.3 Risco iminente/progresso vazio

A terceira linha de justificativa denuncia um **risco iminente** de um **progresso vazio**. A resposta à questão do que fazer com os monumentos é que *a manutenção põe em risco as vítimas históricas e são um sinal de um progresso vazio*. Nesse sentido, manter os monumentos indicaria uma continuidade do apagamento/silenciamento das vítimas históricas desses atores, porém, enquanto os símbolos representados encontram-se no passado, as vítimas continuam a existir, demonstrando uma continuidade da violência perpetuada nos monumentos[48]. Dessa maneira, o progresso social, que em uma perspectiva positivista deveria ocorrer junto com o passar do tempo de maneira evolucionista, sendo melhor a cada dia, não se sustenta, pois a violência passada ainda se reproduz no presente, de maneira que a manutenção desses símbolos sustenta as crenças e valores que estão por detrás das injustiças perpetuadas em detrimento dos que sofreram, ainda sofrem e poderão continuar a sofrer se essas crenças e valores, representadas nos monumentos, não forem questionadas e, preferencialmente, rejeitadas. A rejeição ao racismo e ao colonialismo parte, portanto, da remoção das homenagens aos seus agentes e às suas ações.

5.1.2.1.4 Estereótipos colonialistas

A quarta linha justificativa engloba os **estereótipos colonialistas** supostamente representados nos monumentos. Nesse sentido, a primeira razão, *a presença reforça as simbologias racistas e imaginários coloniais no espaço público*, implicitamente advoga pela remoção ou intervenção nos monumentos, uma vez que, a manutenção deles promove o racismo, através da materialidade simbólica, e o colonialismo, pela projeção de um passado utópico. Essa resposta pressupõe um acordo sobre a valoração negativa do racismo e do colonialismo, como movimentos nocivos e que não devem ser representados no espaço público.

[48] Vale mencionar que o risco não é especificado em nenhum momento e nossa interpretação parte do arcabouço teórico do primeiro capítulo, além do conjunto das análises.

A segunda razão abarca a discussão por um viés mais específico ao entender que a inação frente aos monumentos *a presença privilegia a branquitude europeia subtraindo a centralidade dos outros povos formadores da nação brasileira*. Por branquitude, entendemos diversas crenças, valores, ações e estruturas sociais que partem de uma suposta superioridade daqueles que se consideram brancos, em especial descendentes de europeus, em detrimento dos demais povos que compõem o tecido social brasileiro. Schwarcz (2019) explica, em seu livro *Sobre o autoritarismo brasileiro*, como a constituição da subjetividade do povo brasileiro esteve pautada em políticas públicas que entendiam as diversas "raças" que compunham nossa sociedade como afluentes de um rio, sendo o branco, o mais influente, caudaloso e que deveria diluir os demais, menos volumosos, na criação de um povo plural, porém com claras raízes, crenças e valores europeus. Em resumo, é contra esse raciocínio de suposta superioridade racial que a remoção de monumentos deve atuar. Se entendemos que os demais povos que compõem o território brasileiro, com suas crenças, valores e culturas, não são inferiores, se não compactuamos com uma perspectiva racista sobre nosso próprio povo, então não faz sentido manter homenagens que reforçam **estereótipos racistas e colonialistas.**

5.1.2.1.5 Correção de revisionismo prévio

A última linha justificativa em prol da não manutenção dos monumentos entende que remoções ou intervenções corrigem um **revisionismo prévio** com relação aos bandeirantes. Como as principais homenagens questionadas no espaço público brasileiro na discussão são aquelas ligadas ao movimento bandeirante, e entendendo que o movimento bandeirante está ligado tanto ao racismo quanto ao colonialismo, entendemos que essa linha justificativa não faz parte de um caso específico. Nesse sentido, a resposta à questão envolve uma proposta de ação quanto a uma crença, o que torna esse raciocínio limítrofe. Elaborada como *a remoção dos monumentos corrige revisionismo prévio sobre o bandeirantismo*, essa razão parte do reconhecimento de um movimento anterior ao presente que manipulou a perspectiva histórica acerca dos bandeirantes, o que resultou nas homenagens que temos hoje no espaço público. Entendendo o revisionismo como negativo e indesejável, manter esses monumentos implica aceitar esse movimento prévio de reescrita parcial dos feitos bandeirantes. Portanto, a correção dessa narrativa equivocada seria positiva. Essa última linha de justificativa pressupõe um movimento contrário, ou seja, de acusação de revisionismo histórico, acusação que o lado pró-manutenção realiza diversas vezes no tocante às propostas de retirada dos monumentos. Nesse

sentido, manter o “na verdade”, auxilia na correção desse equívoco interpretativo, uma vez que, afinal, o revisionismo foi realizado previamente, agora seria apenas uma correção.

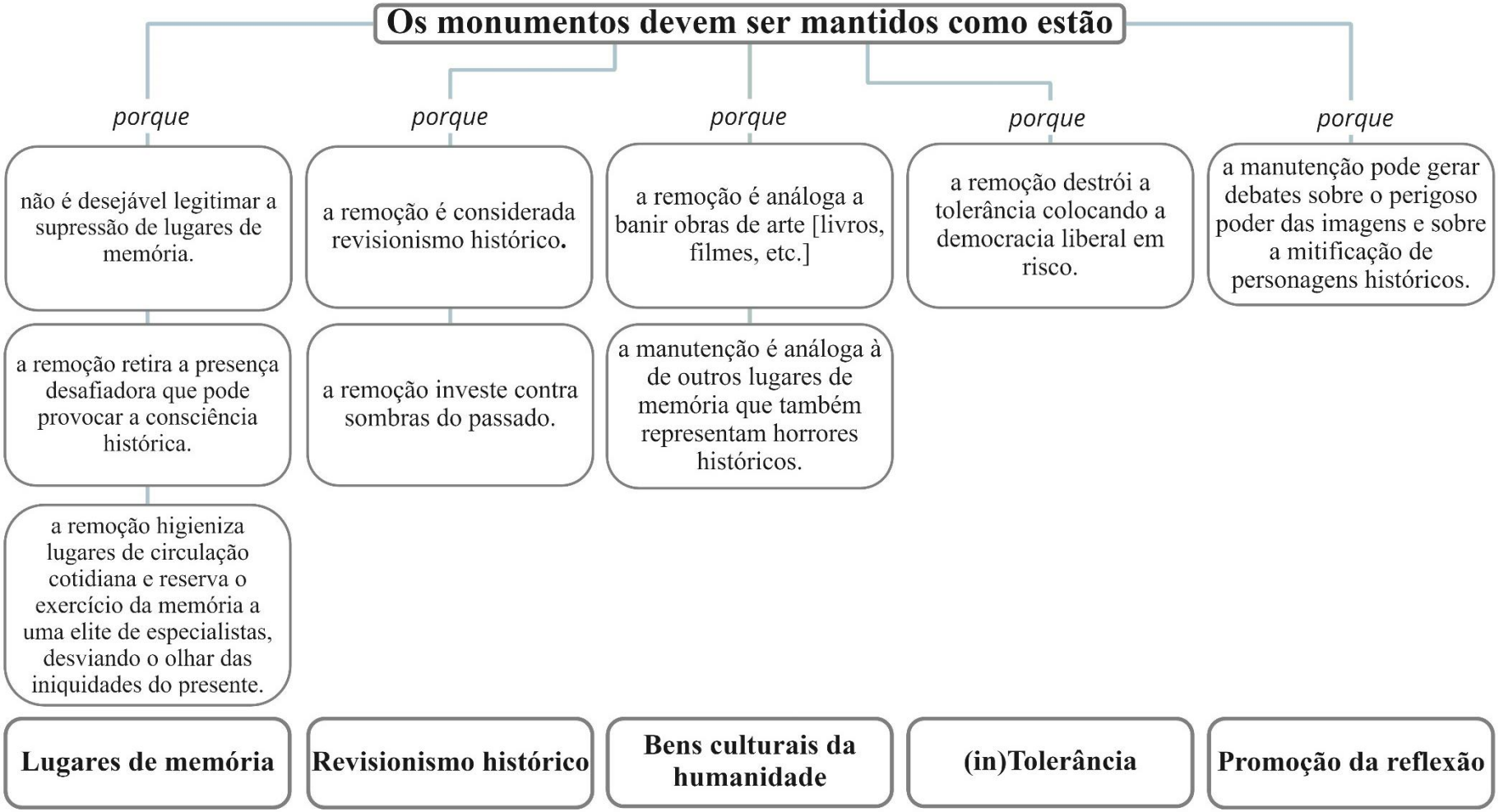
De uma maneira geral, aqueles que defendem um posicionamento contra a manutenção dos monumentos o fazem através do questionamento dos símbolos, quanto a o quê e quem representam, atrelados ao impacto da permanência deles no espaço público. Nesse sentido, esses argumentadores entendem que é necessário avaliar o conteúdo simbólico específico de cada monumento na tomada de decisão.

5.1.2.2 Justificativas para a manutenção dos monumentos

O segundo grupo em análise é composto pelas linhas justificativas daqueles que são **a favor da manutenção dos monumentos** no espaço público. Para esses argumentadores, é preciso deixar as construções simbólicas como estão, uma vez que tanto a destruição quanto a remoção seriam negativas.

Ao contrário do primeiro grupo, que questiona as figuras representadas nas homenagens, o que simbolizam e sua relação com desigualdades sociais históricas, o segundo grupo aborda a questão de uma maneira mais generalizada, entendendo os monumentos como marcas de uma sociedade no espaço público, como lugares de memória de uma nação.

Quadro 159. Linhas justificativas do porquê os monumentos devem ser mantidos como estão



Fonte: elaborado pela autora.

5.1.2.2.1 Lugares de memória

A primeira linha justificativa do segundo grupo responde à questão prática entendendo que os monumentos devem permanecer no espaço público como estão porque são **lugares de memória**. A primeira razão dessa linha justificativa, *não é desejável legitimar a supressão de lugares de memória*, associa monumentos públicos a lugares de memória, espaços destinados à lembrança que congelam uma significação e que estão atrelados à identidade do povo que os construiu; nesse sentido, permitir que lugares de memória sejam suprimidos equivale a compactuar com violências à história daqueles que se identificam com o que está representado ali. A indesejabilidade parte do valor negativo atribuído à destruição da memória coletiva.

A segunda razão parte do discurso de que *a remoção retira a presença desafiadora que pode provocar a consciência histórica*; implicitamente, essa resposta entende que monumentos podem ser incômodos para algumas populações, mas de uma maneira desafiadora, entendida como positiva. O desafio é definido a partir do valor positivo atrelado à construção da consciência coletiva acerca de figuras e acontecimentos do passado; dito de outra forma, a presença de tais monumentos poderia incitar uma reflexão sobre a problemática a que eles estão ligados.

A última razão dessa linha justificativa parte da concepção de que *a remoção higieniza lugares de circulação cotidiana e reserva exercício da memória a uma elite de especialistas, desviando o olhar das iniquidades do presente*. A complexidade do raciocínio se manifesta na elaboração do argumento, uma vez que instancia diversas camadas de compreensão acerca do problema: entende que lugares de circulação cotidiana são palco da diversidade de expressões e experiências de suas populações e que higienizá-los – no sentido de limpeza estética, ética e cultural – é negativo. A palavra higienização está atrelada a diversos movimentos que removem o indesejável do espaço público, normalmente aplicado a grupos minoritários e marginalizados que "refletiriam" a pobreza, a sujeira, o perigo e a feiura indesejáveis. O argumento recupera esses sentidos, no entanto, aplica-o a uma perspectiva hegemônica, uma vez que a higienização ocorreria em um marco memorial. Abarca ainda da exclusão da atividade mnemónica, reservando-a para especialistas, correspondentes aqui a uma elite intelectual e cultural que se entende como autoridade acerca do que deve ou não pertencer ao espaço público, partindo da exclusão dos grupos que se sentem representados pelos monumentos em questão. Há ainda a compreensão de que o presente apresenta desafios próprios que não serão superados com reparações históricas, pelo contrário, focar nos monumentos "desvia" a atenção dos problemas da contemporaneidade.

Em resumo, essa linha justificativa parte do princípio de que a parte da memória coletiva representada pelos monumentos deve estar acessível, dado que tem o potencial de levar à conscientização. Isso é apenas garantido pela preservação de monumentos, atitude essa que viabiliza a expressão de sua função social e identitária.

5.1.2.2.2 Revisionismo histórico

A segunda linha justificativa é a do **revisionismo histórico**. Como primeira razão, temos a presunção de que *a remoção é considerada revisionismo histórico*. Sob essa perspectiva, entende-se que os monumentos são equivalentes a documentos históricos, no sentido de preservarem de maneira fiel o passado; logo, remover materializações de períodos históricos parte da não aceitação do passado e indica uma tentativa de mudar o que aconteceu.

No mesmo sentido, a segunda razão entende que *a remoção investe contra sombras do passado*. A incerteza acerca do que se imagina, do que se entende sobre o passado é marcada pelas "sombras", que não o passado em si; investir contra uma projeção do que já aconteceu tem valor negativo e, portanto, não deve ser realizado, uma vez que isso não afetaria concretamente o presente.

Essa linha justificativa, portanto, parte da crença de que homenagens materializadas equivalem a patrimônio histórico, por refletirem marcas de como sociedades anteriores pensavam e agiam e, nesse sentido, pelo fato de nos encontrarmos temporalmente em um momento para o qual não se pode voltar, qualquer ação revisionista é desprovida de sentido.

Como vimos no primeiro grupo, o revisionismo histórico encontra-se em tensão, não quanto à sua definição ou à sua indesejabilidade – pelo contrário, há um acordo entre as partes acerca dessas características–, mas sim quanto a quais práticas poderiam ser definidas como tal. Para o primeiro grupo, uma ação revisionista foi aplicada aos feitos bandeirantes, culminando em homenagens no espaço público, enquanto, para o segundo grupo, o revisionismo ocorre quando se contesta um patrimônio público a partir de valores contemporâneos, como na busca pela reparação histórica. Esse debate demonstra como existem perspectivas muito diversas acerca de como o revisionismo histórico pode ser manifestado, mas ambas recaem na interpretação do passado. O segundo grupo não discute a denúncia do revisionismo prévio sobre a história dos bandeirantes, porque isso não parece importar, pois se trata de uma perspectiva, um ponto de vista, de um fazer histórico passado, que deve ser preservado justamente por isso.

5.1.2.2.3 Bens culturais da humanidade

É nesse sentido que se desdobra a terceira linha de justificativa do segundo grupo ao defender que monumentos são **bens culturais da humanidade**. A primeira razão envolve uma analogia entre bens culturais e monumentos: *a remoção é análoga a banir obras de arte [livros, filmes, etc.]*. Parte-se, então, da concepção de que monumentos encontram-se na mesma categoria que livros, por serem documentos históricos acerca dos pensamentos e pontos de vista do passado.

Essa perspectiva vai ao encontro da segunda razão, que se ancora na presunção de que *a manutenção é análoga a de outros lugares de memória que também representam horrores históricos*[49]. Esse posicionamento parte da compreensão de que a história também é composta por eventos horrorosos, vergonhosos, desprezíveis, que assustam por irem contra a própria humanidade, e que apagar resquícios de tais horrores não contribui para manter viva a consciência sobre o passado – pelo contrário, dificulta a possibilidade de reflexão.

Em resumo, essa linha justificativa preza pelo valor simbólico cultural que monumentos têm, no sentido de patrimônio e de preservação do passado através de suas crenças e valores, aparentemente essenciais para o presente no sentido de consciência coletiva. No entanto, se considerarmos que monumentos são essencialmente celebrativos, entendendo que eles são construídos para homenagear algo, existe uma distinção muito clara entre monumentos e livros, ou monumentos e Auschwitz, o cais do Valongo e a cúpula de Genbaku (exemplos citados como equivalentes). Livros e lugares onde horrores aconteceram não são "bens" celebratórios. Seria inclusive desumano entender a preservação de Auschwitz, por exemplo, como uma celebração, uma homenagem às ideologias nazi-fascistas. Nesse sentido, a aproximação de monumentos a outros bens culturais remove deles o conceito de celebração, como um marco duradouro de homenagem. A celebração encerra-se no passado, no momento da construção, e não no presente, pois foi transformada pelo tempo em patrimônio, em resquício material do passado.

5.1.2.2.4 (in)Tolerância

[49] A segunda razão também poderia ser inserida na linha justificativa de "lugares de memória", por encontrar-se em um limiar entre ambos os aspectos. No entanto, nossa opção de a agruparmos com as justificativas de "bens culturais da humanidade" se dá pela aproximação entre monumentos e outros resquícios materiais do passado que surgem na argumentação.

A quarta linha justificativa acerca da manutenção dos monumentos no espaço público é a da **(in)Tolerância**, representada assim pois realiza um duplo movimento: defende-se primordialmente a tolerância, enquanto ataca-se a intolerância contra monumentos. Parte-se da presunção de que *a remoção destrói a tolerância colocando a democracia liberal em risco*. Tal raciocínio envolve dois conceitos-chave: (i) a tolerância liberal e (ii) a democracia. A democracia aparece intrinsecamente atrelada ao valor da tolerância, no sentido de ser capaz de conviver com o outro, com o diferente, mesmo que esse outro/diferente esteja relacionado historicamente a violências racistas e colonialistas. Aqui, advoga-se pela convivência harmônica e pacífica entre os povos, um objetivo utópico que ignora os desdobramentos do colonialismo; ignora-se a desigualdade social, pautada majoritariamente pelo racismo, estrutural ou não, promovido por séculos de justificativas para a escravização de negros e indígenas; ignora-se que uma democracia não pode existir sem que haja efetiva representação de suas populações e, portanto, também ignora-se a pluralidade de histórias, memórias e pontos de vista que devem conviver em sociedades pautadas pela tolerância liberal, teorizada por Locke. A intolerância prévia contra os povos que hoje se revoltam contra monumentos é desconsiderada na argumentação, portanto, os conceitos são invocados aqui a partir de uma perspectiva colonialista homogeneizada, em que as diferenças sociais não deveriam existir para que uma sociedade possa funcionar plenamente. Curiosamente, ao se defender o convívio com o outro/diferente defende-se que o outro/diferente não exista, pois é necessária a tolerância, entendida como a não reivindicação de perspectivas outras que não a hegemônica.

5.1.2.2.5 Promoção da reflexão

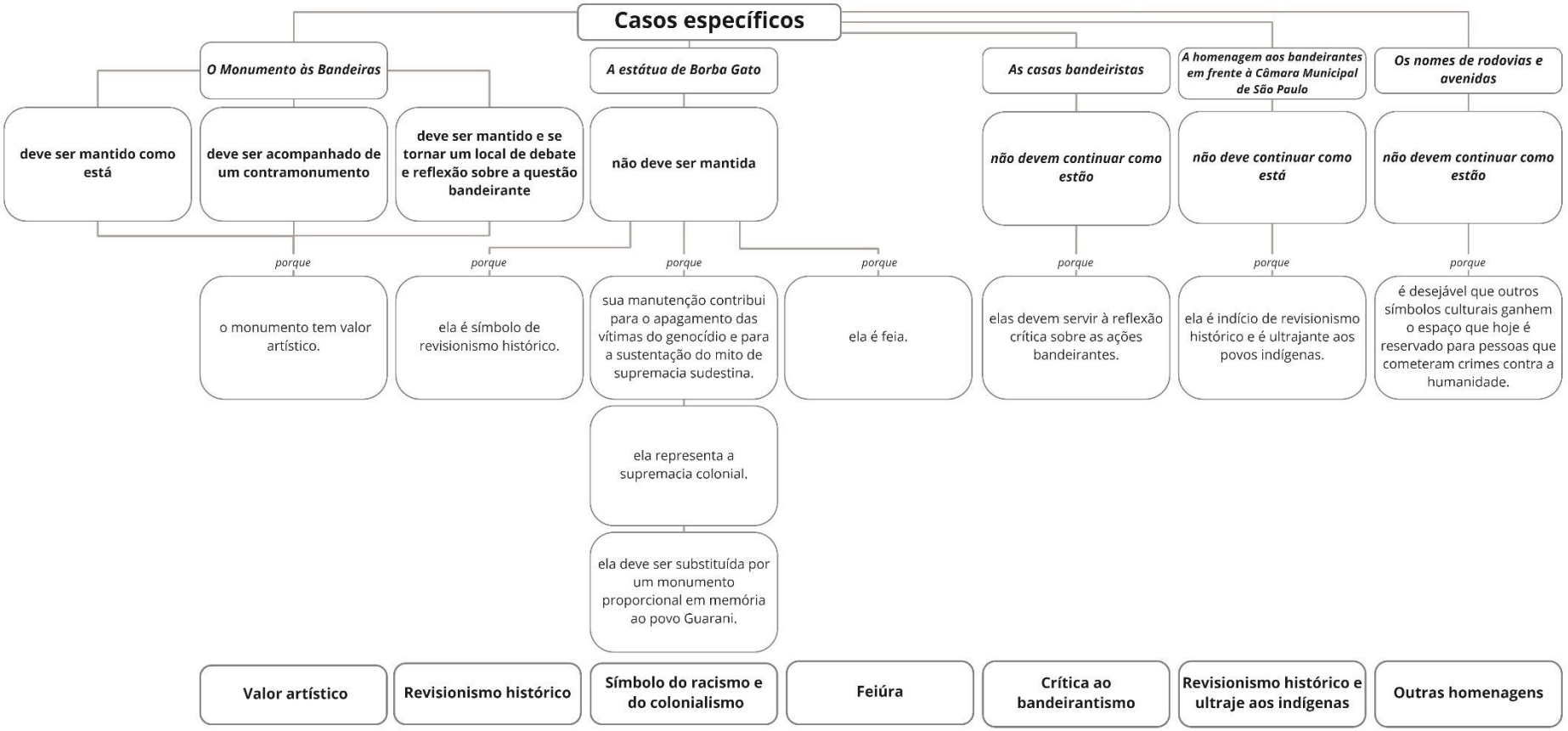
A última linha justificativa desse grupo é a da **promoção da reflexão**. Nesse sentido, monumentos devem continuar como estão porque *a manutenção pode gerar debates sobre o perigoso poder das imagens e sobre a mitificação de personagens históricos*. Aqui a possibilidade de reflexão e consciência aparece com valor positivo. O debate sobre o "perigoso poder das imagens" assim como a "mitificação de personagens históricos" é suficiente para manter monumentos no espaço público. O "poder das imagens" abrange a reverberação simbólica do que está representado, o que indica que o conteúdo dos monumentos é considerado de alguma forma nessa defesa, e ele é considerado perigoso por indicar que os resultados da construção de homenagens podem ser negativos; no mesmo sentido, a "mitificação de personagens históricos" demonstra um alinhamento quanto à possibilidade de

revisionismo acerca de figuras do passado, que podem se transformar em mitos, em entidades que vão muito além de si mesmas e passam a significar narrativas fantasiosas. Em resumo, apesar da negatividade atrelada aos monumentos, eles devem ser mantidos, para que seu conteúdo tenha a possibilidade de ser debatido. Essa linha justificativa parece bastante frágil, pois se pauta em algumas das principais reivindicações do primeiro grupo, usadas aqui para defender o oposto; se é perigoso que existam imagens que mitificam personagens históricos no espaço público, a possibilidade de que haja um debate compensa os riscos? Aqui, os riscos parecem conversar com a linha justificativa do **risco iminente/progresso vazio** do primeiro grupo. No entanto, em nenhum dos casos é nomeado qual seria o risco ou o perigo atrelados aos monumentos.

5.1.2.3 Justificativas para casos específicos

Veremos a seguir o terceiro grupo, que abarca respostas relacionadas a monumentos específicos, como pode ser observado no quadro.

Quadro 160. Linhas justificativas a respeito de monumentos específicos

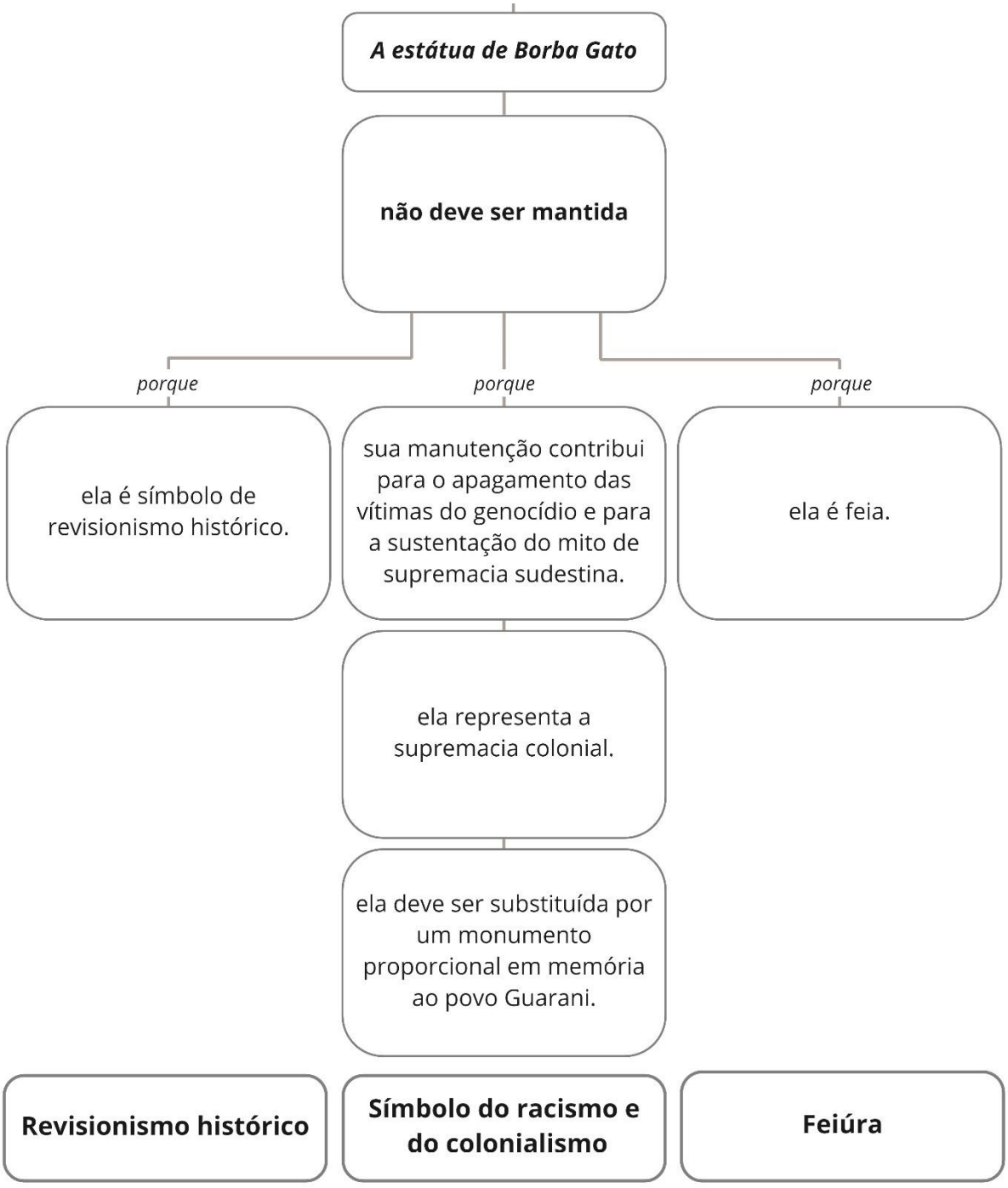


Fonte: elaborado pela autora.

5.1.2.3.1 Justificativas para não manutenção da estátua de Borba Gato

Iniciamos nossas análises pela resposta à questão enfocando, explicitamente, a **estátua de Borba Gato**.

Quadro 161. A estátua de Borba Gato não deve ser mantida porque



Fonte: elaborado pela autora.

Há apenas uma proposta de ação para essa estátua: ela **não deve ser mantida** no espaço público. A primeira linha de justificativa dessa PA é a do **revisionismo histórico**, que defende que a estátua deve ser removida porque *ela é símbolo de revisionismo histórico*. Novamente, o revisionismo histórico aparece em disputa; no caso, ele corresponde ao processo que influenciou na interpretação do passado e possibilitou a construção dessa estátua.

A segunda linha de justificativa é sobre sua representação: ela é símbolo do racismo e do colonialismo; nesse sentido, o símbolo em disputa é o conteúdo da representação: um bandeirante, genro de Fernão Dias, agente do colonialismo expansionista, predatório e genocida, atrelado ao racismo que atacou, escravizou e dizimou indígenas e negros ao longo de suas atividades. A primeira razão, "*sua manutenção contribui para o apagamento das vítimas do genocídio e para a sustentação do mito de supremacia sudestina*", implicita a denúncia de que homenagear o algoz apaga suas vítimas; além disso, essa estátua ajudaria a reforçar o mito de que o sudeste é superior às outras regiões e, consequentemente, aos povos dessas regiões. A segunda razão, a de que *a estátua representa a supremacia colonial*, remonta ao discurso de que o passado colonial, pautado pela relação de Brasil com Portugal, pela nossa conexão com a Europa, é sinônimo de grandeza e de que o que foi realizado nesse período é motivo de orgulho, afinal, a metrópole civilizada precisava subjugar os demais povos "primitivos", "pagãos" e "inferiores". A última razão dessa linha justificativa entende que *a estátua deve ser substituída por um monumento proporcional em memória ao povo Guarani*; nesse aspecto, aproxima-se à linha justificativa da **reparação histórica**, uma vez que implicita que existem vítimas do processo colonial, representado na violência com os demais povos, com especial dizimação dos povos originários, dos quais os Guarani, que habitavam a região de São Paulo e do Vale do Paraíba, são reconhecidamente algumas das principais vítimas dos bandeirantes e que, por isso, deveriam ser homenageadas no lugar de um símbolo da violência sofrida.

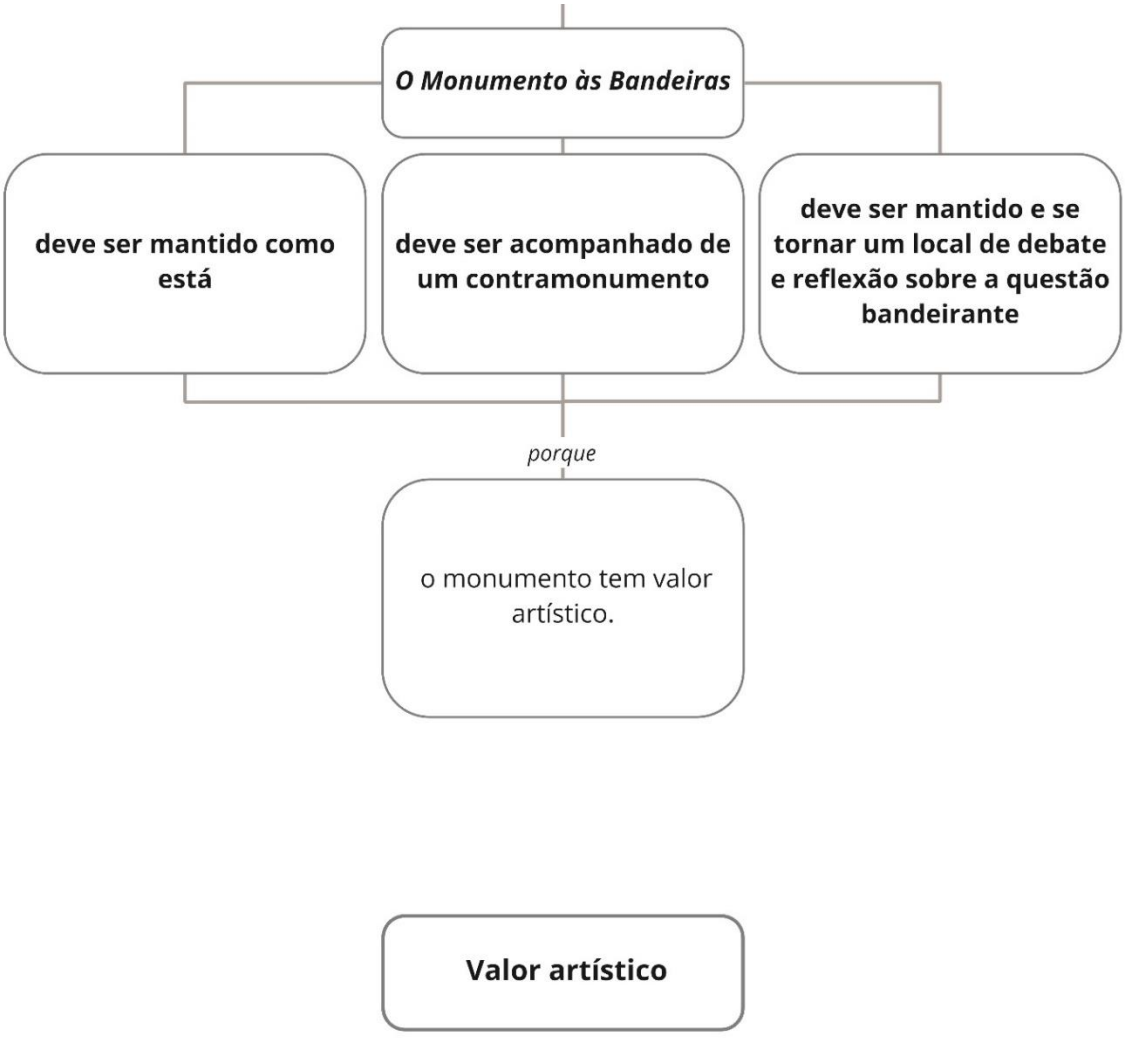
A terceira linha justificativa é a da feiura: *a estátua é feia*; nesse caso, o valor estético justifica e reforça o apelo pela retirada do monumento. Sobre esse aspecto, vale mencionar que Roberto Dias, por exemplo, defensor da manutenção dos monumentos no espaço público, está em acordo a respeito da perspectiva estética; ele também concorda que a estátua seja feia e reconhece que isso influencia no apelo da reivindicação. Está implícito, portanto, que a beleza e a feiura aparecem como valores determinantes na discussão sobre o espaço público, alterando a discussão sobre a estátua do conteúdo, como nas duas primeiras respostas, para a sua forma. Entendemos, portanto, que o apelo para a retirada de Borba Gato parte de três frentes: (i) a

leitura histórica que levou a sua construção; (ii) a figura representada imageticamente; (iii) a valoração estética do monumento.

5.1.2.3.2 Justificativas para a manutenção do Monumento às Bandeiras

O Monumento às Bandeiras aparece significativamente em nosso corpus, normalmente em oposição ao primo feio, a estátua de Borba Gato. Existe uma valoração muito específica atribuída à forma desse monumento, considerado uma obra de inegável valor artístico, representativa de um movimento cultural extremamente relevante para a história nacional – o modernismo, que possibilitou a emergência de expressões artísticas efetivamente brasileiras. Segue a organização das respostas e de sua linha justificativa.

Quadro 162. O Monumento às Bandeiras deve ser mantido porque



Fonte: elaborado pela autora.

Todas as propostas de ação partem de uma única justificativa: o valor artístico, a partir da razão "*o monumento tem valor artístico*". Em oposição à feiura de Borba Gato – que, aparentemente não têm valor artístico na discussão –, existe uma beleza implícita, marcada no acordo generalizado entre as partes sobre sua manutenção. É interessante observar que quem instancia a necessidade de manutenção do Monumento às Bandeiras no espaço público pela forma – caracterizada pelo seu valor artístico e estético – são aqueles que se colocam contra a manutenção dos demais monumentos pelo conteúdo. Vale questionar: o valor artístico tira a carga negativa atribuída ao racismo e ao colonialismo? Aparentemente sim. Existe aqui uma espécie de reserva toulminiana, ou seja, os monumentos ligados ao racismo e ao colonialismo devem ser removidos do espaço público pelo que representam, **a não ser que** eles tenham valor artístico. Essa condição implica ignorar a carga semântica dos monumentos extensamente debatida, defendida e argumentada, em detrimento de uma suposta beleza, de um suposto valor que esse monumento, em específico, tem.

Nesse debate sobre o valor artístico, precisamos ponderar o que indica esse valor. O Monumento às Bandeiras foi erguido por Victor Brecheret em um processo de revisionismo histórico ligado a questões políticas, atrelado à reivindicação da importância de São Paulo no cenário nacional, após perder a Presidência da República com o golpe de Getúlio Vargas, depondo Júlio Prestes; a Revolução de 1932; e também perder o poder político e econômico com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, que abalou a elite cafeeira do estado. Já a erição da estátua de Borba Gato foi realizada em homenagem aos 400 anos da anterior cidade de Santo Amaro, que havia sido incorporada como bairro da cidade de São Paulo na década de 1930. Os trilhos do bonde da *Light* que ligava as duas cidades pela estrada de Santo Amaro, auxiliando no transporte de passageiros e no escoamento da produção agrícola do interior para São Paulo, foram usados na construção, como uma maneira de homenagear a história desses dois lugares através do que permitiu sua ligação histórica. Nesse sentido, se considerarmos valor artístico a importância de representação, um marco simbólico dos monumentos com relação à história dos lugares onde foram construídos, a permanência da estátua de Borba Gato parece ter um apelo muito semelhante ao do Monumento às Bandeiras.

Ainda refletindo sobre o que seria o valor artístico, podemos afirmar que Brecheret foi um importante representante do movimento Modernista Brasileiro e seu monumento carrega consigo a carga positiva dessa representação. No entanto, Júlio Guerra, artista por detrás da obra de Borba Gato, não só foi discípulo de Brecheret, como também participou da construção do Monumento às Bandeiras. Existem muitas obras do artista na entrada do bairro de Santo

Amaro, como as esculturas em frente ao teatro Paulo Eiró, em geral com temas ligados ao passado bandeirante, com jesuítas e indígenas também muito presentes. Dessa maneira, o artista continua o movimento modernista, com temas brasileiros e técnicas inovadoras, condensando narrativas interessantes para seu momento histórico. Nesse sentido, ambos os monumentos teriam valor artístico para serem mantidos no espaço público.

Um último aspecto parece determinante na questão do valor artístico: a beleza. Enquanto Borba Gato deve cair porque é feio, o Monumento às Bandeiras deve ser mantido por estar em outro patamar estético. Dessa maneira, o valor artístico equivale à forma do monumento, estando acima de todo o seu conteúdo, do que representam, seja essa representação relativa às outras possíveis características simbólicas que definiriam o que é valor artístico, seja a representação da simbologia racista e colonialista.

5.1.2.3.3 Justificativas para a não manutenção das casas bandeiristas

Dentre os casos específicos, as casas bandeirantes constituem o único marco especificamente arquitetônico. Consideramo-las monumentos pela definição de Marschall (2020), mas são principalmente patrimônios, por se tratarem de estruturas preservadas de construções que foram habitadas ou utilizadas pelos bandeirantes. Esses são locais de memória que não foram construídos em homenagem *a posteriori*, mas são mantidos como documento histórico de uma época e de um modo de viver conhecido como bandeirantismo, com costumes, modos de falar, modos de viver e pratos típicos que se atrelam à história de São Paulo e sua expansão pelo Vale do Paraíba. As casas bandeirantes são consideradas museus, guardam objetos e reproduzem cenograficamente o passado bandeirante.

A proposta de ação é pela manutenção com intervenções, dessa maneira, entendida como **não devem continuar como estão**. Segue a reprodução dessa linha de justificativa.

Quadro 163. As casas bandeirantes não devem continuar como estão porque

Fonte: elaborado pela autora.

A justificativa para a intervenção parte da necessidade de que *elas devem servir à reflexão crítica sobre as ações bandeirantes*. Implicitamente essa razão indica que as casas bandeirantes, se não reforçam estereótipos desses personagens históricos, silenciam os feitos negativos e o seu impacto nas populações vítimas de suas ações. A transformação do espaço em um lugar de "reflexão crítica" indica que é preciso que esses museus apresentem a história de maneira plural e que vá além da representação idílica dos feitos bandeirantes e contribuições positivas. Essa linha pressupõe a compreensão de que a narrativa histórica deve abarcar também os feitos negativos, para que a consciência seja ativamente promovida.

5.1.2.3.4 Justificativas para a não manutenção da homenagem aos bandeirantes em frente à Câmara Municipal de São Paulo

A inscrição em frente à Câmara Municipal de São Paulo também aparece como um caso específico de resposta à questão dos monumentos. **Ela não deve continuar como está** porque *ela é indício de revisionismo histórico e é ultrajante para as populações indígenas*.

Quadro 164. A homenagem aos bandeirantes em frente à Câmara Municipal de São Paulo não deve continuar como está porque

Fonte: elaborado pela autora.

A marca do revisionismo aparece, mais uma vez, nos processos que levaram à construção de uma homenagem como essa, pois, como vimos, as ações bandeirantes eram consideradas ilegais – e desumanas – mesmo para os padrões do século XVII. Apenas uma releitura enviesada sobre as ações desses personagens poderia resultar em uma homenagem a essas figuras na entrada da "casa do povo", onde serão debatidos e decididos os rumos

democráticos da cidade de São Paulo. Nesse sentido, existir uma inscrição que compare indígenas a objetos é ultrajante e, portanto, excludente. Demonstra que essa parcela da população não faz parte do povo representado na Câmara Municipal. Nesse sentido, não apenas é questionada a homenagem, mas o local onde ela se encontra, sendo ambos considerados impróprios. A tensão dessa resposta à questão parte da dicotomia entre os monumentos serem uma representação do passado, que se encerra no passado, ou uma materialização que se repercute no presente. Considerando que a representação política dos povos indígenas ainda permanece muito aquém do lugar que deveria ocupar, parece que o presente ainda manifesta desigualdades, racistas e colonialistas, homenageadas na inscrição.

5.1.2.3.5 Justificativas para a não manutenção dos nomes de rodovias e avenidas

A polêmica sobre os monumentos incidiu também para os logradouros. Entendê-los como monumentos não parece possível, mas desse enquadram no âmbito de homenagens no espaço público. Como celebração principalmente de indivíduos, os nomes de ruas e avenidas são questionados, no entanto, expandindo a discussão para além do racismo e do colonialismo e incidindo na categoria mais geral de “crimes contra a humanidade”.

Quadro 165. Os nomes de rodovias e avenidas não devem continuar como estão porque

Fonte: elaborado pela autora.

Os nomes de rodovias e avenidas **não devem continuar como estão** porque existem outras homenagens possíveis e *é desejável que outros símbolos culturais ganhem o espaço que hoje é reservado para pessoas que cometeram crimes contra a humanidade*. Ao passo que os nomes de logradouros são muito menos rígidos do que monumentos, sendo mudados constantemente – inclusive, pontes e viadutos fazem parte de um mercado toponímico bastante ativo na contemporaneidade (JAYO; LIMA, 2021) –, a discussão incide sobre a necessidade de serem mantidas homenagens a personagens históricos que realizaram ações condenáveis na contemporaneidade. Isto posto, é manifestada a existência de outros ícones culturais que poderiam substituir essas homenagens que têm um espaço "reservado" desnecessariamente no âmbito público. Entende-se por essa linha justificativa que a modificação de logradouros pode agir como reparação histórica e como via para abarcar a pluralidade social.

5.1.2.4 Argumentário por linhas justificativas

Analisamos detidamente as linhas justificativas buscando entender as disputas argumentativas da polêmica em um nível macro. Para isso, construímos graficamente estruturas que apresentam a relação das diferentes respostas com as razões que as sustentam, mas achamos relevante reconstruir as linhas justificativas, que agrupam as razões em termos temáticos e presuntivos, em uma única imagem, uma vez que nosso objetivo é a compreensão do argumentário. O esquema encontra-se a seguir, no quadro 164.

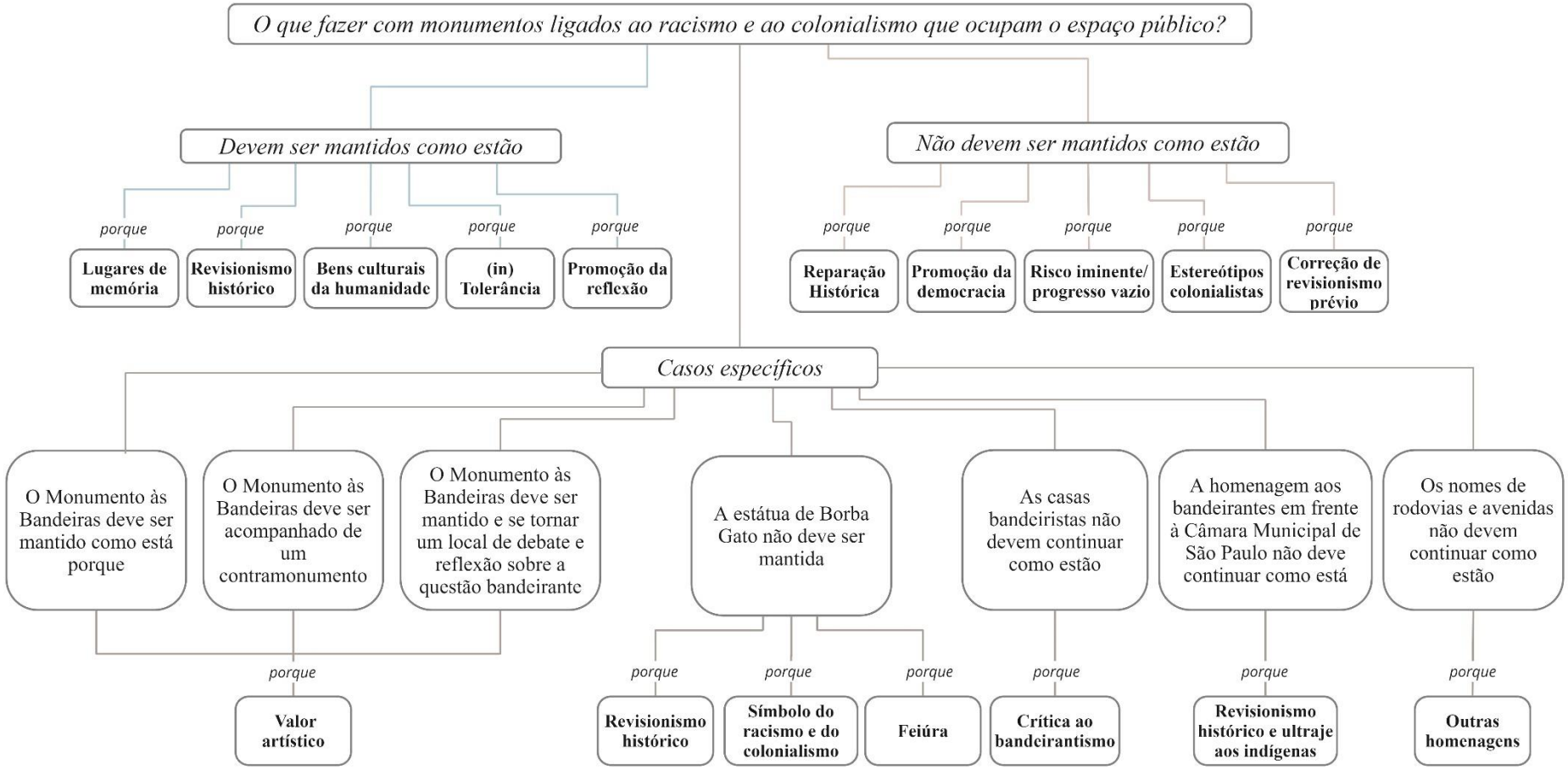
Do lado esquerdo, encontram-se as justificativas para manter os monumentos no espaço público, enquanto do lado direito encontram-se as justificativas para não mantê-los como estão. Percebemos nessa formulação uma diferença central entre os lados da discussão.

O lado direito não é a favor da retirada ou da destruição de monumentos. Há inclusive a defesa para que eles continuem no espaço público, sem nenhum tipo de intervenção tensionando o conteúdo simbólico das homenagens. Para esse lado, a realidade problemática que precisa de solução é a busca contemporânea por questionar os símbolos do passado e buscar remover o patrimônio.

Analisando comparativamente as polaridades, não se pode afirmar que as justificativas anti-manutenção desconsiderem a importância dos lugares de memória. Pelo contrário. Na reivindicação pela reparação histórica, por representações mais plurais e pela necessidade de corrigir um revisionismo prévio, está implícito o valor positivo dos lugares de memória, a ponto de defenderem que esses lugares devem abarcar os demais povos de uma nação, e não uma versão pasteurizada de nação calcada nos preconceitos raciais e colonialistas que reverberam nos monumentos como estão. Os lados parecem ter poucos pontos em comum na discussão. Enquanto um lado defende a inclusividade nas representações identitárias, o outro defende a preservação de lugares de memória.

Entendemos, portanto, que um dos focos centrais da polêmica recai sobre a "rigidez simbólica". Para a justificação de que os monumentos não devem continuar como estão, os símbolos são **mutáveis** e, devido a processos históricos, o que está representado em monumentos ligados ao racismo e ao colonialismo não é mais aceitável, de forma que intervenções no espaço público são possíveis e desejáveis. No entanto, para a justificação de que os monumentos devem continuar como estão, os símbolos são **imutáveis**, devem por isso ser preservados como patrimônio histórico e cultural, independentemente do que homenageiam, pois são patrimônios do passado e devem permanecer como tal.

Quadro 166. Compilado das linhas justificativas em torno da questão prática (Argumentário)



Fonte: elaborado pela autora.

Conclusão

Neste capítulo, buscamos consolidar os resultados da pesquisa em função dos objetivos que construímos na introdução. Para isso, partimos dos quatro objetivos específicos listados inicialmente para, então, refletirmos sobre o objetivo geral. Posteriormente, fazemos algumas ponderações sobre os procedimentos metodológicos, o processo de análise e obtenção de resultados, para explorarmos as vantagens e desvantagens de nossas escolhas. Por fim, discutimos como essa pesquisa pode contribuir para os estudos da argumentação e em que medida ela também pode representar uma contribuição social.

Nosso primeiro objetivo específico foi *identificar as distintas posições defendidas ao longo do debate, tanto em relação à questão prática nuclear quanto em relação às questões epistêmicas que emergem na defesa e no ataque aos distintos argumentos*. Atingimos esse objetivo a partir da leitura crítica individual de cada texto e da sistematização posterior das posições defendidas nos artigos. Com as questões em debate elencadas, identificamos a questão principal e a elaboramos textualmente de forma a abranger adequadamente o foco da discussão, que se mostrou de teor prático, corroborando nossas impressões iniciais sobre a polêmica em questão. Ainda que não tenha sido um de nossos objetivos nos aprofundarmos nas questões epistêmicas em termos de reconstrução do argumentário, entendemos que essa opção não foi prejudicial para a compreensão da polêmica como um todo, uma vez que o agrupamento temático dos argumentos práticos permitiu abarcar os pontos de vista defendidos nos argumentos epistêmicos, o que permitiu evidenciar de que forma o "fazer crer" funcionou como base das argumentações voltadas ao "fazer fazer".

Nosso segundo objetivo específico, *reconstruir os argumentos mobilizados para defesa das diversas posições a partir da teoria dos esquemas argumentativos*, foi alcançado nas análises individuais apresentadas no capítulo 4. Recorremos ao modelo lógico-dialético de esquema argumentativo desenvolvido por Macagno (2015) e por Walton e Macagno (2015, 2019), em diálogo com as discussões realizadas no Brasil por Gonçalves-Segundo (2021a, 2021b, 2021c, 2022), Gonçalves-Segundo e Isola-Lanzoni (2021) e da Silva (2022), para a reconstrução dos argumentos a partir da materialidade textual individual de cada artigo. Esse procedimento nos permitiu uma observação minuciosa do aspecto lógico-discursivo da discussão, depreendendo as premissas das quais os argumentadores partem, as garantias nas quais se apoiam e as teses defendidas de forma a buscar evitar enviesamentos de análise quanto às opiniões da pesquisadora. Os argumentos reconstituídos puderam ser cotejados com os

demais, em busca da recorrência de raciocínios na discussão, o que serviu de base para a construção do argumentário.

Com os posicionamentos elencados e os argumentos reconstituídos a partir dos esquemas, pudemos atingir o nosso terceiro objetivo específico, que consistia em *detectar os focos de acordo e de desacordo entre os distintos lados da polêmica*, analisando os dados encontrados em busca de semelhanças e diferenças quanto aos pontos de partida e às posições defendidas na polêmica. Nesse sentido, observamos, por um lado, que o conceito de revisionismo histórico se encontra em disputa entre os lados da polêmica e, por outro, que há um consenso quanto à manutenção do Monumento às Bandeiras e quanto à relevância do valor artístico para a avaliação da manutenção ou não de um monumento.

Como quarto e último objetivo específico, buscamos *montar graficamente o argumentário da polêmica*, o que atingimos através da elaboração do esquema visual a partir das linhas justificativas para a questão nuclear. Dessa maneira, buscamos sistematizar uma visão global dos posicionamentos relativos à questão prática que foi objeto de estudo desta pesquisa, em termos tanto de posicionamentos que tratavam dos monumentos de modo geral quanto em relação a casos específicos, dentre os quais se destacaram a estátua de Borba Gato e o Monumentos às Bandeiras.

Entendemos, portanto, que conseguimos atingir o objetivo geral da pesquisa: *depreender e construir o argumentário das distintas posições instanciadas na polêmica sobre a questão argumentativa*: *O que fazer com monumentos ligados ao racismo e ao colonialismo que ocupam o espaço público?*.

Metodologicamente, o início de nossa pesquisa diferiu consideravelmente dos procedimentos realizados por da Silva (2022). Da Silva (2022) não apresentou reconstruções sistemáticas de todos os textos sob análise, conforme realizamos no capítulo 4, relacionando aspectos lógico-dialético e retóricos, junto a um debate crítico que recupera questões sociológicas, históricas e antropológicas. O pesquisador analisou os textos de forma a reconstruir os argumentos a partir de esquemas e, então, comparou essas reconstruções entre si, buscando similaridades e distinções para assim delimitar suas unidades do argumentário. Foram essas unidades que foram em si discutidas em sua dissertação – e não os textos. Por conta disso, no trabalho de da Silva (2022), tornou-se possível trabalhar com um *corpus* mais amplo e aprofundar a compreensão de cada argumento instanciado (ou seja, de cada unidade do argumentário), uma vez que, por esse procedimento, é mais provável tomarmos contato com

diferentes enunciações de um mesmo argumento e com complementações e depurações de tal raciocínio construídas ao longo dos textos e do tempo.

Nossa opção, por sua vez, viabiliza compreendermos de que forma os argumentos se integram ao projeto textual de cada argumentador, como eles se relacionam entre si e como os argumentadores integram polifonicamente outras vozes, o que inclui a instanciação de argumentos do outro lado para serem refutados. Em consequência disso, torna-se possível depreender com mais nitidez os focos de acordo e desacordo entre as diversas posições, um dos objetivos específicos deste trabalho. Além disso, nossa opção viabiliza integrar um debate crítico que recupera elementos discursivos relevantes, ligados à discussão sobre memória, história, monumentos e patrimônio, apresentado no primeiro capítulo e retomado constantemente durante as análises, o que nos permite enxergar com mais clareza eixos temáticos similares de justificação e crítica presentes nos posicionamentos defendidos. Por outro lado, uma limitação acaba sendo a extensão do *corpus*: por abranger apenas 10 artigos de opinião, o que podemos dizer é que nossos resultados contemplam um argumentário potencial sobre a questão.

Quanto à construção visual do argumentário, também procedemos de maneira diversa à de da Silva (2022). Enquanto da Silva (2022) diagramou o argumentário pelos argumentos propriamente ditos, considerando seus constituintes (premissas, garantia e tese), nós optamos por construir o argumentário a partir das linhas de justificativa, organizadas tematicamente. O agrupamento temático tem a vantagem de mostrar os principais eixos discursivos de justificação apresentados na polêmica, como o revisionismo histórico e a reparação histórica, assim como a diferença de abordagem entre o Monumento às Bandeiras e a estátua de Borba Gato, deixando em segundo plano as distinções procedurais (ou seja, de tipos de argumento). Nesse sentido, vemos que nossa opção destaca o *discursivo* no binômio *lógico-discursivo* do argumentário, ao passo que a opção de da Silva (2022) destaca o *lógico.*

Em termos de impacto social, compreender os debates públicos acalorados sobre questões de interesse coletivo – em especial eles apresentam um caráter prático (no sentido de intervenção na realidade), como é o caso do dissenso em torno de *o que fazer com os monumentos ligados ao racismo e ao colonialismo no espaço público* –, pode ajudar na tomada de decisão sobre o assunto, inclusive quanto à proposição, adoção ou rejeição de políticas públicas, uma vez que ao entendermos o que está em tensão, podemos realizar ações mais conscientes e menos pautadas em achismos, preconceitos, crenças e valores que circulam socialmente, mas sem nenhum embasamento.

No caso da polêmica em questão, percebemos que ela passa por discussões relevantes como o racismo e o colonialismo. Embora, para alguns argumentadores, o enfoque dessa discussão esteja no passado, é inegável o impacto destrutivo do sistema colonialista nas relações sociais, políticas e econômicas em nosso país. Graças ao colonialismo, predomina uma visão eurocêntrica de nossa história, que coloca europeus no centro da racionalidade e da humanidade, oferecendo-lhes o respaldo moral para que as populações nativas do continente americano e africano fossem dizimadas com diversos incentivos à escravização desses "não-humanos irracionais". Dessa forma, a cultura desses povos foi proibida, negligenciada, desincentivada, e não somente – graças a essa mesma visão de mundo, a vida de milhares foi ceifada ou transformada em um martírio sem fim. A história dessas populações é marcada por violências amparadas por esse sistema de pensamento supremacista; nesse sentido, ainda hoje essas populações sofrem com as consequências do colonialismo como linha de raciocínio para questões sociais.

Os últimos anos foram especialmente cruéis com os povos originários do Brasil e a mais recente denúncia do genocídio Yanomami[50] é um dos reflexos de se defender um ponto de vista colonialista, marcado pela usual inação de instâncias governamentais, que não reconhecem esse povo como uma parte da população pela qual deveria zelar, pelo incentivo da violência contra esses povos por grileiros, sob o pretexto de que o sistema econômico exploratório é mais importante do que essas vidas, levando a um cenário de contaminação, desnutrição e morte. O mais desolador desse cenário é que ele está longe de ser a exceção: seja em tempo pretéritos, seja no presente, o descaso e a violência contra povos indígenas são algumas das principais constantes da história do nosso país. Recentemente, no Museu da Língua Portuguesa, a exposição Nhe'ẽ Porã [51] reuniu registros das línguas indígenas faladas no Brasil, mas, mais do que isso, apresentou uma história de luta e resistência, marcada pelo desaparecimento de diversas línguas, que indicam também o desaparecimento de diversas comunidades ao longo da história brasileira. Pelo site é possível acessar o vídeo interativo "Resistência Indígena", que apresenta um compilado dessas agressões ao longo dos mais de 500 anos de colonização. Duas de nossas epígrafes foram retiradas dessa exposição.

A colonização e o racismo estão intrinsecamente conectados. Foi o processo colonial que iniciou a dizimação dos povos originários e foi o processo colonial racista e eurocêntrico que permitiu que uma quantidade alarmante de africanos cruzasse o Oceano Atlântico para

[50] Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/935045-deputados-condenam-tragedia-humanitaria-dos-yanomami-e-acusam-governo-anterior-de-genocidio/>. Acesso em 30 de janeiro de 2023.
[51] Disponível em: <https://nheepora.mlp.org.br/>. Acesso em 30 de janeiro de 2023.

morrerem em solo brasileiro, na busca inesgotável por mão de obra, busca essa que se configurava como tal justamente pela mortalidade. O racismo, a crença de superioridade racial, perdurou nas relações socioeconômicas, com diversas políticas públicas que proibiam pessoas negras de serem proprietárias de terras e ofereciam as terras brasileiras para europeus de diversas nacionalidades ocuparem, em uma manutenção constante de marginalização de negros e indígenas (MONTEIRO, 1994; SCHWARCZ; STARLING, 2018), sempre à margem da "sociedade". Ainda hoje, a população negra sofre com processos que criam obstáculos à ascensão econômica, à representação política e ao acesso a direitos humanos básicos. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública disponibiliza um infográfico[52] contendo os dados mais recentes de violência contra pessoas negras: em 2021, de cada 100 pessoas assassinadas, 78 eram negras. O Brasil não é exceção, tampouco. Em termos globais, abordagens policiais violentas como a de George Floyd, que deram início aos protestos e às discussões abordadas nessa pesquisa, ainda são realidade, com mostra o caso mais recente de Tyre Nichols[53], que morreu três dias após uma abordagem policial violenta.

Essas reflexões fundamentam nossa posição frente à questão principal a que essa pesquisa se volta: afinal, o que fazer com símbolos ligados ao racismo e ao colonialismo no espaço público? Levando em consideração (i) que a violência contra a população negra é uma constante e uma realidade presente, (ii) que a violência contra povos indígenas é uma constante e uma realidade presente, (iii) que manter no espaço público símbolos que corroboram a perpetuação dessas violências auxilia na manutenção simbólica dessas violências, e ainda (iv) que o racismo e o colonialismo são imorais e inaceitáveis em uma sociedade democrática que se pretende igualitária, entendemos que esses símbolos devem ser retirados do espaço público.

No caso de monumentos, estamos no campo das homenagens. Sendo assim, como pode ser moralmente aceita uma homenagem aos perpetradores do genocídio indígena no século XVII? Como pode ser moralmente aceita uma homenagem àqueles que por princípio caçavam e matavam indígenas e que, posteriormente, caçavam e matavam negros? Como pode a suposta beleza de uma obra se sobrepor ao sofrimento e à negação do sofrimento das populações afetadas pelo movimento bandeirante? Longe de representarem uma realidade passada e distante, esses monumentos glorificam perspectivas que ainda levam à morte de milhares de

[52] Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/11/infografico-violencia-desigualdade-racial-2022.pdf>. Acesso em 30 de janeiro de 2023.
[53] Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/01/27/policiais-dos-eua-espancam-homem-negro-cidade-americana-se-prepara-para-protestos.ghtml>. Acesso em 30 de janeiro de 2023.

pessoas e é justamente a falta de reconhecimento da violência atroz que simbolizam que permite a defesa desses símbolos no espaço público.

Talvez seja preciso, assim como ocorreu na Alemanha após o holocausto, um intenso trabalho de divulgação das violências, de recuperação da memória traumática e de reparação simbólica às populações negras e indígenas em nosso país. Apesar de ser o marco de reflexão sobre a memória, a história, os lugares de memória, a memória coletiva e tantos outros conceitos essenciais para que uma discussão como essa exista, os processos que ocorreram na Alemanha após o nazismo e o reconhecimento do sofrimento do povo judeu é uma exceção à regra. Existem inúmeros massacres e genocídios que são jogados para baixo do tapete da história pelo caráter periférico de suas populações e que não são lembrados ou ainda são descreditados. A mesma reflexão, mobilização e comoção que ocorreu como reação ao extermínio em massa do povo judeu deve se estender para outros eventos, para outras populações, das quais os negros e os povos indígenas desse país são apenas mais um lamentável exemplo. Sem o devido luto e a devida reflexão, estamos fadados a repetir constantemente atrocidades, seja pela normalização do absurdo, por termos esquecido de suas consequências, ou por não termos dado a devida atenção.

Se ainda se discute se o racismo e o colonialismo são aceitáveis de qualquer maneira, nem que seja na permanência de homenagens a figuras que refletem tais discursividades e práticas, então ainda temos um longo caminho a percorrer. E, nesse sentido, entendemos que esta pesquisa pode contribuir socialmente para as reflexões antirracistas e anticolonialistas no sentido da construção efetivamente plural e democrática de um bem-estar social que valha a todos.

Referências

ADICHIE, C. N.; ROMEU, J.; CARVALHO, C. E. DE. **O perigo de uma história única**. 1ª edição ed. [s.l.] Companhia das Letras, 2019.

AHMED, A. K. #RhodesMustFall: Decolonization, Praxis and Disruption. **Journal of Comparative & International Higher Education**, v. 9, n. (Fall), p. 8–13, 2019a.

AHMED, A. K. **The Rise of Fallism: #RhodesMustFall and the Movement to Decolonize the University**. Tese de Doutorado—Nova York: Columbia University, 2019b.

ALEXANDER, J. C. et al. **Cultural trauma and collective identity**. Berkeley: University of California Press, 2004.

AMOSSY, R. **Apologia da polêmica**. Tradução: Mônica Magalhães Cavalcante. São Paulo: Contexto, 2017.

ANGENOT, M. Diálogo de surdos. Em: PIOVEZANI, C. (Ed.). **O discurso social e as retóricas da incompreensão: consensos e conflitos na arte de (não) persuadir**. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

AZEVEDO, I. C. M. DE; GONÇALVES-SEGUNDO, P. R.; PIRIS, E. L. Argumentação erística nas interações digitais: uma polêmica médica sobre a cloroquina no Debate 360 da CNN Brasil / Eristic argumentation in digital interactions: a medical polemic about chloroquine in CNN Brazil's Debate 360 show. **REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**, v. 29, n. 4, p. 2289–1333, 28 jul. 2021.

BAER, A. La memoria social. In: SUCASAS, A. (Ed.). **Memoria, política, justicia**. Madrid: Trotta, 2010. p. 131–148.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: 34, 2016.

BAKHTIN, M. M. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução: Valdemir Miotello; Tradução: Carlos Alberto Faraco. 2. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012.

BARBOSA, D. DOS S. **A construção do fato noticioso na reportagem: do jornal para a revista**. Dissertação de Mestrado—São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2020.

BEDNAREK, Monika. Epistemological positioning and evidentiality in English News discourse: A text-driven approach. Text & Talk, n. 26, v. 6, 2006, p. 635-60. DOI: http://dx.doi.org/10.1515/TEXT.2006.027

BOHLEBER, W. Recordação, trauma e memória coletiva: a luta pela recordação em psicanálise. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 41, n. 1, p. 154–175, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2007000100015>. Acesso em 28 fev. 2022.

BOLOGNESI, L. **Guerras do Brasil. Doc.** Buriti Filmes, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VeMlSgnVDZ4&list=PLVuGPUHZDaGjSfFWuuQyug7bNv74zqdc8>. Acesso em: 4 fev. 2022

BRETON, P.; GAUTHIER, G. **História das Teorias da Argumentação**. Tradução: Maria Carvalho. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2001.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CAVALCANTE, Sylvia; NÓBREGA, Lana Mara Andrade. Espaço e lugar. **Temas básicos em psicologia ambiental**, p. 182-190, 2011.

DA SILVA, L. P. **Explorando o Argumentário: uma análise lógico-discursiva do debate público sobre o Escola Sem Partido**. Dissertação de Mestrado—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2022.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research**. 1. ed. [s.l.] Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N.; FAIRCLOUGH, I. **Political discourse analysis**. New York: Routledge, 2012.

FERRARA, L. D. Olhar Periférico. 2ª. ed. SAO PAULO: EDUSP/FAPESP, 1993. v. 1500.

FERRETTI, D. J. Z. O uso político do passado bandeirante: o debate entre Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Jr. (1920-1926). **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 21, p. 59–78, jun. 2008.

FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

FOGELIN, R. The Logic of Deep Disagreements. **Informal Logic**, v. 25, n. 1, 1 jan. 2005.

FRONZA, E. **Memory and Punishment: Historical Denialism, Free Speech and the Limits of Criminal Law**. The Hague: T.M.C. Asser Press, 2018. v. 19.

FUNARI, P. P. A. O estudo arqueológico de Palmares e a sociedade brasileira. **África**, *[S. l.]*, n. 20-21, p. 93-103, 1998. DOI: 10.11606/issn.2526-303X.v0i20-21p93-103. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/75051>. Acesso em: 1 mar. 2022.

FUNARI, P. P. A.; CARVALHO, A. V. de. **Palmares, ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GODDEN, D.; WALTON, D. Advances in the Theory of Argumentation Schemes and Critical Questions. **Informal Logic**, v. 27, n. n. 3, p. 267–292, 2007.

GOMES, F.; FERREIRA, R. A miragem da miscigenação. **Novos estudos CEBRAP (Impresso)**, v. 80, p. 141–162, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/cgNjhxHgwmFrk5rcw8VNH3k/?lang=pt#>. Acesso em 01 mar. 2022.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Argumentação e falácias em entrevistas televisivas: por um diálogo entre o Modelo Toulmin e a perspectiva textual-interativa. **Linha D'Água (Online)**, v. 29, n. 2, p. 69–96, dez. 2016. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v29i2p69-96.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. A configuração funcional da argumentação prática: uma releitura do layout de Fairclough & Fairclough (2012). **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, p. 109–137, 26 dez. 2019. DOI: https://doi.org/10.17648/eidea-19-v2-2498.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. A Dinâmica da (re)construção do ethos em cadeias discursivas digitais: uma discussão teórico-metodológica. **Verbum. Cadernos De Pós-Graduação**, v. 9, n. 1, p. 65–94, 7 maio 2020a.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. A configuração funcional da argumentação epistêmica: uma releitura do layout de Toulmin em perspectiva multidisciplinar. **Bakhtiniana**, 3. v. 15, p. 236–266, set. 2020b. DOI: https://doi.org/10.1590/2176-457347130.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Posicionamento epistêmico e argumentação: articulações entre evidencialidade, modalidade epistêmica e provas retóricas. In: PIRIS, E. L.; RODRIGUES, M. DAS G. S. (Orgs.). **Estudos sobre argumentação no Brasil hoje: modelos teóricos e analíticos**. Natal: EDUFRN, 2020c. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/30395.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Argumentação multimodal: múltiplos olhares para um objeto complexo. In: GONÇALVES-SEGUNDO, P. R.; PIRIS, E. L. (Eds.). **Estudos De Linguagem, Argumentação E Discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021a.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. **Pesquisando argumentários: desafios e propostas**. Slides apresentado em IV Seminário de Pesquisa do ELAD & Seminário de Pesquisa do GPARA 2021b. Virtual, 23 ago. 2021b. Disponível em: <http://www.uesc.br/cursos/graduacao/licenciatura/letras/cead/2021/iv-elad-2021-progr-resumos.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2022.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. **Os esquemas argumentativos segundo a Lógica Informal: a perspectiva de Douglas Walton**. Slides apresentado em Aula na disciplina Fundamentos de Análise Argumentativa: Toulmin, Walton e Perelman (UESC). Ilhéus, set. 2021c.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Lógica informal uma introdução aos procedimentos de análise e de avaliação dos argumentos. Em: AZEVEDO, I. C. M. DE; DAMASCENO-MORAIS, R. (Eds.). **Introdução à análise da argumentação**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022. p. 101–133.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R.; ISOLA-LANZONI, G. Multimodal practical argumentation and behavioral change: an analysis of the "Remember, the Metro is for everyone" campaign. **Revista da ABRALIN**, 3. v. 20, p. 779–807, 7 dez. 2021. DOI: http://doi.org/10.25189/rabralin.v20i3.1995.

GOODWIN, J. Should Climate Scientists Fly? **Informal Logic**, 2. v. 20, p. 157–203, 2020.

GORE, A. A. **Uma verdade inconveniente: o que devemos saber sobre o aquecimento global**. São Paulo: Manole, 2006.

GRÁCIO, R. **ArgumentárioVocabulário de argumentação**. [s.l: s.n.] 2015. Disponível em: <https://www.ruigracio.com/VCA/Argumentario.htm>.

GRAÇA-COSTA, M. M. **Lugares de memória do bairro de Santo Amaro: a estátua de Borba Gato. São Paulo**. São Paulo: UNISA, 2017.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HITCHCOCK, D. Toulmin's Warrants. Em: **On Reasoning and Argument**. Cham: Springer International Publishing, 2017. v. 30p. 81–95.

JAYO, M.; LIMA, A. T. Toponymic commodification and the neoliberal city: on the sale of naming rights for São Paulo's subway stations. **Domínios de Lingu@gem**, v. 15, n. 2, p. 347–370, 5 mar. 2021.

JELÍN, E. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

JOHNSON, R. H. **Manifest rationality: a pragmatic theory of argument**. Mahwah, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates, 2000.

JOHNSON, R. Revisitando o Triunvirato lógica/dialética/retórica. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, p. 254–273, 7 maio 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/eidea-20-2708>.

KNAUSS, P. A festa da imagem: a afirmação da escultura pública no Brasil do século XIX. **19&20**, Rio de Janeiro. v. 5, dez. 2010.

LEMINSKI, P. **Vida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LEVINSON, S *et al*. **Written in Stone: Public Monuments in Changing Societies**. Durham: Duke University Press, 2018.

MACAGNO, F. A Means-End Classification of Argumentation Schemes. Em: VAN EEMEREN, F. H.; GARSSEN, B. (Eds.). **Reflections on Theoretical Issues in Argumentation Theory**. Argumentation Library. Cham: Springer International Publishing, 2015. p. 183–201.

MACAGNO, F.; WALTON, D. Argumentos de raciocínio prático: uma abordagem modular. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, p. 140–184, 31 ago. 2019.

MARÍN-ARRESE, Juana. Epistemic legitimizing strategies, commitment and accountability in discourse. **Discourse Studies,** v. 13, n. 6, dez. 2011a, p. 789-797.

MARÍN-ARRESE, Juana. Effective vs. Epistemic stance and subjetctivity in political discourse: Legitimising strategies and mystification of responsibility. In: HART, Christopher (org.) **Critical Discourse Studies in Context and Cognition**. Amstedam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2011b, p. 193-223.

MARRAUD, H. On the Logical Ways to Counter an Argument: A Typology and Some Theoretical Consequences. In: VAN EEMEREN, F. H.; GARSSEN, B. (Eds.). **From Argument Schemes to Argumentative Relations in the Wild: A Variety of Contributions to Argumentation Theory**. Argumentation Library. Cham: Springer International Publishing, 2020. p. 149–166.

MARSCHALL, S. Monuments in the Context of Migration: An Introduction. In: MARSCHALL, S. (Ed.). **Public Memory in the Context of Transnational Migration and Displacement: Migrants and Monuments**. Palgrave Macmillan Memory Studies. Cham: Springer International Publishing, 2020. p. 1–27.

MARTINS, B. **Um burro no pedestal**. TCC—Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), dez. 2013.

MCKERROW, R. E. Comentário sobre "Revisitando o Triunvirato lógica/dialética/retórica", de Ralph Johnson. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, p. 274–284, 7 maio 2020.

MENEZES, Marluci. Do espaço ao lugar. Do lugar às remodelações sócio-espaciais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 6, n. 13, p. 155-175, jun. 2000.

MENEZES, U. T. B. DE. **Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática**. In: Conf. 10º Encontro Paulista de Museus. São Paulo, Memorial da América Latina: 18 jul. 2018. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/video-10epm-abertura-homenagem-e-conferencia-de-ulpiano-bezerra-de-meneses/>. Acesso em: 28 fev. 2022.

MOHDIN, A. Protesters rally in Oxford for removal of Cecil Rhodes statue. **The Guardian**, 9 jun. 2020.

MOLINA, J. DE R. Libertarianismo no Poder: uma análise do possível impacto do pensamento libertário na gestão pública em Caxias do Sul. **Revista Interdisciplinar de Ciências Aplicadas**, v. 4, p. 8, 2019.

MONTEIRO, J. M. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

MORAES, L. E. DE SOUZA. **Revisionismo Negacionista**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. (Nota técnica).

MOURA, E. C. E. C. M. Estátua Equestre de D. Pedro I e a Educação Matemática nas Escolas de Aprendizes Artífices no Início da República. **BOLEMA: Boletim de Educação Matemática (Online)**, v. 30, n. 56, p. 1244–1259, dez. 2016.

NASCIMENTO, C. F. S. DO et al. PODER. Em: IRINEU, L. M. et al. (Eds.). **Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. p. 45–64.

NEVES, Daniel Monteiro. Polêmica em debate: teorias em confronto. In: NEVES, Daniel Monteiro. **Debates orais no Supremo Tribunal Federal:** um modelo de interação polêmica. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017, p. 130-211. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/LETR-AV5N4J>.

NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, v. 10, p. 7–28, 1993.

OLIVEIRA, J. P. DE; FREIRE, C. A. DA R. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília, Rio de Janeiro: MEC (SECAD), LACED/ Museu Nacional, 2006.

PACHECO NETO, M. **Heróis nos livros didáticos: bandeirantes paulistas**. [s.l.] Universidade Federal da Grande Dourados, 2011.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PERRUD, V. R. "Che Guevara odiava gays": (anti)modelos e valores da nova-direita no YouTube. Em: GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. et al. (Eds.). **Estudos do texto e do discurso: perspectivas contemporâneas**. São Paulo: FFLCH/USP, 2022. p. 86–108.

PIUBEL, T.; MELLO, R. Patrimônios sensíveis, ensino de História e disputas de memória: fissurando o "mito bandeirante". **Revista História Hoje**, v. 10, p. 53–76, 1 abr. 2021.

PLANTIN, C. **A argumentação: História, teorias, perspectivas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

POLLAK, M. A gestão do indizível. **Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall**, 1. v. 2, p. 9–49, 2010 1986.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, 10. v. 5, p. 200–215, 1992.

QUEIRÓZ, S. DE. Historiografía de Trincheras: Historia oficial e revisionismo. In: CABALLERO C., P. R. (Ed.). . **La lucha por la memoria: 150 años de la guerra de la triple alianza**. Asunción - Paraguay: Editorial Facultad de Filosofía - UNA, 2021. p. 138.

RAHME, A. M. A. K. Configurações Paulistas: operando a saga bandeirante. **Revista ARA**, v. 5, n. 5, p. 77–108, 8 out. 2018.

RAMINELLI, R. **Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIBEIRO, M. E. DE B. Memória em Bronze: estátua equestre de D. Pedro I. Em: KNAUSS, P. (Ed.). **Cidade Vaidosa**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999. p. 15–44.

ROCHA, Vinícius Perrud. "Che Guevara odiava gays": (anti)modelos e valores da nova-direita no YouTube. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; ARAES, Célia Regina; CASTANHEIRA, Claudia; ISOLA-LANZONI, Gabriel; DA SILVA, Lucas Pereira; MITSUNARI, Nathalia Akemi Sato; DOMINGUES, Taciane (organizadores). **Estudos do texto e do discurso:** perspectivas contemporâneas. São Paulo: FFLCH-USP, 2022, p. 86-108.

ROIZ, D. DA S. A batalha pela "representação do passado" bandeirante: imagens e representações do bandeirantismo no Curso de Bandeirologia de 1946. In: ROIZ, D. DA S.; ARAKAKI, S.; ZIMMERMANN, T. R. (Eds.). **Os Bandeirantes e a Historiografia Brasileira: questões e debates contemporâneos**. Serra: Editora Milfontes, 2018. p. 195–266.

SANTANA, D. L.; MAYNARD, D. O portal metapedia: revisionismo histórico e negacionismo no tempo presente. **Revista TransVersos**, n. 11, p. 23–41, 2017.

SANTOS, M. S. DOS. Memória coletiva, trauma e cultura: um debate. **Revista USP**, n. 98, p. 51–68, ago. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/69270/71727>. Acesso em 28 fev. 2022.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1ª Edição ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Cia. das Letras, 2018.

SILVA, P. H. **Os gêneros jornalísticos e as várias faces da notícia**. Dissertação de Mestrado—Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

SOUZA, R. L. DE. A mitologia bandeirante: construção e sentidos. **História Social**, 13. p. 151–171, 2007.

TAUNAY, A. D'ESCRAGNOLLE. **Historia das bandeiras paulistas (v.1)**. São Paulo, 1950.

TOULMIN, S. **Os usos do argumento**. São Paulo: Martins Fontes, 2006[1958].

TUPÃ, M. DOS S. **Monumento à resistência do povo guarani**. **CTI**, 17 out. 2013. Disponível em: <https://trabalhoindigenista.org.br/monumento-a-resistencia-do-povo-guarani/>. Acesso em: 10 nov. 2022

VAN EEMEREN, Frans H. **Argumentation Theory:** A Pragma-Dialectical Perspective. Cham: Springer International Publishing, 2018.

VIDAL-NAQUET, P. **Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo**. Tradução: Marina APPENZELLER. Campinas, SP: Papirus, 1988.

WAGEMANS, J. H. M. Periodic Table of Arguments 2.5 A. [s.d.].

WAINBERG, J. A. O embate pelo controle da memória coletiva brasileira. **Intexto**, v. 2, n. 23, p. 50–68, dez. 2010. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/intexto/article/view/11499/10510>. Acesso em 28 fev. 2022.

WALDMAN, T. C. **Entre batismos e degolas: (des)caminhos bandeirantes em São Paulo**. Universidade de São Paulo, 9 mar. 2018.

WALTON, D. N. **Fundamentals of critical argumentation**. Cambridge [UK]; New York: Cambridge University Press, 2006.

WALTON, D.; MACAGNO, F. Classifying the Patterns of Natural Arguments. **Philosophy; Rhetoric,** 48(1), p. 26-53, 2015.

WALTON, D.; REED, C.; MACAGNO, F. **Argumentation Schemes**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

WELZER, H. **Grandpa Wasn't a Nazi: The Holocaust in German Family Remembrance**. Nova York: American Jewish Committee, 2005.

Fontes

AFP. Derrubadas, decapitadas, ou vandalizadas: cinco estátuas polêmicas. **UOL Notícias**, 16 jun. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/06/12/derrubadas-decapitadas-ou-vandalizadas-cinco-estatuas-polemicas.htm>. Acesso 28 fev. 2022.

AMPARO, T. Borba gato deve cair. **Folha de S.Paulo**, 12 jun. 2020.

BBC NEWS. Caso George Floyd: morte de homem negro filmado com policial branco com joelho em seu pescoço causa indignação nos EUA. **BBC News**, 27 maio 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52818817>. Acesso 28 fev. 2022.

BOGGIO, F. Derrubar Borba Gato, mistura de mau gosto com passado sombrio, é pouco. **Folha de S.Paulo**, 17 jun. 2020.

BRAUN, J. Movimento antirracista nos EUA gera reflexão sobre símbolos e produções. **Veja**, 11 jun. 2020. Disponível em: < https://veja.abril.com.br/mundo/movimento-anti-racista-nos-eua-gera-reflexao-sobre-simbolos-e-producoes/>. Acesso em 28 fev. 2022.

CARMO, M. A polêmica em torno da derrubada de estátuas de Cristóvão Colombo, generais e traficantes de escravos na América Latina. **BBC News**, 7 jul. 2020. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57743744>. Acesso em 28 fev. 2022.

CAROL, S. Deputados condenam tragédia humanitária dos Yanomami e acusam governo anterior de genocídio - Notícias. **Portal da Câmara dos Deputados**, 23 jan. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/935045-deputados-condenam-tragedia-humanitaria-dos-yanomami-e-acusam-governo-anterior-de-genocidio/>. Acesso em: 31 jan. 2023.

COUTINHO, J. P. Derrubando estátuas, regredimos às guerras religiosas do século 16. **Folha de S.Paulo**, 11 jun. 2020.

CULTURA. Incêndio na estátua de Borba Gato "foi feito para poder abrir um debate", diz Galo. **Cultura,** 30 jul. 2021. Disponível em: <https://cultura.uol.com.br/noticias/33225_incendio-na-estatua-de-borba-gato-foi-feito-para-poder-abrir-um-debate-diz-galo.html>. Acesso em 28 fev. 2022.

DIAS, R. O futuro do passado do revisionismo histórico. **Folha de S.Paulo**, 10 jun. 2020.

DW. Protestos antirracistas reúnem milhares pelo mundo. **DW**, 6 jun. 2020. Disponível em: < https://www.dw.com/pt-br/protestos-antirracistas-re%C3%BAnem-milhares-pelo-mundo/a-53709222>. Acesso em 28 fev. 2022.

DW. Rei da Bélgica pede desculpa ao Congo por "feridas" do período colonial. **DW**, 30 jun. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/rei-da-b%C3%A9lgica-pede-desculpa-ao-congo-por-feridas-do-per%C3%ADodo-colonial/a-53995196>. Acesso em 28 fev. 2022.

Emperador romano Marco Aurelio | Arte romano, Imperio romano, Esculturas de arte. Disponível em: <https://www.pinterest.es/pin/577727458460013668/>. Acesso em: 5 jan. 2023.

Estátua equestre de D. Pedro I. (Nota técnica). Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Est%C3%A1tua_equestre_de_D._Pedro_I.> Acesso em 5 jan. 2023.

EXAME; AGÊNCIAS INTERNACIONAIS. EUA têm maiores atos antirracistas até agora e protestos chegam à Europa. **Exame**, 7 jun. 2020. Disponível em: < https://exame.com/mundo/protestos-antirracistas-nos-eua-tem-maior-dia-ate-agora-e-chegam-a-europa/>. Acesso em 28 fev. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **A Violência contra Pessoas Negras no Brasil 2022**. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 18 nov. 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/a-violencia-contra-pessoas-negras-no-brasil-2022/>. Acesso em: 31 jan. 2023

GRYZINSKI, V. Agora derrubado, Colombo foi passaporte para "limpar" italianos. **Veja**, 27 jul. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/mundialista/agora-derrubado-colombo-foi-passaporte-para-limpar-italianos/>. Acesso em 28 fev. 2022.

G1. Monumentos amanhecem pichados com tinta colorida em SP. **G1**, 30 set. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/09/monumentos-amanhecem-pichados-com-tinta-colorida-em-sp.html>. Acesso em 28 fev. 2022.

G1. Entenda a onda de protestos no Chile. **G1**, 20 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/20/entenda-a-onda-de-protestos-no-chile.ghtml>. Acesso em 01 mar. 2022.

G1. Protestos nos EUA chegam ao 9º dia com manifestações mais tranquilas; Washington vê reforço da Guarda Nacional. **G1**, 3 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/03/protestos-contra-o-racismo-entram-no-nono-dia-nos-eua.ghtml>. Acesso em 28 fev. 2022.

G1. Manifestantes derrubam estátua do traficante de escravos Edward Colston em Bristol, na Inglaterra. **G1**, 7 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/07/manifestantes-derrubam-estatua-do-traficante-de-escravos-edward-colston-em-bristol-na-inglaterra.ghtml>. Acesso em 28 fev. 2022.

G1. Estátuas de Cristóvão Colombo são alvo de depredação nos EUA. **G1**, 10 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/10/estatuas-de-cristovao-colombo-sao-alvo-de-depredacao-nos-eua.ghtml>. Acesso em 28 fev. 2022.

G1. Entenda os protestos nos EUA após a morte do ex-segurança negro George Floyd. **G1**, 31 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/31/entenda-os-protestos-nos-eua-apos-a-morte-do-ex-seguranca-negro-george-floyd.ghtml>. Acesso em 28 fev. 2022.

G1. Vídeo: policiais dos EUA espancam homem negro; cidades americanas vivem protestos | Mundo | G1. G1, 27 jan. 2023.

GARCEZ MARINS, P. C. Monumentos públicos de figuras controversas da história deveriam ser retirados? NÃO. **Folha de S.Paulo**, 19 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/01/27/policiais-dos-eua-espancam-homem-negro-cidade-americana-se-prepara-para-protestos.ghtml>. Acesso em 31 de jan. 2023.

LACERDA, N. Pesquisadores brasileiros criam plataforma online sobre a contestação de monumentos. **Brasil de Fato**, 27 maio 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/27/pesquisadores-brasileiros-criam-plataforma-online-sobre-a-contestacao-de-monumentos>. Acesso em 28 fev. 2022.

LEAL, B. Especialistas comentam derrubadas de monumentos e estátuas pelo mundo. **Café História**, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/especialistas-comentam-derrubada-de-estatuas-pelo-mundo/>. Acesso em: 28 fev. 2022

LOPES, R. J. Bandeirantes de consciência pesada. **Folha de S.Paulo**, 13 jun. 2020.

MAGNOLI, D. Derrubada de estátuas é a imposição do esquecimento. **Folha de S.Paulo**, 26 jun. 2020.

MENEZES, H. **É exatamente por isso [...]**. São Paulo, 12 jun. 2020a. Facebook: @heliomenezes. Disponível em: <https://web.facebook.com/1398122968/posts/10223616916276477/?app=fbl&_rdc=1&_rdr>. Acesso em: 17 jan. 2022

MENEZES, H. Monumentos públicos de figuras controversas da história deveriam ser retirados? SIM. **Folha de S.Paulo**, 19 jun. 2020b.

MONTES, B. Protestos do Chile questionam história oficial das estátuas. **El País**, 26 jan. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-01-26/protestos-do-chile-questionam-historia-oficial-das-estatuas.html>. Acesso em 04 jan. 2022.

MORA, M. Manifestantes jogam tinta e picham o Monumento às Bandeiras. **G1**, 2 out. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/10/manifestantes-jogam-tinta-vermelha-no-monumento-bandeiras.html>. Acesso em 28 fev. 2022.

MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Nhe'ẽ Porã**. Disponível em: <https://nheepora.mlp.org.br/>. Acesso em: 31 jan. 2023.

REUTERS. Protestos espalhados pelo mundo apoiam movimento "Black Lives Matter". **G1**, 6 jun. 2020. Disponível em: < https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/06/protestos-espalhados-pelo-mundo-apoiam-movimento-black-lives-matter.ghtml>. Acesso em 28 fev. 2022.

SCHWARCZ, L. M. **Finalmente esse debate sobre monumentos públicos ganhou a imprensa**. São Paulo, 13 jun. 2020. Instagram: @liliaschwarcz. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CBYmsyhHGSN>. Acesso em: 7 fev. 2022.

SCHWARTSMAN, H. Racismo, passado e Futuro. **Folha de S.Paulo**, 11 jun. 2020.

STRAUSS, M.; REUTERS. Ativistas removem estátua do rei Leopoldo 2º em Bruxelas. **UOL Notícias**, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2020/06/12/ativistas-removem-estatua-do-rei-leopoldo-2-em-bruxelas.htm>. Acesso em 28 fev. 2022.

TERRA. Monumento às Bandeiras e Borba Gato são pichados em SP. **Terra**, 30 set. 2016. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/monumento-as-bandeiras-e-borba-gato-sao-pichados-em-sp,5f1978cec402d92406eda859a80d279fu x16qonf.html>. Acesso em 28 fev. 2022.

UOL NOTÍCIAS. Monumento às Bandeiras é pichado e sujo por tintas. **OUL Notícias**, 3 out. 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/album/mobile/2013/10/03/monumento-das-bandeiras-e-pichado-e-sujo-por-tintas.htm#fotoNav=2>. Acesso em 28 fev. 2022.

ZACHARIAS, C. Aviso de incêndio. **Esquerda online**, 30 jul. 2020. Disponível em: < https://esquerdaonline.com.br/2021/07/30/aviso-de-incendio/>. Acesso em 28 fev. 2022.

Anexos

Anexo 1

O futuro do passado do revisionismo histórico
Seria melhor ensinar história do que destruir estátuas
10.jun.2020 às 23h15

Os bandeirantes voltaram à moda. Estão, de novo, na mira do politicamente correto. O alvo preferido é facilmente atacável: a estátua de Borba Gato, decerto uma das coisas mais feias de São Paulo. Mais difícil é achar quem estenda a crítica política ao Monumento às Bandeiras, obra modernista tombada.

Os bandeirantes exemplificam os problemas desse revisionismo para estabelecer o que seria aceitável. Quatro das rodovias que conectam a capital paulista os homenageiam: a dos Bandeirantes, a Anhanguera, a Raposo Tavares e a Fernão Dias. Outra leva o nome de Anchieta, jesuíta que apoiava a escravidão dos negros e catequizava indígenas. O religioso deveria receber qual rótulo?

As rodovias paulistas também guardam questões mais contemporâneas. Ayrton Senna, que batiza uma delas, é o piloto que jogou o carro em cima de um adversário para ganhar um Mundial de F-1. Outra leva o nome do primeiro presidente da ditadura militar, Castello Branco. Ela cruza o Rodoanel Mário Covas, político cassado pela ditadura de Castello, e o viaduto Roberto Cardoso Alves, que personifica o centrão fisiológico do Congresso desde quando Arthur Lira estava no colégio. Os tamoios, homenageados num dos caminhos do litoral, praticavam o canibalismo como vingança. Na época de D. Pedro 1o, que dá nome a uma estrada do interior, revoltosos eram executados.

Por falar em executados: Tiradentes, herói da Inconfidência, tinha seis escravos, como lembrou o autor Laurentino Gomes. Suas estátuas deveriam ter o mesmo destino que começa a ser dado às de Cristóvão Colombo, pioneiro da conexão entre Europa e América?

Levado ao pé da letra, esse tipo de revisionismo não tem fim, nem melhorará o mundo por si só. Alguns dos que empunham tal bandeira partem de uma premissa furada de superioridade moral. Outros ignoram a complexidade de cada caso. Seria mais proveitoso educar melhor as pessoas sobre história do que sair por aí apagando o passado.

Roberto Dias
Secretário de Redação da Folha.

Anexo 2

Derrubando estátuas, regredimos às guerras religiosas do século 16
Eis a revolução de Locke, que criou o mundo moderno: paz social não depende do estabelecimento de um único dogma
11.jun.2020 às 23h15

Tempos sombrios para a liberdade de expressão. No New York Times, jornal que assino (até quando, veremos), o editor de opinião foi demitido por ter publicado um artigo do senador republicano Tom Cotton.

No texto, Cotton repetia o argumentário primitivo de Donald Trump e pedia uma intervenção militar (e musculosa) contra as manifestações antirracistas.

Ao mesmo tempo em que isso acontecia, plataformas de streaming retiravam

dos seus catálogos alguns filmes e séries. A HBO retirou "E o Vento Levou" por suas tonalidades escravocratas. A BBC fez o mesmo com "Little Britain", série de humor em que o "blackface" era usado para fins cômicos.

E depois ainda temos o ódio contra estátuas que, direta ou indiretamente, evocam o racismo do passado. Em Bristol, a estátua de Edward Colston, um negociante de escravos do século 17, foi jogada nas águas do rio Avon por uma multidão enfurecida.

Mas já existe uma longa lista com todas as estátuas "problemáticas" do país, que merecem igual destino. Entre os candidatos ao cadafalso estão nomes como Robert Peel, William Gladstone ou Cecil Rhodes. Comentários?

Haveria muitos. Mas, hoje, prefiro contar uma história. Essa história começa na Europa do século 16, quando católicos e protestantes se matavam em nome da verdadeira fé.

Aliás, não apenas católicos e protestantes: entre as seitas reformistas, a violência era igual ou pior.

Segundo o raciocínio da época, a paz social só seria possível pela imposição de um único dogma. O que implicava, logicamente, destruir qualquer expressão de dissidência.

Mas eis que em 1667 um cavalheiro inglês chamado John Locke (1632-1704) decidiu escrever a sua "Carta sobre a Tolerância". O autor tinha viajado pela Europa continental. E, confrontado com as guerras religiosas e a montanha de cadáveres que elas produziram, Locke chegou à conclusão razoável de que talvez fosse preferível não matar o parceiro só porque ele professa uma crença distinta.

Eis a revolução de Locke, que praticamente criou o mundo moderno: a paz social não depende do estabelecimento de um único dogma. É exatamente o contrário: só abandonando essa pretensão era possível chegar à paz social. Sim, eu sei: a tolerância de Locke tinha limites. Nem ateus (por razões morais), nem católicos (pela submissão a um poder exterior, Roma) beneficiavam dessa bonomia.

Mas o essencial é que Locke inaugurava um conceito de tolerância que permitiu o florescimento das sociedades políticas liberais. E, com elas, o progresso material e intelectual dos últimos três séculos.

O que estamos a presenciar, agora, é a lenta destruição da tolerância liberal. O jornalista Douglas Murray, que dedica ao tema um artigo na revista The Spectator, afirma que essa destruição se explica pela emergência de uma nova geração de "liberais" que, ao contrário da

anterior (a minha, digamos), não valoriza da mesma forma a liberdade de expressão, a humildade do conhecimento, a possibilidade do perdão e, claro, o valor da tolerância.

Concordo com ele. Mas é possível ir mais longe e afirmar que estamos a regredir no tempo e a retornar às guerras religiosas do passado. Para os novos fanáticos, a paz social não depende da tolerância perante ideias contrárias e até ofensivas para a nossa pureza mental.

Depende da destruição do herege e da entronização da Verdade (com maiúscula).

Parabéns a todos. Prevejo um futuro radioso.

João Pereira Coutinho
Escritor, doutor em ciência política pela Universidade Católica Portuguesa.

Anexo 3

Racismo, passado e futuro
Não dá para interpretar o passado com os olhos de hoje.
11.jun.2020 às 23h15

O racismo é moralmente condenável porque atribui a um indivíduo particular características tidas como representativas da categoria a que ele pertence. O racista tira conclusões sobre pessoas sem conhecê-las, o que é profundamente injusto e frequentemente fatal, como se constata nas abordagens policiais de negros nos EUA ou no Brasil.

Nesse contexto, vejo com simpatia os protestos mundiais deflagrados pelo assassinato de George Floyd. Não sou tão panglossiano a ponto de acreditar que acabarão com o racismo, mas dão visibilidade ao problema e, numa nota mais prática, já estão provocando mudanças nos protocolos policiais que poderão reduzir a violência das forças de segurança.

Meu apoio a esses movimentos, porém, é crítico. Não creio que faça muito sentido se revoltar contra personagens históricos como Cristóvão Colombo e Winston Churchill e quebrar-lhes estátuas. Não dá para interpretar o passado com os olhos de hoje.

Vamos encontrar pérolas racistas não apenas em Churchill mas também em figuras muito mais identificadas com o chamado progressismo, como Abraham Lincoln, Che Guevara e Gandhi. E não precisamos parar aí. Shakespeare tem passagens nitidamente antissemitas, Eurípedes era um rematado misógino, e Aristóteles, um escravocrata de mão cheia. Vamos banir todos eles das bibliotecas em nome da luta contra o racismo e o preconceito? De minha parte, não gostaria de viver num mundo sem os clássicos.

A verdade é que, gostemos ou não, somos prisioneiros de nossas épocas. Em qualquer período que vivamos, há sempre um horizonte de possibilidades morais além das quais é muito difícil enxergar. Aposto que, em cem anos, o tratamento que dispensamos a animais e prisioneiros fará parte do rol de crimes do passado. Deixar de ver isso e exigir de todos aqueles que nos antecederam as atitudes morais que cobramos dos contemporâneos também é uma tremenda injustiça.

Hélio Schwartsman
Jornalista, foi editor de Opinião. É autor de "Pensando Bem...".

Anexo 4

Bandeirantes de consciência pesada

Testamentos de bandeirantes mostram que a feiura da estátua de Borba Gato é o menor dos problemas deles

13.jun.2020 às 23h15

Fato: a estátua de Borba Gato é mais feia do que Satanás chupando uma fruta-do-conde. Poucas coisas diminuiriam mais a FIB (Feiura Interna Bruta) de Santo Amaro do que uma discreta remoção da estátua e sua substituição por, sei lá, uma muda de ipê-amarelo. Mas horroroso mesmo era o tipo de justificativa que os bandeirantes usavam para agir como agiam. Mais do que botar abaixo o Borba Gato, o que falta é o conhecimento detalhado do que os "heroicos paulistas" realmente representaram.

Já posso ouvir a Patrulha do Anacronismo Histórico batendo na minha porta. "Mas veja bem", dizem os patrulheiros, "no século 17 ninguém via problema nenhum em sair por aí invadindo aldeias ou missões jesuíticas e escravizando índio". Cascata maior que essa jamais foi pronunciada, gentil leitor.

Ocorre que, ao menos no papel, a Coroa portuguesa tinha estabelecido regras bastante estritas quanto à principal (e, durante muito tempo, a única) atividade dos bandeirantes, o apresamento dos "gentios da terra". Em condições normais, os indígenas do Brasil-Colônia não podiam ser escravizados.

Para que fosse lícito reduzir os nativos à servidão, era preciso que eles fossem capturados durante uma "guerra justa" —em tese, um conflito defensivo, no qual os colonos fossem a parte atacada, ou pelo menos no qual os índios desobedecessem a uma ordem legítima de seu soberano, o rei de Portugal. (Abstraia aí o fato de que, claro, o rei não perguntou a tupinambás ou carijós se eles topavam ser seus súditos.)

O problema é que, se dependessem só dos indígenas realmente capturados em guerras justas, os bandeirantes iam acabar com quase nenhum escravo nas suas fazendas de trigo (o principal sorvedouro de cativos). Por isso, à revelia do governo ibérico e da pregação dos jesuítas, eles não tinham grandes pruridos em atacar indígenas que não haviam dado qualquer motivo para uma "guerra justa".

Só que até bandeirantes podiam sofrer de consciência pesada na hora de bater as botas (ou esticar as canelas, já que eles parecem ter andado descalços na vida real). É o que sugerem alguns testamentos da época, como o de Lourenço de Siqueira: "Declaro que eu tenho algumas peças de gentio do Brasil as quais por lei de Sua Majestade são forras e livres e eu por tais as deixo e declaro, e lhes peço perdão de alguma força ou injustiça que lhes haja feito, e de lhes não ter pago seu serviço como era obrigado". Lindo, mas Siqueira arremata pedindo que os índios... continuem servindo à sua mulher.

Já Lucrécia Leme, em seu testamento, declara: "Possuo nove peças do gentio da terra, e uma criança, as quais tratei sempre como livres que são de sua natureza". É, só que o texto prossegue: "Por serem incapazes de se regerem por si as administrava com aquele cuidado cristão, valendo-se de seu serviço em ordem a alimentá-los e nesta mesma ordem os poderão reger meus herdeiros". Então tá.

Caso ainda não tenha ficado claro: a escravidão indígena era indiscutivelmente ilegal, e mesmo assim os paulistas do século 17 a justificavam pelo "uso e costume da terra". Leis que não pegam, jeitinho, suposta cordialidade e "cuidado cristão" encobrindo um subsolo de violência —francamente, não mudamos porcaria nenhuma.

(Os testamentos bandeirantes estão no livro “Negros da Terra”, do saudoso historiador John Manuel Monteiro. Se não for para aposentar o Borba Gato, que se distribua uma cópia a cada aluno do ensino médio de São Paulo.)

Reinaldo José Lopes
Jornalista especializado em biologia e arqueologia, autor de "1499: O Brasil Antes de Cabral".

Anexo 5

Borba Gato deve cair

Não se trata de revisar a história, mas sim o lugar de heróis que nela concedemos a genocidas
14.jun.2020 às 16h04

Por quais estátuas os sinos do nosso luto dobram, e por quais não?

Foi sem choro que Hilter, na Alemanha, Franco, na Espanha, Hussein, no Iraque, foram arrancados dos panteões públicos. Ao ver que por aqui ainda choram a morte das figuras engessadas de Leopold II, na Bélgica, Colston, na Inglaterra, e Borba Gato, no Brasil, a ponto de compará-las a imagens religiosas destruídas em guerras entre católicos e protestantes no século 16, nos resta a dúvida àqueles que sofrem de luto.

O que nelas ainda consideram sacrossanto, senão a supremacia colonial que, em vida, utilizaram para dizimar centenas e que, em morte, enaltecemos com vergonha insincera?

África do Sul, 9 de março de 2015. No centro da praça central da Universidade da Cidade do Cabo jaz uma escultura em bronze do colonizador britânico Cecil John Rhodes. Nela, um dos principais arquitetos da segregação sul-africana se senta em uma cadeira, com as mãos no rosto, impávido e sereno.

Naquele dia, o estudante Chumani Maxwele sujaria a estátua aos gritos solitários de "Onde estão nossos heróis e ancestrais?". Levou 1 mês de protestos com milhares de jovens no movimento #RhodesMustFall (em português, RhodesDeveCair) até que a estátua de Rhodes seria retirada, sob aplausos de uma multidão de estudantes, e choro dos que ainda sentem falta do apartheid colonial.

Aqui, argumento que não é nas sociedades europeias que devemos nos inspirar para entender o que se passa ou que ainda há de se passar no Brasil. É da fonte de sociedades desiguais e pós-coloniais como a nossa que deveríamos beber. Da fonte de uma juventude indignada com a persistência da segregação de fato na África do Sul pós-apartheid. Da fonte de manifestantes antirracistas que, diante do monumento do general confederado Robert Lee, batalharam contra supremacistas da Ku Klux Klan em Charlottesville nos EUA em 2017.

Descolonizar a nossa história passa por arrancar de seu pedestal os assassinos que chamamos de heróis, para, enfim, fazer das suas cinzas um futuro que valha a todos.

Cidades são locais de memória e nosso direito a elas passa por poder dar novos sentidos àqueles que outrora esculpimos em pedra. Não se apaga a história, escrita com a caneta dos vencedores.

Do ponto de vista epistêmico, é um debate diferente da liberdade, na minha visão quase total, da veiculação ou não de filmes ou livros. No caso de estátuas, questiona-se quem merece um pedestal público.

Escolha não está entre depredar monumentos ou deixá-los intocáveis. Podemos, ao invés disso, ter a maturidade de escolher não elogiar genocidas em nosso espaço público e botar monumentos ao chão. Civilidade essa que é, aliás, infinitamente superior à das figuras neles representadas. Seja para pô-los em museus, para colocá-los em cemitérios de esculturas, para resignificá-los, quando o valor artístico permite, seja para destruí-los, quando este valor for pífio.

No livro "Written in Stone: Public Monuments in Changing Societies"', republicado em 2018, Levinson detalha comissões estabelecidas na cidade de NY em 2018 e na universidade de Yale em 2016 que fizeram, mesmo com resultados modestos, justamente isso: detalharam

quais princípios devem servir de base para analisar, caso a caso, a representação da história no espaço público. Por exemplo, nas redondezas de um Monumento às Bandeiras, dado o seu valor artístico, pode-se incorporar um monumento em memória ao genocídio indígena, preservando assim a obra, mas resignificando-a.

Tal como Lee, Colston e Leopold II, Borba Gato deve cair. Defender que se trata de revisionismo histórico ignora que é a própria heroicização dos bandeirantes, e não as matanças que cometiam, que configura revisionismo. Era extermínio antes, e o é hoje.

Borba Gato é em si produto do revisionismo da imagem de bandeirantes, revisionismo esse que mal tem um século. Em "Brasil: Uma Biografia", historiadoras Schwarcz e Starling apontam que a imagem de bandeirantes como "destemidos exploradores" somente viria a ser reciclada no começo do século 20.

Se é a imagem revisionista de herói que se quer preservar em Borba Gato, pergunto: o que perderemos se a enterrarmos junto com a feiura da obra, senão o mito fundador da pujança sudestina construída sobre os ossos de indígenas dizimados, estes sim relegados ao esquecimento?

Desconheço da tolerância liberal que, iliberalmente, torna assassinos em santos

e usa do poder do estado para vigiar 24h a versão oficial da história.

Choro, ao invés, pelos monumentos que não erguemos. Não erguemos monumentos para os milhares de corpos escravizados encontrados no centro do Rio de Janeiro em 2018 durante obras de transporte público. Sob o cemitério de pretos novos se construiu uma linha de trem. Não erguemos monumentos para os Yanomani massacrados ontem em 1993 e hoje em 2020 pelo garimpo ilegal. Não erguemos os monumentos para quem a história relegou a condição de perdedores. É por estes e estas que o sino do meu luto dobra.

Thiago Amparo
Advogado, é professor de direito internacional e direitos humanos na FGV Direito SP. Doutor pela Central European University (Budapeste), escreve sobre direitos e discriminação.

Anexo 6

Remover monumentos e homenagens racistas sem destruir a memória

Movimento anticolonial e antirracista precisa desconstruir a trama histórica equivocada através de um projeto cultural e educacional consistente

15.jun.2020 à 0h00

"... São Paulo, a Vila de Anchieta e Nóbrega, (...) cresceu, expandiu-se a mercê dos aventurosos bandeirantes à busca do ouro, índios e diamantes, e dilatou as fronteiras da pátria. Quatro séculos passados reúnem-se nesta data e neste palácio, que é a Casa do Povo, as sombras gloriosas do passado e a esplêndida realidade do presente."

Esculpida no mármore da parede externa da Câmara Municipal de São Paulo, essa frase iguala os povos indígenas ao ouro e diamante, objetos de caçada colonial dos "aventurosos bandeirantes". Inaugurada junto com a nova sede do legislativo, em 7 de setembro de 1969, durante a ditadura militar, a frase ainda está lá, expressando não "as sombras gloriosas do passado", mas a vergonhosa herança colonial; não "a esplêndida realidade do presente", mas a triste realidade da permanência do racismo.

Em 2001, quando exercia mandato de vereador, apresentei Projeto de Resolução para suprimir essa referência ufanista aos bandeirantes e ultrajante aos índios. Não tive sucesso, meu projeto foi considerado ilegal pois, segundo a Comissão de Justiça do legislativo paulistano, uma homenagem do passado não podia ser revista a posteriori.

O caso voltou à minha cabeça nesse momento em que se debate a derrubada de estatuas de figuras que promoveram o racismo, a escravidão e a dominação colonial. Ele é exemplar da dificuldade de romper com a história oficial de São Paulo, construída sobre uma farsa, solidamente fincada no ideário dominante paulista.

Problematizar e rever essa trama histórica através de um amplo debate democrático é indispensável para que a necessária remoção de monumentos racistas não seja um elemento a mais na crescente polarização e escalada de ódio e fanatização que se prolifera pelo país.

A exaltação dos bandeirantes é profunda e está presente em um variado espectro de elementos materiais e imateriais que fazem parte do cotidiano de São Paulo. Sua presença vai muito além da simbólica estátua fantasiosa de um Borba Gato, majestoso, de botas e uniformizado como um soldado prussiano, que nunca existiu.

As homenagens aos bandeirantes estão em todos os lugares, reiteradamente. Bandeirantes, Anhanguera, Raposo Tavares, Fernão Dias, Paes Leme, Borba Gato, Jorge Velho, Mateus Grou, Simão Alvares, Cunha Gago, Brás Leme, entre tantos outros, são ao mesmo tempo rodovias, ruas, avenidas, bairros e monumentos, casas históricas. Muitos são anônimos, ninguém sabe quem são, o que fizeram e por que estão sendo homenageados.

Mais do que derrubar estátuas, temos que desconstruir mitos e uma visão distorcida da história que está na origem da homenagem a esses genocidas. Já foi amplamente demostrado que a figura heroica do bandeirante nunca existiu tal como expresso em monumentos e relatos ufanistas.

Sua principal atividade foi matar e caçar índios, aprisioná-los e vendê-los como escravos. Participaram ativamente da destruição das missões jesuíticas e do consequente genocídio de dezenas de milhares de guaranis. Pelo menos 300 mil indígenas foram escravizados, segundo Darcy Ribeiro, embora formalmente Portugal tenha proibido a prática. Grande parte dos 4,5 milhões de habitantes originários das terras ocupadas pelos colonizadores foram dizimados.

A farsa bandeirante foi construída no final do século 19, quando a elite tradicional paulista, enriquecida pelo café, mas sem poder político, buscou criar uma identidade própria que pudesse simbolizar seu projeto de poder.

Historiadores comprometidos com esse projeto, como Afonso d'Escragnolle Taunay, Alfredo Elias Jr. e Alcântara Machado realçaram o mito dos bandeirantes, ocultando as atrocidades cometidas contra os indígenas. Elias Jr. os considerava um "povo superior (raça planaltina)" ou uma "raça de gigantes" (tudo a ver com o tamanho das estatuas de Fernão Dias e de Borba Gato). Na obra de Taunay, a escravidão indígena é justificada pois "a ideia de êxito na conquista territorial redimiria os bandeirantes de toda a qualquer culpa em relação à violência praticada".

A construção dessa trama histórica se tornou conveniente em 1932, quando o projeto de poder da elite paulista levou o país a uma guerra civil. Reforçar a identidade paulista através de um figura mítica heroica era necessário para justificar o esforço de guerra. Derrotados, o mito ganhou evidência em 1954, no 4º Centenário, quando o ufanismo paulista ("a locomotiva que puxa 22 vagões") chegou às alturas, com arrogância e soberba.

O movimento anticolonial e antirracista precisa desconstruir essa trama histórica equivocada através de um projeto cultural e educacional consistente. Retirar monumentos e cancelar homenagens, assim como dar visibilidade aos que foram oprimidos, deve ser resultado de um resgate da memória e não de uma tentativa de destruição da memória.

Quem apaga a memória, queima livros e impõe uma única visão da história são os regimes fascistas. Nas democracias, a reflexão e o debate devem prevalecer, estudando-se como tratar cada situação específica.

Por que não transformar as inúmeras casas bandeiristas, que fazem parte do Museu da Cidade da Secretaria de Cultura, em locais onde se resgata a história dos colonizadores paulistas, problematizando tanto as atrocidades que cometeram como sua eventual contribuição? Estatuas como o Borba Gato poderiam ser deslocadas para essas casas, contextualizadas adequadamente.

Por que não ressignificar pontos de referência urbanos relevantes, como a entrada de Santo Amaro, substituindo o Borba Gato por um monumento de igual tamanho em homenagem ao povo guarani, que foi massacrado pelos bandeirantes nas missões, explicando por que isso foi feito?

Por que monumentos que não devem ser removidos, como o Monumento das Bandeiras, de indiscutível valor artístico, não se tornam locais de debate e reflexão sobre o objeto da obra de arte, na perspectiva de uma cidade educadora, onde o espaço público se torna um instrumento para a formação cidadã?

Por que não se abrir um debate sobre a mudança dos nomes das rodovias e avenidas que homenageiam pessoas que reconhecidamente cometeram crimes contra a humanidade? No lugar de avenida dos Bandeirantes, que tal avenida Tim Maia, Adoniran Barbosa ou Marielle Franco?

Nabil Bonduki
Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, foi relator do Plano Diretor e Secretário de Cultura de São Paulo.

Anexo 7

Derrubar Borba Gato, mistura de mau gosto com passado sombrio, é pouco
Aquele trabuco na mão da estátua não era para caçar papagaio
17.jun.2020 às 23h15

O fato de a estátua parecer ter sido projetada por uma criança de oito anos faz a gente quase se esquecer. Borba Gato, Borba, para os frequentadores da zona sul, ou Bó, no paulistanês crônico, era um bandeirante.

Embora muitos livros de história ainda digam o contrário, os bandeirantes não foram heróis desbravadores. Ao abrir caminho nas matas brasileiras, esses sertanistas escravizavam, estupravam e assassinavam indígenas. Aquele trabuco na mão do Borba não era para caçar papagaio.

No mês passado, em um dos protestos antirracistas, manifestantes jogaram no rio de Bristol, no Reino Unido, a estátua de um famoso traficante de escravos. Na Bélgica, houve a queda da escultura de Leopoldo 2º, responsável pelo assassinato de congoleses durante a colonização.

Os atos ressuscitaram a discussão sobre o destino da estátua paulistana. Afinal, deveríamos derrubar o Borba?

Muitos defendem que estátuas ajudam a contar a nossa história. Até aí, a dengue mata milhares de pessoas e nem por isso temos uma estátua do mosquito Aedes aegypti no centro da cidade.

Mas o que faz a estátua do bandeirante ser tão polêmica, além da mancha histórica, é a total falta de senso estético. Borba, com o perdão do trocadilho, não é lá muito gato.

Se seguirmos a combinação passado sombrio com mau gosto, derrubar o Borba Gato é pouco.

Os prédios neoclássicos, também conhecidos como "neocafonas", são representantes do complexo de vira-lata do paulistano, que toma "gelato na casquetta" e batiza os filhos com nomes como Enzo e Phillipo. Junto com seu maior representante, o Espigão da marginal Pinheiros, deveriam ir ao chão.

A ponte estaiadinha, além de ligar nada a lugar algum, é símbolo da engenharia ostensiva macho-hétero-branca-sem-noção. Não aprenderam com os erros do Minhocão. Poderia ir ao chão.

Mais recentes, as lojas Havan juntam ostentação com a cafonice neoclássica e se reproduzem pelas rodovias como o coronavírus. O que dói mais é saber que foram pagas com a ajuda de sonegação de imposto, ou seja, nós pagamos por elas.

Assim como nosso conhecido Bó, deveriam ir ao chão.

Flávia Boggio
Roteirista. Escreve para programas e séries da Rede Globo.

Anexo 8

Monumentos públicos de figuras controversas da história deveriam ser retirados? SIM
Mandar os malditos embora
19.jun.2020 às 23h15

Na biografia que dedica ao poeta João da Cruz e Sousa, Paulo Leminski analisa a história do país e conclui: "O Brasil, qualquer transeunte sabe, foi descoberto por Cabral e fundado pela violência".

Qualquer transeunte, contudo, ao passar pela avenida Ibirapuera, em São Paulo, se depara com o monumento a Pedro Álvares Cabral, estátua que imagina o português em pose de herói descobridor, sem qualquer menção à violência genocida que compõe a biografia do homenageado, mais próxima à figura do invasor. Uma placa de granito no seu pedestal de mármore reproduz frase atribuída a Tancredo Neves, reforçando a ideia que o monumento tenta narrar visualmente: "A Portugal devemos tudo".

Vai-se embora, nessa combinação de imagem e texto, a centralidade das populações indígenas, africanas, seus descendentes e uma grande diversidade de povos na conformação do esgarçado, mas inequivocamente diverso, tecido social brasileiro.

Monumentos nem sempre são salvaguardas da história. Eles dizem mais respeito à mentalidade do contexto de suas criações, às negociações políticas e do direito à memória, que à missão de substitutos do ofício próprio dos historiadores. Sua natureza estática, contrária ao dinamismo dos processos sociais, pode gerar o efeito contrário, congelando no espaço representações de personagens e eventos que o acúmulo de pesquisas históricas, com o tempo, descreditaram como falsas, impróprias.

Essas construções, embora se imponham sobre as paisagens e sirvam não raro a legitimar narrativas excludentes, sofrem de um paradoxo: muitos só se fazem notar quando são questionados. Esses momentos revolvem a biografia —quase sempre decepcionante— dos heróis de pedra e metal, reacendendo o debate sobre as lacunas da história oficial, as histórias não contadas, as memórias apagadas. Essa justificativa, contudo, é suficiente para mantê-los de pé, reforçando imaginários coloniais e simbologias racistas em meio a nossos espaços de vida em comum?

Quando toleramos a perpetuação de imagens de colonizadores, escravistas e bandidos em geral em nossas vias, é sinal que esses espaços não são tão públicos assim; é indício forte de que privilegiamos a memória de alguns personagens em detrimento de outros. E qualquer transeunte sabe que os homenageados têm sido monotonamente escolhidos de um repertório de homens brancos, muitas vezes fardados, com o peso de biografias imorais em suas costas.

Nesses casos, é preciso mandar os malditos embora. Uma comissão composta pelo poder público e especialistas, sobretudo oriundos dos grupos cujas memórias não foram

monumentalizadas, poderia ser constituída para analisar caso a caso. Pode-se mandá-los

embora realocando-os em museus que os apresente criticamente; levando os exemplos extremos ao chão, num gesto extremo de reparação simbólica (e estética); pode-se confrontá-los a partir de intervenções, contramonumentos, reconfigurações que convidam à sua ressignificação "in loco" —mandando embora a maldição de sua história única. O que não se pode é deixá-los como estão; os riscos que corre essa gente à margem da cena, o horror de um progresso vazio.

Não se apaga a história ao dar a monumentos "controversos" novo destino. Se a recontextualização dessas estátuas não muda o passado, seu deslocamento informa o que já não

se pode mais tolerar se almejamos, de fato, um espaço comum mais democrático, capaz de abarcar memórias plurais e de reparar as histórias jogadas para baixo do tapete da história.

Hélio Menezes

Anexo 9

Monumentos públicos de figuras controversas da história deveriam ser retirados? NÃO
Mantê-los é chaga aberta, que pode provocar a consciência
19.jun.2020 às 23h15

Erguer monumentos que enaltecem líderes políticos e personagens históricos é uma prática antiga no mundo ocidental. As raízes desse costume surgiram ainda na Antiguidade, sendo um exemplo a estátua equestre do imperador romano Marco Aurélio, única remanescente em bronze que restou dos muitos monumentos da cidade de Roma.

Durante o Renascimento, a prática foi retomada com vigor a partir das cidades italianas, espalhando-se pelas monarquias vizinhas e chegando mesmo à América Durante o século 19, a disseminação do poder das burguesias e das construções memoriais românticas expandiu enormemente a quantidade de personagens a serem homenageadas.

Os monumentos foram então implantados aos milhares, em bronze e mármore, numa ação regularmente imposta às populações urbanas por lideranças governamentais, que utilizavam as novas avenidas, praças e parques para celebrar heróis —quase sempre homens— que deveriam definir a identidade das jovens nações republicanas ou monárquico-parlamentaristas.

O uso de monumentos escultóricos atingiu, então, sua escala máxima de disseminação no Ocidente, processo que chegou ao Brasil ainda em meados do século 19, quando se inaugurou a estátua equestre de Pedro 1º no Rio de Janeiro, em 1862.

A função celebrativa e rememorativa desses monumentos, dedicados a líderes muitas vezes controversos e representativos de parcelas diminutas da população, atraiu com frequência, e compreensivelmente, a fúria popular.

As diversas estátuas equestres dos reis Bourbons foram todas destruídas durante a Revolução Francesa, assim como também caiu em Nova York aquela que homenageava o rei Jorge 3º, num dos mais famosos episódios do processo de independência das 13 colônias inglesas na América.

Os numerosos cemitérios de estátuas dedicadas a Lênin, Stálin e Marx nas antigas repúblicas soviéticas são outro testemunho dessa fúria, que se prolongou ao Iraque pós-Saddam Hussein e, agora, às cidades em que monumentos a personagens ligados ao tráfico de escravos ou ao racismo são atacados ou destruídos.

Rememorar é a razão por que tais evocações em metal e pedra foram erguidas. Esquecer pode ser a saída para sua sobrevivência polêmica e incômoda?

Nossas cidades têm sido palco de diversas contestações a personagens cada vez mais controversos, como os bandeirantes paulistas. A memória de Borba Gato, no bairro de Santo Amaro, em São Paulo, foi julgada publicamente em 2008, numa intervenção que contestava o sertanista e também sua estátua.

Já o célebre Monumento às Bandeiras, no parque Ibirapuera, vem sendo alvo de pichações e banhos de tinta com certa frequência, como a que ocorreu em 2013.

Destruir essas imagens ou remover seus fragmentos para museus eliminaria uma presença desafiadora, que pode e deve servir para discutir o perigoso poder das imagens e da mitificação de personagens históricos nas sociedades contemporâneas.

A cúpula Genbaku, em Hiroshima, os campos de concentração de Auschwitz e o cais carioca do Valongo são construções que permanecem como lembrança do que não se pode repetir e do que jamais pode ser esquecido.

Esculturas públicas —quase todas homenageando personagens que guardam em sua biografia dubiedades éticas— sugerem um igual desafio. Mantê-las é permitir uma chaga aberta, que pode provocar a consciência permanentemente.

Paulo César Garcez Marins

Anexo 10

Derrubada de estátuas é a imposição do esquecimento
Uma estátua erguida no passado não representa uma celebração presente
26.jun.2020 às 23h15

A Oxford Union, representação dos estudantes da Universidade de Oxford, votou a favor da campanha "Rhodes deve cair", iniciada numa universidade sul-africana com o objetivo de remover a estátua de Cecil Rhodes da fachada de um dos edifícios da universidade britânica.

No fim, a estátua fica, graças à pressão exercida por grandes doadores de Oxford. O dinheiro dobrou os intelectuais, impedindo-os de agir como vândalos, coisa que gostariam de fazer.

Rhodes é o maior ícone do imperialismo britânico na África. A sua figura personifica a ideia racista da "missão civilizatória do homem branco" que impulsionou o empreendimento colonial do outono do século 19. As sementes do apartheid na África do Sul e na Rodésia do Sul (atual Zimbábue) foram plantadas no solo que ele arou.

Os vândalos do bem escolheram o alvo certo. Assim como os intelectuais de ontem, que ergueram estátuas para celebrar as ideias hegemônicas da época, os de hoje estão dispostos a derrubá-las em nome do mesmo princípio covarde.

Uma estátua é uma cicatriz da história, uma marca inscrita pelo passado no corpo paisagístico da sociedade. Nas praças, nos parques ou nas ruas, as estátuas alertam-nos sobre o passado —ou melhor, sobre incontáveis camadas de passados. A derrubada desses símbolos revela o desejo tirânico de exterminar a memória social.

Uma estátua erguida no passado não representa uma celebração presente de um personagem ou de uma ideologia, mas apenas a prova material de que, um dia, em outra época, isso foi celebrado.

Sua derrubada não é um chamado à reflexão sobre os erros, os crimes, a tragédia e a dor, mas a imposição do esquecimento.

A transferência das estátuas malditas para museus ou parques temáticos, retirando-as de seus contextos, tem efeito similar. Num caso, como no outro, trata-se de higienizar os lugares de circulação cotidiana, reservando o exercício da memória a uma elite de especialistas da memória.

Rhodes, o pecador, não está só. De Pedro, o Grande, a Thomas Jefferson, de Marx a Churchill, de Machado de Assis a Monteiro Lobato, ninguém passa no teste contemporâneo dos valores.

A lógica férrea do vandalismo do bem conduz a um programa de terra arrasada. O rastilho de fogueiras purificadoras nada poupará, a não ser as novas estátuas esculpidas pelos próprios vândalos do bem, que virão a ser derrubadas por seus futuros seguidores. O presente perpétuo —eis a perigosa ambição dessa seita de iconoclastas.

Lenin caiu, às centenas, por toda a antiga Alemanha Oriental, nos meses loucos que se seguiram à queda do Muro de Berlim. Aquilo foi uma revolução popular. As estátuas derrubadas eram a representação pública de um poder real, opressivo e totalitário.

"Borba Gato, matador de índios e proprietário de escravos, deve cair." Os alemães que limpavam as ruas do Lenin onipresente estavam mudando o presente. Os vândalos do bem

investem contra sombras do passado. Mascarados de radicais, eles ajudam a desviar os olhares das iniquidades do presente.

Quem tem o direito moral de suprimir os lugares da memória? Se concedermos esse direito aos vândalos do bem, como negá-lo a governos eleitos democraticamente? E, se é assim, como criticar a remoção da estátua de Imre Nagy, líder da revolução democrática húngara de 1956, pelo primeiro-ministro Viktor Orbán, um nacionalista de direita aliado de Vladimir Putin? Ou como impedir que Jair Bolsonaro ou algum assecla eleito derrube a escultura "Vlado Vitorioso", homenagem a Vladimir Herzog implantada numa rua do centro de São Paulo?

A Universidade de Oxford tem quase mil anos. Há pouco mais de um século ela cantou as glórias do imperialismo britânico. O registro esculpido na sua fachada será preservado e cercado por texto de contextualização histórica. Os vândalos do bem perderam essa —mas não desistirão de acender fogueiras.

Demétrio Magnoli
Sociólogo, autor de "Uma Gota de Sangue: História do Pensamento Racial". É doutor em geografia humana pela USP.